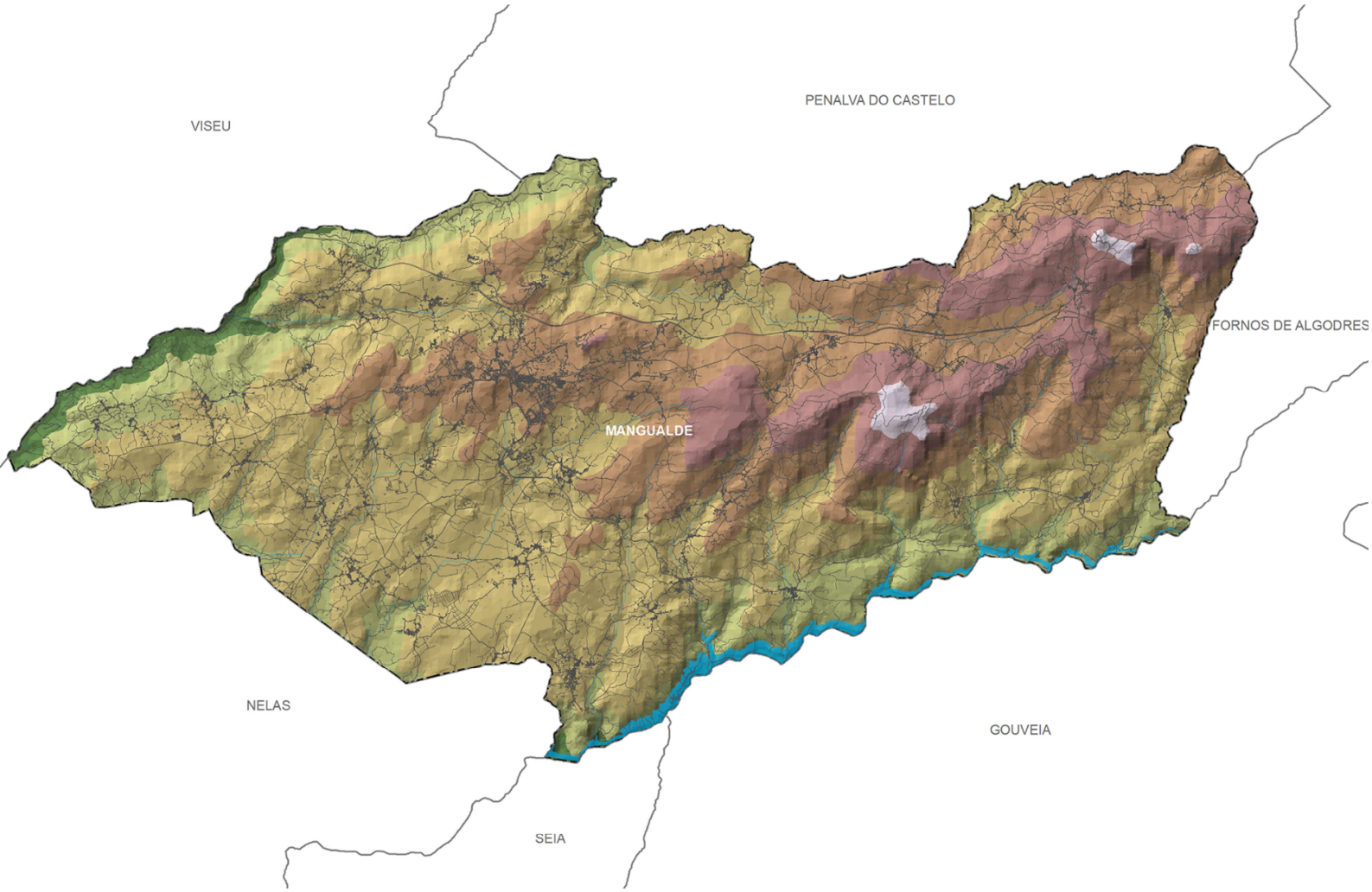


novembro 2017

Câmara Municipal de Mangualde

Lugar do Plano - Gestão do Território e Cultura

RELATÓRIO DO ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO 8

2. METODOLOGIA ADOTADA 9

3. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E SOCIOECONÓMICO 10

3.1. O Território 10

3.2. A Condição Natural 13

3.3. Evolução Das Condições Socioeconómicas 15

Introdução 15

Demografia 16

Síntese 26

Habitação 27

Síntese 34

Economia 35

Dinâmica Empresarial 41

Turismo 46

Síntese 49

Mobilidade e Acessibilidade 50

Introdução 50

Rede Rodoviária e Ferroviária 50

Padrões e Fluxos de Mobilidade da População 56

Sistema de Transportes 59

Síntese 62

Património 72

Introdução 73

Património Classificado 73

Síntese 78

Serviços e Equipamentos 79

Introdução 79

Diagnóstico 79
Síntese 82
Ambiente e Energia 84
Introdução 84
Reserva Ecológica Nacional 84
Reserva Agrícola Nacional 86
Áreas Florestais Percorridas por Incêndios 88
Qualidade do Ar 90
Qualidade da Água 91
Energia 92
Resíduos 93
Ruído 97
Síntese 99
4. PLANOS E PROGRAMAS DE HIERARQUIA SUPERIOR COM INCIDÊNCIA TERRITORIAL 100
4.1. Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território 101
4.2. Plano Regional De Ordenamento Do Território Do Centro 106
4.3. Plano Regional De Ordenamento Florestal Dão Lafões 111
4.4. Plano Nacional Da Água 113
4.5. Plano De Gestão Das Bacia Hidrográficas Que Integram A Região Hidrográfica 4 116
4.6. Plano Rodoviário Nacional 2000 118
4.7. Outras Estratégias Nacionais, Regionais e Setoriais 120
Portugal 2020 – Programa Operacional Regional do Centro (2014-2020) 120
Estratégia para o Turismo 2027 121
4.8. Instrumentos De Gestão Territorial De Âmbito Intermunicipal 124
4.9. Instrumentos De Gestão Territorial De Âmbito Municipal 131
4.10. Instrumentos De Reabilitação Urbana 133
4.10.1.1. Plano de Desenvolvimento Estratégico Urbano (PEDU) 137

5. O PMOT EM VIGOR 142

Introdução 142

5.1. Estrutura do Ordenamento 143

Unidades de Planeamento e Gestão 148

5.2. Dinâmica Urbanística 150

Introdução 150

Obras de Edificação 150

Avaliação das Pretensões Relativas a Operações Urbanísticas 156

5.3. Nível de Execução das Intervenções previstas no PDM 166

Eixo 1 - Inovação e Competitividade 167

Eixo 2 – Atividades Agroflorestais e Desenvolvimento Rural 169

Eixo 3 – Turismo, Cultura e Lazer 171

Eixo 4 – Energia 173

Eixo 5 – Sistema Urbano 174

Eixo 6 – Cultura e Educação 176

Eixo 7 – Infraestruturas Rodoviárias 177

Eixo 8 – Sistema Ambiental 178

Distribuição Territorial das Intervenções 180

Síntese 181

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS 183

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 186

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Localização de Mangualde em Portugal continental, na NUT II (Região Centro) e NUT III (Sub-região Dão Lafões) 10
Figura 2. Concelhos limítrofes de Mangualde 11
Figura 3. Divisão administrativa das freguesias 12
Figura 4. Elementos Naturais 13
Figura 5. Unidades Territoriais 14
Figura 6. Distribuição Populacional por freguesias entre 1991 a 2011 18
Figura 7. Densidade Populacional por freguesias entre 1991 a 2011 20
Figura 8. Evolução do n.º de famílias clássicas por freguesias, 2001-2011 25
Figura 9. Evolução do número de edifícios por freguesia (2011-2011) 28
Figura 10. Evolução do n.º de alojamentos familiares clássicos por freguesia, 2001-2011 30
Figura 11. Evolução da população ativa por freguesias, 2001-2011 36
Figura 12. Evolução da taxa de atividade por freguesias, 2001-2011 37
Figura 13. Termas de Alcafache 47
Figura 14. Feira dos Santos 47
Figura 15. Enquadramento rodoviário do concelho de Mangualde 51
Figura 16. Via dos Duques – Cenário Base 52
Figura 17. Grafismo das principais ligações rodoviárias da região centro 53
Figura 18. Enquadramento ferroviário do concelho de Mangualde 54
Figura 19. Empresas de Transportes públicos Rodoviários 61
Figura 20. Objetivos Gerais do PMUS da Cidade de Mangualde 64
Figura 21. Palácio de Anadia 74
Figura 22. Objetivos da ação da intervenção no Monte da Senhora do Castelo 75
Figura 23. Problemas em matéria de ação social, no concelho de Mangualde 81
Figura 24. Estádio Municipal de Mangualde 82
Figura 25. REN – Bruta por Sistemas 85
Figura 26. RAN 86
Figura 27. Áreas florestais percorridas por incêndios 88
Figura 28. Sistema Urbano e Acessibilidade 104
Figura 29. Unidades Territoriais – Centro Litoral, Dão Lafões e Planalto Beirão, Beira Interior e Pinhal Interior 108
Figura 30. Sub-sistema urbano de Viseu/Dão-Lafões e Planalto Beirão 109
Figura 31. Sub-região Homogéneas 112
Figura 32. PRN 2000 – Rede rodoviária do concelho e envolvente a Mangualde 119
Figura 33. Ativos para uma Estratégia a 10 anos 123
Figura 34. Objetivos gerais do PIMT 125
Figura 35. Limite da ARU 135
Figura 36. Planta de Ordenamento 143
Figura 37. Estrutura Ecológica Municipal 146
Figura 38. Outras Condicionantes 147
Figura 39. PU da Cidade de Mangualde (a vermelho) – PP Av. Senhora do Castelo (a preto) 149

Figura 40. Distribuição territorial dos pedidos de informação prévia 158
Figura 41. Distribuição territorial dos processos de licenciamento 159
Figura 42. Distribuição territorial dos processos de obras isentas 161
Figura 43. Distribuição territorial dos pedidos de informação 163
Figura 44. Distribuição territorial dos processos de comunicação prévia 164
Figura 45. Distribuição Territorial das Intervenções 180

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Evolução da população residente no concelho de Mangualde, 1940-2015 16
Gráfico 2. Evolução da estrutura etária da população do concelho de Mangualde, 1991-2015 21
Gráfico 3. Índice de envelhecimento populacional no concelho de Mangualde, 1991-2015 22
Gráfico 4. Taxa de natalidade e mortalidade no concelho de Mangualde, 1992-2015 23
Gráfico 5. Taxa de crescimento natural e migratório no concelho de Mangualde, 1992-2015 23
Gráfico 6. Idade média dos edifícios, Portugal, Região Centro, Dão-Lafões, Mangualde e Freguesias, 2011 28
Gráfico 7. Evolução do regime de ocupação dos alojamentos familiares clássicos no concelho de Mangualde, 2001-2011 30
Gráfico 8. Regime de ocupação dos alojamentos familiares clássicos (%), no concelho de Mangualde e freguesias 2011 32
Gráfico 9. Evolução da taxa de desemprego (%) nas freguesias, 2001-2011 38
Gráfico 10. População por setores de atividade no concelho de Mangualde, 2001-2011 39
Gráfico 11. Evolução do n.º de empresas com sede no concelho de Mangualde, 2011-2014 42
Gráfico 12. Valor dos bens importados e exportados pelas empresas do concelho, 2013-2016 44
Gráfico 13. Saldo da Balança Comercial das empresas do concelho, 2013-2016 44
Gráfico 14. Evolução do n.º de hóspedes e dormidas, Viseu Dão-Lafões e Mangualde, 2012-2015 .. 48
Gráfico 15. População residente que trabalha/estudo no concelho de Mangualde ou noutro concelho, 2011 56
Gráfico 16. Tempo gasto em média numa ida para o local de trabalho/estudo, 2011 57
Gráfico 17. Modos de transporte, 2011 57
Gráfico 18. Índice da qualidade do ar no Centro Interior 90
Gráfico 19. Percentagem de água segura, no concelho de Mangualde 91
Gráfico 20. Evolução do consumo de energia elétrica (kwh), no concelho de Mangualde, 2011-201592
Gráfico 21. Evolução dos resíduos urbanos recolhidos (ton), no concelho de Mangualde, 2011-2014 94
Gráfico 22. Evolução do n.º de edifícios licenciados, no concelho de Mangualde, 2011-2015 150
Gráfico 23. Distribuição dos edifícios licenciados por tipo de obra, no concelho de Mangualde, 2011-2015 151
Gráfico 24. Evolução do n.º de edifícios concluídos, no concelho de Mangualde, 2011-2015 152
Gráfico 25. Distribuição dos edifícios concluídos por tipo de obra, 2011-2015 153
Gráfico 26. Evolução da superfície habitável media das divisões das construções novas de habitação familiar, 2011-2015 155

Gráfico 27. Pedidos de informação prévia (PIP), no concelho de Mangualde, 2013-2017 157
Gráfico 28. Distribuição dos pedidos de informação prévia (PIP), por freguesia, 2013-2017 157
Gráfico 29. Processos de licenciamento, no concelho de Mangualde, 2013-2017 158
Gráfico 30. Distribuição dos processos de licenciamento por freguesia, 2013-2017 159
Gráfico 31. Processos de obras isentas, no concelho de Mangualde, 2014-2017..... 160
Gráfico 32. Distribuição dos processos de obras isentas, por freguesia, 2014-2017..... 160
Gráfico 33. Pedidos de informação, no concelho de Mangualde, 2013-2017 161
Gráfico 34. Distribuição dos pedidos de informação, por freguesias, 2013-2017 162
Gráfico 35. Processos de comunicação prévia, no concelho de Mangualde, 2013-2017 163
Gráfico 36. Distribuição dos processos de comunicação prévia, por freguesia, 2013-2017 164
Gráfico 37. Distribuição processos de instalação de postos de combustível, por freguesia, 2013-2015 165

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Evolução populacional, Portugal, Região Centro, Viseu- Dão Lafões e Mangualde, 2011-2015..... 16
Tabela 2. População por grupo etário no concelho de Mangualde, 1991-2015 20
Tabela 3. Evolução do n.º de edifícios, Portugal, Região Centro, Viseu Dão-Lafões, Mangualde, 2001-2015..... 27
Tabela 4. Evolução do n.º de alojamentos familiares clássicos, Portugal, Região Centro, Viseu Dão-Lafões, Mangualde, 2001-2015..... 29
Tabela 5. Evolução da população ativa e taxa de atividade, Portugal, Região Centro, Viseu-Dão Lafões e Mangualde, 2001-2011..... 35
Tabela 6. Evolução da taxa de desemprego em Portugal, Região Centro, Viseu-Dão Lafões e Mangualde no período 2001-2011 38
Tabela 7. Pessoal ao serviço nas empresas com sede no concelho de Mangualde, 2011-2014..... 43
Tabela 8.Ações do PMUS da cidade de Mangualde 67
Tabela 9. Tipo de consumo de energia elétrica no concelho de Mangualde, 2011-2015 92
Tabela 10. Tipo de resíduos urbanos recolhidos seletivamente, no concelho de Mangualde, 2001-2014..... 94
Tabela 11. Descrição da proposta de investimentos, segundo o promotor, o ano de inicio e a freguesia de localização..... 140
Tabela 12. Descrição da proposta de investimentos, ações e metas..... 141
Tabela 13. Números do Ordenamento..... 145
Tabela 14. Evolução do n.º de edifícios licenciados, por tipo de obra, no concelho de Mangualde, 2011-2015 151
Tabela 15. Evolução do n.º de edifícios licenciados, por tipo e destino de obra, no concelho de Mangualde, 2011-2015 152
Tabela 16. Evolução do n.º de edifícios concluídos, por tipo de obra, no concelho de Mangualde, 2011-2015 153
Tabela 17. Evolução do n.º de edifícios concluídos, por tipo e destino de obra, no concelho de Mangualde, 2011-2015 154

Tabela 19. Inovação e Competitividade 168
Tabela 20. Atividades Agroflorestais e Desenvolvimento Rural 169
Tabela 21. Turismo, Cultura e Lazer 171
Tabela 22. Energia 173
Tabela 23. Sistema Urbano 174
Tabela 24. Cultura e Educação 176
Tabela 25. Infraestruturas rodoviárias 177
Tabela 26. Sistema Ambiental 178
Tabela 27. Síntese Final 181

1. INTRODUÇÃO

As entidades responsáveis pela concretização da política de ordenamento do território e de urbanismo, no âmbito da Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 31/2014 de 30 de maio) e do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio), devem promover a permanente avaliação da política de ordenamento do território, o que origina, a nível municipal, que nos termos do n.º 3 do artigo 189.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) a câmara municipal elabore, de quatro em quatro anos, um Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT), ou quando se verifique a necessidade de promover a revisão de planos municipais, decorrente de adequação à evolução, a médio e longo prazo das condições ambientais, económicas, sociais e culturais, que determinaram a respetiva elaboração.

Neste contexto o presente relatório constitui um retrato do Estado do Ordenamento do concelho de Mangualde, mas também reflete a avaliação da execução da 1ª revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), fazendo a ponderação das vantagens e desvantagens das linhas de desenvolvimento preconizadas no plano, considerando o devido enquadramento social, cultural, ambiental e económico.

De acordo com o n.º 4 do Artigo 189.º do RJGIT os REOT “traduzem o balanço da execução dos programas e dos planos territoriais, objeto de avaliação, bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, fundamentando uma eventual necessidade de revisão.”

Após concluída a sua elaboração este documento é submetido a um período de discussão pública, de duração não inferior a 30 dias e, posteriormente, será sujeito à apreciação da Assembleia Municipal, conforme previsto no RJIGT no n.º 5 do Artigo 189º.

2. METODOLOGIA ADOTADA

O objetivo do presente documento centra-se na análise e avaliação das estratégias de desenvolvimento municipal, pretendendo-se monitorizar as dinâmicas territoriais do concelho de Mangualde, com implicações a nível ambiental, económico e social.

Neste sentido, torna-se essencial proceder-se à análise e tratamento de informação estatística, essencialmente do INE (Censos e Anuários Estatísticos), técnica e científica sobre o território em estudo, por forma a, por um lado, conhecer a atual situação em que o município em estudo se encontra, e por um aldo, perspetivar as suas tendências evolutivas, nos diversos domínios do ordenamento do território.

Em termos de estrutura deste documento, numa primeira parte, efetua-se uma caraterização e diagnóstico da situação e da dinâmica atual do município de Mangualde, com recurso a uma série de indicadores estatísticos. Apesar de os mesmos terem por base a organização administrativa anterior à lei n.º 11 A/2013 de 28 de Janeiro (que organiza administrativamente as freguesias, através da criação de freguesias por agregação ou por alteração dos limites territoriais) os mesmos foram agrupados e devidamente calculados em função da nova organização administrativa, por forma a facilitar e adequar a informação existente à nova configuração territorial.

Face ao exposto, todos os indicadores consultados e disponíveis no INE foram agrupados, mantendo-se a coerência dos dados, havendo uma análise mais expedita a nível da condição territorial, demográfica, habitacional, económica e ambiental.

Na segunda parte do presente relatório é feita um enquadramento aos Instrumentos de Gestão Territorial em vigor com incidência no território de Mangualde, evidenciando-se quer os planos de hierarquia superior, quer outros planos e programas, como o Portugal 2020 e as estratégias para o Turismo 2027.

Por fim, é realizada uma abordagem ao Plano Diretor Municipal em vigor tendo em consideração o nível de concretização dos seus objetivos, a leitura da gestão apoiada nas medidas regulamentares, bem com a concretização / enquadramento das expectativas dos cidadãos no enquadramento do plano, procurando-se perceber a evolução da dinâmica territorial.

3. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E SOCIOECONÓMICO

3.1. O Território

O concelho de Mangualde encontra-se localizado a sudeste do distrito de Viseu, o qual, em termos de Nomenclatura Comum de Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS) faz parte da Região Centro – NUTS II e da Sub-região Viseu Dão Lafões – NUTS III, a nova NUT estabelecida pelo regulamento comunitário nº 868/2014.(cfr figura seguinte).

Anteriormente o concelho de Mangualde fazia parte da sub-região de Dão Lafões

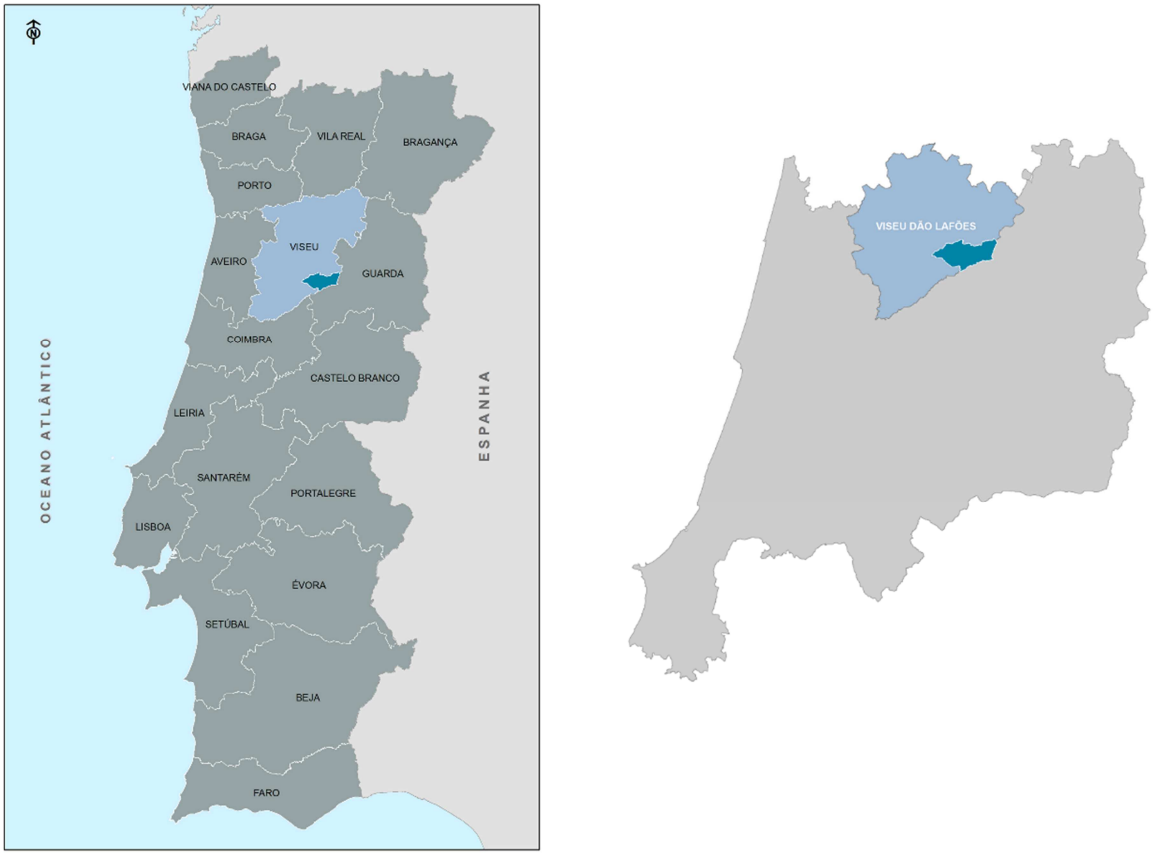


Figura 1. Localização de Mangualde em Portugal continental, na NUT II (Região Centro) e NUT III (Sub-região Dão Lafões)

FONTE: DGT, CAOP 2016

Com uma área de cerca de 219 km^2, o território de Mangualde apresenta uma disposição geográfica que se estende predominantemente na direção Oeste – Este, sendo limitado a Nordoeste por Viseu, a Norte por Penalva do Castelo e a sudoeste por Nelas, cujos concelhos mencionados pertencem ao distrito de Viseu.

Mangualde confina ainda a Sul com Seia, a Sudeste com Gouveia e a Nordeste com Fornos de Algodres, cujos concelhos pertencem ao distrito da Guarda, conforme se pode observar na figura seguinte.

Figura 2. Concelhos limítrofes de Mangualde

FONTE: DGT, CAOP 2016

De acordo com a lei nº11-A/2013 de 28 de janeiro que organiza administrativamente as freguesias por agregação das mesmas, originando alterações dos seus limites territoriais. No concelho de Mangualde esta reestruturação implicou uma redução do número de freguesias que o constituíam, passando assim, a ser composto por 12 freguesias, ao invés das 18 anteriormente definidas, a saber: Abrunhosa-a-Velha, Alcafache, Cunha Baixa, Espinho, Fornos de Maceira Dão, Freixiosa, Quintela de Azurara, São João da Fresta, União das freguesias de Mangualde, Mesquitela e Cunha Alta, União das freguesias de Moimenta de Maceira Dão e Lobelhe do Mato, União das freguesias de Santiago de Cassurrães e Póvoa de Cervães, União das freguesias de Tavares (Chãs, Várzea e Travanca), tal como se pode verificar na figura seguinte.

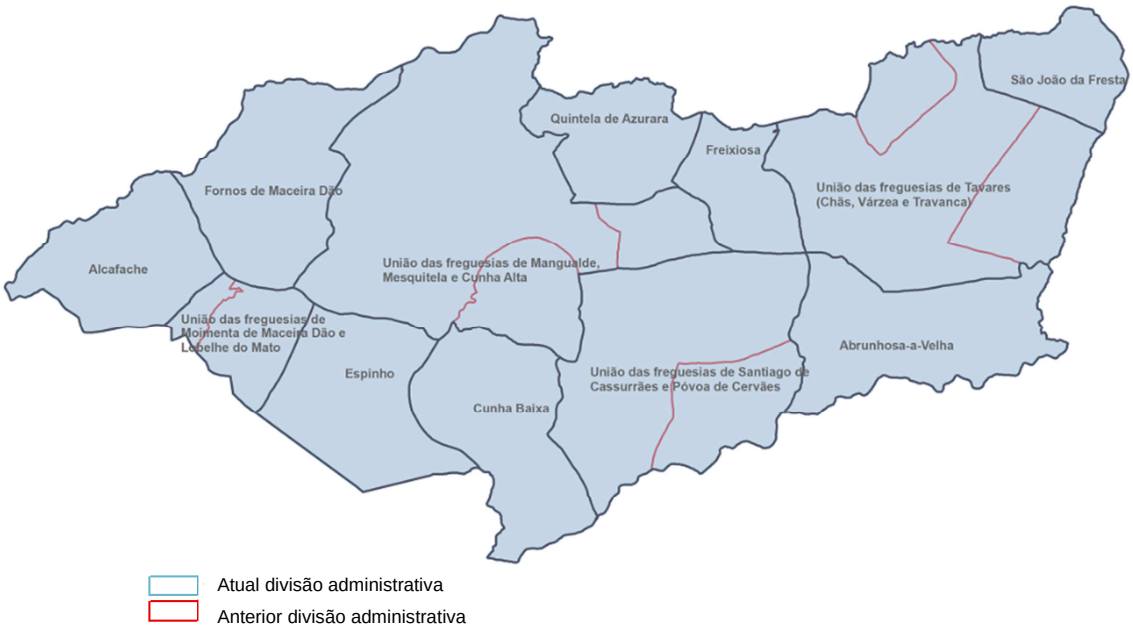


Figura 3. Divisão administrativa das freguesias

FONTE: DGT, CAOP 2016 e 2011

À escala regional, Mangualde integra o subsistema urbano de Viseu/Dão Lafões e o Planalto Beirão, sendo fortemente polarizado por Viseu, *"embora à sua volta gravitem outras aglomerações urbanas, bem como pequenos centros de cariz rural, cujos habitantes estão diariamente ligados por diversos motivos (trabalho, consumo e uso de serviços coletivos). Viseu é uma cidade média com uma dimensão relevante no contexto nacional, com uma localização privilegiada e com um forte dinamismo comercial e industrial. Neste subsistema gravitam núcleos como Mangualde, Tondela, Nelas e Sátão, com uma forte presença da atividade industrial e São Pedro do Sul onde sobressai o termalismo. A influência deste aglomerado urbano dilata-se para Norte, em direção a Lamego, e para Sul, em direção a Oliveira do Hospital-Seia-Gouveia". (PROT-C, 2011)*

Dai que o PROT-C, refira a importância do reforço funcional de Viseu e da constelação urbana/funcional envolvente, sobretudo com Mangualde, Nelas e Tondela, já que a sede de distrito acumula potenciais de competitividade a vários níveis:

a) Polo de aglomeração de serviços direcionais, incluindo os serviços avançados à produção;

b) Inserção num território com uma dinâmica industrial apreciável;

c) Boa localização no corredor Litoral/Interior e Norte/Sul;

d) Interesse patrimonial e turístico;

e) Proximidade a um território envolvente muito diversificado e rico em valores culturais e paisagísticos;

3.2. A CONDIÇÃO NATURAL

A condição natural é um fator essencial na dialética homem - território, e é (cada vez menos) fundamental o seu contributo direto e indireto na determinação de aptidões, capacidades e potencialidades para todas as utilizações e funções úteis ao Homem.

Adquirindo expressões distintas ao longo do tempo, o Homem tem sido, e continua a ser, influenciado pelo ambiente físico e social que o rodeia. Com as diferentes aquisições tecnológicas e a quantidade de combinações possíveis em termos de inter-relações sociais, desenvolve-se a ubiquidade humana, i.e., a capacidade da humanidade em libertar-se das coações do meio natural para organizar o espaço onde se desenrola a sua vida.

Ainda que tenha evoluído a referida capacidade de se libertar de tais coações, os condicionalismos naturais, como o relevo, linhas de água, tipo de solos, exposição solar, entre outros, por terem sido os primeiros a determinar a ocupação humana, continuam a desempenhar um papel importante na ocupação do território, ainda que, atualmente estejam fortemente relacionadas com as infraestruturas introduzidas pelo Homem.

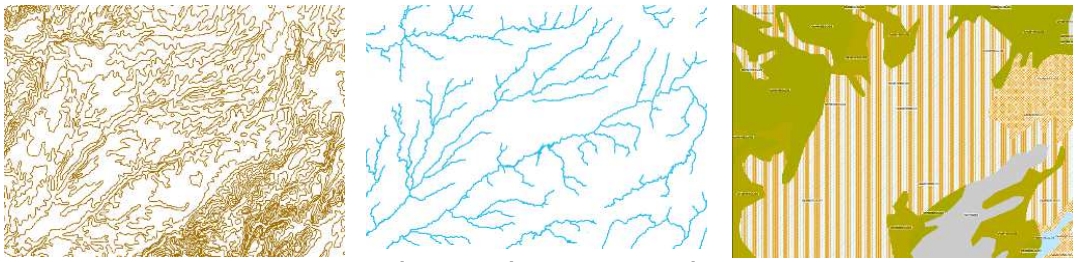


Figura 4. Elementos Naturais

FONTE: Atlas do Ambiente

A topografia do concelho impõe vivências e ocupações diferentes. À maior sinuosidade e valor de cotas altimétricas, associa-se uma menor concentração habitacional, populacional e uma maior dinamização da atividade agrícola. Ao contrário, nos terrenos onde a planície predomina encontra-se uma maior densidade de ocupação urbana, com reflexos nas atividades económicas.

No caso específico do concelho de Mangualde a forma topográfica dominante é o planalto que se inclina para Sul, cortado pelos vales encaixados dos Rios Dão e Mondego, onde se encontram terras férteis de aluvião nas suas encostas. No Município em estudo existe uma cadeia de pequenas montanhas, destacando-se a Nascente a Serra do Bom Sucesso, que se prolonga para Guimarães de Tavares. Neste encadeamento surge ainda a Serra das Pousadas que se liga à da Senhora do Castelo. Na parte central do concelho aparecem as terras de vegetação fértil, essencialmente nas freguesias de Mangualde, Fornos de Maceira Dão, Espinho e Alcafache. De uma forma mais dispersa e menos imponente, de menor altitude notam-se as elevações de Tabosa, Roda e Fagilde.

Em termos hidrográficos, o Rio Mondego e o seu afluente, o Rio Dão, são as principais linhas de água do concelho, como referenciado anteriormente. Contudo, existem igualmente outros cursos de

água com importância significativa, como sejam a Ribeira dos Frades, Rio e Ribeira de Ludares, Ribeira do Ribeirinho, Ribeira de Pereira, Ribeira de Cagavaio, Ribeira Videira, Ribeira de S. Pedro, Ribeira do Castelo, Ribeira de Almeidinha, Ribeira da Regada, Ribeira de Mourilhe, Ribeira de Cassurrães, Ribeira de Rebedal, Ribeira de Marialva, Ribeira da Canharda e Ribeira da Várzea, assim como, a albufeira de Fagilde.

De forma sistematizada, a 1ª revisão do PDM, identificou três macros unidades territoriais no concelho de Mangualde: Dão, Central e Mondego

Assim, o rio Dão define um território no qual predomina o solo florestal de produção, incluindo o valor termal de Alcafache, tendo ainda definido no seu leito a Albufeira de Fagilde.

Por sua vez, a Ribeira dos Frades, do Rio Videira e da Ribeira do Castelo, marcam o território Central de planalto, à volta dos quais se desenvolvem as atividades agrícolas produtivas, onde se concentram os solos de maior fertilidade.

O território do Mondego regista maior concentração de áreas declivosas, cuja continuidade é interrompida a norte pela presença da Ribeira de Ludares, onde o uso atual e potencial do solo é o florestal de produção.

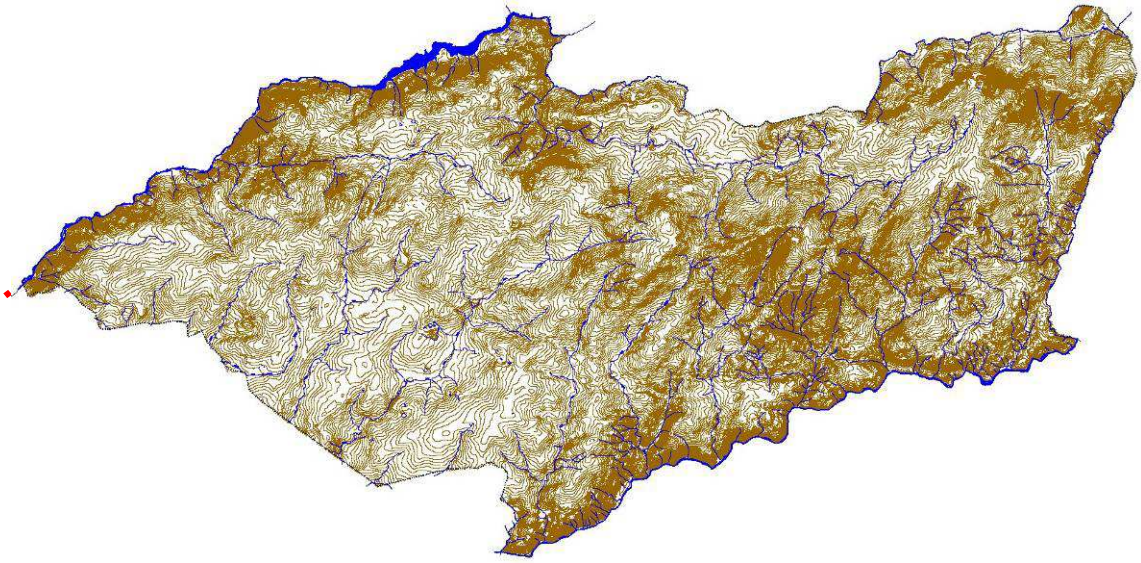


Figura 5. Unidades Territoriais

3.3. EVOLUÇÃO DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS

Introdução

Para um melhor conhecimento da realidade de um concelho e para a sua consequente análise demográfica, é necessário conhecer as suas características socioculturais, a sua evolução, bem como as perspetivas de crescimento da população de uma região.

Os dados proporcionados pelo estudo e análise demográfica que seguidamente se efetuará, permitirão identificar as conjunturas existentes no concelho de Mangualde, assim como, os cenários de desenvolvimento, mencionando-se simultaneamente as causas dos resultados obtidos.

Assim sendo, pretende-se não apenas tomar conhecimento da situação existente na atualidade do concelho de Mangualde, mas também identificar o melhor caminho para orientar e / ou consolidar um quadro de intervenções estratégicas, no âmbito do presente relatório.

Para a elaboração deste estudo, recorreu-se aos dados estatísticos do Instituto Nacional de Estatística - INE (Censos 1991, 2001 e 2011, resultados definitivos) e ainda ao anuário estatístico região centro 2015.

Pese embora a análise estatística desenvolvida tenha por base a informação disponível no INE, foi necessário proceder-se à agregação de determinados valores nos últimos decénios, em função da atual agregação das freguesias, em conformidade com a nova organização territorial - lei nº11-A/2013 de 28 de janeiro, com vista a uma análise enquadrada da estrutura e tendência de ocupação da população no concelho.

Demografia

A evolução demográfica em Portugal continua a caracterizar-se pela redução da população residente, sendo que este declínio se mantém já há alguns anos.

Ao nível do enquadramento regional em que o concelho de Mangualde se insere, nomeadamente na Região Centro e em Viseu-Dão Lafões, segue, de forma generalizada, a tendência verificada a nível nacional, conforme sistematizado na tabela seguinte.

Tabela 1. Evolução populacional, Portugal, Região Centro, Viseu- Dão Lafões e Mangualde, 2011-2015

Unidade Geográfica	Pop. Residente 2011	Pop. Residente 2015	Variação %
Portugal	10 541 840	10 341 330	-1,9%
Região Centro	2 319 530	2 256 364	-2,7%
Viseu- Dão Lafões	276 023	259 168	-6,1%
Mangualde	19 880	19 241	-3,2%

FONTE: INE, CENSOS –2011, Anuário estatístico região centro 2015

O concelho de Mangualde assistiu a um decréscimo populacional nas últimas décadas, registado uma quebra de 3,8% entre 1991 e 2001, a qual foi ainda mais intensa entre 2001 e 2011, fixando-se nos 5,3%, correspondendo a uma diminuição de 1110 habitantes.

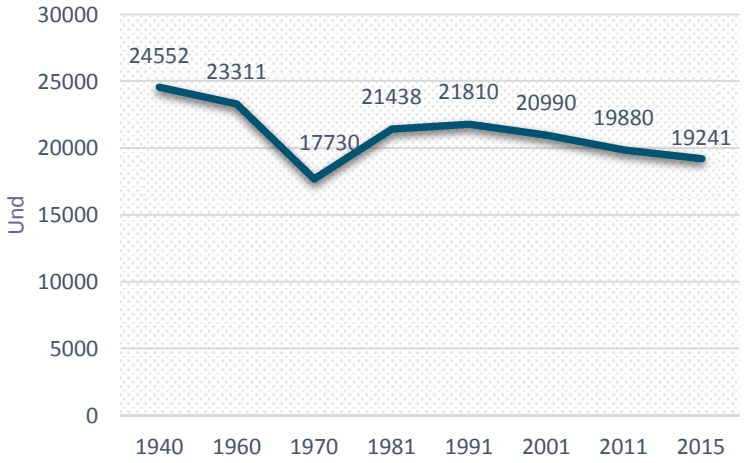
Face ao exposto, verificasse que o concelho de Mangualde padece do fenómeno de despovoamento que ocorre um pouco por todos os municípios localizados no interior do país. Estas zonas mais interiores e ruralizadas continuam a sofrer de uma grande quebra de população, devido a um inexorável processo de êxodo rural, com destino aos principais centros urbanos, bem como para outros países, à procura de melhores oportunidades de socioeconómicas.

A conjuntura evidenciada não só é decorrente da localização do município, mas também do contexto demográfico que ocorre em Portugal, onde o aumento do envelhecimento da população, a diminuição da taxa de natalidade, as alterações comportamentais da população em idade reprodutiva e as condições profissionais, provocaram uma conjuntura negativa, em termos evolutivos da população.

A título informativo, Mangualde apresentava uma população estimada em 2015 de 19241 habitantes[1], perdendo, assim, mais de 600 habitantes em 4 anos, mantendo a tendência regressiva da população.

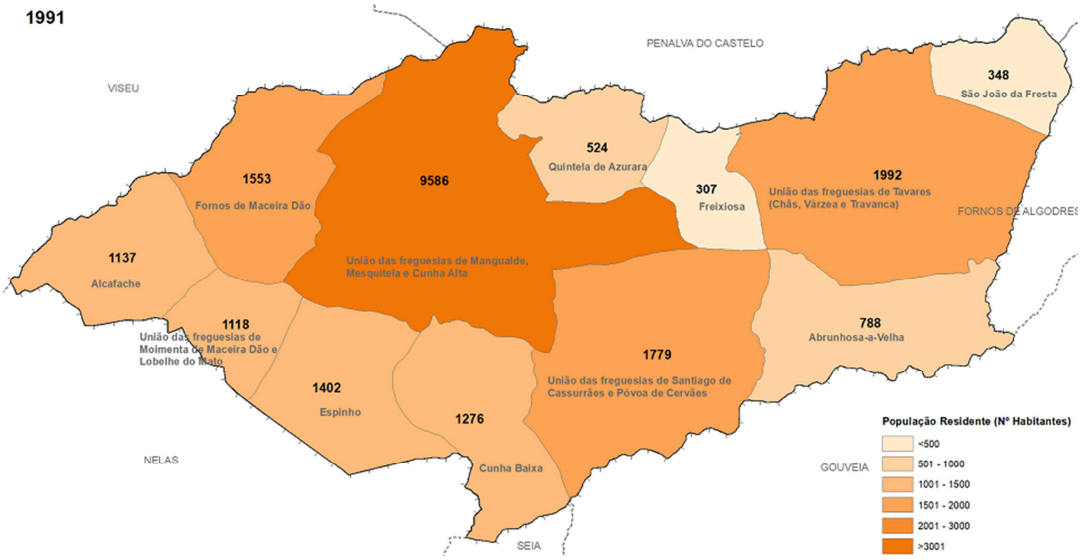
Gráfico 1. Evolução da população residente no concelho de Mangualde, 1940-2015

[1] Trata-se de Séries Estimativas Provisórias Anuais da População Residente do INE, com base nos últimos Censos de 2011. Em termos metodológicos não é correta a comparação técnica entre dados reais aferidos em momentos temporais definidos (Censos) e dados extrapolados por intermédio de cálculos estatísticos (Estimativas), no entanto não deixa ser importante uma vez que é o valor mais atual da população do concelho.



FONTE: INE, CENSOS – 1940-2011, Anuário estatístico região centro 2015

Através das figuras 6 e 7 que apresentam, respetivamente, a distribuição da população residente e a densidade populacional (o número de habitantes por Km²), podemos observar a tendência de decréscimo populacional referida do município de Mangualde, cuja dinâmica demográfica é generalizada em praticamente todas as freguesias.



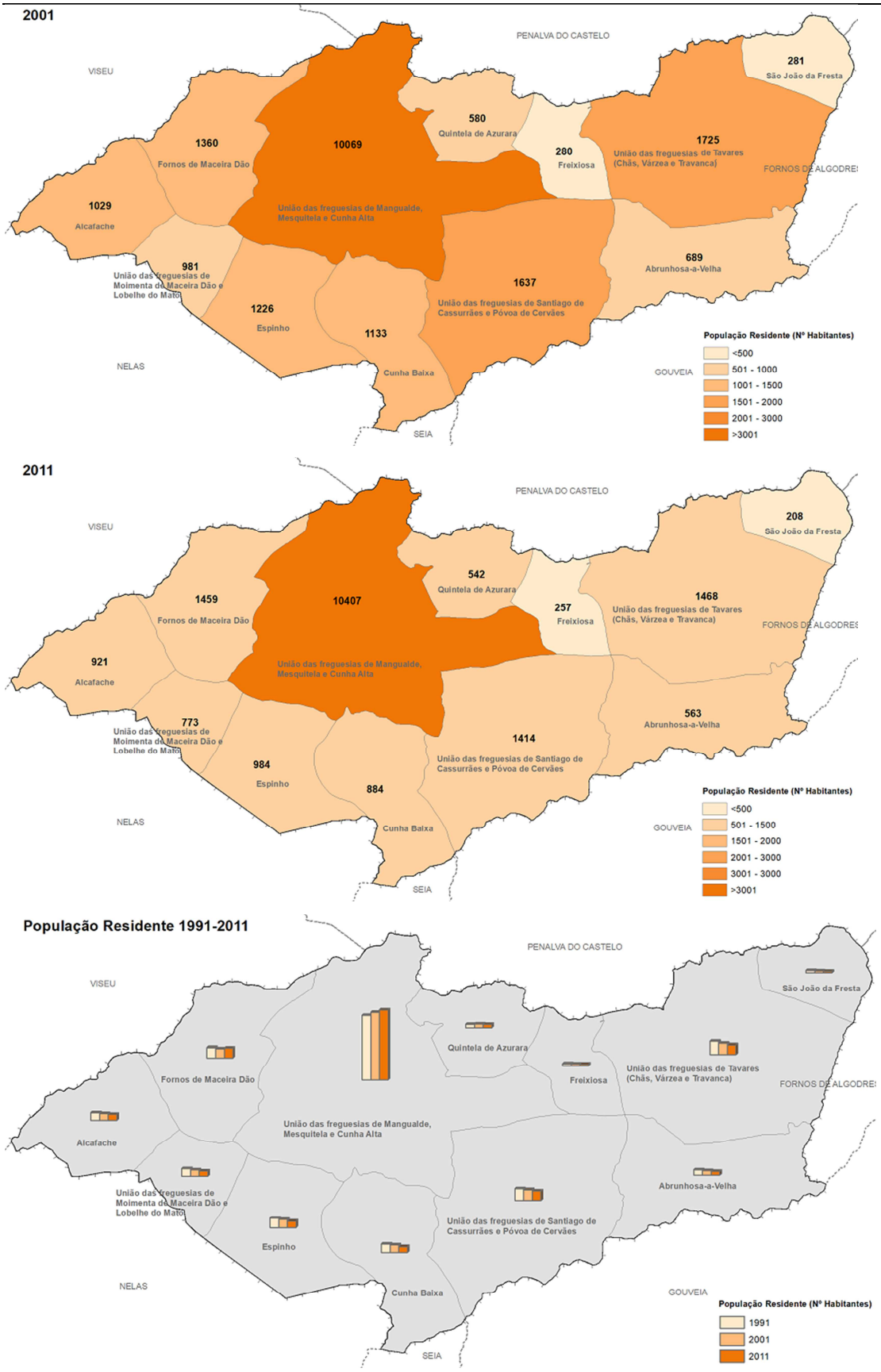


Figura 6. Distribuição Populacional por freguesias entre 1991 a 2011

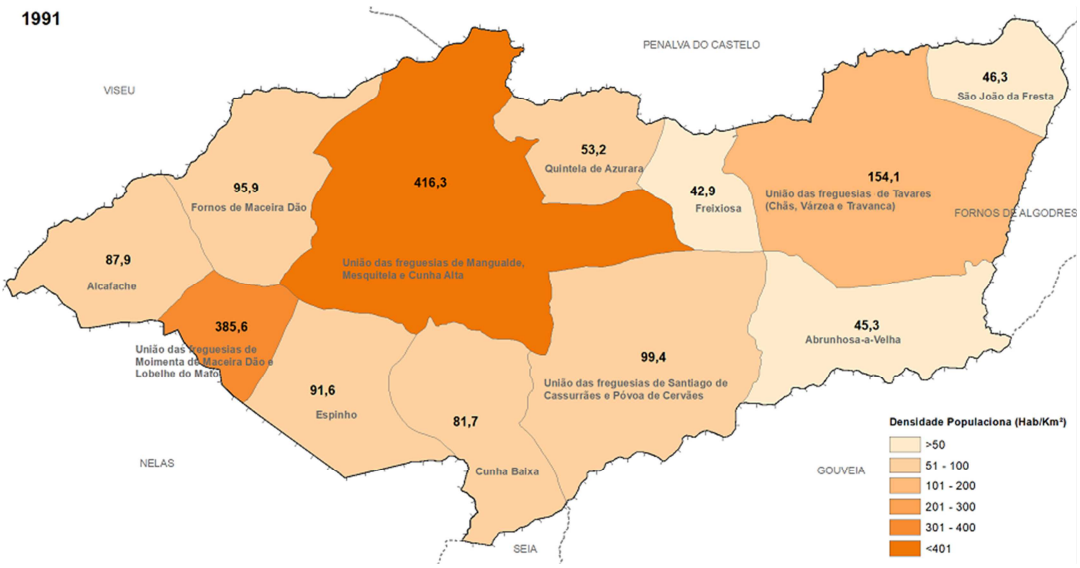
FONTE: INE, CENSOS – 1991-2011

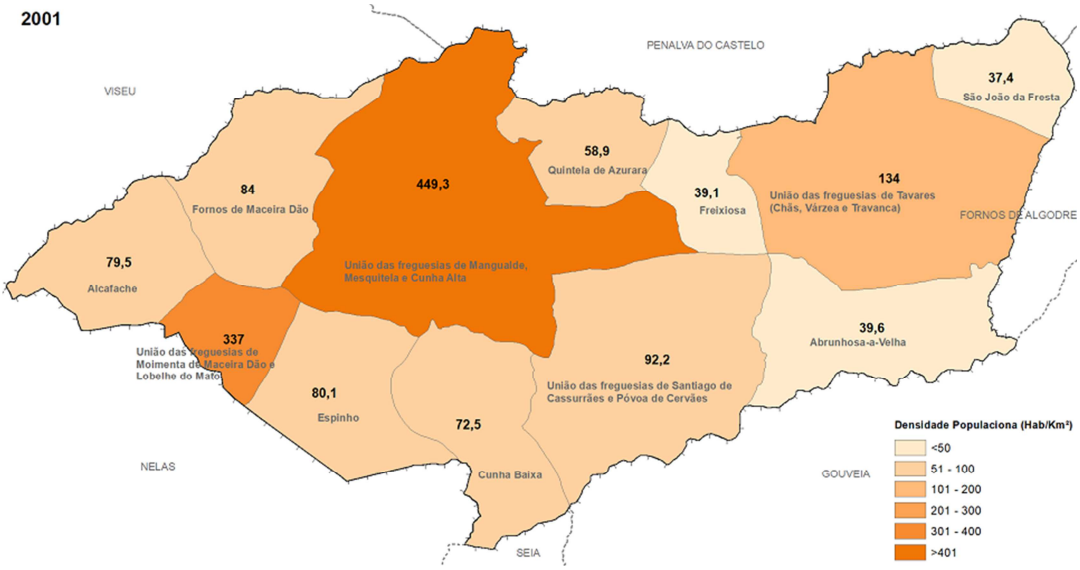
Face ao exposto, no período de 1991 e 2001 apenas as freguesias de Quintela de Azurara e a União de freguesias de Mangualde, Mesquitela e Cunha Alta registarem aumentos populacionais, na ordem dos 10,7% e 26,7% respetivamente, sendo que no período de 2001 a 2011, todas as freguesias

tiveram perdas populacionais, à exceção de Fornos de Maceira Dão, onde a população cresceu 7,3%, beneficiando da sua proximidade à sede concelhia.

Apesar de no último período intercensitário a freguesia de Mangualde registar algum dinamismo demográfico com um aumento populacional de 5,4%, a nova configuração territorial resultante na agregação da cidade com as freguesias de Mesquitela e Cunha Alta, justificam os dados apresentados, uma vez que estas últimas freguesias registaram perdas populacionais muito significativas, na ordem dos -8% e -34% respetivamente, sendo que Cunha Alta foi a freguesia concelhia com maior decréscimo populacional.

De acordo com a nova organização das freguesias verifica-se que a freguesia mais populosa é a União das Freguesias de Mangualde, Mesquitela e Cunha Alta, com 10 407 indivíduos, seguida da União das Freguesias de Tavares com 1 468 indivíduos e da Freguesia de Fornos Maceira do Dão com 1 459 indivíduos. Em oposição, destacam-se as freguesias de São João da Fresta e de Freixiosa, com menor número de habitantes, totalizando 208 e 257 residentes, respetivamente.





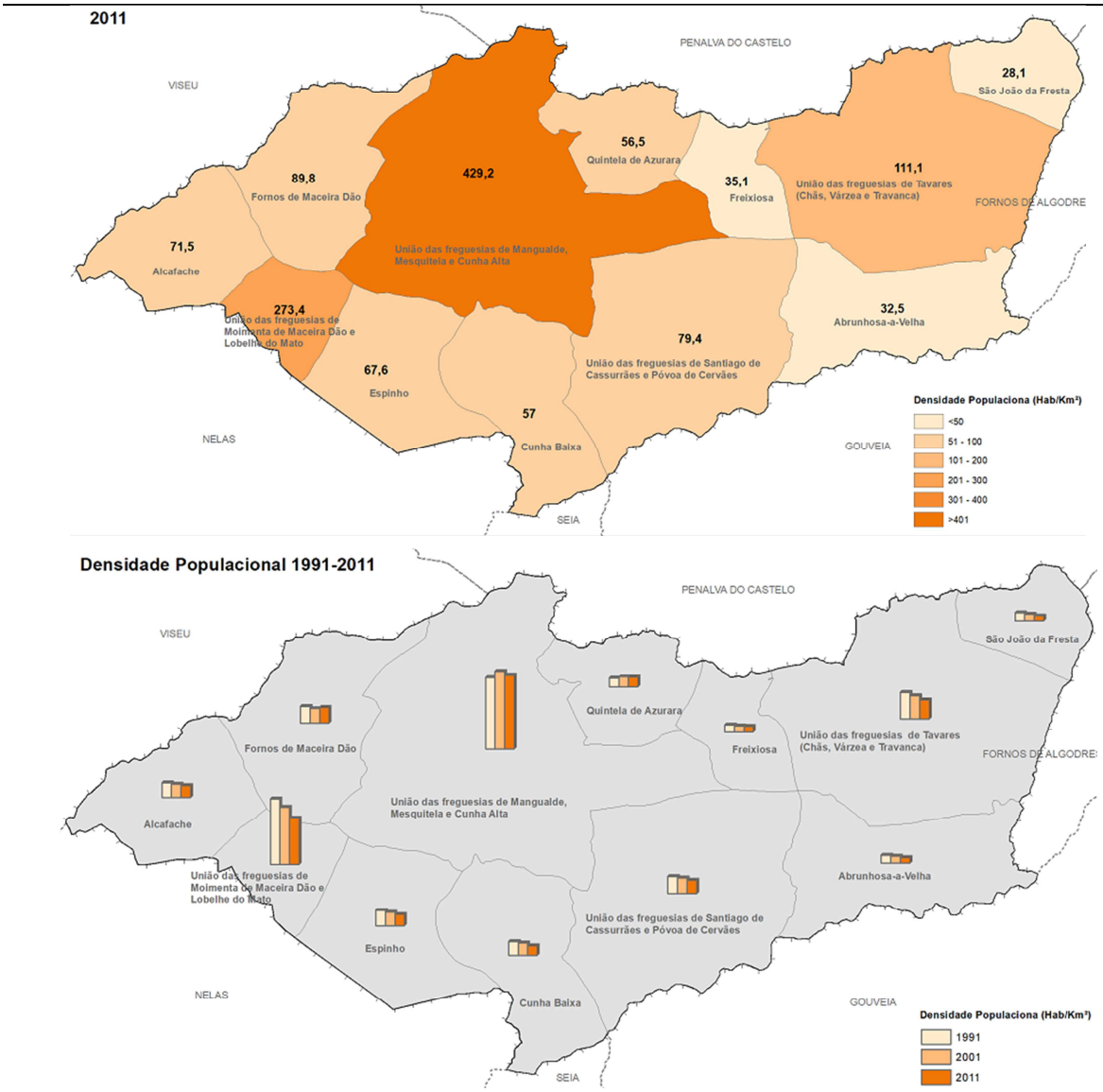


Figura 7. Densidade Populacional por freguesias entre 1991 a 2011

FONTE: INE, CENSOS – 1991-2011

A análise da composição da população por grupos etários é importante para a compreensão e estudo populacional de um território, uma vez que possibilita perceber as tendências de envelhecimento ou de juventude da população.

Tabela 2. População por grupo etário no concelho de Mangualde, 1991-2015

Grupos Etários	*1991*	*2001*	*2011*	*2015*
0-14 anos	4517	3278	2673	2448
15-24 anos	3314	3030	2115	2061
25-64 anos	10306	10279	10360	10029
> = 65 anos	3671	4403	4732	4703
Total	**21808**	**20990**	**19880**	**19241**

FONTE: INE, CENSOS – 1991-2011, Anuário estatístico região centro 2015

A nível dos grandes grupos etários é evidente a existência de dois cenários evolutivos distintos. Por um lado, os grandes grupos etários das crianças (0 – 14 anos) e dos jovens (15 – 24 anos) revelam

uma diminuição dos efetivos populacionais, o que corresponde a uma redução de 605 crianças (-18%) e 915 jovens (-30%) entre 2001 e 2011. Por outro lado, a população adulta (25 – 64 anos) e idosa (mais de 65 anos) registou um aumento da população, correspondente ao acréscimo de 81 adultos (1%) e 329 idosos (7%), entre 2001 e 2011.

Com base no Anuário Estatístico da Região Centro (2015) em termos evolutivos, entre 2011 e 2015 verifica-se que todos os grupos etários tiveram redução de efetivos o que reflete em parte a redução populacional verificada nesse período.

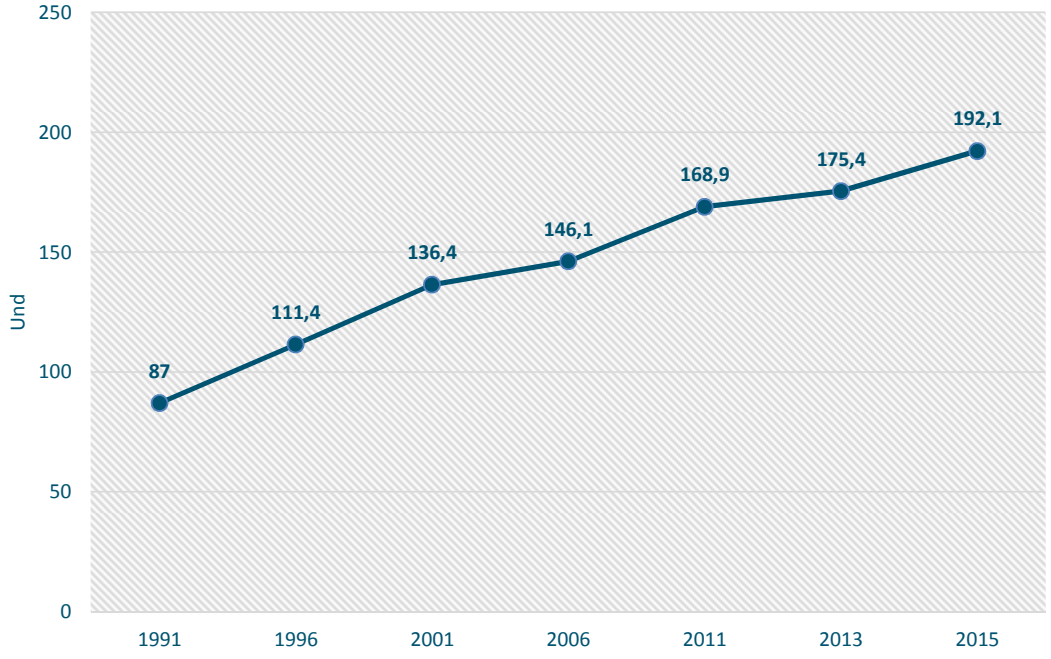
Pela análise do gráfico seguinte sobressai o significativo envelhecimento da população, com o progressivo aumento do peso do grupo etário com 65 ou mais anos, face ao grupo populacional das classes mais jovens. De facto, verifica-se que o fenómeno de envelhecimento da população tem vindo a acentuar-se pelo menos desde 1991, cumulativamente à redução das classes populacionais mais jovens. Esta conjuntura evidencia o aumento da esperança média de vida, em resultado do aumento da cobertura de cuidados médicos primários, bem como dos apoios sociais, sendo um reflexo da tendência na generalidade dos concelhos localizados no interior do país.

Gráfico 2. Evolução da estrutura etária da população do concelho de Mangualde, 1991-2015

FONTE: INE, CENSOS – 1991-2011, Anuário estatístico região centro 2015

O gráfico seguinte reforça a tendência descrita anteriormente no que concerne ao aumento da população idosa em relação aos jovens, cujo problema é uma questão central na dinâmica das sociedades europeias, ao qual o município de Mangualde não é alheio. Assim, o índice de envelhecimento tem vindo a registar um progressivo aumento ao longo das últimas décadas, situando-se em 2015 em 192,1, ou seja, nesse ano por cada 100 crianças existiam cerca de 192 idosos. No mesmo ano, enquanto Portugal registava um índice de envelhecimento de 146,5, a Região Centro e Viseu- Dão Lafões apresentavam valores muito superiores à média nacional, com 183,3 e 189,7 respetivamente. Face ao exposto, é notório que o concelho de Mangualde contribui significativamente para os valores apresentados pelas unidades onde se insere, uma vez que a este município correspondem dados muito superiores à média dessas mesmas áreas.

Gráfico 3. Índice de envelhecimento populacional no concelho de Mangualde, 1991-2015



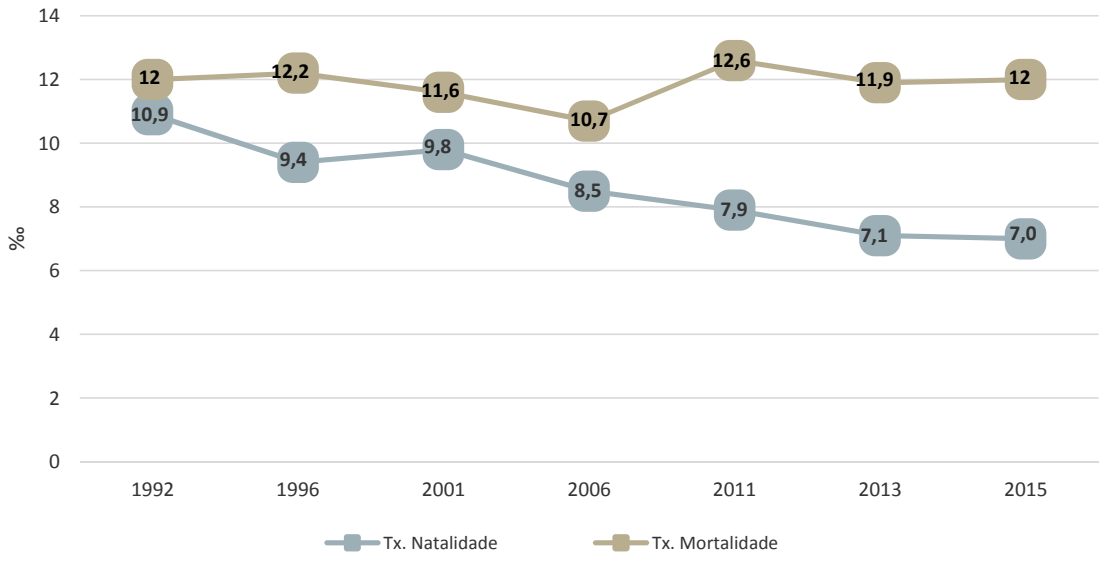
FONTE: INE, Estimativas da população – 1991-2011, Anuário estatístico região centro 2015

Relativamente à taxa de natalidade, correspondente ao número de nados vivos por cada mil habitantes, durante um certo período de tempo, o concelho de Mangualde acompanhou a tendência verificada no país. Analisando à data da 1ª revisão do PDM (2013) a taxa de natalidade era de 7,1‰, diminuindo para os 7‰ em 2015. Ainda assim, apresenta para esse ano valores superiores ao registado em Viseu-Dão Lafões (6,71‰), mas inferiores aos da Região Centro (7,11‰) e de Portugal (8,31‰).

No que diz respeito à taxa de mortalidade, (número de óbitos por cada mil habitantes ocorridos durante um certo período de tempo), verifica-se a existência de maiores oscilações, tendo, contudo,

um comportamento mais ou menos constantes. À data da 1ª revisão do PDM (2013) era de 11,9‰, subindo para 12‰ em 2015. Face ao exposto, nesse ano o concelho de Mangualde apresenta um cenário mais desfavorável comparativamente à média nacional, a qual era de 10,5‰. No entanto, a taxa de mortalidade do município em estudo era inferior aos valores registados na Região Centro e em Viseu-Dão Lafões que era de 12,2‰ respetivamente.

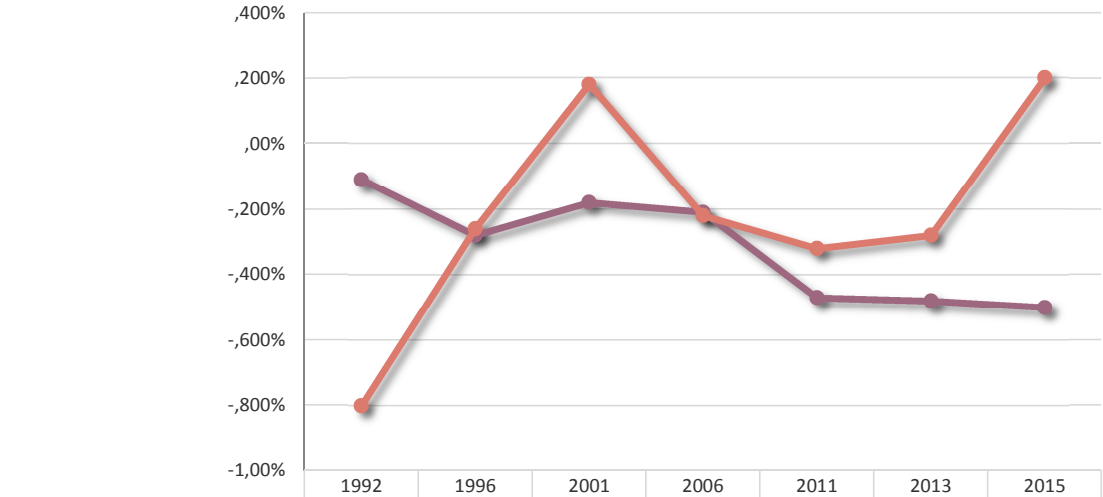
Gráfico 4. Taxa de natalidade e mortalidade no concelho de Mangualde, 1992-2015



FONTE: INE, Estimativas da população – 1992-2011, Anuário estatístico região centro 2015

No concelho de Mangualde, como existe uma diferença significativa entre a taxa de mortalidade e de natalidade, com esta ultima a ser sempre inferior, traduz-se assim numa taxa de crescimento natural negativa, conforme sistematizado no gráfico seguidamente apresentado. À data da 1ª revisão do PDM (2013) a taxa de crescimento natural era de -0,48%, aumentando ligeiramente em 2015 atingindo os -0,50%, igualando o valor apresentado pela na Região Centro no mesmo ano, sendo superior ao registado em Viseu-Dão Lafões (-0,56%).

Gráfico 5. Taxa de crescimento natural e migratório no concelho de Mangualde, 1992-2015



	1992	1996	2001	2006	2011	2013	2015
Tx. Crescimento Natural	000%	000%	000%	000%	000%	000%	-001%
Tx. Crescimento Migratório	-001%	000%	000%	000%	000%	000%	000%

FONTE: INE, Estimativas da população – 1992-2011, Anuário estatístico região centro 2015

Pela análise do gráfico anterior, é ainda possível verificar que a taxa de crescimento migratório, tem apresentado valores superiores à taxa de crescimento natural, em alguns casos mesmo positivos, como por exemplo em 2001 e 2015, não conseguindo, contudo, compensar as saídas da população. A este facto, não será alheia a conjuntura socioeconómica nacional e internacional, que torna Portugal um país menos atrativo para a emigração, em termos gerais, e se reflete, em termos particulares, também neste concelho.

No que respeita ao número de famílias clássicas no concelho de Mangualde, verifica-se que no período entre 2001 e 2011 registou-se um aumento de 5,7%, apesar do decréscimo populacional anteriormente apresentado para o município.

Ao nível das freguesias, Fornos de Maceira Dão, a União de Freguesias de Mangualde, Mesquitela e Cunha Alta, e ainda, Quintela de Azurara apresentam valores positivos, de 23,5%, 17,8% e 2,5% respetivamente. Estes resultados evidenciam que dinâmica comercial e industrial exercida pela cidade de Mangualde favorecem a fixação da população não apenas no seu núcleo, mas também, nas freguesias mais próximas. Face ao exposto, é notória a existência de um forte contraste entre o Noroeste do concelho, onde se localizam as freguesias referidas, e o restante, onde as unidades administrativas registam uma quebra significativa do número de famílias clássicas, variando entre -6,7 (Espinho) e -12,8% (São João da Fresta).

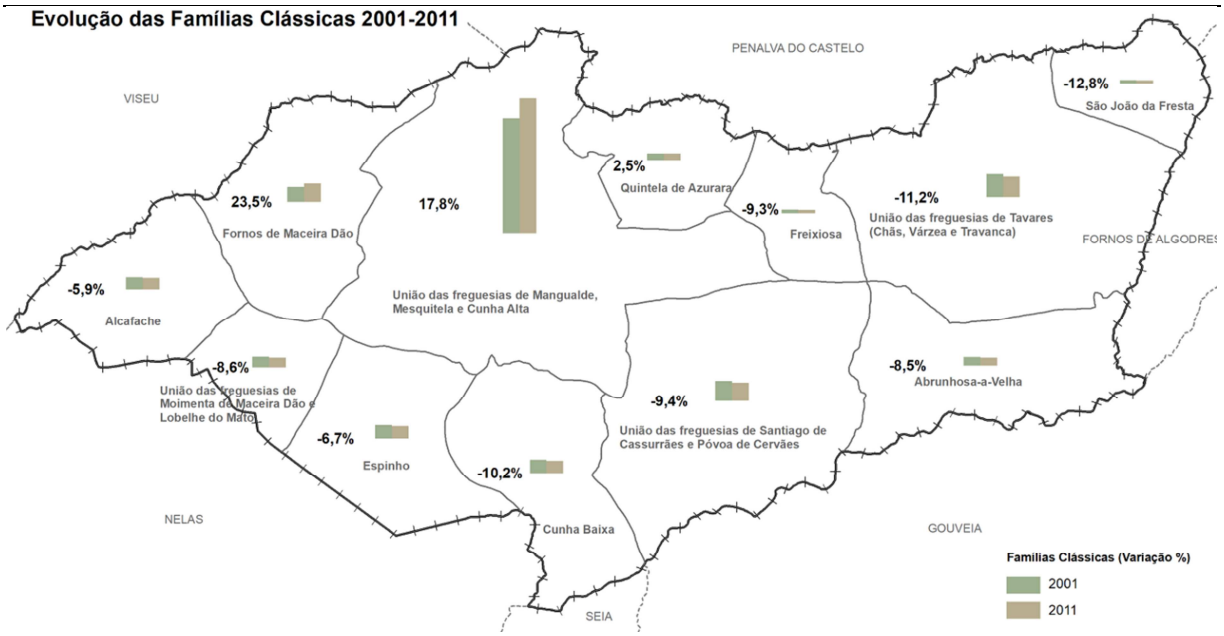


Figura 8. Evolução do n.º de famílias clássicas por freguesias, 2001-2011

FONTE: INE, CENSOS 2001-2011

Síntese

Neste pronto apresenta-se, de forma genérica, as principais ilações resultantes da análise efetuada à dinâmica demográfica que ocorreu no concelho de Mangualde nos últimos anos.

DINÂMICA DEMOGRÁFICA	↘Diminuição progressiva da população residente no concelho desde os anos 90 até à atualidade;
	↘Diminuição da população de forma mais ou menos homogénea por todo o território, no último período intercensitário, à exceção da União de freguesias de Mangualde, Mesquitela e Cunha Alta, e de Fornos de Maceira Dão, cuja dinâmica comercial e industrial caracterizadora de ambas, bem como a sua proximidade à cidade de Viseu, justificam esta atratividade e fixação populacional;
	↘Assiste-se a um envelhecimento progressivo da população, com um aumento do peso do grupo etário com 65 ou mais anos, face aos grupos mais jovens;
	↘Diminuição da taxa de natalidade e aumento da taxa de mortalidade, que se refletem nas taxas de crescimento natural negativas;
	↘Apesar do decréscimo populacional, verifica-se um aumento do número de famílias clássicas.

Habitação

Com a presente análise pretende-se avaliar as dinâmicas do setor da habitação no concelho de Mangualde, nomeadamente ao nível da evolução do número de edifícios, alojamentos e regime de ocupação dos mesmos, sendo ainda feita, uma abordagem à matéria da Habitação Social, por forma a servir de apoio à perspetivação de futuras intervenções no âmbito do ordenamento do território.

No concelho de Mangualde em 2011 estavam registados 11 589 edifícios, o que revela um acréscimo de cerca de 17% face a 2001. Os edifícios existentes representam cerca de 1% do total da Região Centro e 8% de Viseu Dão-Lafões. Esta dinâmica de crescimento também é evidente para as restantes unidades geográficas de análise, conforme sistematizado na tabela seguinte.

Tabela 3. Evolução do n.º de edifícios, Portugal, Região Centro, Viseu Dão-Lafões, Mangualde, 2001-2015

Unidade Geográfica	2001	2011	2015	Variação (%) 2001/2011	Variação (%) 2011/2015
Portugal	3 160 043	3 544 389	3 586 102	12,2%	1,2%
Região Centro	992 321	1 111 952	1 124 627	12,1%	1,1%
Viseu- Dão Lafões	129 067	145 974	148 043	13,1%	1,4%
Mangualde	9 881	11 589	11 718	17,3%	1,1%

FONTE: INE, CENSOS –2001, 2011, Anuário estatístico região centro 2015

Ainda de acordo com a tabela anterior é possível verificar que, tendo por base os dados das estimativas da habitação do INE, o concelho de Mangualde revela que a dinâmica anteriormente identificada se mantem, isto é, em 2015, estima-se que no concelho de Mangualde existissem 11 718 edifícios.

Ao nível das freguesias, pela análise da figura seguinte é possível observar que no período entre 2001 e 2011, todas as freguesias registaram um aumento do número de edifícios, revelando uma dinâmica edificatória positiva, com destaque para São João de Fresta (64,2%), Espinho (33,3%) e a União de freguesias de Mangualde, Mesquitela e Cunha Alta (24,3%).
Por outro lado, a União de freguesias de Moimenta de Maceira Dão e Lobelhe do Mato (0,2%) e a freguesia de Abrunhosa-a-Velha (1%) foram aquelas em que o crescimento foi mais ligeiro.

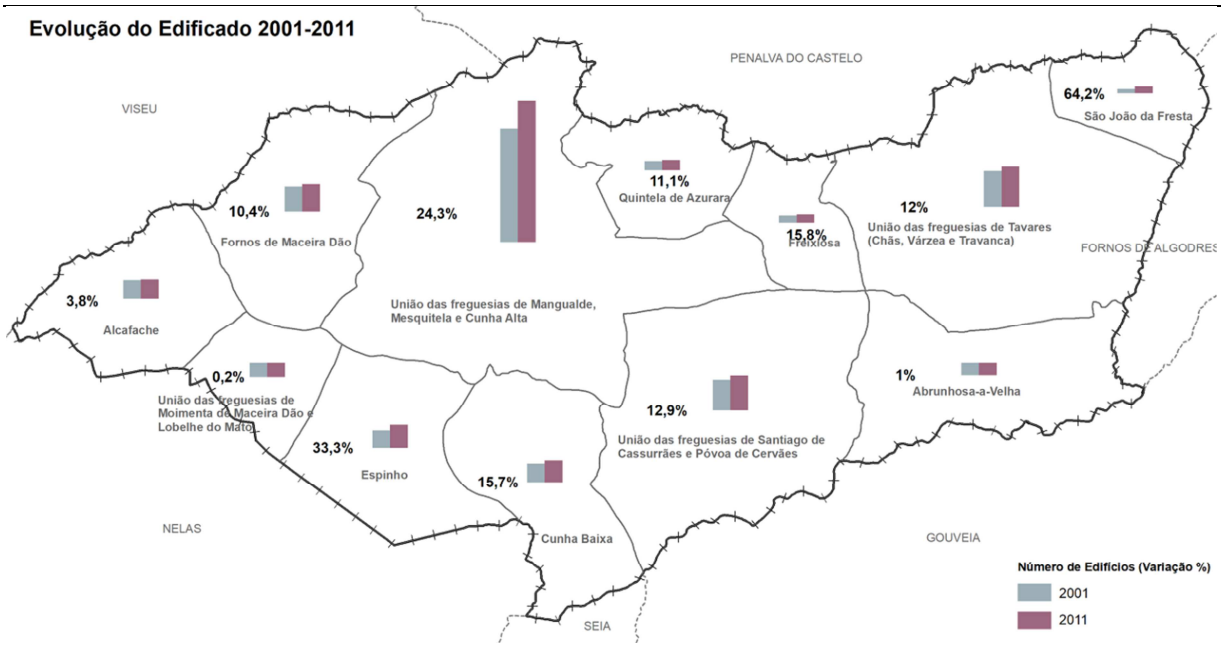


Figura 9. Evolução do número de edifícios por freguesia (2011-2011)

FONTE: INE, CENSOS –2001, 2011

De acordo com a nova organização das freguesias verifica-se que a freguesia com mais população, isto é, a União das Freguesias de Mangualde, Mesquitela e Cunha Alta é também a que apresenta mais edifícios.

Uma análise à idade média dos edifícios é possível verificar que em 2011, rondava os 39 anos na freguesia de Mangualde, Mesquitela e Cunha Alta, valor esse superior à média nacional (38 anos), mas também da Região Centro (38 anos) e de Viseu Dão-Lafões (36 anos).

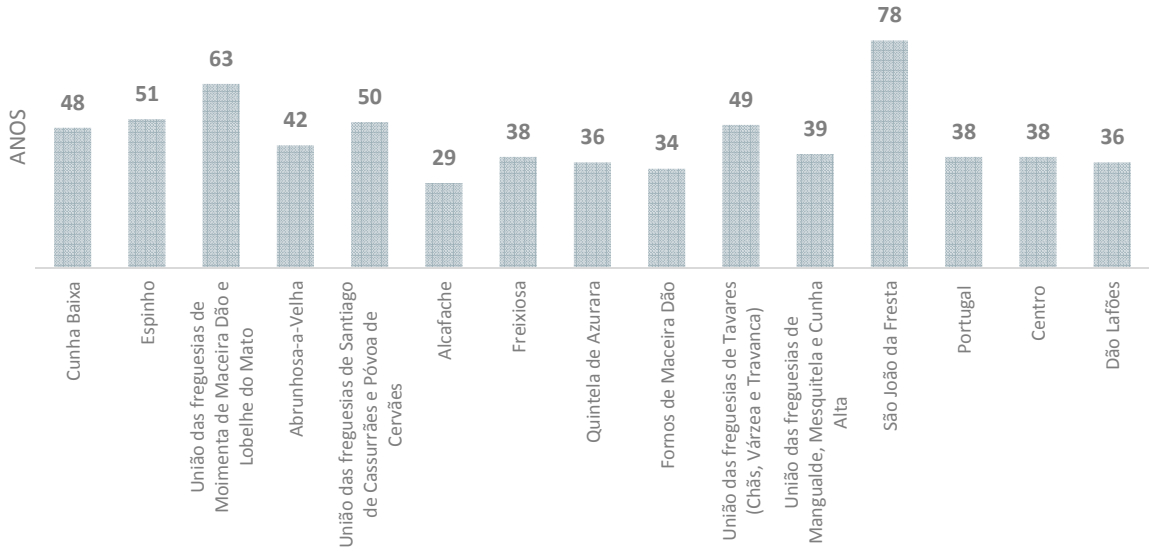


Gráfico 6. Idade média dos edifícios, Portugal, Região Centro, Dão-Lafões, Mangualde e Freguesias, 2011

FONTE: INE, CENSOS –2011

A nível das freguesias é possível verificar pelo gráfico anterior, que as freguesias que apresentavam um parque edificado mais antigo em 2011, era a freguesia de S. João da Fresta (78 anos), e a União

de freguesias de Lobelhe do Mato e Moimenta de Maceira Dão (63 anos). Por outro lado, a freguesia de Alcafache é aquela que tem os edifícios mais recentes na ordem dos 29 anos.

Relativamente ao número de alojamentos, verifica-se que à semelhança do número de edifícios, estes também aumentaram no concelho de Mangualde, registando em 2011 um total de 13 113 alojamentos familiares clássicos, sendo que se estima que em 2015 fossem mais 1,1% ou seja 13 262. Esta dinâmica positiva também se verifica a nível nacional, na Região Centro e em Viseu Dão-Lafões, conforme expresso na tabela seguinte.

Tabela 4. Evolução do n.º de alojamentos familiares clássicos, Portugal, Região Centro, Viseu Dão-Lafões, Mangualde, 2001-2015

Unidade Geográfica	2001	2011	2015	Variação (%) 2001/2011	Variação (%) 2011/2015
Portugal	5 019 425	5 859 540	5 926 286	16,7%	1,1%
Região Centro	1 248 486	1 443 886	1 462 230	15,7%	1,3%
Viseu- Dão Lafões	150 094	173 681	176 508	15,7%	1,6%
Mangualde	11 231	13 113	13 262	16,8%	1,1%

FONTE: INE, CENSOS –2001, 2011, Anuário estatístico região centro 2015

No que concerne à evolução do número de alojamentos por freguesia, podemos verificar através da figura seguinte que todas as freguesias do concelho de Mangualde registaram um aumento do número de alojamentos entre 2001 e 2011, à exceção de Abrunhosa-a-Velha onde este indicador não sofreu alterações.

A freguesia de São João de Fresta é a que apresenta uma evolução mais significativa e destacada das demais unidades administrativas, sendo que em 10 anos viu o seu número de alojamentos mais do que duplicar, situação que há havíamos evidenciado aquando da análise do número de edifícios. De facto, estes dois indicadores (número de edifícios e o número de alojamentos clássicos) estão correlacionados, sendo a dinâmica territorial semelhante, daí que, como seria expetável, as freguesias que tiveram um maior acréscimo do número de edifícios, foram também aquelas que registaram maiores aumentos em termos de alojamentos. Assim, seguidamente à freguesia suprarreferida, destacam-se igualmente a União de freguesias de Mangualde, Mesquitela e Cunha Alta (22,2%), bem como as freguesias na sua proximidade – Espinho (33,4%), Quintela de Azurara (12,1%) e Fornos de Maceira Dão (10,4%).

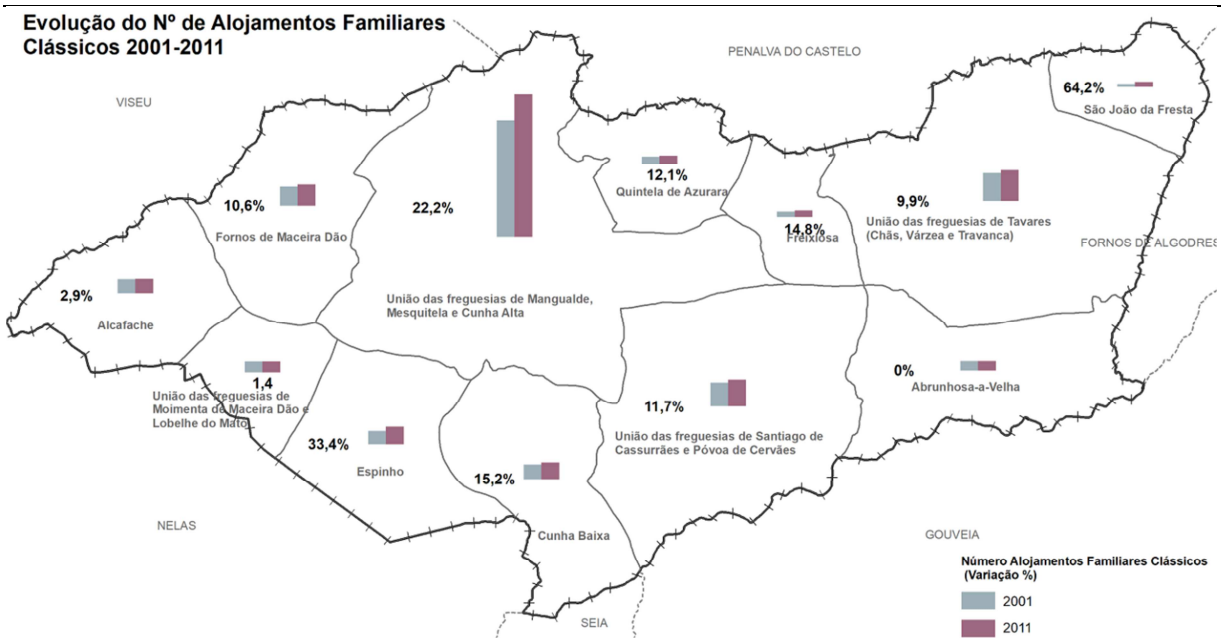


Figura 10. Evolução do n.º de alojamentos familiares clássicos por freguesia, 2001-2011

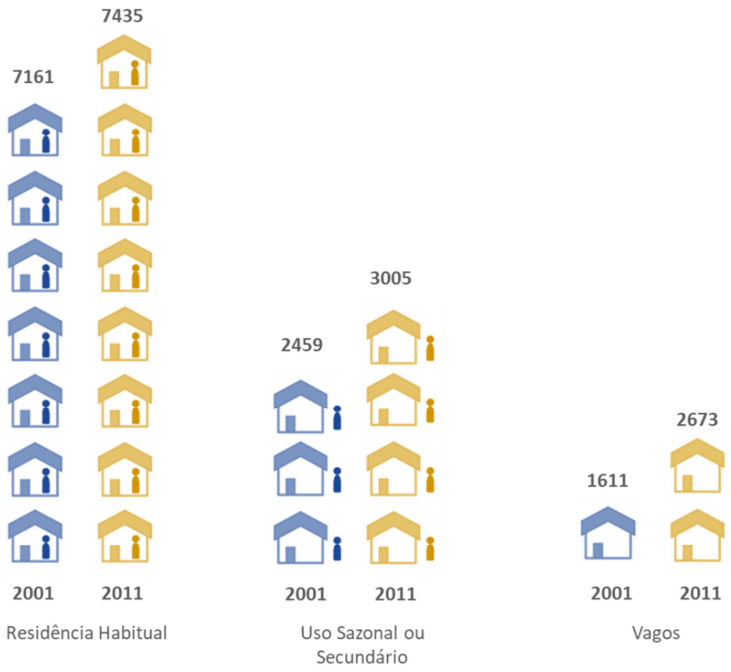
FONTE: INE, CENSOS –2001, 2011

Em termos de regime de ocupação dos alojamentos, podemos verificar através do gráfico seguinte que a maioria dos alojamentos existentes no concelho correspondem à residência habitual da população, cujo indicador aumentou ligeiramente (4%) no período em análise, representando em 2011 cerca de 57% dos alojamentos existentes no concelho,

De igual modo, verifica-se um acréscimo no que diz respeito aos alojamentos de uso sazonal ou secundário na ordem dos 22%, correspondendo a cerca de 23% da totalidade dos alojamentos do município em 2011.

É ainda de particular relevância, o número de alojamentos vagos existentes em Mangualde, os quais aumentaram cerca de 66% em 10 anos, representando à data dos últimos censos 20% da totalidade dos alojamentos concelhios.

Gráfico 7. Evolução do regime de ocupação dos alojamentos familiares clássicos no concelho de Mangualde, 2001-2011



FONTE: INE, CENSOS –2001, 2011

Esta evolução vem reforçar a crescente apetência pela residência secundária e de uso sazonal no concelho de Mangualde quer por parte de moradores permanentemente residentes no território em análise, quer de indivíduos externos ao município, evidenciando um progressivo aumento da atratividade do concelho para estadias mais ou menos prolongadas.

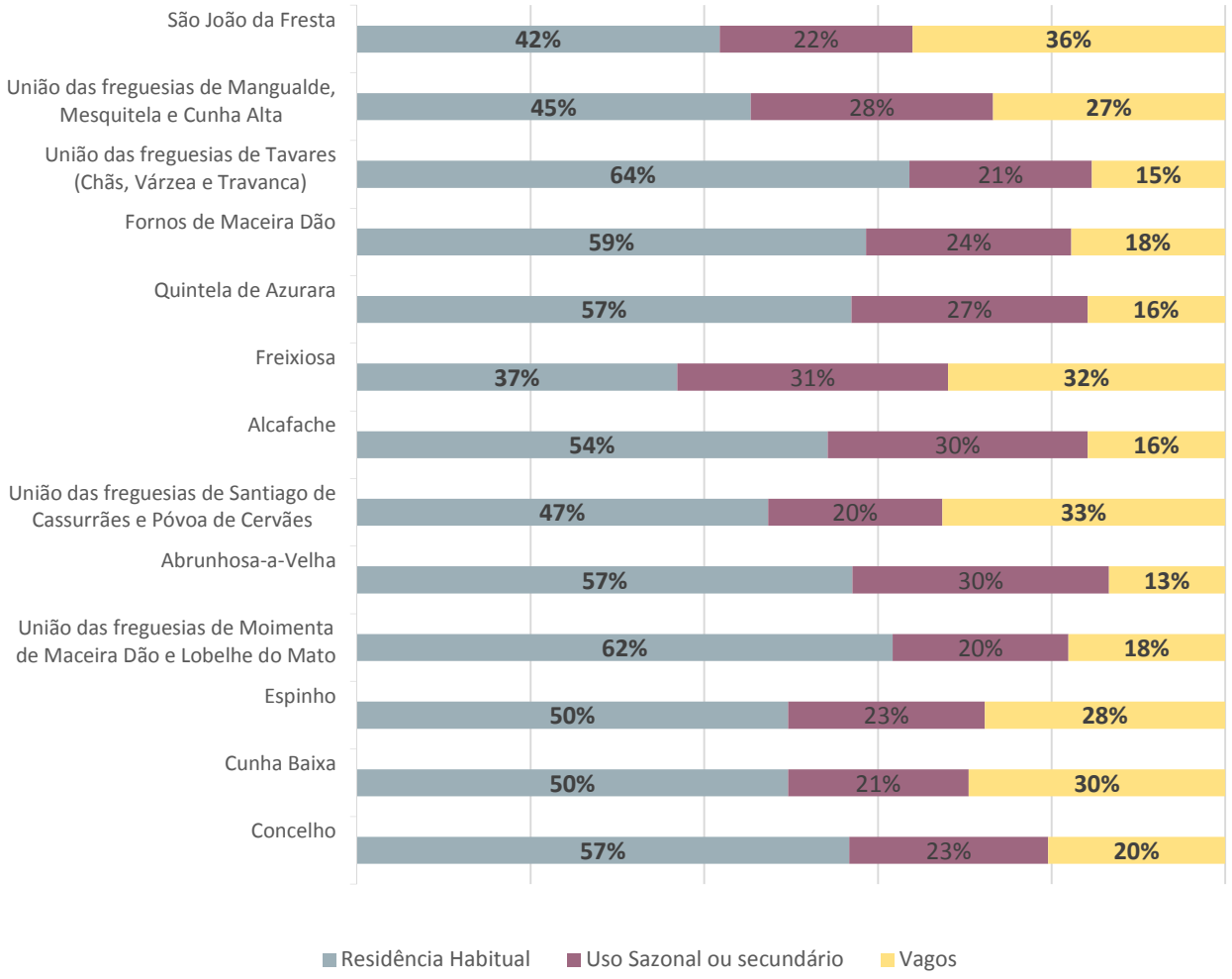
O gráfico seguinte pretende demonstrar o regime de ocupação dos alojamentos clássicos por freguesias, no ano de 2011. Assim, no que diz respeito à residência habitual a nível das freguesias, nas União de Freguesias de Tavares (64%), na União de Freguesias de Moimenta de Maceira Dão e Lobelhe do Mato (62%), bem como em Fornos de Maceira Dão (59%) apresentam valores muito superiores à média do concelho, sendo ainda de mencionar duas freguesias, Quintela da Azurara e de Abrunhosa-a-Velha, que igualam esse mesmo número (57%). As restantes unidades administrativas apresentam valores acima dos 42%.

Quanto ao uso sazonal ou secundário, é nas freguesias de Freixiosa (31%), Alcafache e Abrunhosa-a-Velha, ambas representativas de 30% do número de alojamentos do concelho, que este é mais expressivo.

No que concerne aos alojamentos vagos, estes apresentam maior peso nas freguesias de São João da Fresta (36%), na União de Freguesia Santiago de Cassurrães e Póvoa de Cervães (33%) e em Freixiosa (32%).

Em termos genéricos, a de Freixiosa é a que apresenta maior equilíbrio entre os três tipos de ocupação dos alojamentos, em oposição à União de Freguesias de Tavares, onde se verifica maior diferença entre as tipologias apresentadas.

Gráfico 8. Regime de ocupação dos alojamentos familiares clássicos (%), no concelho de Mangualde e



freguesias 2011

FONTE: INE, CENSOS –2001, 2011

Habitação Social

No concelho de Mangualde a Habitação Social concentra-se em dois bairros – Bairro Nossa Senhora do Castelo e Bairro Municipal, ambos localizados na sede do concelho.

Os bairros suprarreferidos perfazem um total de 99 alojamentos, sendo que 79 se encontram no Bairro Nossa Senhora do Castelo e 20 no Bairro Municipal.

A nível de Instrumentos de Promoção Municipal de Habitação existem no concelho o Programa SOLARH (suspenso pelo IHRU) e o Regulamento para Atribuição de Apoio Habitacional a Estratos Desfavorecidos.

O município tem vindo a atuar e a intervir de forma significativa na matéria da Habitação Social, nomeadamente na gestão patrimonial, no diagnóstico e caraterização socioeconómica dos agregados e no apoio e requalificação do parque habitacional, verificando-se, contudo, ainda algumas carências a nível da Habitação Social no concelho de Mangualde.

Síntese

Da análise realizada à temática da habitação, é possível ter alguns pontos de enquadramento da situação habitacional caracterizadora do concelho.

HABITAÇÃO	↘Aumento do parque habitacional do concelho quer a nível do número de edifícios, quer do número de alojamentos no período 2001-2011;
	↘A idade média dos edifícios é na ordem dos 41 anos, valor esse superior à média nacional e regional;
	↘Existência de um predomínio da residência habitual relativamente ao regime de ocupação dos alojamentos;
	↘Aumento do número de alojamentos de uso sazonal ou secundário no período de 2001-2011, demosntrando a apetência do concelho para a 2ª habitação;
	↘Aumento dos alojamentos vagos, em particular nas freguesias mais afastadas da sede do concelho;
	↘O concelho revela algumas carências na matéria da Habitação Social.

Economia

Os municípios possuem um papel relevante no processo de promoção do desenvolvimento económico local. É espectável, portanto, quer por parte dos agentes locais do setor privado (indústria, serviços de apoio à atividade económica, banca, etc.), quer do setor público e do associativismo, a execução de projetos indutores do desenvolvimento territorial centrados no aproveitamento das potencialidades e dos recursos locais.

O estudo seguidamente apresentado tem como objetivo o diagnóstico das dinâmicas económicas do concelho de Mangualde, procurando uma análise em termos globais da sua estrutura económica, identificando-se paralelemente, as tendências evolutivas dominantes e os setores e atividades que têm desempenhado um papel mais preponderante no desenvolvimento concelhio.

Um dos óbices principais à caracterização da estrutura produtiva reside na informação estatística, visto que, em determinados casos, não há informação disponível e noutros (porventura na sua maior parte), a desagregação geográfica ou setorial (maioritariamente por concelho), não permite a clarificação necessária e desejável para uma melhor compreensão dos factos.

Longe de serem exaustivos, os indicadores não contemplam todas as unidades em análise, traduzindo, contudo, a realidade socioeconómica do concelho.

De acordo com a informação dos Censos, no período de 2001 a 2011, a população ativa diminuiu ligeiramente (-0,7%) no concelho de Mangualde, acompanhando a tendência verificada na Região onde se insere, evidenciando a progressiva diminuição de população para o mercado de trabalho.

Face ao exposto e em conformidade com o que vem de ser dito até então, em que se evidencia a progressiva diminuição da população residente, os resultados apresentados pela taxa de atividade concelhia são os expetáveis, encontrando-se apresentadas na tabela seguinte. Assim, o concelho de Mangualde regista, no período em análise, um ligeiro aumento deste indicador (2%), seguindo a tendência económica da unidade geográfica de Viseu-Dão Lafões (+0,6), sendo que a Região Centro não sofreu alterações quantitativas.

Tabela 5. Evolução da população ativa e taxa de atividade, Portugal, Região Centro, Viseu-Dão Lafões e Mangualde, 2001-2011

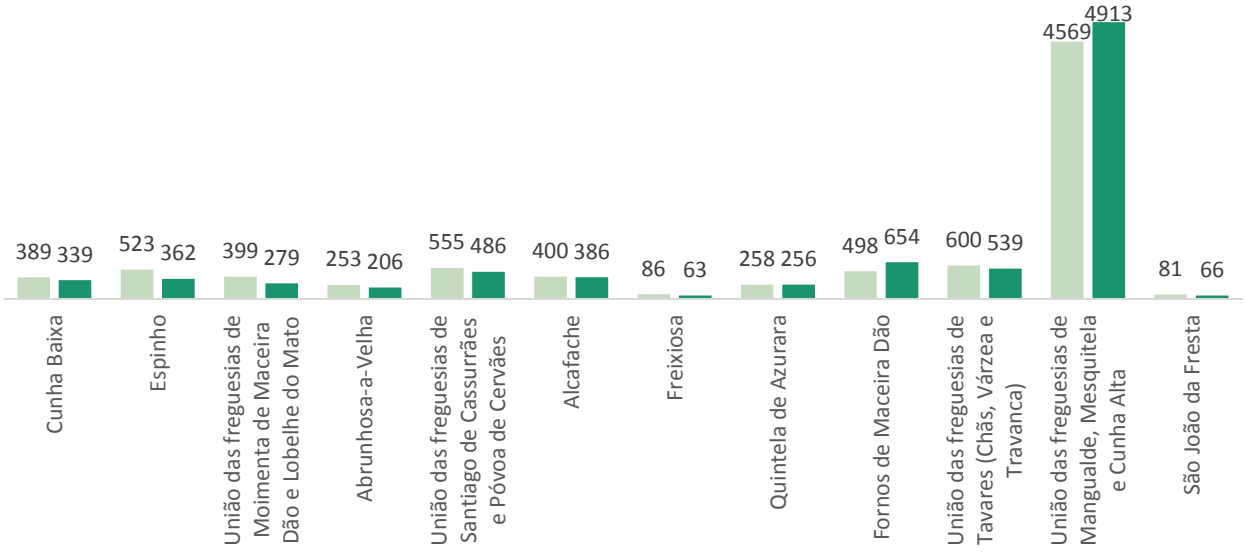
Unidade Geográfica	2001		2011	
	Pop. Ativa N.º	Taxa Atividade %	Pop. Ativa N.º	Taxa Atividade %
Portugal	4 990 208	48,1	5 023 367	47,6
Região Centro	1 067 864	45,4	1 056 225	45,4
Viseu- Dão Lafões	120 641	42,1	118 257	42,7
Mangualde	8 611	41,0	8 549	43,0

FONTE: INE, Censos – 2001-2011

Através do seguinte gráfico, podemos verificar, que no último período intercensitário, a generalidade das freguesias registou uma significativa diminuição da população ativa, à exceção da União de freguesias de Mangualde, Mesquitela e Cunha Alta, bem como, a freguesia de Fornos de Maceira Dão, com um aumento de 344 e 156 indivíduos respetivamente. Esta situação acompanha a evolução da população residente, como anteriormente referido (figura 6), sendo de reforçar que o aumento da população ativa ocorre nas duas freguesias concelhias de maior dinâmica comercial e industrial.

A Sul das freguesias mencionadas, encontram-se as duas unidades administrativas com maior quebra do número de população ativa do concelho – Espinho (-161) e a União de freguesias de Moimenta de Maceira Dão e Lobelhe do Mato (-120).

Em 2011, União de freguesias de Mangualde, Mesquitela e Cunha Alta detinha mais de 50% da



população ativa do concelho.

Figura 11. Evolução da população ativa por freguesias, 2001-2011

FONTE: INE, Censos – 2001-2011

No que diz respeito à taxa de atividade, observa-se através da figura seguinte, que no período em análise, oitos das doze freguesias apresentam uma evolução positiva, com variações entre os 1,8% (União de freguesias de Mangualde, Mesquitela e Cunha Alta) e 8,2% (Fornos de maceira Dão). O baixo valor apresentado pela principal União de freguesias deve-se ao número referente a Cunha Alta, uma vez, que, segundo os dados do INE, esta freguesia teve uma quebra populacional de 32 indivíduos.

Em posição a estas, surgem a freguesia de Espinho (-5,9%) e a União de freguesias de Moimenta de Maceira Dão e Lobelhe do Mato (-4,6%), cujos valores mencionados se encontram relacionados com a análise efetuada anteriormente, referentes à população ativa.

Com uma evolução igualmente negativa evidencia-se a freguesia de Freixiosa (-6,2%), seguindo o prolongamento populacional verificado em Cunha Alta (de acordo com elementos anteriores à agregação administrativa)

Importa ainda referir que no que concerne ao peso da taxa de atividade por freguesia, todas apresentam valores entre cerca de 35% (União das freguesias de Santiago de Cassurrães e Póvoa de Cervães) e 47%, correspondentes quer a Quintela de Azurara, bem como São João de Fresta.

Apenas a freguesia de Freixiosa apresenta valores inferiores aos referidos, na ordem dos 25%, justificados pela perda populacional (figura 6).

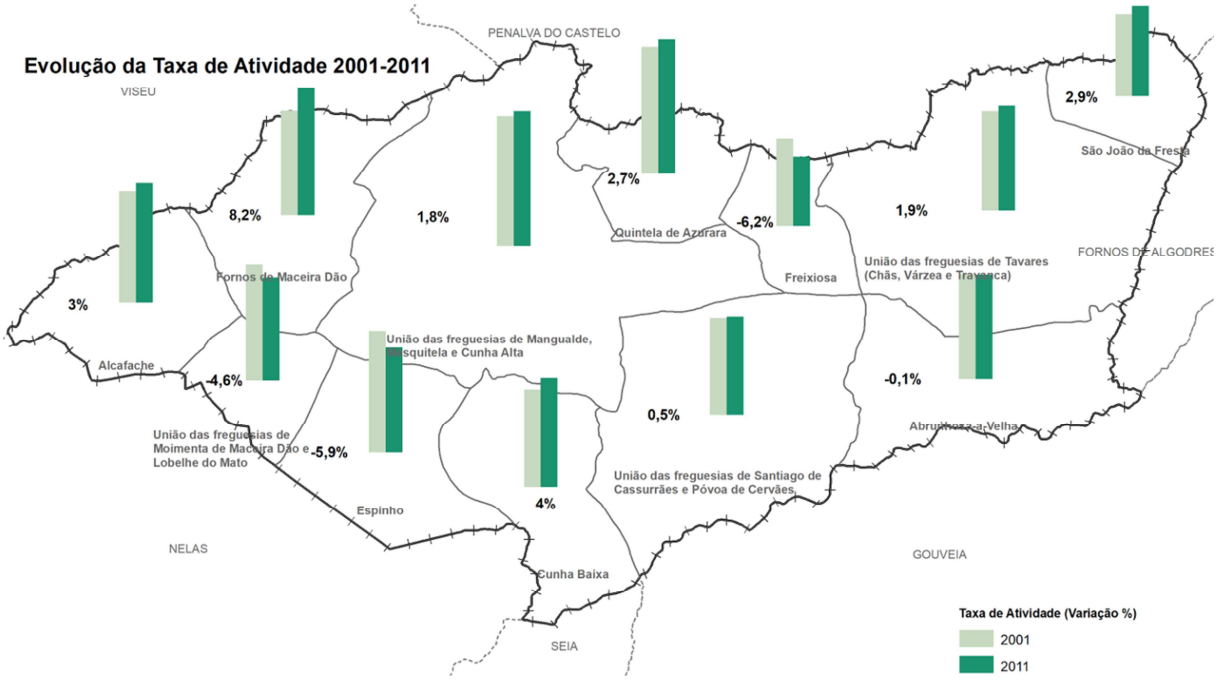


Figura 12. Evolução da taxa de atividade por freguesias, 2001-2011

FONTE: INE, Censos – 2001-2011

A problemática do desemprego é um fator crescente de preocupação devido, por um lado, ao seu progressivo aumento, o qual se intensificou nos últimos anos e, por outro, devido à situação

económica atual. O desemprego perdeu o caráter individual para adquirir, cada vez mais, um caráter conjuntural e estrutural

À semelhança do que ocorre a nível nacional, o concelho de Mangualde registou um aumento da taxa de desemprego na ordem dos 9,5% no último período intercensitário, atingindo valores superiores à média nacional (+0,7%) e às unidades geográficas onde se insere - da Região Centro (2,9%) e de Viseu-Dão Lafões (2,49%), conforme se pode observar na tabela seguinte.

As taxas de desemprego elevadas constituem uma problemática para a sociedade contemporânea a que a economia portuguesa, e em particular a do concelho de Mangualde, não é alheia, contribuindo para a tornar mais débil, face a um quadro internacional muito competitivo.

Tabela 6. Evolução da taxa de desemprego em Portugal, Região Centro, Viseu-Dão Lafões e Mangualde no período 2001-2011

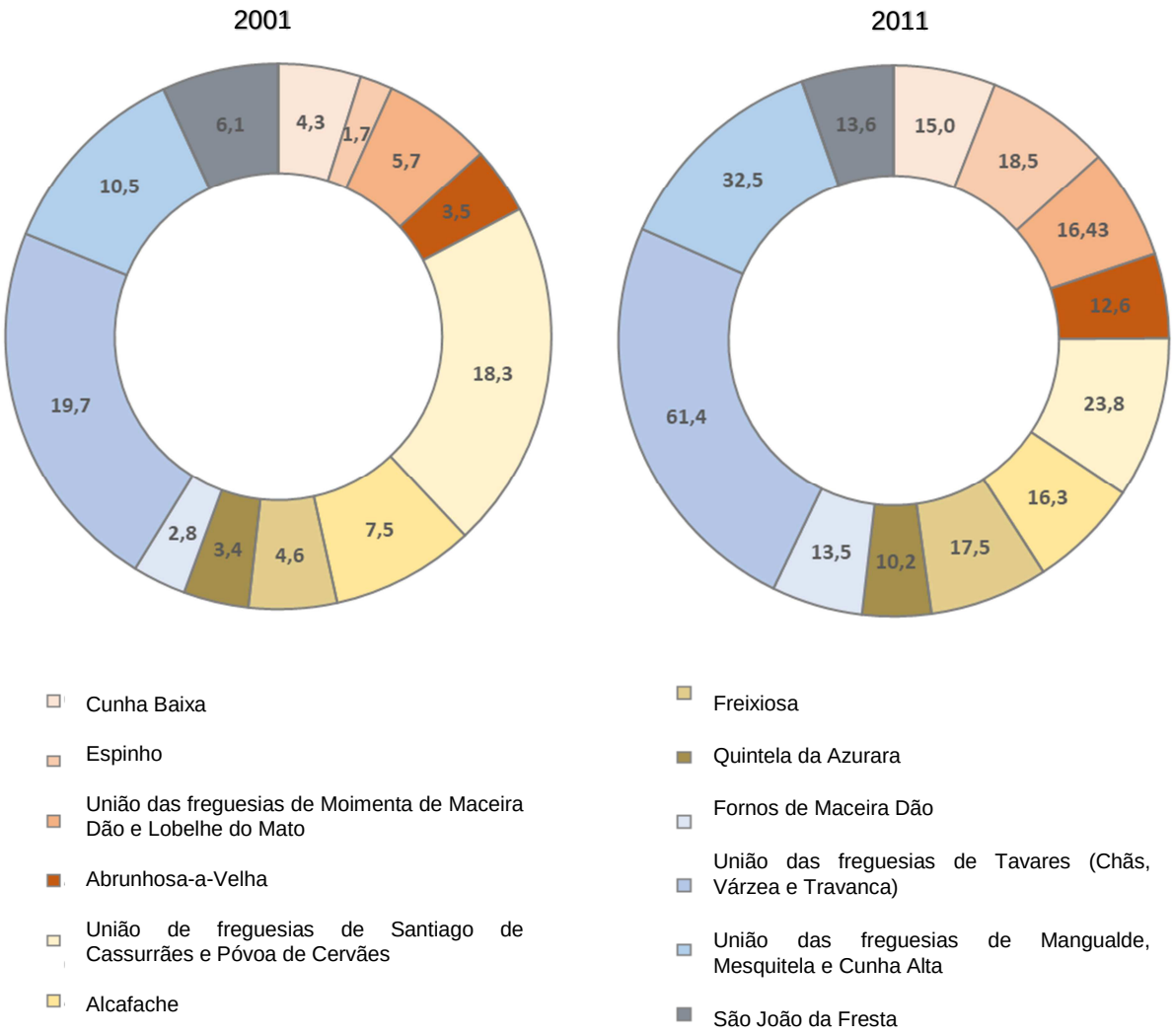
Unidade Geográfica	1991	2001	2011
Portugal	6,1	6,8	13,18
Região Centro	5	5,8	10,98
Viseu- Dão Lafões	5,3	7	11,42
Mangualde	5,1	4,4	13,91

FONTE: INE, Censos – 2001-2011

Atualmente, e de acordo com os dados do IEFP datados de fevereiro de 2017, verifica-se uma tendência de descida do número de desempregados em de cerca de 14%, face ao mês homólogo do ano de 2016. Importa referir que em fevereiro de 2017, a grande maioria dos desempregados registados no Centro de Emprego se encontrava numa situação de procura de novo emprego (84%) e 16% à procura do 1º emprego.

O comportamento das freguesias foi diferenciado, com apenas a freguesia de Póvoa de Cervães a registar uma quebra da taxa de desemprego (0,7%), no último período intercensitário, o que é positivo tendo em conta que em 2001 era a freguesia que detinha a taxa de desemprego mais elevada do concelho. Todas as restantes freguesias experimentaram uma subida da taxa de desemprego entre 2001 e 2011, com especial relevo para a freguesia de Travanca de Tavares, que também detinha a taxa de desemprego mais elevada em 2011, bem como para as freguesias de Espinho e Freixiosa. Destaque ainda para as freguesias de Cunha Alta, Lobelhe do Mato e Moimenta de Maceira Dão, que em 2011 verificavam às taxas de desemprego menores, bem mais baixas do que a média do concelho.

Gráfico 9. Evolução da taxa de desemprego (%) nas freguesias, 2001-2011

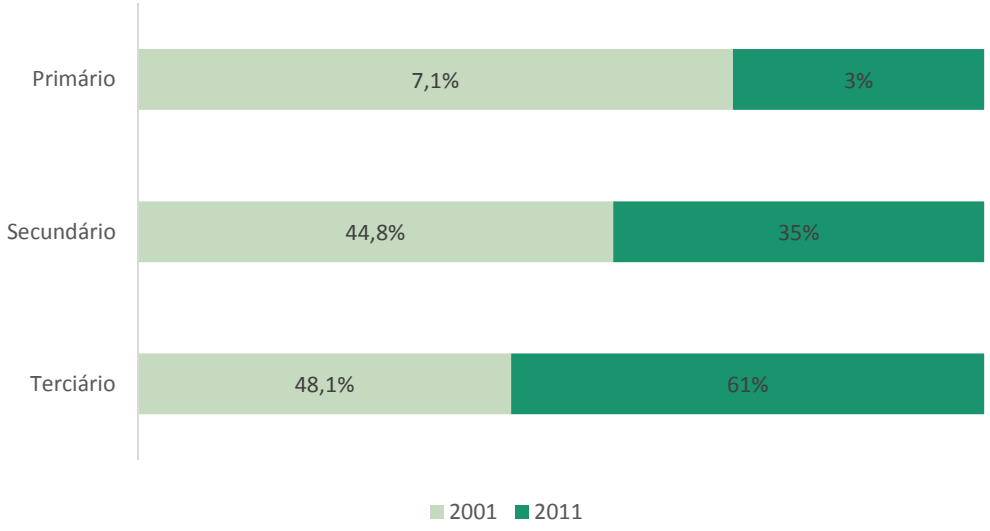


FONTE: INE, Censos – 2001-2011

Relativamente à distribuição da população por setores de atividade, como se pode visualizar no gráfico seguintes, constata-se que entre 2001 e 2011 acentuou-se o processo de alteração da composição dos setores de atividade, denotando-se uma quebra do setor primário e secundário e um progressivo reforço do setor terciário, evidenciando que, pese embora o concelho apresente no concelho existam unidades industriais de grande dimensão e importância concelhia, a atividade comercial intensificou-se na ordem dos 13%.

A evolução recente revela manifestações e tendências, cujo contexto não se diferencia significativamente, em relação a áreas geográficas com as quais Mangualde se relaciona e integra.

Gráfico 10. População por setores de atividade no concelho de Mangualde, 2001-2011



FONTE: INE, Censos – 2001-2011

Dinâmica Empresarial

A conjuntura empresarial permite, por um lado, identificar o desenvolvimento progressivo de um território, e por outro, a dinamização do município acompanhada de investimento público.

Segundo dados do INE, em 2014 encontravam-se sediadas em Mangualde 1853 empresas, verificando-se um aumento de cerca de 14% face a 2011, representando cerca de 7% da totalidade das empresas existentes no contexto regional em que o concelho em estudo se insere (Viseu Dão-Lafões).

De acordo com dados do INE, em 2014, 99,9% das empresas localizadas no concelho de Mangualde, tinham menos de 10 pessoas ao serviço, evidenciando que o tecido empresarial concelhio é caracterizado por micro, pequenas e médias empresas. Este indicador tem vindo a registar um progressivo aumento, uma vez que em 2011 representava cerca de 96% das empresas.

Esta evolução e dinâmica positiva apresentadas pelo concelho de Mangualde, deve-se essencialmente, ao aumento exponencial do número de empresas ligadas à agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, na ordem dos 700%. Estes resultados, justificam-se, na sua maioria, e de acordo com o que apuramos junto do INE, pela obrigatoriedade de registo nas finanças de “todos os agricultores” com atividade comercial, constituindo assim um aumento do número de empresas em nome individual.

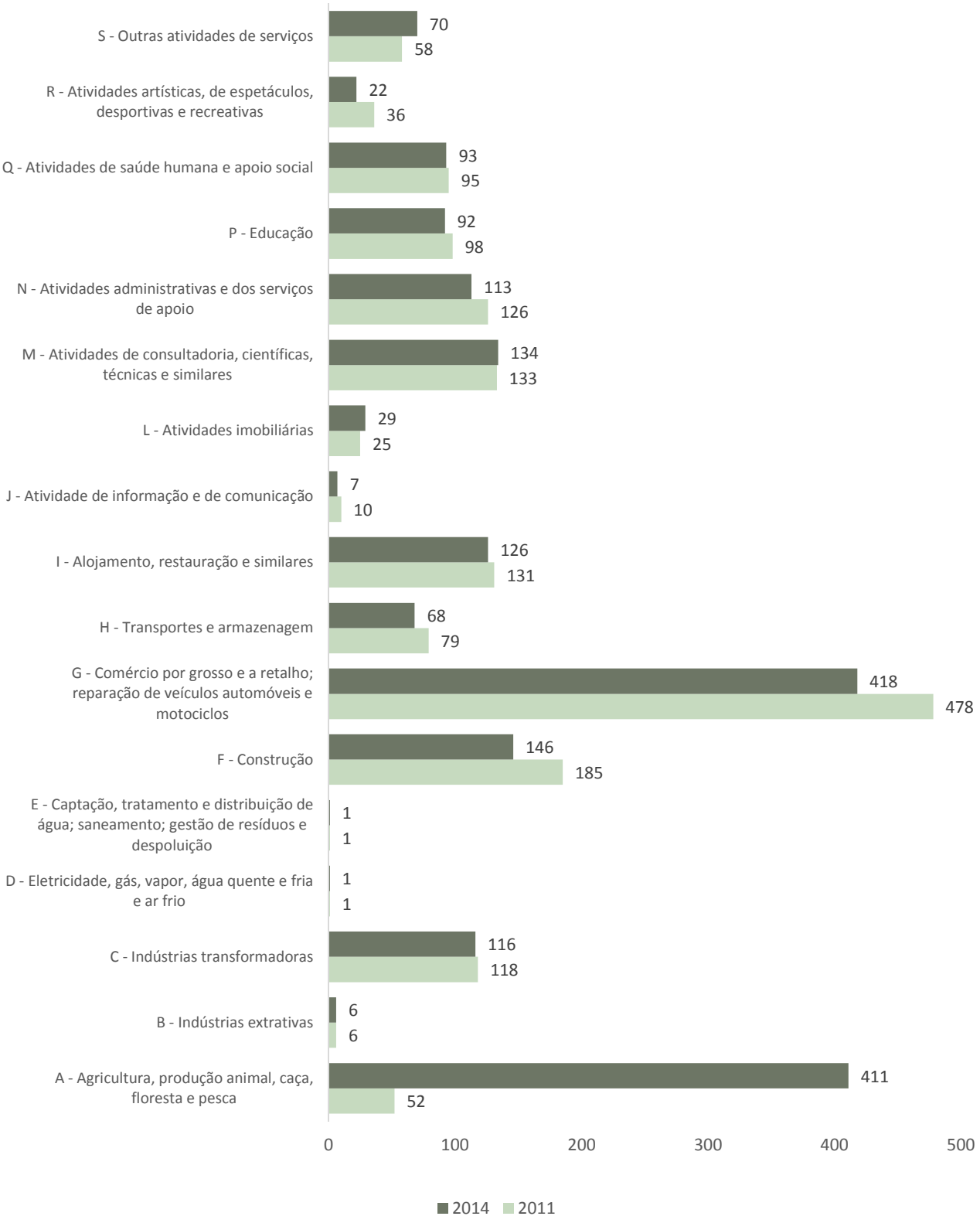
Importa ainda referir, o peso resultante do aumento das empresas relacionadas com outras atividades de serviços (+21%), bem como, com as atividades imobiliárias (+16%) para esta dinâmica empresarial.

De facto, grande parte da totalidade das empresas sedeadas em Mangualde em 2014 estavam diretamente ligadas às atividades de Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos, e à agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, com 418 e 411 número de empresas respetivamente.

Numa evolução regressiva, destacam-se as empresas ligadas às atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas (-39%), atividades de informação e comunicação (-30%), bem como à construção (-21%), que apesar da tendência verificada, era o terceiro setor com maior incidência em Mangualde, em 2014, tendo descido um lugar, comparativamente com o ano de 2011.

No que concerne à indústria transformadora no período entre 2011 e 2014 existiu uma ligeira redução do número de empresas, passando de 118 para 116 empresas. Apesar de predominarem as indústrias mais tradicionais como a fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamento (23%), a indústria do vestuário (15%) e as indústrias alimentares (8%), verifica-se uma diversificação das restantes atividades.

Gráfico 11. Evolução do n.º de empresas com sede no concelho de Mangualde, 2011-2014



FONTE: INE, Anuário estatístico região centro 2012- 2015

No que concerne ao pessoal ao serviço nas empresas com sede no concelho de Mangualde, de acordo com a informação disponibilizada pelo INE, em 2014 existiam 6 936 indivíduos empregados nas empresas com sede em Mangualde, o que revela um decréscimo de cerca de 1% face a 2011.

Como podemos observar na tabela seguinte em 2014, eram as empresas do setor terciário que mais emprego concentravam com um volume de pessoal ao serviço de 49%, seguido do setor secundário com 44% e por último o setor primário com apenas 6%.

Tabela 7. Pessoal ao serviço nas empresas com sede no concelho de Mangualde, 2011-2014

Setores de Atividade	2011		2014		Variação 2011/2014 %
	Nº	%	Nº	%	
A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	…	…	432	6%	…
B - Indústrias extrativas	81	1%	78	1%	-4%
C - Indústrias transformadoras	2681	38%	2546	37%	-5%
D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	…	…	…	…	…
E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento; gestão de resíduos e despoluição	…	…	…	…	…
F - Construção	582	8%	409	6%	-30%
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	1111	16%	1073	15%	-3%
H - Transportes e armazenagem	1402	20%	1395	20%	0%
I - Alojamento, restauração e similares	287	4%	257	4%	-10%
J - Atividade de informação e de comunicação	17	0%	12	0%	-29%
L - Atividades imobiliárias	30	0%	…	…	…
M - Atividades de consultadoria, científicas, técnicas e similares	181	3%	187	3%	3%
N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio	156	2%	120	2%	-23%
P - Educação	103	1%	101	1%	-2%
Q - Atividades de saúde humana e apoio social	168	2%	167	2%	-1%
R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	36	1%	22	0%	-39%
S - Outras atividades de serviços	82	1%	90	1%	10%
TOTAL	**7001**	**100%**	**6936**	**100%**	**-1%**

… Valores confidenciais pelo INE

FONTE: INE, Anuário estatístico região centro 2012- 2015

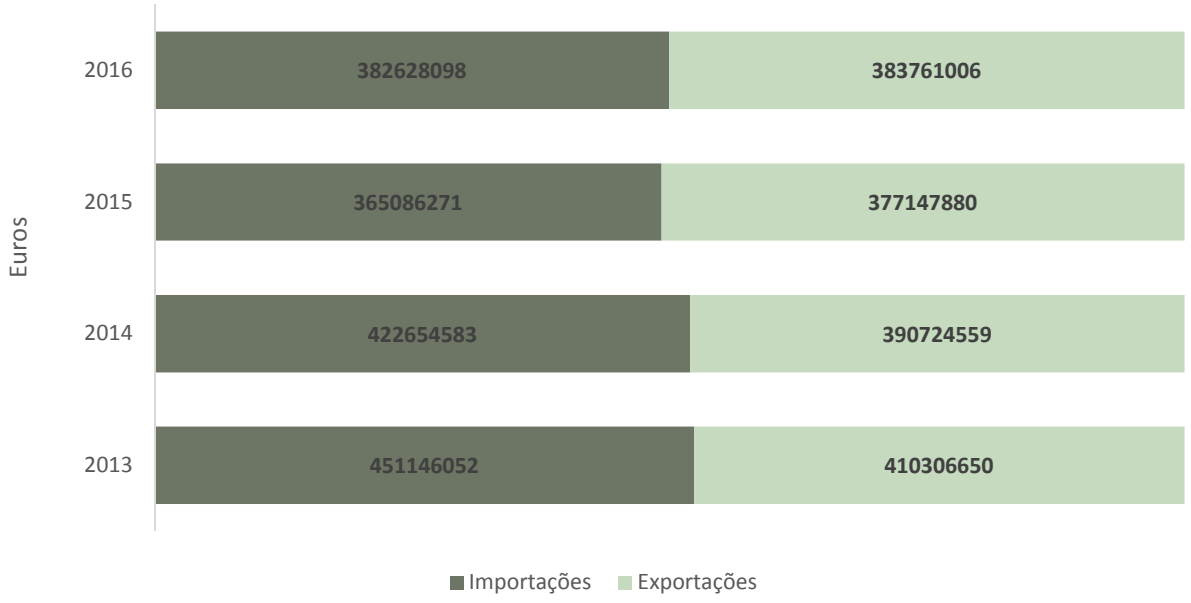
Uma análise mais detalhada revela que os subsetores mais significativos no domínio do emprego são os das Indústrias Transformadoras (37%), Transportes e Armazenagem (20%), Comércio por Grosso e a Retalho (15%), Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (6%) e a Construção (6%), os quais representam aproximadamente 84% da totalidade das pessoas ao serviço nas empresas com sede no concelho.

Este tecido empresarial em 2014, de acordo com o Anuário Estatístico da Região Centro, apresentava um volume de negócio na ordem dos 1.042.961 milhões de euros, representando cerca de 2% e 18% respetivamente do volume de negócios da região Centro e de Viseu Dão Lafões.

Duas das empresas com maior volume das exportações da região do Centro (com valores superiores a 100 M€) encontram-se sediadas em Mangualde, a saber, a Peugeot Citroen Automóveis Portugal, SA (em primeiro lugar neste ranking) e a Sonae Indústria – Produção e Comercialização de Derivados de Madeira, SA (sétimo lugar), representando inequivocamente um fator positivo que posiciona o concelho numa situação favorável ao desenvolvimento e consolidação do cluster automóvel e da logística.

No gráfico seguinte encontra-se expresso o valor dos bens importados e exportados pelas empresas com sede no concelho de Mangualde no período entre 2013 e 2016. Podemos observar que, neste período, o valor das importações é superior ao das exportações, demonstrando, de uma forma empírica, que a compra de bens e de serviços ao estrangeiro pelas empresas existentes no concelho é superior à venda dos bens e serviços produzidos.

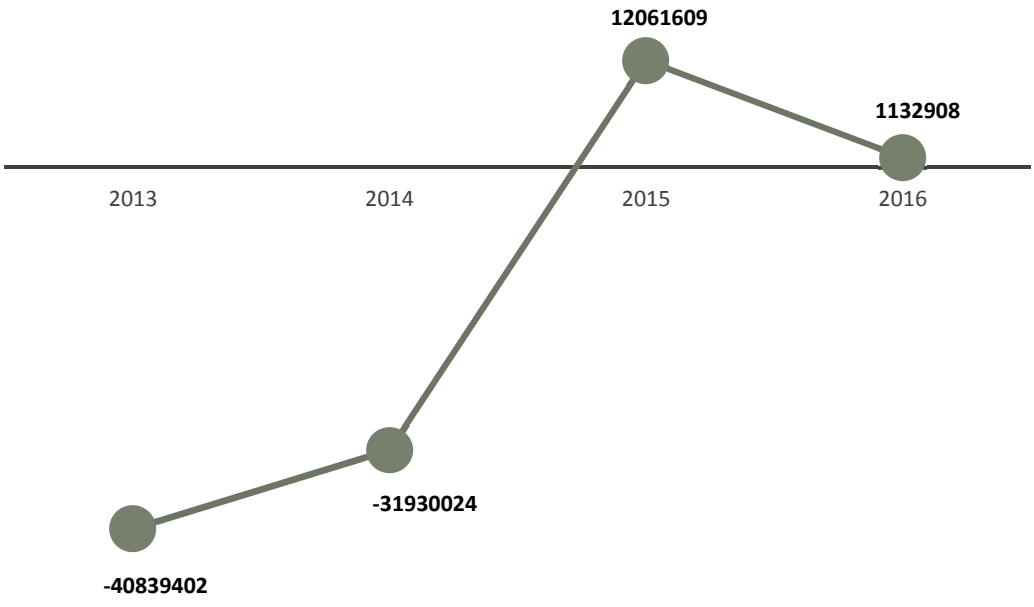
Gráfico 12. Valor dos bens importados e exportados pelas empresas do concelho, 2013-2016



FONTE: PORDATA, 2013- 2016

Face ao exposto, é possível verificar que a partir de 2015 a situação inverte-se, tendo as empresas começando a exportar mais do que importam, o que conduziu ao aumento do saldo da balança comercial. Estes resultados revelam um crescimento económico, cuja tendência se manteve em 2016, pese embora seja menos significativa.

Gráfico 13. Saldo da Balança Comercial das empresas do concelho, 2013-2016



Saldo Comercial (Euros)

FONTE: PORDATA, 2013- 2016

Turismo

O turismo enquanto atividade económica é o setor mais importante do comércio internacional de serviços em Portugal e depende de uma política assente na valorização do território.

Nas sociedades atuais o Turismo é um setor que se assume de grande importância no desenvolvimento dos territórios, nomeadamente pelos efeitos multiplicadores que induz em seu torno, nomeadamente:

- Promoção o desenvolvimento de outras atividades económicas;
- Criação emprego e riqueza;
- Preservação e valorização do património cultural e natural;
- Promoção da melhoria da qualidade de vida das populações.

Torna-se, assim essencial valorizar o património existente e potenciar o território com base no dinamismo económico do município.

O concelho de Mangualde apresenta locais e produtos que satisfazem quem visita, tornando-o um território com potencial turístico. Assim, podemos destacar os diversos Circuitos Turísticos (Pedestres e Rodoviários) existentes que convidam a descobrir a cultura, o património, a história, os costumes e a natureza caracterizadores de Mangualde.

Através da gastronomia descobrem-se histórias de civilizações, modas e modos de uma região, permitindo manter a tradição e fomentar o desenvolvimento económico local. Neste âmbito, destacam-se dois produtos endógenos que se assumem como imagem de marca do concelho, nomeadamente o Queijo da Serra e os Vinhos do Dão, sendo que todo o concelho de Mangualde se integra nas zonas demarcadas destes produtos referidos. Simultaneamente e estes, podem ainda ser enumerar um conjunto de produtos de excelência e qualidade como os Pastéis de Feijão, o cozido Beirão à moda de Mangualde e o cabrito assado em forno a lenha.

Importa ainda referir o Termalismo, o qual é um produto turístico com forte tradição e dinamismo na região, cujas unidades termais se encontram associadas a locais de imensurável beleza natural. Na freguesia de Alcafache, nas margens do Rio Dão, no centro da Beira-Alta, localiza-se uma estância termal, com águas sulfúreas, hipertermias quentes, pouco mineralizadas, alcalinas, bicarbonadas sódicas, fluoretadas, tiosulfatadas e muito silicatadas, que nascem a uma temperatura de 50º C (ver figura seguinte). De acordo com estudos existentes, estas águas termais revelam uma idade superior a 14000 anos, sendo ideais para problemas de saúde, nomeadamente de ordem reumatológica, muscular e respiratória, sendo considerada uma das melhores do território nacional.

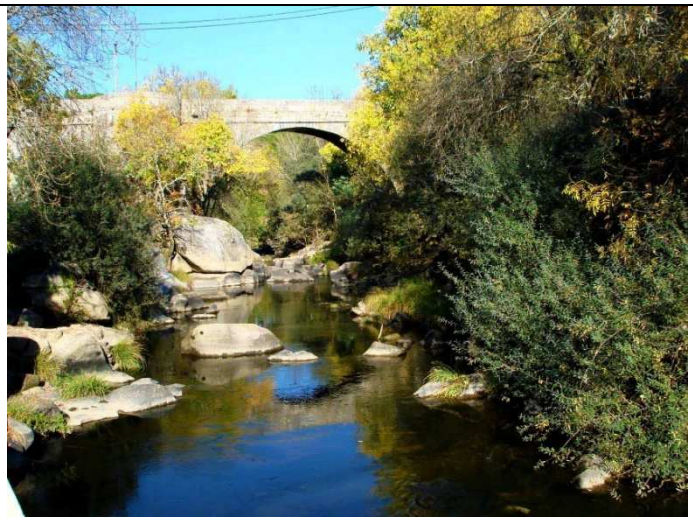


Figura 13. Termas de Alcafache

FONTE: Câmara Municipal Mangualde (http://www.turismodemangualde.pt/termalismo.php)

O estímulo das funções turísticas e recreativas sustentadas pelas aptidões naturais do concelho impõe-se como fundamentais para o desenvolvimento global da região. A base deste estímulo passa, necessariamente, pelo aproveitamento das potencialidades que a região oferece, nomeadamente em termos do património natural e cultural.

Mangualde é simultaneamente um território com um forte dinamismo no que concerne à realização de eventos, os quais, vão acontecendo ao longo do ano, muitos dos quais promovidos pelo município. Neste âmbito, destaca-se a Feira dos Santos que se realiza no primeiro fim de semana de novembro, a qual, sendo uma tradição secular é, sem dúvida, o certame que mais turistas atrai ao concelho de Mangualde (figura seguinte).

Figura 14. Feira dos Santos

FONTE: Câmara Municipal Mangualde (http://www.turismodemangualde.pt/eventos.php)

Além deste evento, existe ainda, uma multiplicidade de acontecimentos que garantem a animação aos residentes e demais visitantes, como sejam: as Festas da Cidade e da Senhora do Castelo, a Feira das Antiguidades, a Feira das Tradições e dos produtos da terra, as Marchas Populares, a Mostra de Artesanato Nacional, Mangualde Fashion, a Agromangualde, os Eventos Gastronómicos, Culturais e Desportivos, entre outros.

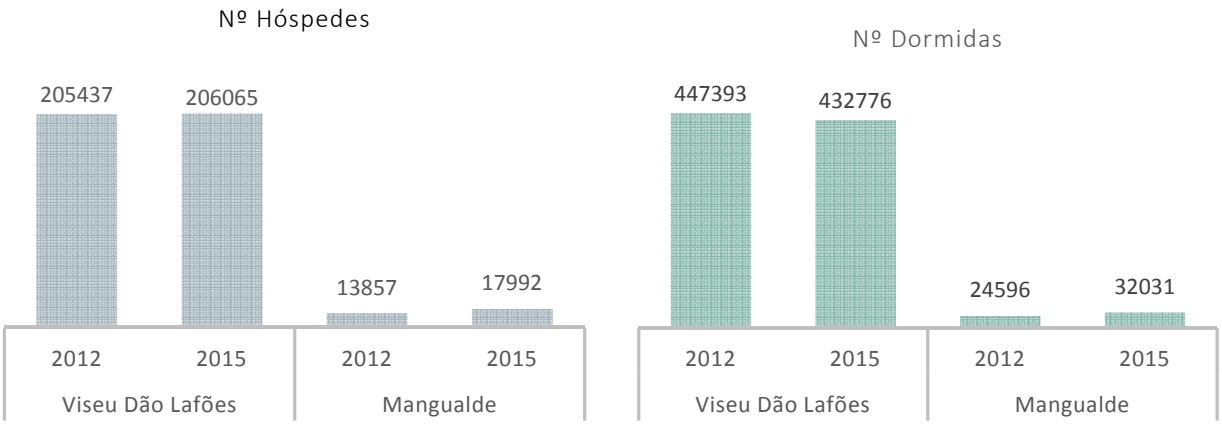
Outra grande atração do concelho de Mangualde é a Praia Artificial (Live Beach). Inaugurada em 2011, logo, se tornou num enorme sucesso, contribuindo para dinamizar a economia local pelas sinergias que desenvolve, nomeadamente na criação de emprego e na atração de visitantes. Para

além do conceito de uma praia com um areal artificial, combina outras vertentes, nomeadamente na área do desporto e cultura. Além da agitação da época de Verão, funcionam durante todo o ano o Restaurante da Praia e o LW Club.

Face ao exposto, o turismo assume um papel relevante quer na estrutura económica do concelho de Mangualde como também na região de Viseu Dão-Lafões. De facto, de acordo com os dados do INE datados de 2015, o número de hóspedes no concelho de Mangualde foi de 17.992, correspondendo a 32.031 dormidas, o que revela um aumento na ordem dos 30% face a 2012 no número de hóspedes e no número de dormidas, tal como é apresentado no gráfico seguinte.

De acordo com os dados do anuário estatístico da região centro 2012-2015 a estada média nos estabelecimentos de alojamento do concelho é de 1,8 noites.

Gráfico 14. Evolução do n.º de hóspedes e dormidas, Viseu Dão-Lafões e Mangualde, 2012-2015



FONTE: INE, Anuário estatístico região centro 2012- 2015

No quadro regional, o concelho foi responsável por cerca de 9% dos hóspedes e 7% das dormidas dos turistas que visitaram a região de Viseu Dão Lafões em 2015.

A maior parte dos visitantes, quer do concelho de Mangualde, quer da região, são Espanhóis, cuja proximidade geográfica entre os dois países e a boa acessibilidade promovida pela A25, reduzindo tempo e distância justificarão estes elementos.

Síntese

Pretende-se reunir neste ponto, uma série de considerações relativas à evolução da economia do concelho no período 2001-2011 (Censos) mas também mais recentemente. Recorrendo-se aos indicadores do anuário estatístico da região Centro (2015), evidencia-se em termos gerais a evolução da população ativa, das empresas, do emprego, dos setores de atividades e da atividade turística.

ECONOMIA, DINÂMICA EMPRESARIAL E TURISMO	↘A taxa de atividade da população era de 43% em 2011, correspondendo a 8 549 indivíduos com atividade económica;
	↘Aumento da taxa de desemprego no concelho de Mangualde no período 2001 2011;
	↘A maioria dos desempregados encontram-se em situação de procura de novo emprego;
	O setor primário e secundário continuam a ter uma posição relevante na estrutura económica do concelho, pese embora o substancial decréscimo de população ativa nestes setores;
	O setor terciário assume-se cada vez como mafundamental no desenvolvimento das sociedades atuais, por força dos efeitos multiplicadores que induz resultantes das complementaridades com outras atividades;
	↘Aumento do número de empresas sediadas no concelho de Mangualde entre 2011 e 2014;
	↘A atividade com maior expressão no concelho de Mangualde é o comércio por grosso e a retalho;
	↘Ligeira diminuição do número de empresas da indústria transformadora;
	↘O setor da indústria automóvel e da Logística apresentam-s como principais empregadores do concelho;
	↘A estrutura empresarial é maioritariamente composta por empresas com menos de 10 trabalhadores;
	↘Aumento do valor das exportações face às importações com reflexos positivos no saldo da balança económica;
	↘O turismo é um setor em franco crescimento, verificando-se um aumento do número de hóspedes e de dormidas.

Mobilidade e Acessibilidade

Introdução

A mobilidade e a acessibilidade são elementos fundamentais na estruturação do desenvolvimento das pessoas e dos territórios. O concelho de Mangualde encontra-se no centro de um importante eixo estratégico (Viseu - Mangualde - Nelas), que importa qualificar reforçando as ligações intermunicipais com os concelhos vizinhos para que de facto consiga estabelecer, reforçar e diversificar a sua rede relacional com os centros urbanos de maior proximidade. Em complemento é imprescindível qualificar os transportes, de forma a melhorar as comunicações internas e as ligações dos diferentes pontos do concelho com a região envolvente.

A criação de dinâmicas de rede torna-se fundamental em territórios cujos contextos se enquadram numa forma de múltiplas relações. Estas redes são potenciadas através da concretização efetiva de sistemas de transportes e de comunicação que interligam os diversos pontos do território e as suas sedes de atividades humanas.

O estabelecimento destas dinâmicas propicia o crescimento das designadas economias de escala, que garantem fatores de sucesso, de competitividade, apenas conseguidas por intermédio de melhores condições de acessibilidade e mobilidade, quer a nível concelhio, quer supramunicipal.

Seguidamente será feito o enquadramento rodoviário e ferroviário do concelho de Mangualde, assim como uma análise aos padrões e fluxos de mobilidade da população, atendendo às suas deslocações diárias. A existência de infraestruturas rodo e ferroviárias que permitem o estabelecimento de ligações intra e extra município confere ao concelho de Mangualde um posicionamento estratégico que, aliado às suas condições geográficas, o tornam atrativo.

Será ainda efetuada uma breve referência ao sistema de transportes públicos e às novas mobilidades, fazendo-se simultaneamente, um breve enquadramento do Plano de Mobilidade Sustentável de Mangualde.

Rede Rodoviária e Ferroviária

No que se refere à rede viária do concelho esta é constituída por vias que asseguram as ligações externas e internas enquadradas no Plano Rodoviário Nacional (PRN 2000) e na rede municipal, como se pode verificar na figura seguinte.

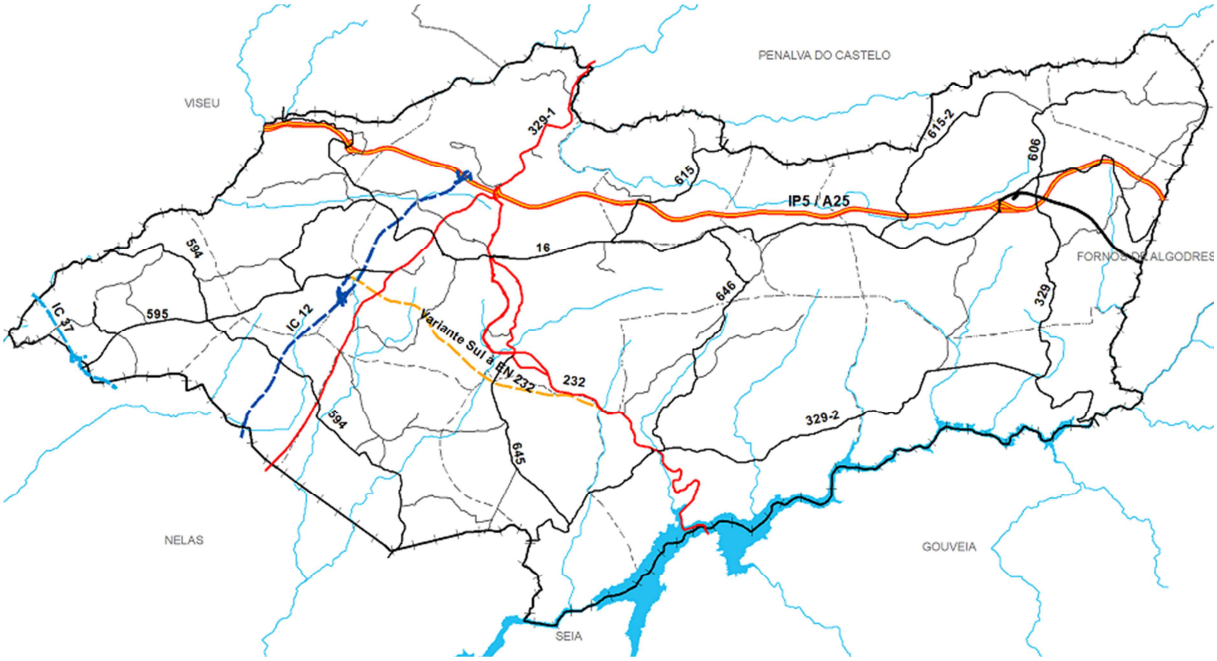


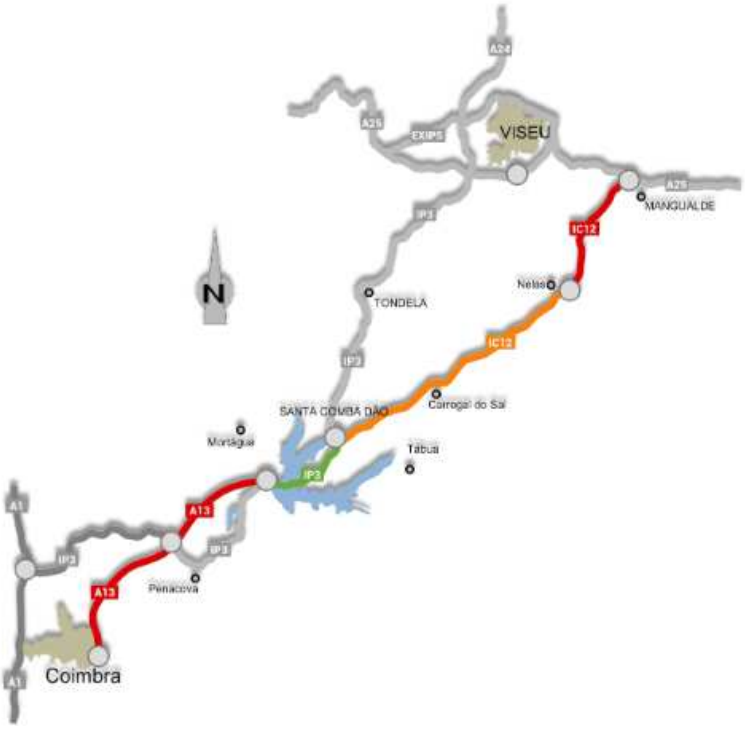
Figura 15. Enquadramento rodoviário do concelho de Mangualde

FONTE: CMM, 2017

Pertencendo à rede de autoestradas, o concelho de Mangualde é servido pela IP5/A25, que constituí uma das principais vias de comunicação que serve o país, com um Itinerário de direção transversal à sub-região e região, estabelecendo a ligação entre o Porto de Aveiro e a fronteira de Vilar Formoso e Espanha. Esta via foi construída em grande parte sobre o antigo traçado do IP5, existindo ainda, um troço do antigo IP5 a partir do nó de Chãs de Tavares em direção a Fornos de Algodres que se encontra ativo e sob jurisdição das infraestruturas de Portugal, o qual está a ser transferido para a alçada do município.

Relativamente à rede complementar, o PDM em vigor, prevê a construção do IC12, que se afigura de grande importância para a mobilidade e atração de investimento, promovendo a dinamização da economia do concelho.

Face ao exposto, o IC12 previsto deveria efetuar a ligação entre Mira (IC1), Mortágua, Santa Comba Dão, Carregal do Sal, Nelas e Mangualde (IP5/A25), substituindo a EN234 (desclassificada), mas ainda sobre a responsabilidade das Infraestruturas de Portugal. Contudo, a conjuntura internacional e a nacional não permitiram a sua total concretização, tendo-se apenas concretizado o troço entre o



IP3 e Canas de Senhorim (Nelas). Esta itinerário, denominado "Via dos Duques", encontra-se integrado num projeto bem mais ambicioso, já apresentado em 2015 pela Infraestruturas de Portugal, que verte uma proposta base para a requalificação e modernização da capacidade atual da ligação rodoviária entre Viseu e Coimbra. A nova ligação rodoviária terá uma extensão de 83 km em perfil de autoestrada, estabelecendo a ligação entre a atual A13, em Coimbra, e a A25, em Mangualde, com ligação a Viseu e à A1 em Condeixa.

Figura 16. Via dos Duques – Cenário Base

FONTE: Infraestruturas de Portugal, 2017

Ainda neste âmbito, o PDM apontava também para a construção do IC37, que ligaria Viseu a Seia, cuja infraestrutura apenas cruzava o concelho de Mangualde a poente de Alcafache. No entanto, e tal como sucedido com o IC 12, esta infraestrutura, cuja responsabilidade de construção é das Infraestruturas de Portugal, não foi até então concretizada, não tendo o município de Mangualde qualquer influência nesta matéria.

Ainda no que à rede complementar diz respeito, o concelho de Mangualde é servido pela EN232 que liga a cidade do concelho em estudo a Gouveia, Manteigas e Belmonte, assumindo-se como um dos eixos de ligação intermunicipal/sub-regional. O troço entre a cidade de Mangualde e Mesquitela encontra-se sob jurisdição do município, sendo substituído pela Variante Sul à EN 232 (esta variante tem estudo prévio iniciado, mas ainda não concluído, não existindo qualquer programação por parte da IP).

O concelho de Mangualde é igualmente servido pela EN329-1, que parte de Penalva do Castelo, ligando este concelho a Santo André (Mangualde) e ao Norte da freguesia de Mangualde (A25), bem como pela EN16, a qual, ainda que desclassificada e com um nível de serviço mais baixo, se assume como uma alternativa à A25.

No que à rede municipal diz respeito, o concelho de Mangualde é composto por um conjunto de Estradas e Caminhos Municipais que permitem a circulação entre os vários aglomerados populacionais concelhios, proporcionando igualmente importantes ligações com os núcleos urbanos dos concelhos contíguos a este, como sejam, Nelas, Viseu e Penalva do Castelo, nomeadamente as EM595, EM594, EM615 e EM645.

Através da figura seguinte, a qual sistematiza graficamente as principais ligações rodoviárias que servem a região centro do país, e atendendo particularmente ao concelho de Mangualde, verifica-se que quer este, quer a sub-região onde se insere, se encontram bem servidos de vias distribuidoras que permitem e favorecem importantes relações, quer com os núcleos urbanos mais próximos, bem como com as principais sedes de distritos nacionais, evidenciando ainda uma proximidade com um importante eixo de ligação internacional.

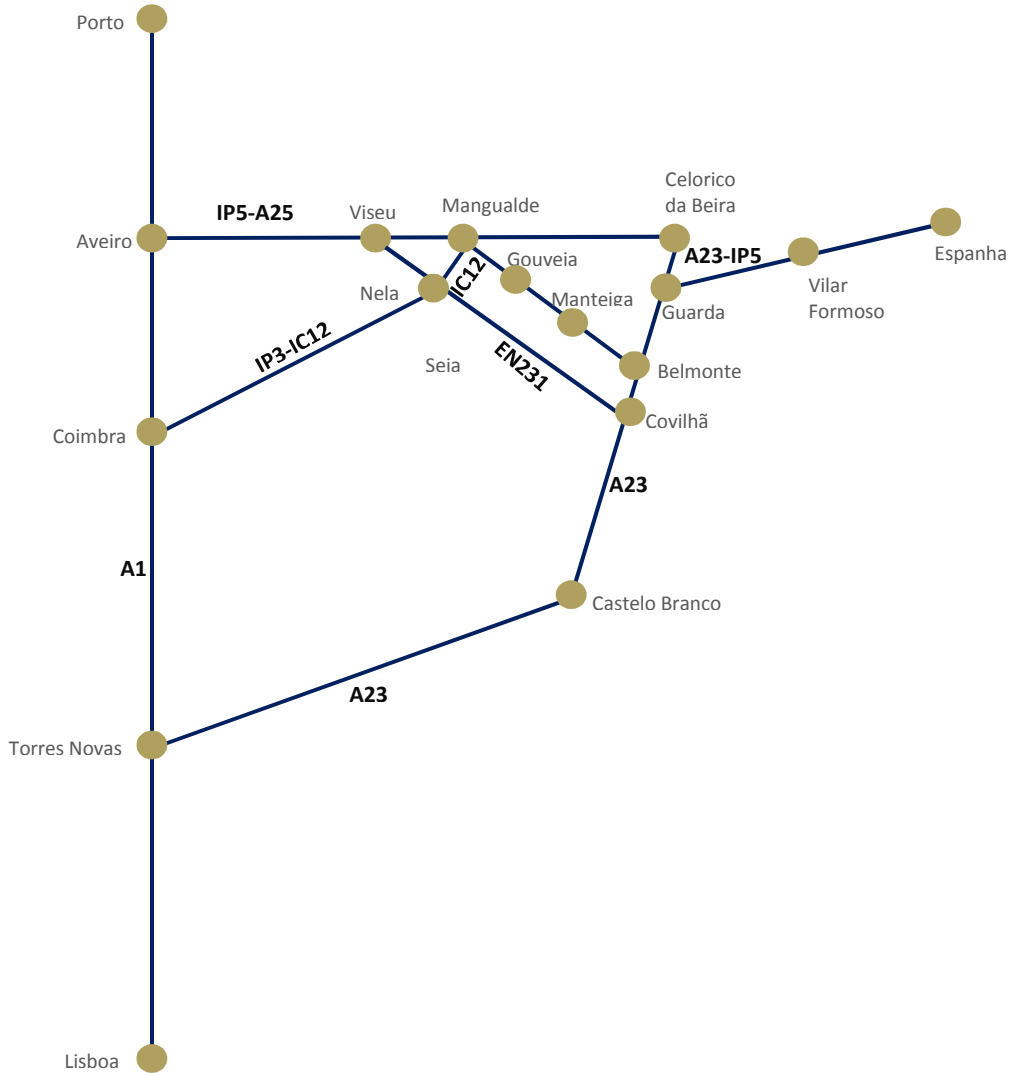


Figura 17. Grafismo das principais ligações rodoviárias da região centro

FONTE: CMM, 2017

Quanto à rede Ferroviária, o concelho e a sub-região são servidos pela Linha da Beira Alta, considerada uma das mais importantes Linhas de Caminhos de Ferro, quer pelos serviços que confere à região, quer pela sua natureza de artéria peninsular e internacional, aproximando e estreitando as relações comerciais e económicas entre Portugal e as províncias centrais de Espanha, bem como com o coração da Europa.

Esta linha ferroviária internacional liga o entroncamento ferroviário da Pampilhosa (Linha do Norte), perto de Coimbra, à fronteira com Espanha, em Vilar Formoso, com percurso paralelo ao rio Mondego. O Concelho é servido por uma estação (Mangualde) e 4 apeadeiros (Moimenta- Alcafache, Contenças Gare, Abrunhosa a Velha e Gouveia Gare).

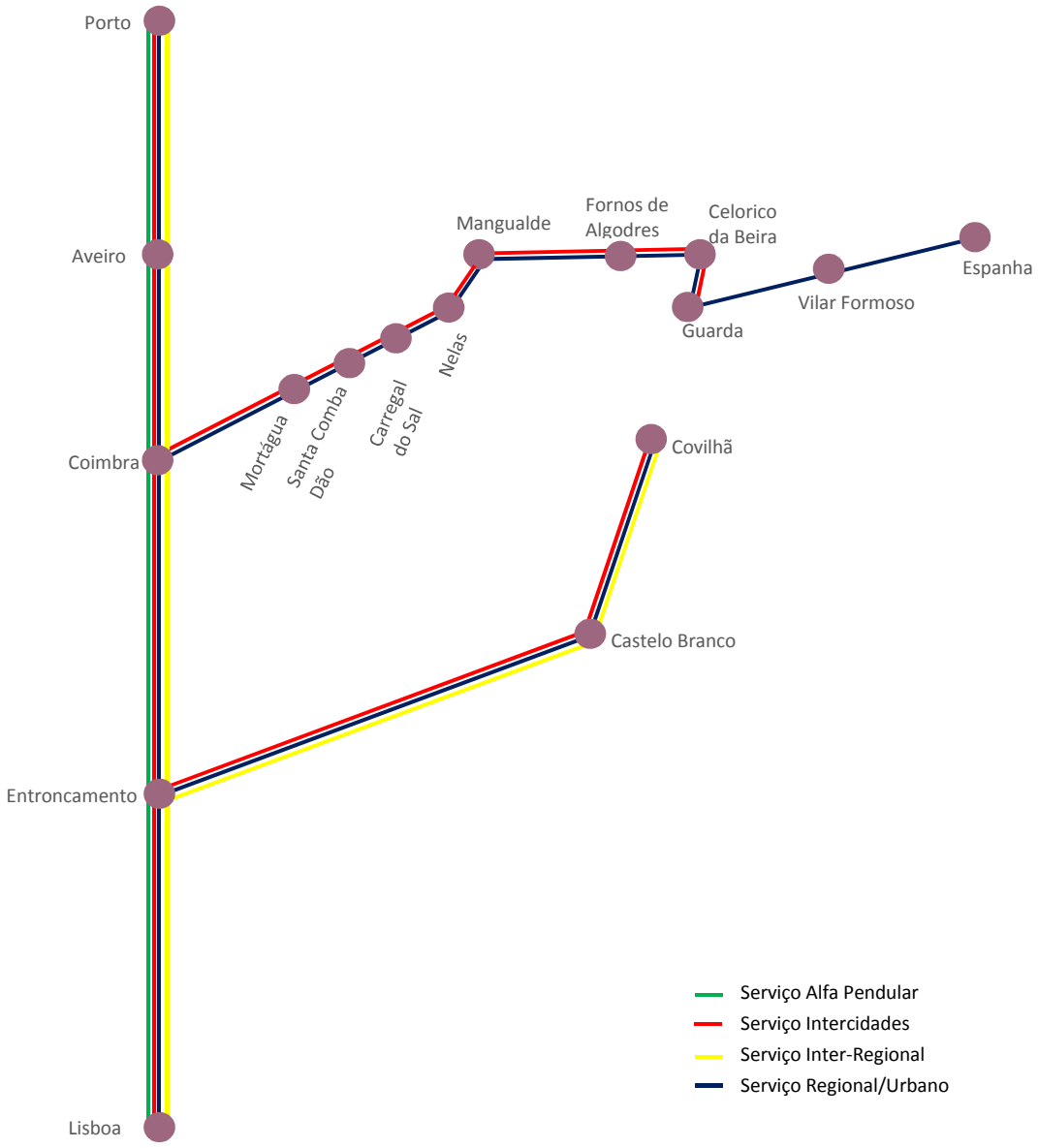


Figura 18. Enquadramento ferroviário do concelho de Mangualde

FONTE: www.infraestruturasdeportugal, 2017 e CMM 2017

Existem 3 linhas com plataformas com 370 metros de comprimento, com abrigos, para embarque e desembarque de passageiros, havendo mais 4 linhas de apoio. Adjacente à estação encontra-se um

Terminal Ferroviário de Mercadorias com 6 linhas operacionais, com cais e armazéns logísticos de apoio, o qual é gerido pela empresa Infraestruturas de Portugal. Esta infraestrutura tem sido vocacionada para o transporte de adubos, cereais, cimento e areia.

Importa referir que esta linha integra os investimentos ferroviários para o país até 2020, que contempla a sua modernização. O investimento, vocacionado para o tráfego de mercadorias, prevê aumentar a capacidade da linha da Beira Alta, dos atuais 14 comboios de 500 metros de comprimento, para 20 comboios de 750 metros.

Padrões e Fluxos de Mobilidade da População

Com base nos dados do INE dos Censos de 2011, procedeu-se à elaboração seguinte gráfico que apresenta a percentagem da população que trabalha/estuda no concelho que reside, em comparação com aqueles que têm de se deslocar.

Assim, é possível constatar que a grande maioria da população residente (77%) trabalha ou estuda no concelho de Mangualde, sendo que também o faz essencialmente na freguesia de residência (64%), evidenciando que a generalidade da população do município de Mangualde consegue fazer a sua vida quotidiana no próprio concelho, no que diz respeito à sua atividade profissional. Contudo, verifica-se que cerca de 22% da população tem necessidade de sair do mesmo para trabalhar ou estudar.

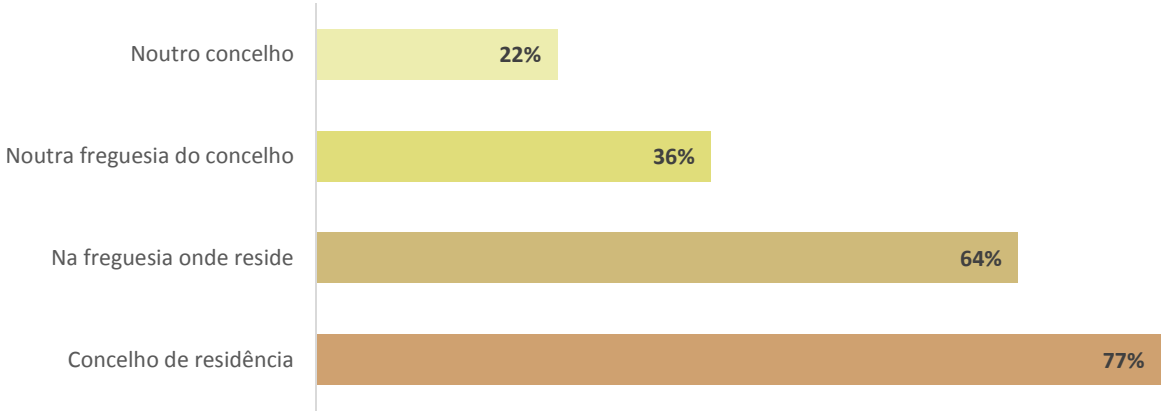


Gráfico 15. População residente que trabalha/estudo no concelho de Mangualde ou noutro concelho, 2011

FONTE: INE, Censos – 2011

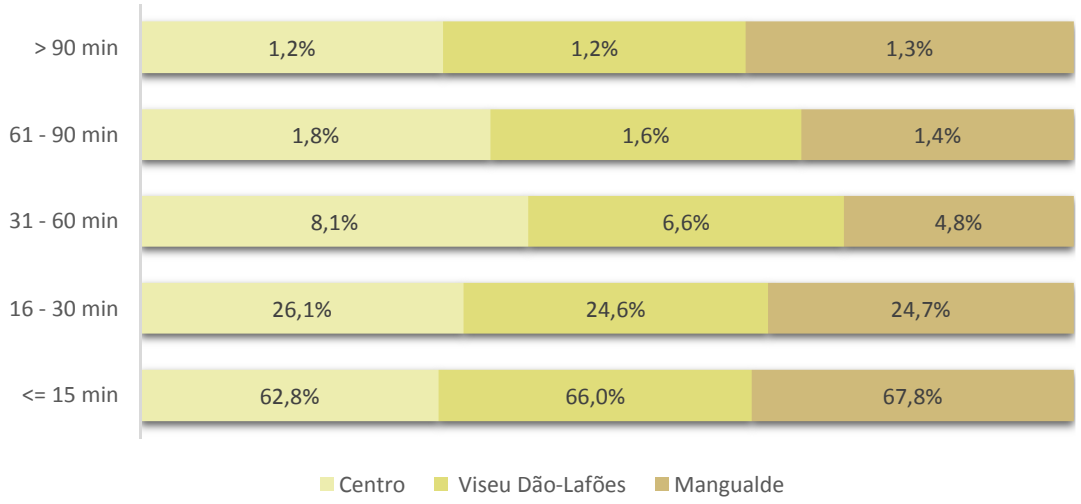
De acordo com os dados dos Censos de 2011 referentes aos movimentos pendulares, constata-se que 2433 trabalhadores de outros concelhos se deslocam diariamente para Mangualde, enquanto só 1786 residentes no concelho se deslocam diariamente para fora deste.

Da análise dos movimentos pendulares por motivo de trabalho, verifica-se que as interdependências de Mangualde são essencialmente com os concelhos limítrofes, designadamente com Viseu (1516 deslocações), Nelas (736 deslocações) e Penalva do Castelo (532 deslocações).

Este balanço global positivo, configura o concelho de Mangualde como um pólo sub-regional de emprego.

Os dados disponíveis no INE permitem-nos ainda conhecer o tempo médio e o principal modo de transporte utilizado nas deslocações pendulares casa-trabalho e casa-escola, como se pode verificar no gráfico seguinte.

Gráfico 16. Tempo gasto em média numa ida para o local de trabalho/estudo, 2011



FONTE: INE, Censos – 2011

Da observação do gráfico anterior verifica-se que cerca de 68% da população, demora em média até 15 minutos nas deslocações para o trabalho ou escola, situação semelhante à registada na sub-região de Viseu Dão-Lafões, bem como, aos valores apresentados pela Região Centro.

Da totalidade das deslocações concelhias, podemos constatar que cerca de 93% das mesmas compreendem valores inferiores a 30 minutos.

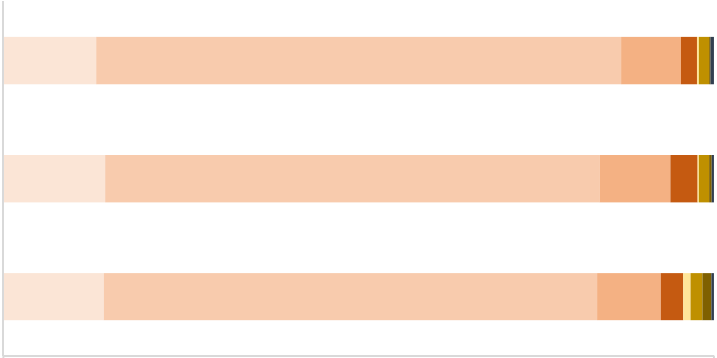
Face ao exposto, concluísse que as deslocações para o local de trabalho/estudo com tempos médios superiores ao período anteriormente referido correspondem a valores reduzidos, sendo que, no caso das deslocações com durações superiores a 60 minutos, os resultados residuais.

A análise a estes dois indicadores está relacionada e justifica os resultados apresentados no gráfico seguinte, referentes ao modo de transporte.

Uma vez que a maioria da população trabalha ou estuda no concelho ou mesmo na sua freguesia, demonstrando proximidade entre o local de origem e de destino das deslocações, e atendendo ao reduzido tempo necessário para efetuar as mesmas, os valores apresentados são os expectáveis, com o carro (74%), o autocarro (8%) e a deslocação a pé (13%) a superiorizarem-se face aos restantes modos de transporte, os quais apresentam valores praticamente residuais.

Constata-se, de facto, que o carro é o meio mais utilizado nas deslocações no concelho, com valores superiores à média verificada nas unidades geográficas em que o concelho de Mangualde se insere, seguindo, contudo, a tendência das mesmas.

Gráfico 17. Modos de transporte, 2011



	Centro	Dão-Lafões	Mangualde
A pé	14,15%	14,32%	13,04%
Automovel ligeiro - como condutor	69,41%	69,61%	73,91%
Autocarro	8,96%	9,96%	8,44%
Transporte colectivo da empresa ou da escola	3,14%	3,85%	2,23%
Comboio	1,07%	0,15%	0,29%
Motociclo	1,66%	1,45%	1,41%
Bicicleta	1,27%	0,36%	0,22%
Outro	0,34%	0,31%	0,47%

FONTE: INE, Censos – 2011

Sistema de Transportes

Atualmente, nos territórios de baixa densidade, há uma progressiva tendência de diminuição da oferta de transportes públicos rodoviários fora dos principais eixos interurbanos. Nos locais em que o transporte escolar se encontra em queda, são frequentes os casos de recurso a carreiras licenciadas que realizam o percurso escolar apenas durante o período letivo, dado que o número de utentes fora desse período não é economicamente vantajoso, face às despesas inerentes para a realização destas deslocações. A progressiva diminuição da população escolar e o encerramento de escolas aponta para um duplo agravamento da questão: por um lado, o aumento do custo do transporte por aluno, e por outro, um maior retraimento na oferta de carreiras, acentuando o isolamento populacional.

A realidade demográfica, económica e social verificada atualmente no município de Mangualde, associada a um povoamento cada vez mais disperso, bem como, as condições orográficas do mesmo, com um relevo sinuoso, torna esta temática dos transportes públicos complexa, sendo uma questão que carece de ser pensada, planeada e desenvolvida para uma correta gestão e eficácia dos mesmos, aliás, como acontece em qualquer concelho do interior.

Como podemos verificar, devido à localização geográfica do município de Mangualde, os serviços de transporte público existentes resumem-se aos transportes rodoviários de nível concelhios, escolar e de longa distância, e ainda, aos transportes ferroviários.

Nesta matéria da mobilidade e transportes, importa referir que ocorreram recentemente importantes alterações do ponto de vista legal, nomeadamente com a entrada em vigor da Lei nº 52/2015, de 9 de junho, que aprovou o Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros (RJSPTP), representando profundas transformações do modelo institucional de planeamento e gestão do serviço público de transporte de passageiros e do quadro legal de organização do respetivo mercado em Portugal.

O referido diploma legal procede à descentralização de competências relativas à gestão do sistema de transportes em diversos níveis da administração pública, transferindo para os Municípios e para as Comunidades Intermunicipais, as competências para definirem que são e como atuam as autoridades na organização dos transportes de serviços públicos de passageiros, que se desenvolvam integral ou maioritariamente nas respetivas áreas geográficas.

O primeiro instrumento obrigatório e indispensável para a criação dessa área de intervenção, foi a contratualização da delegação das competências para o serviço público de transportes de passageiros dos municípios para a CIM Viseu Dão Lafões, pelo que no caso de Mangualde foi assinado em janeiro de 2017.

Face ao exposto e com o intuito de tornar sustentável toda a mobilidade da região Viseu Dão Lafões, a CIM, em parceria com os municípios que a integram, tem vindo a desenvolver um plano de mobilidade e transportes com vista à otimização do sistema de transportes, assente na diminuição do transporte individual e no aumento da eficiência de todo o sistema, promovendo, consequentemente, a redução dos níveis de emissões de CO2.

Importa referir que esta matéria se encontra mais desenvolvida no ponto 4.8 deste documento.

Transportes Escolares

No âmbito das competências que foram atribuídas aos municípios pelo DL 299/84 em matéria de organização, financiamento e controle do funcionamento dos transportes escolares, o concelho de Mangualde elabora anualmente um plano onde procede à definição da oferta a todos os alunos dos Ensinos Básico e Secundário de serviço de transporte, entre a residência e o estabelecimento de ensino que frequentam, desde que residam a mais de 3 Km de um equipamento sem refeitório ou 4 Km de um equipamento com refeitório.

O transporte escolar é gratuito para os estudantes sujeitos à escolaridade obrigatória (cumpridas as normas de matricula). São ainda abrangidos pelo transporte escolar os alunos do Ensino Secundário, com comparticipação de 50% por parte destes no custo do transporte (DL 186/2008).

A Câmara Municipal de Mangualde alargou simultaneamente este serviço de transporte a crianças que se encontram a frequentar estabelecimentos de educação pré-escolar do concelho, aumentando, assim, o acesso à população deste tipo ensino, otimizando os meios e recursos existentes.

Estima-se que. no período 2015/2016, 968 alunos/utentes a frequentar a Educação Pré-escolar, o 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e o Ensino Secundário, necessitavam que o transporte escolar lhes fosse assegurado.

Transportes públicos rodoviários

A Cidade de Mangualde é servida por dois operadores de transporte de passageiros com carreiras de serviço público licenciadas no Instituto da Mobilidade e dos Transportes, a saber;

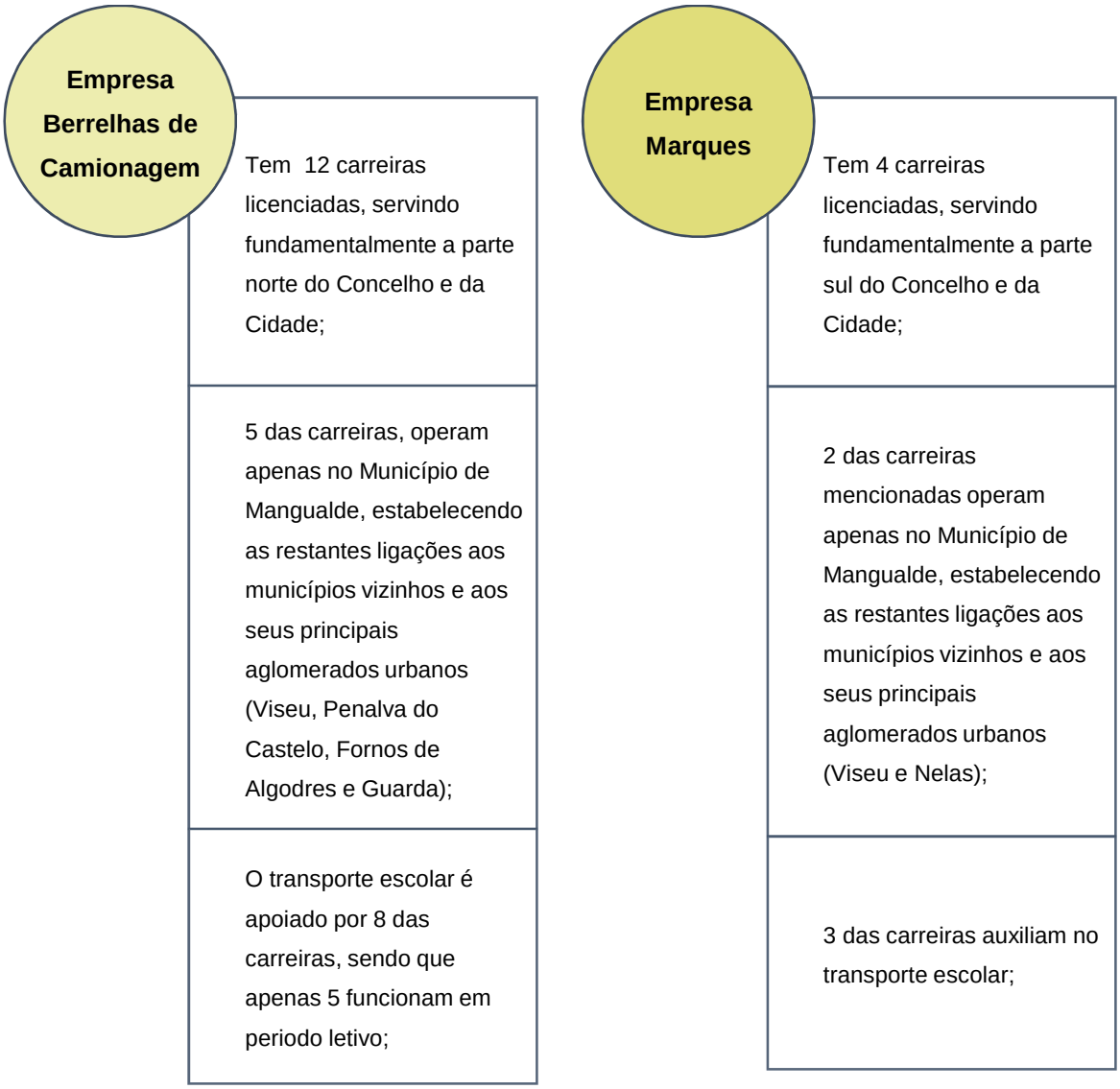


Figura 19. Empresas de Transportes públicos Rodoviários

A maioria carreiras licenciadas por estes operadores tem términus ou partida em Mangualde, ou no interface junto ao Mercado Municipal ou na Estação de Caminho de Ferro de Mangualde.

Importa ainda referir, que 2 carreiras que servem o Concelho e a Cidade de Mangualde têm origem e destino em concelhos vizinhos (Viseu – Fornos de Algodres e Viseu – Guarda).
Existe ainda uma carreira circular a partir da Cidade de Mangualde que vai até Tibaldinho/Tibalde.

Da análise dos dados da oferta de transporte públicos constata-se o grande peso dos transportes escolares na viabilidade dos serviços prestados, bem como número significativo de ligações às sedes dos concelhos vizinhos ou próximas (Viseu, Fornos de Algodres, Penalva do Castelo, Nelas e Guarda).

Além destas carreiras de serviço público, a Cidade de Mangualde dispõe de um conjunto alargado de serviços expresso (com distâncias não inferiores a 50 km, com um número limitado de paragens intermédias e utilizando exclusivamente veículos de classes II ou III), bem como serviços internacionais.

Os serviços expresso são prestados por dois agrupamentos de empresas: a Citi Express e a Rede Expressos. No caso de Mangualde, estes serviços apoiam-se fundamentalmente na autoestrada A25, fazendo um desvio no nó da A25 até ao centro da Cidade quando têm procura de passageiros.

Os serviços internacionais em Mangualde são assegurados pela Internorte/Intercentro, uma sociedade constituída por transportadores nacionais, que em regime de contratação de viaturas realizam serviços regulares de transporte de passageiros em autocarro entre mais de 120 localidades em Portugal e as principais cidades da Europa.

Transportes públicos ferroviários

Como vimos anteriormente, a cidade de Mangualde é servida por Transportes Públicos Ferroviários apoiados na Linha da Beira Alta. O operador do serviço ferroviário de passageiros é a empresa Comboios de Portugal que garante a Mangualde 3 tipos de serviço:

- Serviço Regional, com 3 ligações diárias em cada sentido;
- Serviço Intercidades, com 3 ligações diárias em cada sentido;
- Serviço Internacional – Sub Expresso/Lusitânia, com 1 ligação diárias em cada sentido.

Os comboios de longo curso fazem a ligação Lisboa – Guarda nos dois sentidos, havendo em Coimbra articulação com a Linha do Norte, nomeadamente em direção ao Porto.
Os comboios regionais fazem a ligação Coimbra - Guarda nos dois sentidos.
Os comboios internacionais fazem ligações Lisboa –Hendaye e Lisboa – Madrid nos dois sentidos, sendo o desdobramento efetuado em Medina del Campo.

A oferta de comboios não é igualmente repartida ao longo do dia, havendo particular concentração da parte da tarde nas ligações com sentido Mangualde – Guarda

Nas curtas distâncias, o comboio também não é competitivo com carreiras rodoviárias de serviço Público.

Novas Mobilidades

O conceito de mobilidade acarreta elevados custos económicos, sociais e ambientais incomportáveis para o próprio funcionamento das sociedades, encontrando-se por isso, cada vez mais indissociável da conceção de desenvolvimento sustentável, pressupondo-se que os cidadãos tenham condições e alternativas de acessibilidade e mobilidade que lhes proporcionem deslocações seguras, com tempos e custos aceitáveis e com reduzidos impactos ambientais.

Esta nova cultura de mobilidade, requer alterações ao nível comportamental da população, pressupondo-se a aplicação de políticas públicas assentes em soluções para a melhoria das condições de mobilidade, procurando-se favorecer as alternativas às deslocações em viatura particular e facilitar a inter-relação dos modos de transporte.

Assim sendo, estas medidas, com efeitos a médio e longo prazo, pretendem promover o desenvolvimento equilibrado de todos os modos de transporte, incentivando-se, paralelamente, a mudança para os modos de transporte mais sustentáveis, como é o caso da bicicleta. Este modo de transporte ainda apresenta uma diminuta expressão nas deslocações casa-trabalho ou casa-escola, cujas ações municipais assentam na sensibilização da sua utilização e na criação de ciclovias, procurando-se promover o seu uso diário nas pequenas deslocações.

Face a esta realidade, o concelho de Mangualde elaborou um projeto de intervenção na Avenida da Senhora, que compreendeu não só a criação de uma ciclovia, mas também, a requalificação e beneficiação da Avenida e do seu arranjo urbanístico, através da definição de lugares de estacionamento, promovendo-se, ainda, uma boa acessibilidade pedonal.

Embora este tipo de projetos explore em grande parte a valência cultural e recreativa do município, deverá igualmente ter-se em conta a utilização de outras tipologias de mobilidades, como por exemplo a utilização de veículos movidos a energia elétrica.

Nesse sentido, a cidade de Mangualde dispõe atualmente de postos gratuitos de abastecimento para veículos elétricos, os quais foram criados no âmbito do projeto E3DL Mobilidade Elétricas integrando a rede de Eficiência Energética e Ambiental nos Centros Urbanos da Região Dão-Lafões. Entretanto, foi assinado um protocolo com o Governo com vista ao aumento do número de postos de abastecimento elétrico no concelho de Mangualde.

Plano de Mobilidade Urbana Sustentável

Na intenção de garantir níveis adequados de acessibilidade e mobilidade a todos os cidadãos, fomentar os transportes coletivos através da melhoria da qualidade do serviço prestado e reforçar a segurança, o conforto e a qualidade dos espaços de circulação pedonal e aos modos de transporte suaves, o município elaborou um Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS), apresentado em 2016.

Figura 20. Objetivos Gerais do PMUS da Cidade de Mangualde

Estes objetivos apresentam princípios e orientações muito próximas dos objetivos definidos pela CIM Viseu Dão Lafões para o seu Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes, o qual se encontra em curso e referido neste documento.

Contudo, o âmbito territorial e a escala de problemas de mobilidade e transporte que se colocam à Cidade e Município de Mangualde são muito diferentes.

Em termos de estratégia, foram ainda definidos doze objetivos específicos que permitem perceber melhor como atingir os objetivos globais, assim como quais os resultados que se pretende alcançar, os quais se encontram descritos seguidamente.

OE1 - Melhorar o desenho do espaço público da Cidade

- Desenvolver orientações municipais em termos de planeamento e gestão urbanística que incorporem a princípios de acessibilidade universal e inclusiva, de mobilidade sustentável e de integração das várias componentes do sistema de transportes.
- Articula-se com os Objetivos Gerais 1, 2 e 3.

OE2 - Estruturar os caminhos para a escola e para o trabalho

- Estruturar uma rede de percursos vocacionados para o peão e para a bicicleta que tirando partido dos espaços canais existentes permitam estabelecer traçados lógicos e funcionais entre os principais destinos chave (entre a residência e a escola e entre a residência e o trabalho).
- Articula-se com os Objetivos Gerais 2, 3 e 5.

➢**OE 3 - Qualificar os grandes espaços públicos do Centro da Cidade**

- Valorizar a paisagem urbana e aumentar a sua legibilidade, o seu conforto e sua segurança, permitindo a intensificação de intercâmbios sociais e económicos, a dinamização das atividades instaladas e o estabelecimento de uma rede de espaços que permitam a continuidade pedonal e ciclável.
- Articula-se com os Objetivos Gerais 1, 2 e 5.

OE 4 - Desviar o tráfego de passagem do Centro da Cidade, em particular o tráfego pesado

- Estruturar alternativas viárias de carácter nacional e municipal que permitam posteriormente proibir o tráfego pesado de mercadorias no Centro da Cidade e moderar o tráfego de atravessamento, através de disposições regulamentares (sinalização) e fiscalização
- Articula-se com os Objetivos Gerais 1, 3 e 5

OE 5 - Hierarquizar e melhorar a conetividade da rede viária da Cidade

- Executar algumas ligações que permitam o fecho de malhas viárias da Cidade, estabelecer níveis funcionais para a rede viária urbana e implementar um esquema de circulação adaptado à procura, estruturando um anel distribuidor, promovendo medidas de gestão da circulação e um plano de sinalização informativa e de orientação.
- Articula-se com os Objetivo Geral 1 e 3.

OE 6 - Eliminação de alguns estrangulamentos e pontos de conflito nas interseções viárias

- Reconfigurar alguns dos principais cruzamentos viários na Cidade, melhorando os seus níveis de serviço, compatibilizando-os com os modos suaves (peão e bicicleta) e permitindo uma melhor articulação funcional da rede.
- Articula-se com os Objetivos Gerais 3 e 5.

OE 7 - Melhorar o ordenamento do estacionamento no Centro da Cidade

- Regular a utilização do automóvel para acesso ao Centro da Cidade, através de uma gestão cuidada da oferta de estacionamento, nomeadamente reajustando a atual oferta de estacionamento pago e a sua fiscalização, reforçando os espaços para cargas e descargas (ligados à logística urbana) e criando novas bolsas de estacionamento central.
- Articula-se com os Objetivos Gerais 1 e 3.
- Está subjacente a todas as intervenções perspetivadas no âmbito dos doze objetivos específicos referidos, por pretender garantir uma boa gestão dos investimentos públicos em mobilidade e transportes.

➢**OE 8 - Alargar as medidas de acalmia de tráfego na Cidade**

- Diminuir a velocidade de circulação automóvel na Cidade, incidindo nos principais eixos viários de acesso ao Centro, em interseções relevantes com movimentos de peões significativos e em bairros residenciais, através do redesenho da infraestrutura viária, de dispositivos dissuasores e de sinalização horizontal e vertical.
- Articula-se com os Objetivos Gerais 1 e 5.

OE 9 - Reestruturar a rede de transportes públicos

- Racionalizar a oferta de transportes públicos regulares no Município, reforçando a oferta estruturante, bem como estruturar um serviço urbano dentro da Cidade, tirando partido do novo Regime Jurídico do Transporte Público e assumindo o Município, em articulação com a CIM, o estatuto de Autoridade de Transportes.
- Articula-se com os Objetivos Gerais 1, 4 e 6.

OE 10 - Promover soluções de transporte flexível para a Cidade

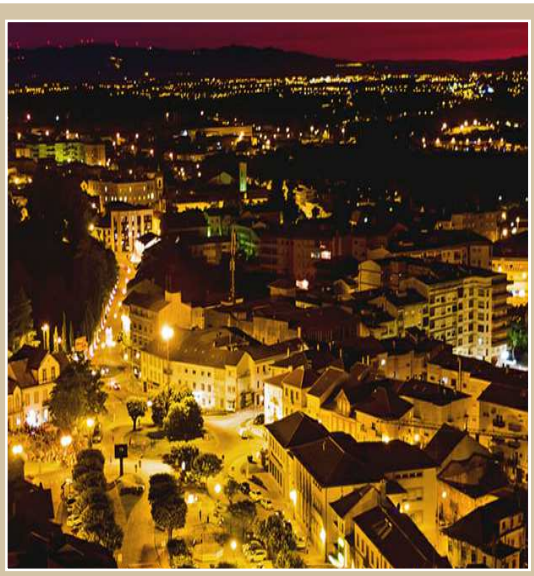
- Criar soluções de transporte flexível para a população dos pequenos aglomerados dispersos do Município, para a população idosa ou com dificuldades de mobilidade ou com baixos recursos económicos, mobilizando e adaptando as soluções hoje utilizadas para o transporte escolar com apoio de uma plataforma informática de gestão e informação ao público.
- Articula-se com os Objetivos Gerais 1, 4 e 6.

OE 11 - Qualificar os principais de interfaces da Cidade

- Melhorar a configuração funcional dos vários espaços, integrar mais modos de transporte, instalar mais equipamentos de apoio e disponibilizar informação clara e atualizada dos serviços disponibilizados.
- Articula-se com os Objetivos Gerais 1, 4 e 6.

OE 12 – Disponibilizar Informação à Cidade sobre a mobilidade e os transportes

- Produzir e divulgar informação, em vários suportes, sobre o sistema de transportes da Cidade e os seus desafios para uma mobilidade sustentável que permita incentivar a população a ter outros padrões de comportamento em termos de mobilidade e transportes, bem como aumentar a sua participação cívica no processo de planeamento e gestão deste setor.
- Articula-se com os Objetivos Gerais 1 e 6.



"A Estratégia delineada para a Cidade de Mangualde aposta numa Mobilidade Sustentável, conceito que assume um desenvolvimento urbano que articula a economia, o ambiente e a sociedade. Pretende-se que a Cidade, tendo o cidadão como preocupação central, promova um interface entre economia e ambiente viável, um interface entre economia e sociedade justo e um interface entre ambiente e sociedade habitável. A Cidade deve promover deslocações seguras, confortáveis, com tempos aceitáveis, custos acessíveis, energeticamente eficientes e com reduzidos impactos ambientais." (Plano de Mobilidade Urbana Sustentável Da Cidade de Mangualde - Relatório de Estratégia e Programa de Ação, setembro de 2016).

Desta forma as grandes linhas de força da estratégia de mobilidade para a Cidade de Mangualde, são:

- Densificar a cidade das "curtas distâncias";
- Fazer percecionar as vantagens dos "modos suaves" e induzir a sua utilização;
- Redesenhar a cidade promovendo a "acalmia de tráfego" e o "desvio do tráfego de atravessamento", em particular o tráfego pesado;
- Favorecer a "multimodalidade interna e com o exterior";
- Melhorar a informação e a comunicação "de e para o cidadão".

O Plano de Mobilidade Urbana Sustentável assenta num conjunto de ações propostas conforme se pode observar na tabela seguinte:

Tabela 8.Ações do PMUS da cidade de Mangualde

N.º	Designação	Descrição
A1	*Hierarquia Viária da Cidade de Mangualde*	Estabelecimento de níveis hierárquicos nas infraestruturas viárias da Cidade, incidindo medidas de planeamento e gestão nos eixos estruturantes e complementares
A2	*Anéis de distribuição de tráfego urbano*	Estruturação de 3 anéis de distribuição de tráfego na Cidade (um central e dois a sul), através operacionalização de um conjunto medidas de gestão da circulação, favorecendo os fluxos de tráfego que circulam no anel através de atribuição de prioridades nas interseções (sem rotundas) bem como através de sinalética de orientação e informação.

N.º	Designação	Descrição
A3	*IC12/A35 – Ligação Nelas / Mangualde / A25*	Construção do troço do Itinerário Complementar 12 do Plano Rodoviário Nacional, com perfil de autoestrada (A35) ligando Canas de Senhorim (Nelas) à autoestrada A25, num local situado entre os atuais nós de Fagilde e Mangualde.
A4	*Variante à N232 – Mesquitela / Salgueiro / IC12*	Construção de uma via alternativa à atual N232, ligando a N232 em Mesquitela à N234 e ao futuro IC12/A35 em Salgueiro. Este eixo terá uma extensão aproximada de 5,9km podendo ainda ter outras ligações pontuais à rede viária municipal.
A5	*Prolongamento da Avenida Vasco da Gama até à rua Mestre de Avis*	Construção de um curto arruamento urbano (390m de extensão) que permitirá estruturar um anel de distribuição de tráfego central na Cidade, bem como melhorar as ligações norte / sul a poente do Centro da Cidade.
A6	*Criação de Rotunda de entrada na Cidade na N234*	Construção de uma rotunda na N234, marcando e qualificando a entrada poente na Cidade, melhorando a articulação viária e aumentado a segurança rodoviária.
A7	*Estruturação do eixo urbano complementar rotunda da Estação / N234*	Estruturação e qualificação do eixo complementar através de infraestruturação e pavimentação dos troços em terra batida, melhoria e reconfiguração dos cruzamentos e sinalização adequada.
A8	*Estruturação do eixo urbano complementar Pólo Escolar / Rua Gil Vicente*	Estruturação e qualificação do eixo complementar através de infraestruturação e pavimentação dos troços em terra batida, melhoria e reconfiguração dos cruzamentos e sinalização adequada.
A9	*Zona 30 no Centro da Cidade*	Criação de uma zona no Centro da Cidade em que a velocidade máxima permitida será 30 km/h através de disposições no Regulamento Municipal de Trânsito
A10	*Qualificação da avenida dos Combatentes da Grande Guerra*	Intervenção de qualificação da avenida dos Combatentes, aumentado o espaço dedicado aos peões, melhorando as travessias do arruamento, produzindo uma acalmia de tráfego e uma maior segurança rodoviária.
A11	*Qualificação da rua Azurara da Beira*	Intervenção de qualificação da rua Azurara da Beira, aumentado o espaço dedicado aos peões, melhorando as travessias do arruamento, produzindo uma acalmia de tráfego e uma maior segurança rodoviária. Prevê-se o reordenamento de 4 cruzamentos e ainda a instalação de uma ciclovia.
A12	*Qualificação da avenida dos Capitães e da rua da Estrada Antiga*	Intervenção de qualificação da avenida dos Capitães e da rua da Estrada Antiga, aumentado o espaço dedicado aos peões, melhorando as travessias dos arruamentos, produzindo uma acalmia de tráfego e uma maior segurança rodoviária. Prevê-se ainda a instalação de uma ciclovia desde o largo Pedro Alvares Cabral até à N234 e a criação de plataforma única elevada na zona adjacente aos largos Pedro Álvares Cabral e do Conde da Anadia.
A13	*Qualificação das Avenidas Conde D.Henrique e Montes Hermínios*	Intervenção de qualificação das avenidas Conde D. Henrique e Montes Hermínios, com medidas de acalmia de tráfego e segurança rodoviária, bem como de reordenamento do estacionamento para 45% no troço superior da avenida Conde D. Henrique e de instalação de uma ciclovia no troço intermédio da avenida Montes

N.º	Designação	Descrição
		Hermínios.
A14	*Qualificação e sinalização da Zona Empresarial de Mangualde*	Qualificação das infraestruturas viárias de apoio aos vários polos da Zona Empresarial de Mangualde (Lavandeira, Salgueiro, Fagilde e Pinheiro de Baixo), com a reconfiguração de cruzamentos e instalação de sinalização indicativa e informativa.
A15	*Modernização do Terminal Ferroviário de Mercadorias e criação de novo acesso*	Modernização das instalações do Terminal Ferroviário de Mercadorias e criação de um acesso exclusivo a partir da variante à N232 prevista.
A16	*Redefinição do estacionamento condicionado*	Organização de um processo de revisão das condições do contrato de concessão da exploração do estacionamento condicionado e de duração limitada, designadamente com revisão do número de lugares afetos em cada zona (fruto das intervenções de requalificação previstas), bem como da taxa horaria e duração máxima do estacionamento em cada zona. Este contrato expira em julho de 2019.
A17	*Criação de bolsas de estacionamento central*	Infraestruturação de espaços privados sem ocupação, na envolvente do centro da Cidade, formalizando áreas de estacionamento de baixo custo (taxa simbólica e duração alargada)
A18	*Estruturação da ciclovia central (Salgueiro / Bairro das Colónias)*	Criação de um a ciclovia com cerca de 6 km, que atravessa o Centro da Cidade e é apoiada num conjunto alargado de arruamentos. Esta ciclovia poderá se executada por fases e ser formalizada como faixa ciclável ou pista ciclável (exclusiva ou partilhada com peões) e ainda com tramos partilhados com o tráfego motorizado. Deverão ser criadas estruturas de apoio ao estacionamento de bicicletas no seu percurso.
A19	*Estruturação da ciclovia das escolas (Parque Multiusos / Estação)*	Criação de um a ciclovia com cerca de 4 km, transversal à Cidade que serve a Estação, as escolas e termina no Parque Multiusos. Esta ciclovia poderá se executada por fases e ser formalizada como faixa ciclável ou pista ciclável (exclusiva ou partilhada com peões) e ainda com tramos partilhados com o tráfego motorizado. Deverão ser criadas estruturas de apoio ao estacionamento de bicicletas no seu percurso.
A20	*Requalificação do Largo Dr. Couto e do Rossio*	Restruturação destes espaços públicos com redefinição da circulação automóvel e das áreas de estacionamento e cargas e descargas, aumento das áreas de circulação e estadia de peões, bem como inserção de uma ciclovia.
A21	*Requalificação do Largo das Carvalhas*	Reestruturação deste espaço público, criando uma área de estadia e de usufruto para a população, através da redefinição do espaço pedonal, do espaço para circulação automóvel, estacionamento e cargas e descargas.

N.º	Designação	Descrição
A22	*Requalificação dos largos de Pedro Álvares Cabral e do Conde da Anadia*	Reestruturação do espaço publico articulando os dois espaços e integrado a avenida dos Capitães na mesma plataforma dos largos, implicando clarificação das circulações pedonais e dos espaços de estadia, estruturando a passagem de uma ciclovia, procedendo a uma acalmia de tráfego e a um reordenamento do estacionamento.
A23	*Requalificação dos largos Misericórdia e das Cândidas*	Reestruturação do espaço publico, implicando clarificação das circulações pedonais e dos espaços de estadia, estruturando a passagem de uma ciclovia, procedendo a uma acalmia de tráfego e a um reordenamento do estacionamento.
A24	*Bairro do Modorno – qualificação do espaço público e medidas de acalmia de tráfego*	Qualificação do espaço público do Bairro do Modorno com intervenções tipo das zonas partilhadas (peão, estacionamento e circulação automóvel) e de acalmia de tráfego (zona 30), bem como melhoria da articulação com a rua Azurara da Beira.
A25	*Concessão de Linha de Transportes Urbanos*	Preparação de um processo de concessão de uma linha de transportes públicos na Cidade de Mangualde ligando a Estação de Caminho-deferro e Rotunda de acesso às instalações da PSA, com uma extensão aproximada de 6,4 km e um tempo de percurso de 30 minutos.
A26	*Orientações para reestruturação dos transportes públicos*	Definição de um conjunto objetivos e orientações para a restruturação dos transportes públicos que servem o Município, tendo em conta o novo Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros. O Município deverá avaliar a possibilidade de se assumir como autoridade de transportes para algumas linhas que servem apenas Mangualde ou delegar essa competência na CIM Viseu Dão Lafões.
A27	*Serviço de transporte a pedido*	Implementação de um serviço de transporte flexível – "a pedido"– de âmbito municipal, tirando partido da experiência acumulada na gestão dos transportes escolares, integrado vários operadores de transporte (IPSS, Táxis e transportes municipais). Este serviço deverá ser apoiado por plataforma informática de gestão e informação.
A28	*Requalificação do Interface do Mercado (2ª fase)*	Alargamento do Interface do Mercado, através de intervenção na avenida N. Sra. do Castelo, na zona do Mercado até ao cruzamento com a avenida dos Combatentes da Grande Guerra, criando condições para a estruturação de uma praça de táxis, para a paragens das linhas expresso, para informação ao público e para estacionamento de bicicletas.
A29	*Reestruturação das paragens no Pólo Escolar e de Equipamentos Públicos*	Intervenções nas paragens de transporte público de apoio ao Pólo Escolar e de Equipamentos Públicos (bainhas de paragem e mobiliário urbano), bem como nas zonas de paragem de veículos ligeiros (para deixar ou recolher os estudantes) e no esquema de circulação do Pólo.
A30	*Reordenamento do Interface da Estação de Caminho-de-Ferro*	Intervenções no ordenamento da circulação na zona da Estação (formalização de retorno de veículos ligeiros e transportes públicos) e melhoria das infraestruturas de apoio ao transporte público e táxis e das circulações pedonais.

N.º	Designação	Descrição
A31	*Plano de sinalética direcional e informativa da cidade de Mangualde*	Elaborar um Plano de Sinalética que responda aos objetivos do Plano de Mobilidade, em termos hierarquia viária e de gestão da circulação na Cidade. Pretende-se identificar as principais direções e equipamentos/serviços a sinalizar, bem como apresentar critérios de sinalização a respeitar e propor suportes adequados. A sinalização informativa de carácter publicitário (identificando marcas) deverá também ser regulada e ordenada.
A32	*Normas de desenho urbano*	Aprofundamento do Regulamento Municipal de Urbanização Edificação em vigor, através da elaboração de documento a anexar ao regulamento em que são definidas normas de desenho urbano para os espaços públicos, nomeadamente rede viária, passeios e estacionamentos, bem como são dadas orientações em termos dos materiais a utilizar.
A33	*Portal de informação sobre os serviços de transporte público*	Conceção, carregamento e gestão de uma base de dados sobre os transportes públicos que integre os transportes regulares de passageiros, os transportes escolares, táxis e outros operadores de transportes (IPSSs). A interação com o público deverá fazer-se por um "front office" em formato de micro site alojado no portal do município de Mangualde devidamente articulado com a CIM Viseu Dão Lafões.
A34	*Sistema de Informação de Transportes Coletivos*	Pretende-se dotar o conjunto dos interfaces da Cidade (Mercado, Estação e Pólo Escolar) e outros pontos na cidade de um sistema de informação sobre os transportes públicos. Este sistema de informação que terá de ser concebido e implementado deverá fornecer informações sobre as carreiras regulares de transporte público, os transportes escolares, os serviços expresso/alta-qualidade e os táxis. No caso do Interface da Estação, este sistema deve estar articulado com os transportes ferroviários.
A35	*Campanhas de Informação e Sensibilização sobre Mobilidade e Transportes*	Realização anual de ações de sensibilização e informação junto de determinados públicos-alvo escolas, empresas e associações sobre mobilidade sustentável e utilização dos transportes públicos. Estas campanhas devem ser apoiadas por materiais de informação em vários suportes físicos e digitais.

FONTE: *Adaptado* de - Plano de Mobilidade Urbana Sustentável Da Cidade de Mangualde - Relatório de Estratégia e Programa de Ação, setembro de 2016).

Síntese

Da análise realizada à temática da Mobilidade e Transportes no período entre 2013-2017, é possível ter alguns de pontos de enquadramento da situação atual no concelho, apresentados a seguir:

MOBILIDADE E TRANSPORTES	↘Não concretização do IC12 e IC 37, embora sem responsabilidade municipal pois são projetos da competência da administração central;
	↘Espectativa da modernização da linha ferroviária da Beira Alta de acordo com o previsto no quadro do investimento ferroviário 2020;
	↘A maioria da população trabalha/estudo no concelho em particular na freguesia de residência;
	Em média o tempo gasto na deslocação trabalho/estudo é até 15 min;
	O modo de transporte mais utilizado nas deslocações trabalho/estudo é o automóvel seguido do autocarro;
	↘Alteração do Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros (RJSPTP). Este novo regime permite melhorar as condições de exploração do serviço público de transporte de passageiros, bem como a satisfação das necessidades das populações;
	↘Oportunidade de desenvolvimento do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes de Viseu Dão Lafões;
	↘Aposta em novas formas de mobilidade mais sustentáveis (ex: Concretização da Ciclovia da Avenida da Senhora do Castelo, dotação de postos de Abastecimento para veículos elétricos);;
	↘Oportunidade de implementação do Plano de Mobilidade Sustentável (PMUS) da Cidade de Mangualde.

Património

Introdução

O PDM de Mangualde é um instrumento de Planeamento, no qual se encontram consolidadas estratégias de valorização e de desenvolvimento de um território, cujas dinâmicas devem potenciar os seus diversos valores naturais e sociais, recorrendo à preservação e valorização do património, podendo então este ser entendido como um dos recursos para o seu desenvolvimento.

Este património, cujo conceito foi evoluindo ao longo dos tempos, poderá ser entendido como uma síntese de vários valores identitários que contribuem para um sentimento de pertença e de identificação de um coletivo social, fornecendo-nos os elementos de significação cultural, particularmente relevantes num contexto de globalização onde coexistem leituras diferenciadas, e permitindo-nos situar em relação ao passado quando, muitas vezes, já nada resta dele.

O Património, que se encontra descrito no presente documento, é relativo aos Imóveis Classificados e a outros valores patrimoniais mais representativos do concelho.

Património Classificado

No âmbito do património edificado, destaque para o valor arquitetónico e arqueológico de alguns elementos presentes no concelho de Mangualde que se encontram classificados, nomeadamente:

- **Monumentos Nacionais (MN):** Anta da Cunha Baixa; Castro do Bom Sucesso; Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão.
- **Imóvel de Interesse Publico (IIP):** Capela da Senhora de Cervães; Igreja da Misericórdia de Mangualde; Igreja Matriz de S. Julião; Pelourinho de Abrunhosa-a-Velha; Pelourinho de Chãs de Tavares; Casa de Almeidinha
- **Sítio de Interesse Publico (SIP):** Citânia da Raposeira
- **Conjunto de Interesse Publico (CIP):** Palácio dos Condes de Anadia
- **Imóvel de Interesse Municipal (IIM):** Torre do Relógio Velho
- **Monumento de Interesse Municipal (MIM):** Quinta do Alpom
- **Monumento de Interesse Publico (MIP):** Casa/Capela Seabra Beltrão

Desde a aprovação da revisão do PDM de Mangualde (2013), a nível do património procederam-se as seguintes alterações:

- Fixação da zona especial de proteção (ZEP) da Casa de Almeidinha, com azulejos do sec. XVIII e os jardins anexos (Portaria n. º178/2014) de 4 de março.

- O Palácio de Anadia classificado como imóvel de interesse público (IIP) pelo Decreto n.º 95/78, passou a ser Conjunto de Interesse Publico, pela Portaria n.º 23/2014 de 10 de janeiro, a qual procedeu às seguintes alterações: a) da área classificada, de forma a abranger os jardins, a quinta e a mata anexa; b) da denominação do conjunto classificado; c) da categoria da classificação, de acordo com a legislação em vigor.

Figura 21. Palácio de Anadia

Fonte: Junta de Freguesia de Mangualde (http://juntafmangualde.ufmmca.pt/patrimonio.htm#patrimonio_05)

O município possui uma carta arqueológica publicada, sendo que é sistematicamente objeto de atualização. Existe, de igual forma, uma carta patrimonial (em execução).

No território de Mangualde, atualmente, não se verifica a necessidade de classificar qualquer bem patrimonial. Tal não impede que a figura jurídica da classificação de bens patrimoniais seja implementada como instrumento eficaz de preservação e salvaguarda de bens e zonas adjacentes, evitando dissonâncias paisagísticas, como tem acontecido, regra geral, no passado.

A autarquia de Mangualde, a par da execução do plano de atividades para a cultura e património, tem vindo a projetar a implementação de atividades que promovem o património cultural em geral e o edificado em particular.

No futuro próximo, salienta-se a execução da intervenção de regeneração urbana da cidade de Mangualde, a intervenção de conservação e restauro da Capela do Calvário - Sra de Cervães -, em Santiago de Cassurrães, da Igreja da Misericórdia de Mangualde, do seu património móvel e integrado, da Igreja de Nossa Senhora do Castelo, do seu património móvel e integrado, da implantação do projeto arquitetónico de Reinterpretação do Monte da Senhora do Castelo, da implantação do projeto de requalificação do Bairro do Relógio Velho, da implantação do projeto de reconstrução e requalificação do Cineteatro de Mangualde, entre outros. Após as intervenções previstas, existe um plano de programação cultural desenhado que visa, em cada um dos bens

referidos, efetuar eventos que os dinamizem e que envolvam a população residente e quem visita o concelho.

A intervenção no Monte da Senhora do Castelo, surge ao abrigo do Plano de Desenvolvimento Rural (PDR 2020) localiza-se num dos lugares de maior relevância histórico/patrimonial de Mangualde. Património religioso, arquitetónico e paisagista, o que o torna um espaço de referencia "ex-libris" do concelho. Os objetivos da ação, de acordo com o plano de intervenção, assentam nos seguintes pontos:

- *Enfatização e integração dos valores patrimoniais em presença, isto é: refuncionalização do património com a criação da ligação entre a proposta e o edificado existente, através de um percurso pedonal, de união, entre o parque a escadaria de acesso à ermida da Sra. Do Castelo.*
- *Facilidade de manutenção pela robustez e durabilidade dos materiais a empregar, de fácil lavagem, permitindo limpeza no que concerne a ações de vandalismo.*
- *Garantir acessibilidade fáceis e rápidas aos espaços com vista à diversificação dos utilizadores: rampas projetadas de acordo com o Regime de Acessibilidades e construção de instalação sanitária, adaptada a pessoas com mobilidade condicionada.*
- *Implantação de espaços para a promoção de atividades para diferentes escalões etários – espaço intergeracional.*
- *Construir a área de intervenção, numa área de qualidade de espaço público.*
- *Apropriação ecológica ao sitio, com promoção de ações de sensibilização de defesa do meio ambiente.*
- *Valorização dos sistemas de vistas a preservar, nomeadamente toda a perspetiva sobre a Serra da Estrela.*
- *Criação de espaços com funções diferenciadas na sua vocação, mas interligadas no seu todo.*
- *Colocação de espaço verde, para estabilização de taludes, que servem de apoio ás plataformas de atividades.*
- *Implantação de uma vedação integrada, para garantia da proteção dos utentes: através de resolução perimetral".*

Figura 22. Objetivos da ação da intervenção no Monte da Senhora do Castelo

Fonte: Plano de Intervenção – Reinterpretação do Monte Senhora do Castelo

Esta intervenção vem dotar o concelho de uma infraestrutura que até aqui ainda não existia, indo de encontro às necessidades da população e dos turistas, salientando-se que o turismo desempenha um papel importante no desenvolvimento do território, dinamizando as potencialidades naturais,

patrimoniais e culturais. Serve de impulso aos agentes na criação de mais serviços e infraestruturas, potenciando e integrando os recursos existentes na estratégia de desenvolvimento local.

No que concerne à requalificação do Relógio Velho, a intervenção localiza-se num dos lugares de maior relevância histórico/patrimonial de Mangualde, nomeadamente num aglomerado de génese medieval em pleno centro histórico – o Largo do Relógio Velho, beneficiando da proximidade da Quinta e do Palácio dos Condes de Anadia.

Os objetivos associados a esta ação passam por, estabelecer uma estratégia de acolhimento dos micro produtores e artesão dos saberes locais e rurais, criando as condições e incentivos ao estabelecimento de uma economia complementar assente na valorização dos produtos autóctones, de forte cariz `biológico` e genuíno. A criação de estruturas simples e acessíveis de comercialização de pequenas produções e singularidades para alem de buscar nichos de mercado específicos (do relacionamento pessoal à curiosidade turística) visa constituir-se como uma ferramenta de promoção e incentivo à fixação de saberes da terra e do mundo rural, na preservação de uma cultura única, distinta, autentica e por isso não padronizada nem ´calibrada ´. O apoio direto ao pequeno produtor/artificie traduz-se assim em ações de animação/mercados urbanos, onde produtor e consumidor final interagem diretamente, tudo, traduzindo-se no reforço dos valores da identidade do território, num elogio da cultura e na animação e dinâmica dos espaços urbanos.

(Plano de Intervenção – Requalificação do Relógio Velho)

Neste espaço serão realizados eventos (feiras, conferências, etc), por forma a permitir a relação direta entre produtor e consumidor. Estas ações permitem impulsionar o Turismo Gastronómico local, o concelho de Mangualde oferece uma serie de produtos regionais de referencia como o vinho do Dão, o Queijo da Serra, o cabrito, presunto enchidos entre outros, a sua promoção permite mostrar a tradição e fomentar o desenvolvimento local.

Após as intervenções previstas, existe um plano de programação cultural desenhado que visa, em cada um dos bens referidos, efetuar eventos que os dinamizem e que envolvam a população residente e quem visita o concelho.

Pretende-se dar continuidade de execução a projetos culturais/patrimoniais que envolvem(am) bens do património cultural. Estes projetos abarcam os vários sub-universos do património cultural, isto é, do património edificado, arqueológico, industrial, paisagístico, imaterial, etc. Prevê-se, de igual forma, a implementação de novas rotas culturais/patrimoniais, bem como a manutenção e dinamização das já existentes no território concelhio.

As ações culturais a envolver bens do património cultural são concertos musicais e performances teatrais/recreacionais, entre outras, cujos temas pontuais se contextualizam nos bens e nos sítios patrimoniais. Prevê-se a continuidade da ação "Mangualde, o nosso património", cujo principal objetivo é dar a conhecer e a divulgar junto de todos os "públicos" (locais e externos) o vasto

património cultural concelhio. As visitas orientadas continuarão a pontuar no plano de atividades de dinamização cultural do património cultural, com especial enfoque junto das camadas estudantis.

Desta forma, e tomando como exemplo as medidas que se vão já executando neste território, prevê-se a manutenção das parcerias firmadas entre a Autarquia e as diversas associações culturais, grupos de intervenção cultural, cívica e de natureza lúdica e desportiva, bem como com as Juntas de Freguesia para a execução de eventos que visem a preservação da cultura imaterial do território.

Salienta-se a importância do reforço de implementação de políticas conjuntas entre a tutela autárquica do Património Cultural e das Zonas Históricas e a tutela autárquica do Turismo, no sentido de divulgar, junto dos potenciais visitantes (nacionais e estrangeiros), o território concelhio como território atrativo. Os meios de divulgação têm passado pelas redes sociais do Município, por spots publicitários nos media de impacte nacional e nos meios direcionados para os países da UE, designadamente Espanha, e França - os principais visitantes de Mangualde, de acordo com os dados fornecidos pelo serviço autárquico de Turismo.

A autarquia tem vindo a implementar uma política de colocação de sinalética de tipo trânsito para indicação dos diversos pontos e sítios de interesse patrimonial/turístico, e de painéis interpretativos junto de bens patrimoniais, contudo é importante dar continuidade ao programa de requalificação/valorização de sítios arqueológicos e patrimoniais do concelho, como já sucedeu com as Ruínas Romanas da Raposeira, Torre Medieval de Gandufe, dolméns de Cunha Baixa e dos Padrões.

Importa dar continuidade ao trabalho de sensibilização, sobre a existência de mecanismos, sistemas, programas e/ou outros instrumentos de apoio (financeiro ou de outra índole, nomeadamente de aconselhamento na área da arquitetura e do património), e a divulgá-los junto das populações (ex:H2020).

Síntese

No concelho de Mangualde identificam-se uma série de valores patrimoniais, os quais poderão definir oportunidades da valorização deste território, que devem ser preservados e conservados. Importa identificar algumas das ações mais importantes realizadas nesta matéria, no período 2013-2017:

PATRIMÓNIO	↘Na logica de que, o Património Cultural e a Cultura se revestem de um valor económico extraordinário, a Câmara Municipal criou o gabinete de gestão do património e cultura que desenvolve atividades de promoção e preservação do património e cultura;
	↘Ocorreu a classificação do Palácio de Anadia e zona envolvente como Imóvel de Interesse Público (IIP);
	↘Ocorreu a Fixação de ZEP da Casa de Almeidinha e jardins anexos;
	Desenvolvimento de atividades e ações que promovem o património histórico/cultural e edificado;
	Desenvolvimento de varias ações de regeneração e requalificação urbana.

Serviços e Equipamentos

Introdução

Este ponto visa proceder à identificação atual, de um conjunto de serviços e equipamentos de utilização coletiva que servem a população de Mangualde.

A expansão dos aglomerados urbanos nem sempre acompanha a oferta de espaços qualificados (equipamentos e serviços) que possibilitem um bom desenvolvimento social, cultural e físico das populações. O desenvolvimento de novas centralidades, depende grandemente da área de influência exercida por determinados equipamentos, donde a sua localização por um lado, tenha uma componente estratégica do ponto de vista dos efeitos multiplicadores para o território e por outro, o seu correto dimensionamento para efetivamente corresponder à satisfação da comunidade para a qual se direciona.

São considerados nesta análise, os serviços e equipamentos coletivos que integram as áreas do Ensino, Saúde, Prevenção e Segurança Pública, Desporto, Solidariedade e Segurança Social, Cultura/Lazer, bem como outros considerados estruturantes para o desenvolvimento do município.

Diagnóstico

O concelho de Mangualde dispõe de um número elevado de serviços e equipamentos ao nível da governança, administração e apoio ao cidadão. Todas as freguesias dispõem de edifício próprio para sede da Junta de Freguesia. O concelho dispõe de serviços de Cartório Notarial, Repartição de Finanças, Conservatórias do Registo Civil e Predial e Postos de Atendimento ao Cidadão que integra diversas entidades e empresas públicas.

A nível da justiça, destaque para o Tribunal da Comarca de Mangualde, que serve os concelhos de Mangualde, Nelas e Penalva do Castelo.

A Proteção e Segurança está a cargo da GNR, que funciona em edifício próprio recentemente inaugurado. Existe ainda o serviço de Proteção Civil e uma corporação de Bombeiros Voluntários, com o quartel na cidade e uma secção em Abrunhosa-a-Velha.

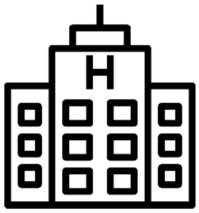
No que se refere ao ensino, atualmente o agrupamento de escolas de Mangualde, com sede na escola secundária Felismina Alcântara, é composto por 21 unidades escolares de ensino público, englobando:

- **Jardins de Infância**: Conde D. Henrique; Chãs de Tavares; Contenças de Baixo; Cubos; Cunha Baixa; Tibaldinho; Fagilde; Gandufe; São Julião; Mangualde; Mesquitela; Outeiro de Matados e Vila Garcia.
- **Escolas Básicas**: Ana de Castro Osório; Abrunhosa-a-Velha; Chãs de Tavares; Mesquitela; Moimenta de Maceira Dão; Santiago de Cassurrães, Tibaldinho; Fagilde; Gomes Eanes de Azurara.
- **Escola Secundária**: Felismina Alcântara.

Para além destas, acrescem as seguintes da rede privada:

- **Jardins de Infância**: Centro Paroquial de Santiago de Cassurrães; Centro Social Cultural da Paroquia de Mangualde; Fundação Beatriz Pais – Raul Saraiva e a Creche Mariazinha Lemos, da Santa Casa de Misericórdia.

O município de Mangualde, consciente de que a educação é um pilar fundamental no desenvolvimento e progresso de uma sociedade, encara-a como aposta do futuro. Dado que nos últimos anos têm vindo a ser atribuídas às autarquias cada vez mais competências nesta matéria, o município tem trabalhado com o objetivo de construir uma política local mais consistente e sólida tendo em conta as necessidades da comunidade local, sem descurar as competências que lhe foram imputadas, rentabilizando e promovendo a eficácia dos recursos que possui.



Na área da Saúde o Hospital de referência para o concelho é o Hospital São Teotónio -Viseu (EPE). A atual organização administrativa da Região de Saúde do Centro, em vigor desde 1 de maio de 2014, compreende duas Unidades Locais de Saúde (ULS) e oito Agrupamentos de Centros de Saúde (ACeS), dois dos quais integrados numa ULS.

O concelho de Mangualde integra a ACeS Dão-Lafões e possui um Centro de Saúde que se localiza na cidade, existindo duas extensões de saúde, em Santiago de Cassurrães e Chãs de Tavares, existindo ainda a Unidade de Saúde Familiar (USF) Terras de Azurara (em Mangualde) e a Unidade de Cuidados Continuados (UCC), pertença da Santa casa da Misericórdia de Mangualde.

De acordo com o Anuário Estatístico da Região Centro (2015), os indicadores de saúde apontam para um rácio de 2,7 enfermeiros/1000 habitantes, 1,8 médicos/1000 habitantes, valores inferiores aos de Viseu-Dão Lafões, respetivamente, 6,8 e 3,5. Ainda assim, verifica-se no concelho uma ligeira melhoria do rácio de médicos/1000 habitantes, quando comparado à data da 1ª revisão do PDM (2013) que era de1,6, por outro lado existiu uma diminuição do rácio de enfermeiros/1000 habitantes, face aos 3,0 registados em 2013. Quanto às farmácias e posto farmacêuticos, o rácio em 2015 era no

concelho de 0,4 unidades/1000 habitantes, valor igual ao registado em Viseu Dão-Lafões, sendo que revela alguma melhoria face ao valor de 2013 que era de 0,3.

A intervenção social do Município, com abordagens assentes na Rede Social e nas parcerias institucionais, foca-se em seis áreas temáticas: Infância e juventude, Idosos, Deficiência, Migração e minorias étnicas, Pessoas sem abrigo e Educação, formação e emprego.

De acordo com o Diagnóstico Social (2014), as Instituições Particulares de Solidariedade Social constituem a maior parte dos equipamentos sociais (12 Instituições).

O concelho de Mangualde de acordo com as estimativas da população em 2015, possuía um universo de 4703 indivíduos com 65 ou mais anos de idade. Verifica-se que se mantém a tendência para o progressivo envelhecimento da população, uma vez que o grupo de indivíduos com 65 ou mais anos, representava cerca de 24% da população. Assim, o apoio à terceira idade é então cada vez mais indispensável numa sociedade cada vez mais envelhecida. Ainda de acordo com o Diagnóstico Social *"os beneficiários do Rendimento Social de Inserção são essencialmente pertencentes ao sexo feminino e muito jovens. Relativamente aos processos instaurados pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mangualde, a negligência constitui-se com o principal motivo de intervenção. Na Loja Social "Mangualde Social Mais", prevalece o fenómeno do desemprego, no total dos beneficiários"*.

A figura seguinte evidencia as problemáticas identificadas pelo documento suprarreferido em matéria de ação social, para o concelho em estudo.

Envelhecimento Desprotegido

- Elevado número de idosos em risco de isolamento social, Envelhecimento, Informação sobre cuidados familiares com os idosos, Conhecimento de cuidados de saúde preventivos

Disfuncionalidade Familiar:

- Famílias Disfuncionais, Violência Doméstica

•Desemprego

- Falta de Empreendedorismo Jovem, Abandono da Agricultura

•Comportamentos Aditivos

- Alcoolismo e Doenças Mentais

Figura 23. Problemas em matéria de ação social, no concelho de Mangualde

Fonte: Diagnóstico Social, 2014

A localização dos equipamentos sociais e, consequentemente, da distribuição das respostas sociais, corresponde à densidade demográfica, pelo que ocorrem mais concentradas na área da cidade e depois, nas áreas centrais dos aglomerados.

No que respeita aos equipamentos desportivos, de uma forma geral, a oferta é equilibrada face à população que servem, pese embora se constate a existência que algumas instalações a necessitarem de pequenas intervenções sobretudo no que respeita à qualidade do pavimento, balizas, bancadas e iluminação. Neste âmbito, dos equipamentos desportivos existente, destaca-se o Estádio Municipal de Mangualde que possui pista de atletismo e uma capacidade de cerca 3000 espectadores, permitindo receber eventos de considerável dimensão. Salienta-se ainda o Pavilhão Municipal com capacidade para cerca de 1000 espectadores, as Piscinas Municipais (Coberta e ao ar Livre) e os pequenos polidesportivos disseminados por todo o território.

Da distribuição dos equipamentos desportivos no território, ressaltam as diferenças entre as

freguesias, sendo que as mais urbanas acabam por ter uma melhor oferta do que as mais rurais.

Figura 24. Estádio Municipal de Mangualde

Fonte: Câmara Municipal de Mangualde (http://www.cmmangualde.pt/atividade-municipal/desporto/estadio-municipal/)

Destaque ainda para a Praia Artificial de Mangualde (Live Beach), um *ex-librís* do concelho, onde, para além de se puder desfrutar da água e do areal, desenvolvem-se, no mesmo espaço, outras atividades desde a restauração a eventos musicais, desportos aquáticos, sessões de cinema, entre outros, como referido no capítulo do Turismo.

Relativamente à cultura, importa referir a Biblioteca e o Arquivo Municipal que armazenam informação histórica do concelho. Pese embora a 1ª revisão do PDM prever a construção do Museu do Território e do Museu do Açúcar, estes ainda não foram concretizados.

Importa igualmente referenciar a grande capacidade de associativismo existente no concelho em estudo, o qual para além de assumir um papel relevante no desenvolvimento do município, promovendo-a através da preservação e da divulgação da sua cultura, poderá ser muito útil e eficaz na prevenção de situações de exclusão social, através da promoção da realização pessoal do indivíduo.

Síntese

Da análise efetuada aos serviços e equipamentos do concelho, podemos obter as seguintes considerações:

SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS	↘O concelho de Mangualde é servido por uma rede de equipamentos e serviços que servem a população de uma forma bastante satisfatória;
	↘No domínio da educação verifica-se que a atualização da Carta Educativa é bastante importante, já que é o instrumento principal no planeamento da rede de equipamentos escolares;
	↘Tendo em conta a tendência de envelhecimento da população torna-se imperativo equacionar a dotação de mais equipamentos de apoio à 3ª idade;
	Na área da saúde, destaque para a implementação da Unidade de Saúde Familiar (USF) Terras de Azurara;
	Na área cultural destaque para a não concretização do Museu do Território e do Museu do Açúcar, conforme previsto na 1ª revisão do PDM (2013).

Ambiente e Energia

Introdução

Neste ponto é efetuado inicialmente uma abordagem às condicionantes ambientais presentes neste território, em particular à situação atual da Reserva Ecológica Nacional, Reserva Agrícola Nacional e das Áreas Florestais Percorridas por Incêndios, tendo em conta a sua importância no ordenamento do território, nomeadamente na sua salvaguarda.

Posteriormente, considerando que atualmente, e cada vez mais se reconhece a preocupação que os municípios têm com o ambiente e o consumo eficiente de energia, foram analisados um conjunto de indicadores que consideramos importantes e representativos nesta matéria, como a Qualidade do Ar, Qualidade da água, Consumo de Energia, Gestão de Resíduos e Ruido.

Reserva Ecológica Nacional

A Reserva Ecológica Nacional (REN) constitui uma estrutura biofísica básica e diversificada que, através do condicionamento à utilização de áreas com características ecológicas específicas, garante a proteção de sistemas e a permanência e intensificação dos processos biológicos indispensáveis ao enquadramento equilibrado das atividades humanas.

A REN 'Bruta' do município de Mangualde, elaborada e entregue em Julho 2012 pela CCDRC, abrange os seguintes sistemas: Leitos dos cursos de água, Zonas ameaçadas pelas cheias, Albufeira e faixa de proteção, Cabeceiras das linhas de água, Áreas de máxima infiltração, Áreas com riscos de erosão e Escarpas e faixa de proteção (ver figura seguinte), a qual abrange 3217,87 ha, o que corresponde a cerca de 15% do território concelhio.

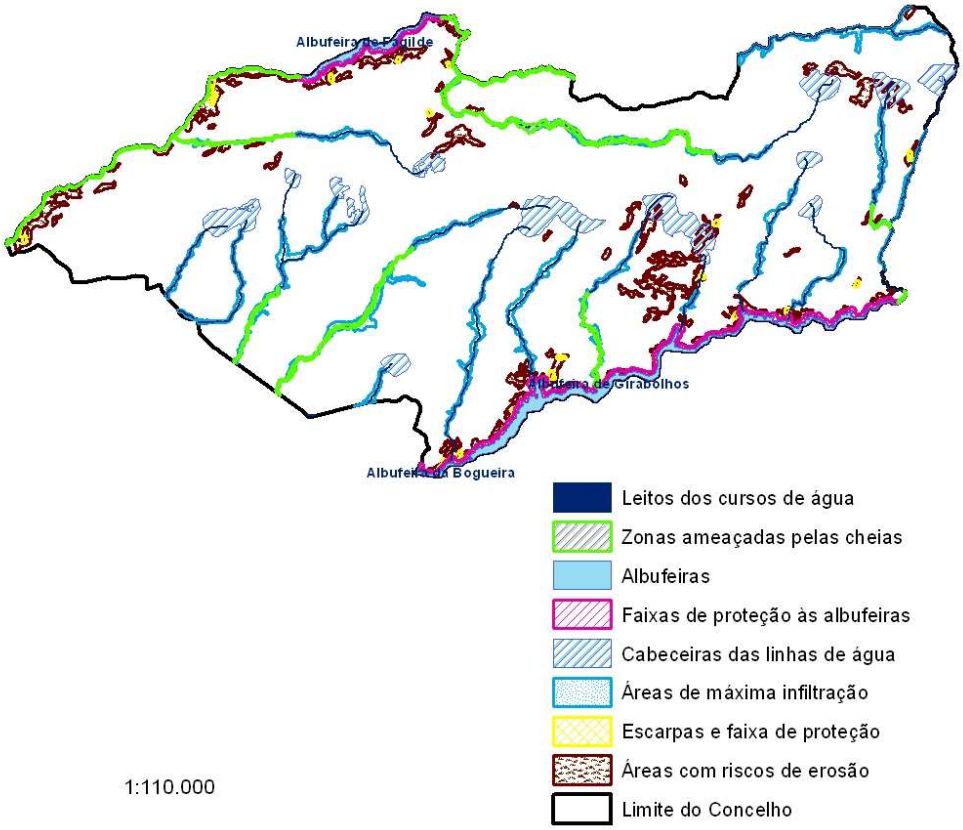


Figura 25. REN – Bruta por Sistemas

No decorrer dos trabalhos de revisão do PDM de Mangualde, e face à formação da proposta de ordenamento do território do município de Mangualde, procurou-se desenvolver, tanto quanto possível, um entendimento dos valores em presença, num processo de contextualização e conceção da componente ecológica e natural na definição da estratégia territorial esboçada.

Porém, no cruzamento efetuado entre a definição da proposta de ordenamento na revisão do PDM, elaborada anteriormente à definição da nova REN 'Bruta' surgem situações de incompatibilidade, onde se verifica existir um conjunto de situações de sobreposição de áreas, para os quais foram solicitados pedidos de exclusão da REN, que contabilizam um total de 88,5ha, o que representa uma diminuição de 2,8% face à REN 'Bruta'.

Da avaliação feita às áreas alvo de exclusão, efetivamente estão a ser ocupadas com construção como o plano previa, essencialmente na cidade de Mangualde e em algumas localidades na envolvente desta, como é o caso de Pedreles.

Reserva Agrícola Nacional

A Reserva Agrícola Nacional (RAN) é o conjunto das áreas que, em virtude das suas características morfológicas, climatéricas e sociais, maiores potencialidades apresentam para a produção de bens agrícolas, formalizada com o objetivo de proteger o solo, que maior aptidão agrícola apresenta, de forma a contribuir para o pleno desenvolvimento da atividade agrícola em Portugal.

As áreas que integram a RAN constituem-se como servidão, e os processos de elaboração, revisão, aprovação e ratificação de planos, no caso do PDM, devem ser instruídos junto das entidades responsáveis pela gestão destas áreas, sendo obrigatória a sua identificação nos instrumentos que definem a ocupação física do território.

À luz do regime da RAN integram a RAN, as unidades de terra que apresentam elevada ou moderada aptidão para a atividade agrícola, correspondente às classes constituídas às classes A1 e A2, em que a classificação das terras é feita pela Direção-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, com base na metodologia de classificação da aptidão da terra recomendada pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, que considera as caraterísticas agroclimáticas, da topografia e dos solos. Em que aquando da ausência dessa classificação integram a RAN as áreas com solos das classes de capacidade de uso A, B e Ch, bem como as áreas com unidades de solos classificados como baixas aluvionares e coluviais.

A delimitação da RAN partiu da vectorização da RAN publicada do PDM´95, com acertos de delimitação efetuados pela entidade regional competente obtendo-se, em novembro de 2006, a validação da delimitação que serviu de base ao processo de revisão do PDM – RAN bruta. Esta ocupa 2186 há, correspondendo a cerca de 10% do território municipal (ver figura seguinte).

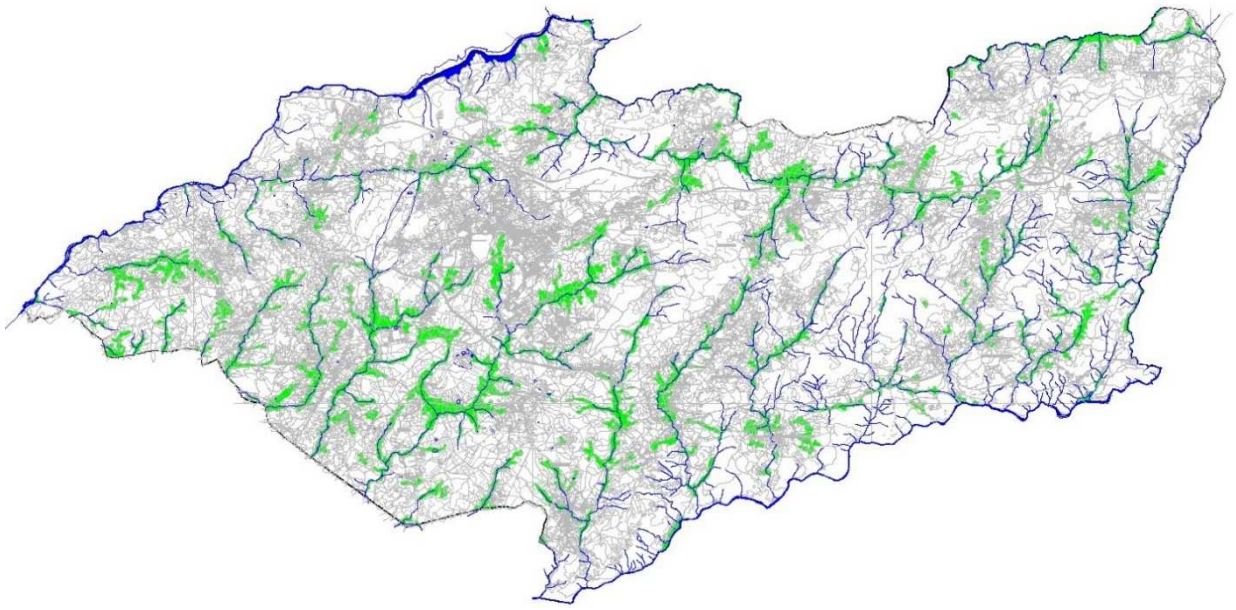


Figura 26. RAN

Durante o processo de revisão do PDM, procedeu-se a várias propostas de exclusão de áreas da RAN, as quais foram sendo aferidas com a DRAPC e com a CCDRC. Da procura de

compatibilização, que passou particularmente pela proposta de exclusão da RAN, de áreas que se julgam essenciais para maior legibilidade e consolidação de um tecido urbano, que no exercício da sua proposta teve sempre presente a preocupação de constituição e preservação de um contínuo natural, resultou num total de 15,25 ha a excluir o que representa uma diminuição de 0,69% face à RAN 'Bruta'

Importa referir, que as áreas da RAN que foram excluídas foram essencialmente as que já tinham preexistências logo já se encontravam ocupadas, pelo que não se têm verificado grandes alterações ao longo da vigência do plano.

Áreas Florestais Percorridas por Incêndios

A floresta representa cerca de 65% da ocupação do solo do concelho de Mangualde, onde predomina o pinheiro bravo e o eucalipto, espécies de elevada combustibilidade, que permitem a rápida propagação dos incêndios florestais, particularmente devido à falta de descontinuidades nesses povoamentos com espécies menos inflamáveis.

Da análise da carta, a qual representa as áreas ardidas ao longo dos últimos 10 anos, conclui-se uma divisão do concelho em duas partes, uma a este, que tem sido fortemente fustigada por incêndios na última década, principalmente na Serra das Pousadas, Serra da Lapeira (Sr.ª do Bom Sucesso) e na declivosa encosta para o Rio Mondego.

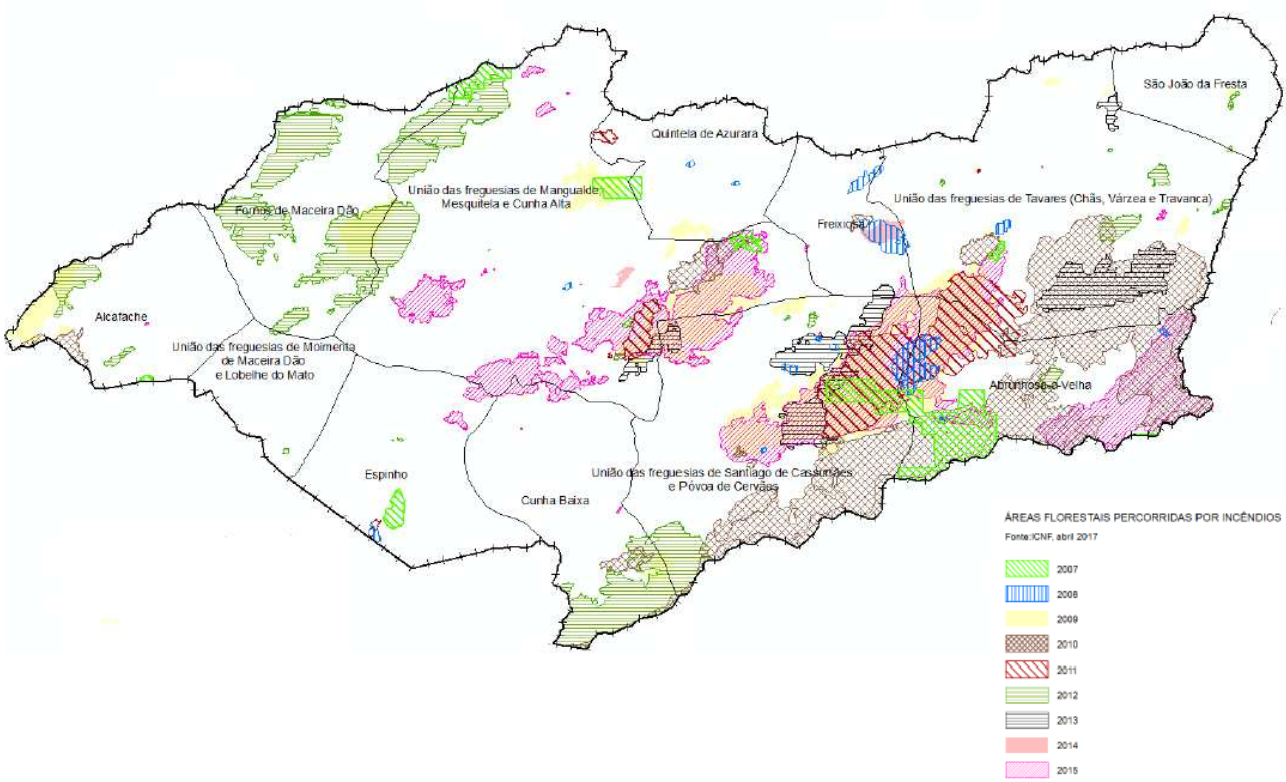


Figura 27. Áreas florestais percorridas por incêndios

FONTE: ICNF, 2017

Já na parte oeste do concelho verifica-se a existência de algumas manchas de área ardida nas encostas para o Rio Dão, na Serra de Santo António e no limite concelhio com Nelas, principalmente em virtude dos incêndios no verão de 2012. Já mais recentemente em 2015 foi a área central do concelho que foi fustigada pelos incêndios florestais.

Os incêndios florestais apresentam-se, atualmente, como um grave problema com nefastas consequências económicas, sociais e ecológicas no concelho de Mangualde.

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Mangualde, aprovado em 04-12-2015 preconiza ações de defesa da floresta contra incêndios, na vertente da prevenção, atribuindo a cada

entidade diversas responsabilidades. O município de Mangualde tem realizado ações de silvicultura preventiva em espaços florestais e Faixas de Gestão de Combustíveis, beneficiação e abertura de caminhos florestais e ações de sensibilização em parceria com outras entidades, GNR, ICNF e BVM, nas várias vertentes do uso dos espaços florestais.

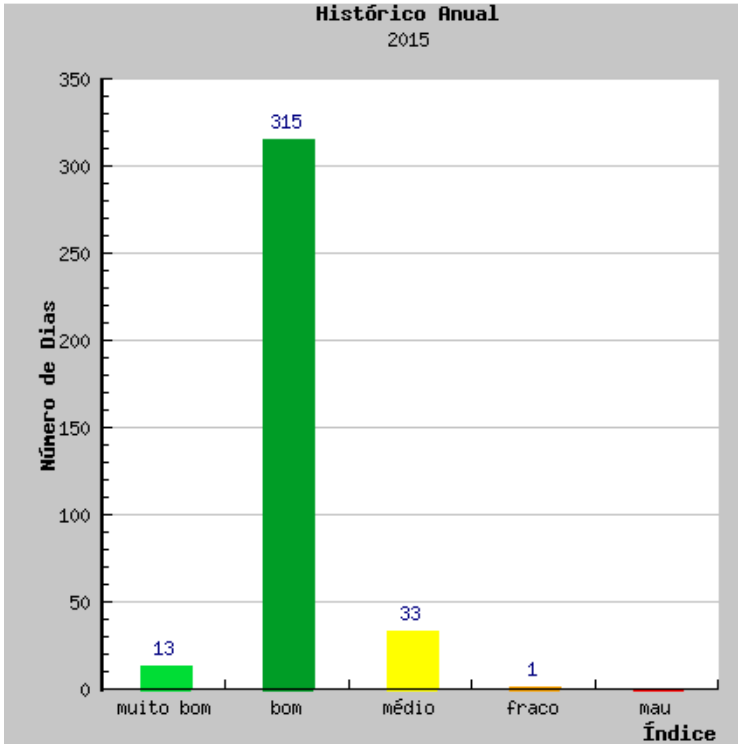
No pós-incêndio, têm sido realizadas ações de estabilização de emergência, em linhas de água restabelecimento da norma circulação nos caminhos florestais.

Qualidade do Ar

O ar é um recurso natural que, ao contrário de outros, não necessita de ser racionalizado em termos de quantidade, mas necessita de ser gerido a nível de qualidade.

De acordo com a base de dados mais recente da Agência Portuguesa do Ambiente, a qualidade do ar no Centro Interior, onde se inclui o concelho de Mangualde pode ser, de uma forma geral considerada "Boa". A manutenção da qualidade do ar estará, contudo, condicionada a alguns desafios, nomeadamente ao nível das emissões de partículas e amónia. Verifica-se que tanto no contexto regional como nacional, este concelho goza de condições privilegiadas para dar resposta a estes desafios, através do envolvimento dos agentes relevantes e implementação de medidas adequadas.

Gráfico 18. Índice da qualidade do ar no Centro Interior



Fonte: APA, QualAr, in http://qualar.apambiente.pt, 2017

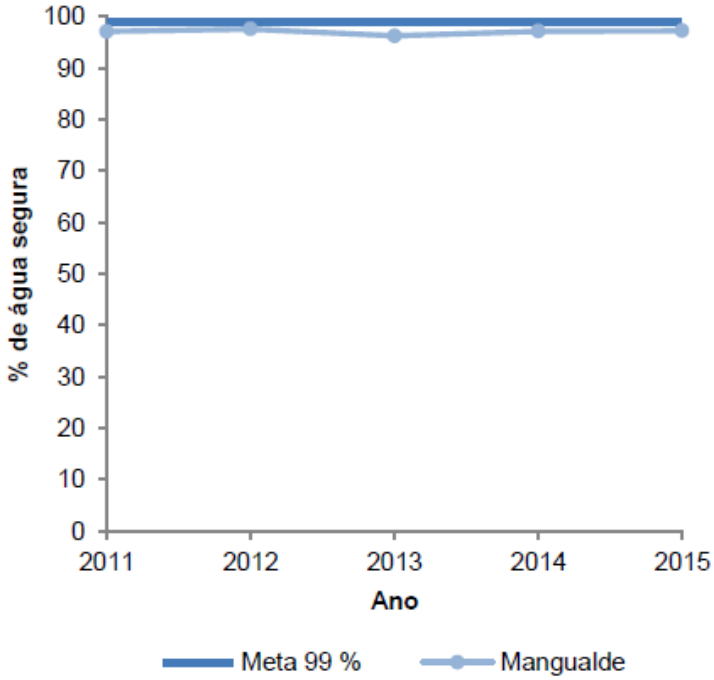
Qualidade da Água

O mais precioso líquido do planeta é a água, sendo indispensável para a vida na Terra e a sua disponibilidade, foi e sempre será uma condição essencial à fixação de população e ao desenvolvimento de todas as atividades humanas.

Um aspeto a melhorar, relacionado com o ciclo da água no concelho de Mangualde, é o da drenagem e tratamento dos efluentes. Mangualde vai receber financiamento para reforçar e melhorar as redes de abastecimento de água e de saneamento. A verba de 1,5 milhões de euros, destina-se à concretização de um plano de requalificação e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas. O plano permitirá a resolução de problemas de qualidade da água de abastecimento e de poluição urbana de massas de água e viabilizará ainda o fecho de sistemas de saneamento de águas residuais.

De facto, de acordo com os dados mais recentes, referentes à qualidade da água para consumo humano no concelho de Mangualde, expresso no gráfico seguinte, revelam que em 2015 a percentagem de abastecimento de água era de 97,5%, valor esse um pouco abaixo da meta dos 99%, contudo superior ao verificado à data da 1ª revisão do PDM (2013, o que constitui alguma melhoria.

Gráfico 19. Percentagem de água segura, no concelho de Mangualde



Fonte: ERSAR, in http://www.ersar.pt/, 2017

Energia

O Concelho de Mangualde não apresenta indicadores muito favoráveis, no que ao consumo total de energia elétrica diz respeito, uma vez que, particularmente a partir de 2013 (1ª revisão do PDM), pois verificou-se um aumento na ordem dos 5%, conforme sistematizado no gráfico seguinte.

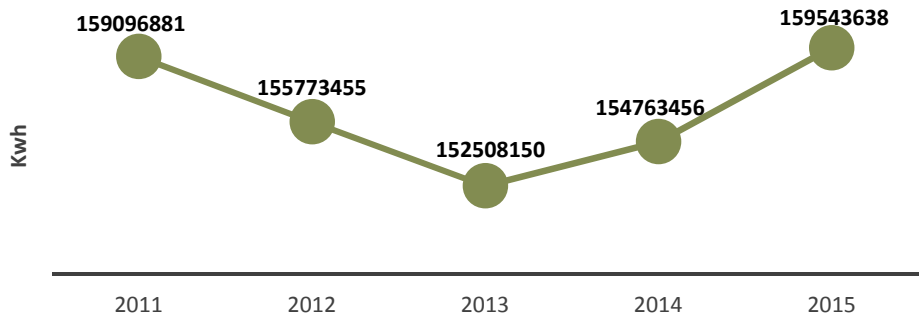


Gráfico 20. Evolução do consumo de energia elétrica (kwh), no concelho de Mangualde, 2011-2015

FONTE: INE, Anuário estatístico região centro 2011- 2015

Relativamente a tipo de consumo, verifica-se que o setor industrial e o setor doméstico são os principais consumidores de energia elétrica, apresentando, contudo, comportamentos diferenciados. Enquanto o setor doméstico, no período de 2011 a 2015, registou uma ligeira diminuição, o setor industrial teve um aumento na ordem dos 3%, face a 2013 (PDM em vigor), denunciando o dinamismo industrial do concelho. Por sua vez, o setor Agrícola verifica uma diminuição dos consumos de energia elétrica no período em análise.

Tabela 9. Tipo de consumo de energia elétrica no concelho de Mangualde, 2011-2015

Consumo de energia elétrica (kWh)	*2011*	*2012*	*2013*	*2014*	*2015*
Doméstico	20626840	19704314	19602709	18864360	18846005
Não doméstico	12888350	13161177	17992936	19286862	19316970
Indústria	111206380	112138701	108196115	109956332	111317327
Agricultura	1153603	932598	677284	613101	837680
Iluminação das vias públicas	5816166	3481973	3511531	3699206	3668047
Iluminação interior de edifícios do Estado	3076908	2431710	2527300	2343233	5557609
Outros	4328634	3922982	275	362	0
Total	159096881	155773455	152508150	154763456	159543638

FONTE: INE, Anuário estatístico região centro 2011- 2015

No que diz respeito ao consumo público de energia elétrica (edifícios do estado/de utilidade pública e iluminação da via pública), verificou-se no período em análise um aumento, particularmente evidente ao nível da iluminação dos edifícios do estado, o que revela alguma falta de eficiência energética.

Resíduos

Os resíduos sólidos urbanos (RSU) constituem um dos maiores problemas ambientais, que as grandes cidades enfrentam no século XXI. O crescimento exponencial do vulgo "lixo", a par com uma maior diversidade do tipo de resíduos e uma menor capacidade de se degradar na natureza, são factos que nos separam do estilo de vida do início e meados do século XX.

A vontade de ajudar a resolver localmente um problema, que é de todos, levou o município a agarrar o desafio de transformar o problema dos resíduos numa oportunidade, para o Concelho de Mangualde se tornar mais limpo, saudável e ainda mais dinâmico em matéria de ambiente.

Atualmente a Associação de Municípios do Planalto Beirão é responsável pela recolha de resíduos sólidos urbanos do concelho de Mangualde, em conjunto com outros dezoito municípios, a associação criou um sistema integrado de gestão de resíduos sólidos urbanos, que permite encontrar soluções de valorização e tratamento dos mesmos, com vista à proteção do Ambiente e à preservação da beleza da região. Inaugurado em 1999, o Centro de Tratamento de RSU do Planalto Beirão, marcou o fim das lixeiras municipais. Após uma profunda intervenção de selagem e recuperação ambiental das 19 lixeiras existentes, esta moderna infraestrutura passou a ser o destino dos RSU produzidos nos municípios associados. Aqui está localizado um Aterro Sanitário, destinado à receção dos resíduos recolhidos indiferenciadamente e também um Centro de Triagem, para receber os resíduos recolhidos seletivamente para reciclagem. É também dentro deste espaço que funciona, desde o ano de 2014, a Central de Valorização Orgânica.

A rede de recolha de resíduos sólidos urbanos abrange a totalidade do concelho, servindo todos os aglomerados do concelho. A receção de resíduos indiferenciados é feita através de contentores de vários tipos e capacidades distribuídos por todo o Concelho, a recolha é efetuada em circuito por 2 equipas d3 3 trabalhadores em viatura com capacidade para 16 m^3.

Para além dos contentores de superfície existem ainda, instalados no concelho de Mangualde, vários EcoPontos que permitem o depósito de resíduos diferenciados. Foi feita uma candidatura conjunta com o Planalto Beirão para a colocação de contentores subterrâneos. As papeleiras distribuídas pelos espaços públicos têm um papel importante dentro do sistema dos RSU, pelo fato de receberem e acondicionarem os resíduos produzidos pelos transeuntes, de modo a permitir que estes espaços permaneçam limpos.

O EcoCentro de Mangualde, por forma a melhor servir os seus munícipes, está a ser deslocado da zona industrial, no Bairro da Senhora do Castelo, para a zona industrial do Salgueiro, sendo que este será o local mais adequado para depositar os resíduos volumosos, tais como:

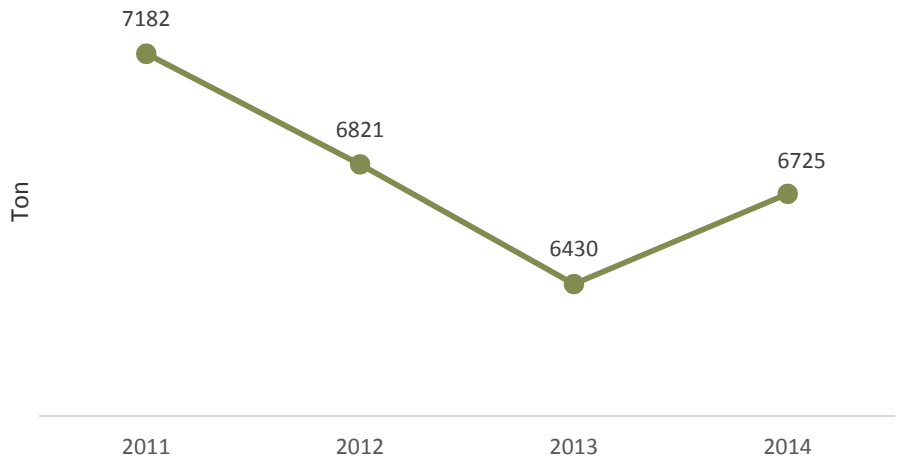
- Eletrodomésticos (Ex: Televisões, fornos, torradeiras, máquinas de lavar roupa e loiça, frigoríficos, computadores);

- Vidro (Ex: Garrafas, boiões, frascos e outras embalagens de vidro vazias e sem tampas);
- Resíduos verdes (Ex: Ramos de árvores, restos de relva e aparas de jardim destinados a fazer composto);
- Madeiras (Ex: Paletes, pranchas, soalhos, contraplacados e móveis). Não devem ser colocados aglomerados revestidos e madeiras podres e/ou impregnadas com óleos;
- Embalagens (Ex: Papel e cartão, plástico);
- Entulhos (Ex: Os entulhos e caliços de pequenas obras e demolições particulares).

Para além deste sistema, o município de Mangualde dispõe de um sistema gratuito de recolha, porta a porta dos resíduos vulgarmente denominados como "Monstros" (ex.: Mobiliário, colchoes, eletrodomésticos de grande porte, etc.).

De acordo com o gráfico seguinte é possível verificar que recolha de resíduos urbanos, teve um comportamento decrescente desde o ano de 2011 até 2013 (PDM em vigor), contudo em 2014 aumentou, o que poderá estar relacionado com uma maior produção de resíduos por habitante, mas também com a maior abrangência e eficiência na recolha.

Gráfico 21. Evolução dos resíduos urbanos recolhidos (ton), no concelho de Mangualde, 2011-2014



FONTE: INE, Anuário estatístico região centro 2011- 2014

Relativamente aos resíduos urbanos recolhidos seletivamente de acordo com os dados disponíveis o vidro, o papel e cartão, são os resíduos recolhidos em maior quantidade, no concelho de Mangualde, conforme sistematizado na tabela seguinte.

Tabela 10. Tipo de resíduos urbanos recolhidos seletivamente, no concelho de Mangualde, 2001-2014

Tipo de Resíduo (ton)	*2011*	*2012*	*2013*	*2014*	*Total*
Vidro	155,5	171,0	168,1	157,8	**652,4**
Papel e cartão	119,8	114,6	136,3	85,9	**456,6**

Embalagens	60,9	62,0	74,8	71,0	**268,8**
Pilhas	0,6	0,3	0,5	0,0	**1,4**
Total	**336,9**	**347,9**	**379,7**	**314,8**	**1379,2**

FONTE: INE, Anuário estatístico região centro 2011- 2014

Ainda pela tabela anterior é possível observar que apesar de algumas oscilações no período de analise é possível verificar que existiu uma redução da quantidade de resíduos recolhidos seletivamente, particularmente depois de 2013, à data da 1ª revisão do PDM.

- **Plano Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos**

Segundo a Agência Portuguesa para o Ambiente, o Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU), aprovado em 1997, configurou um instrumento de planeamento de referência na área dos resíduos urbanos (RU), que proporcionou a implementação de um conjunto de ações que se revelaram fundamentais na concretização da política de RU na altura preconizada.

O Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020) para o período 2014-2020 foi aprovado, pela Portaria n.º 187-A/2014, publicada em DR (I Série) n.º 179, de 17 de setembro.

A estratégia para os resíduos, preconizada neste Plano é assumida mantendo o objetivo de garantir um alto nível de proteção ambiental e da saúde humana, através do uso de processos, tecnologias e infraestruturas adequadas. Promove ainda a minimização da produção e da perigosidade dos resíduos e procura integra-los nos processos produtivos como materiais secundários por forma a reduzir os impactes da extração de recursos naturais e assegurar os recursos essenciais às nossas economias, ao mesmo tempo que se criam oportunidades de desenvolvimento económico e de emprego.

O PERSU 2020 define a política, orientações e prioridades para os RU, geridos no âmbito dos sistemas de gestão:

- Resíduos geridos como recursos endógenos, minimizando os seus impactes ambientais e aproveitando o seu valor socioeconómico;
- Eficiência na utilização e gestão dos recursos primários e secundários, dissociando o crescimento económico do consumo de materiais e da produção de resíduos;
- Eliminação progressiva da deposição de resíduos em aterro, com vista à erradicação da deposição direta de RU em aterro até 2030;
- Aproveitamento do potencial do setor dos RU para estimular economias locais e a economia nacional: uma atividade de valor acrescentado para as pessoas, para as autarquias e para as empresas, com capacidade de internacionalização, no quadro de uma economia verde;

- Envolvimento direto do cidadão na estratégia dos RU, apostando-se na informação e em facilitar a redução da produção e a separação, tendo em vista a reciclagem.

A gestão de resíduos urbanos do concelho de Mangualde é da responsabilidade da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão (AMRPB).

Conforme previsto no PERSU 2020, os Sistemas de Gestão de Resíduos, devem elaborar os seus planos de ação e de gestão de RU, contemplando os investimentos e medidas que pretendem implementar, com vista a garantir o cumprimento das metas e do plano estratégico.

Assim a AMRPB apresentou o PAPERSU, que foi aprovado e considerado adequado, face à visão, metas e objetivos estabelecidos no PERSU 2020.

Em suma, as ações desenvolvidas ao longo da vigência do plano, das quais destacamos as campanhas de sensibilização para a gestão dos resíduos conduzidos pelo município, bem com o desafio lançado a todos os residentes, para que ponham em prática a Politica dos 5R´s (Reduzir, Reutilizar, Reciclar, Repensar e Recusar), entre outras iniciativas, afiguram-se como fatores positivos na promoção da sustentabilidade ambiental deste território.

Ruído

O ruído é qualquer som indesejável, desagradável, perturbador, física e psicologicamente. Este pode variar na sua composição, no que toca à frequência, intensidade e duração. Sons que são agradáveis para algumas pessoas podem ser desagradáveis para outras.

O ruído é uma das principais causas da diminuição da qualidade do Ambiente Urbano. Os transportes são, em geral, as principais fontes de ruído existentes no ambiente urbano, embora existam, também, as obras de construção civil, atividades comerciais e industriais. Habitualmente os tipos de ruídos presentes nas cidades, são:

- Tráfego;
- Industria;
- Ruído provocado pelas pessoas e animais em zonas residenciais;
- Ruído de Vizinhança – Este tipo de ruído está associado ao uso habitacional e às atividades que lhe são inerentes, que, pela sua composição (duração, repetição ou intensidade), seja influente na tranquilidade dos vizinhos ou a saúde pública;
- Atividades Ruidosas – Estas atividades são suscetíveis de produzir ruído nocivo ou incomodativo para os que habitem, trabalhem ou permaneçam nas imediações do local onde ocorrem;
- Atividades Ruidosas Temporárias – Estas atividades ruidosas assumem carácter não permanente, tais como obras de construção civil, competições desportivas, espetáculos, festas ou outros divertimentos, feiras e mercados.

Nesta matéria, as fontes de ruido consideradas para a elaboração do Mapa de Ruido do concelho foram as seguintes:

Fontes de Ruido Rodoviário: EN 234**;** EN 232; EN 16; EN 329**;** IP5**;** A25

Fontes de Ruído Ferroviário: Em termos de tráfego ferroviário, o concelho de Mangualde é atravessado pela Linha da Beira Alta.

Fontes de Ruido Industrial: A fim de identificar as principais fontes de ruído industriais existentes no Concelho de Mangualde, fo**i** realizada, em 2004, junto da CCDR- Centro, uma pesquisa das indústrias abrangidas pela avaliação de impacte ambiental (AIA) e das sujeitas a licenciamento de prevenção e controlo integrados da poluição (PCIP). Para além desta pesquisa, foi indicado pela Câmara Municipal da Mangualde, um conjunto de indústrias com potencial impacte sonoro, as quais de destaca a, PSA - Mangualde, a Casca, Felmica, a Pedreira da Azurara e a Ibergan.

.

A atualização do Mapa de Ruído de Mangualde, baseou-se no primeiro modelo realizado em 2004, tendo os novos cálculos sido realizados a partir desse modelo e das atualizações induzidas por modificações na estrutura do município, bem como na alteração de legislação que se fez sentir no ano de 2007, passando a vigorar o novo Regulamento Geral de Ruído – D.L. 9/2007. Assim, nesta adaptação de Mapa de Ruído, a distribuição espacial dos níveis sonoros do concelho é expressa através dos indicadores Lden e Lnight.

Neste contexto, este concelho apresenta algumas áreas com níveis de ruído elevados, particularmente nas zonas próximas dos principais eixos de tráfego rodoviário, nomeadamente ao longo do traçado da A25 e do antigo IP5. De salientar a existência de barreiras acústicas ao longo dos troços mais movimentados destas vias, em locais com maior densidade populacional, que permitem reduzir os níveis sonoros junto de recetores sensíveis.

Síntese

Pretende-se neste ponto, proceder a uma seleção das principais ideias resultantes da análise relativa ao ambiente e energia, sendo que as principais ilações retiradas foram:

AMBIENTE E ENERGIA	↘Os indicadores revelam que a qualidade do ar do concelho encontra-se no nível "Bom";
	↘Existiu uma melhoria da qualidade da água em relação à situação verificada à data da 1ª revisão do PDM;
	↘Está previsto investimento financiado por fundos comunitários no âmbito do POSEUR, destinado a reforçar e melhorar a rede de abastecimento de água e saneamento do concelho;
	Verifica-se um aumento do consumo de energia elétrica, sendo que o setor industrial é o principal responsável por esse aumento;
	A nível dos resíduos urbanos recolhidos no concelho, existiu um aumento da quantidade, situação que poderá estar relacionada com uma maior eficiência na recolha, bem como devido ao esforço desenvolvido pelo município na promoção de campanhas de sensibilização de sustentabilidade ambiental direcionadas à população;
	Na área do ruÍdo, estão identificadas no concelho de Mangualde três fontes de ruido: Ruido Rodoviário: EN 234; EN 232; EN 16; EN 329; IP5; A25; Ruído Ferroviário: Linha da Beira Alta; Ruido Industrial: PSA - Mangualde, a Casca, Felmica, a Pedreira da Azurara e a Ibergan.

4. PLANOS E PROGRAMAS DE HIERARQUIA SUPERIOR COM INCIDÊNCIA TERRITORIAL

Os planos municipais de ordenamento do território devem, no âmbito da sua elaboração, traduzir ou incorporar o quadro de desenvolvimento do território estabelecido nos instrumentos de natureza estratégica de âmbito nacional e regional, tal como previsto na alínea a) do Artigo 75.º do RJIGT, bem como a definição de outros indicadores relevantes para a elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial [alínea l) do Artigo 75.º / RJIGT].

A própria elaboração de planos municipais de ordenamento do território obriga a identificar e a ponderar, nos diversos âmbitos, os planos, programas e projetos com incidência na área em causa, considerando os que já existam e os que se encontrem em preparação, de forma a assegurar as necessárias compatibilizações [n.º 4 do Artigo 76.º / RJIGT].

De acordo com a Lei de Bases do Ordenamento do território, o ordenamento do território organiza-se num quadro de interação coordenada dos âmbitos nacional, regional e local e é concretizado através de instrumentos de Gestão Territorial. Nesse sentido é determinante para a elaboração deste documento, a necessidade de integração dos instrumentos de gestão territorial.

Assim, no desenvolvimento da revisão do PDM foram devidamente ponderados e feita a correspondente compatibilização com as políticas nacionais e setoriais, designadamente:

- O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT);
- O Plano Regional de Ordenamento Florestal Dão-Lafões (PROF-DL);
- O Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica – RH4 – PGRH do Vouga, Mondego e Lis;
- O Plano Rodoviário Nacional (PRN2000)
- O Plano Nacional da Água (PNA)

Apesar de à data não estar publicado, o Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT-C, 2011), foi também tido como referência a necessidade do seu cumprimento por parte da Comissão de Coordenação da Região Centro, designadamente quanto às NORMAS ESPECÍFICAS DE BASE TERRITORIAL, designadamente as NORMAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL: TG9 – Classificação e Qualificação do Solo e TG10 – Edificabilidade em Solo Rural, tendo estas sido determinantes na delimitação dos perímetros afetos ao solo rural e solo urbano.

Por este motivo o PROT-C é mais à frente apresentado, quanto às suas componentes principais, designadamente na medida da sua contribuição e ponderação da proposta do PDM em vigor.

4.1. PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

O PNPOT, aprovado pela Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.º 80-A/2007, de 7 de setembro, e n.º 103-A/2007, de 23 de novembro constitui o quadro de referência para o desenvolvimento de um conjunto de instrumentos de gestão territorial que intervêm nos domínios temáticos e gerais que vêm desenvolver e concretizar as suas orientações gerais, e âmbitos de intervenção. Apresenta um modelo territorial articulado com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) que estabelece a visão estratégica do território nacional com objetivo de desenvolvimento económico, coesão social e proteção ambiental.

O PNPOT é o quadro de referência nacional para a implementação de um conjunto de estratégias e planos sectoriais associados, devendo orientar os modelos territoriais que vierem a ser definidos no âmbito regional, sub-regional e local, segundo a seguinte hierarquia:

- Planos Setoriais
- Planos Especiais de Ordenamento do Território
- Planos Regionais de Ordenamento do Território
- Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território
- Planos Municipais de Ordenamento do Território, subdivididos em:
  - Plano Diretores Municipais
  - Planos de Urbanização
  - Planos de Pormenor
- Programas de Ação Territorial

Sendo que as orientações e medidas que serão vertidas para estes instrumentos de gestão territorial desenvolvem-se segundo os princípios definidos na LBPPSOTU e no RJIGT.

O plano procede à articulação e compatibilização do ordenamento do território com as políticas de desenvolvimento económico e social e com as políticas sectoriais com incidência na organização do território, em resultado de uma adequada ponderação dos interesses públicos e privados envolvidos.

São definidos os seguintes objetivos estratégicos que constituem o quadro referencial de compromissos das políticas com incidência territorial:

a) "*Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos e prevenir e*

minimizar os riscos;

b) *Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global;*
c) *Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infra -estruturas de suporte à integração e à coesão territoriais;*
d) *Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social;*
e) *Expandir as redes e infraestruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e Administração Pública;*
f) *Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições".*

(PNPOT,2007)

O PNPOT define um Modelo Territorial[2] que representa a inscrição espacial da "*visão, ambição, desígnios e opções estratégicas que sintetizam o rumo a imprimir às políticas de ordenamento e desenvolvimento territorial no horizonte 2025. Um novo mapa de Portugal que se pretende mais sustentável e melhor ordenado, com uma economia mais competitiva e um território mais equitativo em termos de desenvolvimento e bem-estar"*.

Neste sentido, o modelo territorial estrutura-se em quatro principais vetores de organização espacial dos recursos territoriais. São eles: riscos (preservação e redução de riscos), recursos naturais e ordenamento agrícola e florestal, sistema urbano e povoamento e acessibilidade e conectividade internacional.
A inclusão do vetor riscos no modelo territorial do PNPOT procura a gestão preventiva e redução dos mesmos em Portugal continental, considerada "*condicionante fundamental da organização das várias componentes do modelo territorial e, ainda, um elemento obrigatório dos outros instrumentos de planeamento e gestão territorial"* (PNPOT, 2007).

Por sua vez, o vetor recursos naturais e ordenamento agrícola e florestal, segundo o relatório do PNPOT, 2007, advém da convicção de que a conservação e gestão sustentável dos recursos naturais exige a conjugação estreita de gestão integrada da água, de ordenamento agrícola e florestal, e de conservação da natureza e da biodiversidade na perspetiva lúcida de desenvolvimento sustentável.

O terceiro e quarto vetor do modelo territorial, sistema urbano, acessibilidade e conetividade internacional, constitui, no seu conjunto, a *"espinha vertebral e uma estrutura determinante da organização do território e da sua projeção e competitividade internacional" (PNPOT, 2007).*

[2] "*O modelo territorial do PNPOT é o quadro de referência nacional para a implementação de um conjunto de estratégias nacionais e de planos sectoriais associados, devendo orientar os modelos territoriais que vierem a ser definidos no âmbito regional, sub-regional e local, bem como as decisões de localização de atividades, equipamentos e infraestruturas com maior impacte territorial"* (Programa de Ação do PNPOT, 2007, p. 60).

Neste contexto afirma o PNPOT que os *principais motores de competitividade do País situar-se-ão no litoral e estruturar-se-ão em torno de polos urbanos articulados em sistemas policêntricos:*

- *Arco Metropolitano do Noroeste, em que o Porto emerge como capital do Noroeste e como núcleo de um novo modelo de ordenamento da conurbação do Norte Litoral;*
- ***Sistema Metropolitano do Centro Litoral, polígono policêntrico, em que se destacam Aveiro, Viseu, Coimbra e Leiria, que importa estruturar e reforçar como polo de internacionalização;***
- *Arco Metropolitano de Lisboa, centrado na capital e respetiva área metropolitana, mas com uma estrutura complementar crescentemente policêntrica, da Nazaré a Sines, com quatro sistemas urbanos sub-regionais em consolidação (Oeste, Médio Tejo, Lezíria e Alentejo Litoral) e prolongando a sua influência direta em direção a Évora, e o;*
- *Arco Metropolitano do Algarve, polinucleado e tendencialmente linear, projetando o seu dinamismo, segundo modelos de desenvolvimento diferenciados, para o interior e ao longo da Costa Vicentina e do rio Guadiana.*

(PNPOT,2007)

As opções para o Desenvolvimento do Território Dão-Lafões onde o concelho de insere, expressas do PNPOT, passam por:

- Sustentar o dinamismo de Viseu, reforçando a sua articulação com as cidades do Centro Litoral, e valorizar o seu papel estratégico para a estruturação de um eixo de desenvolvimento que se prolongue para o interior até à Guarda;
- Reforçar a dinâmica industrial do sistema urbano sub-regional, de forma a suportar a base económica do "território de Viseu";
- Assegurar que a aposta de Viseu no ensino superior conduz à exploração de sinergias entre as suas várias componentes (universitário, politécnico, público e privado) para estimular um ambiente favorável à investigação e ao empreendedorismo e para desenvolver infraestruturas de suporte a atividades intensivas em conhecimento e tecnologia, em articulação com as Universidades do litoral e das regiões fronteiriças de Espanha;
- Explorar a posição estratégica de Viseu na rede de transportes nacional e transeuropeia;
- Preservar as condições de genuinidade dos produtos regionais de qualidade e reforçar a sua projeção e imagem nos mercados nacionais e internacionais;
- Fomentar o turismo através da criação de um produto turístico sub-regional que combine o potencial existente nas múltiplas vertentes: cultura e património, natureza e paisagem, turismo ativo, termalismo e turismo de saúde, enoturismo, gastronomia;
- Estruturar o sistema urbano sub-regional, apostando na especialização e complementaridade de equipamentos, infraestruturas e funções urbanas, suportadas por soluções eficientes e inovadoras em matéria de mobilidade.

Observa-se pela figura seguinte que o concelho de Mangualde se situa na área de influência do Sistema Metropolitano do Centro Litoral polígono policêntrico, em que se destacam Aveiro, Viseu, Coimbra e Leiria, que importa estruturar e reforçar como polo de internacionalização. O concelho de Mangualde, terá de fortalecer as suas relações principalmente com Viseu, de forma a conseguir acompanhar e aproveitar as opções de Desenvolvimento traçadas para este Território.

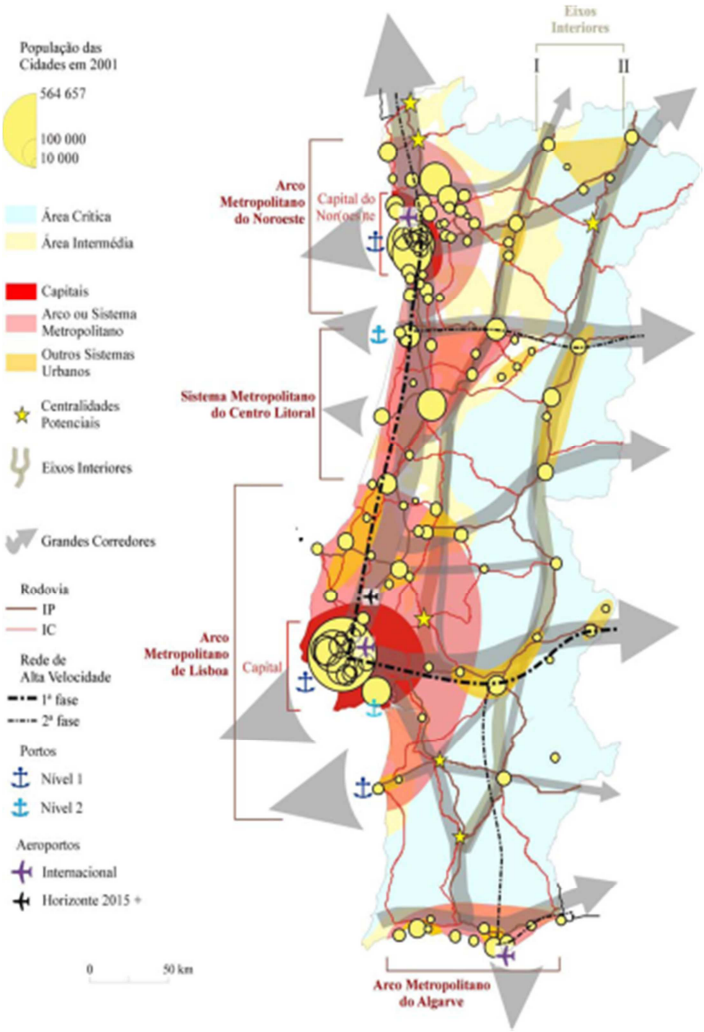


Figura 28. Sistema Urbano e Acessibilidade

FONTE: PNPOT, 2007

Nesta matéria importa referir que, de acordo com a Direção Geral do Território (DGT), "*na sequência da Avaliação do Programa de Ação 2007-2013 do PNPOT , terminado o seu período de vigência e assinado o Acordo de Parceria - Portugal 2020, o Governo determina o início dos trabalhos para a preparação de um novo Programa de Ação 2014-2020. Este permitirá consubstanciar a definição e programação de uma Estratégia de Desenvolvimento Territorial para a aplicação dos fundos comunitários e nacionais, numa ótica de integração e territorialização das políticas públicas, constituindo o suporte estratégico e institucional para a implementação das novas Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial previstas no Portugal 2020*".

"*O novo Programa de Ação do PNPOT quer-se mais operativo, com uma identificação clara do modelo de governança e da estrutura de acompanhamento e monitorização, assegurando a*

adequada cooperação institucional entre os atores responsáveis pela implementação das medidas de política e dando resposta às fragilidades e constrangimentos identificados que, no passado, se traduziram em claros obstáculos a uma plena execução do instrumento que é a cúpula do sistema de gestão territorial português".

4.2. PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO CENTRO

Os PROT's devem definir a estratégia regional de desenvolvimento territorial, integrando as opções estabelecidas a nível nacional e considerando as estratégias sub-regionais e municipais de desenvolvimento local, constituindo-se como quadro de referência para a elaboração dos programas e dos planos intermunicipais e dos planos municipais [n.º 1 do Artigo 52.º / Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio].

Pese embora, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2006, de 23 de Março determinasse a elaboração do PROT – Centro, o mesmo não foi, até à data, publicado, tendo-se, no entanto, tal como atrás referido, constituído como um documento de referência a cujas regras e orientações deveriam ser adotadas.

Constituíam-se como opções estratégicas do PROT-C:

- Reforçar os fatores de internacionalização da economia regional;
- Promover o carácter policêntrico do sistema urbano, consolidando os sistemas sub-regionais;
- Reforçar o potencial estruturante dos grandes eixos de comunicação;
- Promover Redes Urbanas de proximidade que potenciem dinâmicas de Inovação e suportem novos polos regionais de competitividade;
- Promover a Coesão;
- Promover o potencial Turístico dando projeção Internacional ao Património Natural, cultural e Paisagístico;
- Explorar o potencial para a produção de Energias Renováveis;
- Ordenar os territórios Urbanos.

Ao nível das opções estratégicas, para a unidade territorial na qual o concelho de Mangualde se insere, considerava as seguintes:

- Posição estratégica face ao eixo do IP5 / A25 (Aveiro - Vilar Formoso) e na ligação a Coimbra e Vila Real/Chaves (IP3);
- Reforço da massa crítica da constelação urbana polarizada por Viseu (Mangualde, Nelas, Tondela, S. Pedro do Sul); associar uma "segunda coroa" (Oliveira do Hospital, Seia, Gouveia, sobre o IC7), aproveitando o reforço de acessibilidade permitido pelo IP3, IC12 (Santa Comba/Nelas), IC37 (Viseu/Seia) e pela linha da Beira Alta; posição de polaridade partilhada, no Corredor do Lafões (com Aveiro) e na zona da albufeira da Aguieira (com Coimbra);

- Reforço da centralidade de Viseu (ensino especializado, saúde, administração pública/nível sub-regional, instituições culturais, serviços ao consumo final; serviços às empresas);
- Rarefação/envelhecimento demográfico e importância da rede de pequenos aglomerados (vilas e cidades de pequena dimensão);
- Atratividade industrial (fileiras automóvel e madeiras);
- Importância do Mondego e do Alva; Barragens da Aguieira; Planos de Bacia e fecho dos sistemas em alta de água e saneamento;
- Produtos agrícolas de qualidade e diferenciação.

No capítulo relativo ao Sistema Urbano o PROT-C refere que a materialização das apostas estratégicas e a construção do modelo territorial baseiam-se num conjunto de fundamentos que deverão constituir-se como referencial para o desenvolvimento do sistema urbano da Região Centro.

Assim, o sistema urbano regional enquadra-se num território extenso, entre um espaço litoral dinâmico e fragmentado, e um território rural pouco denso e regressivo (em perda). A estruturação do sistema urbano regional assenta numa forte articulação entre centros urbanos de 1º nível (centros urbanos regionais), enquanto fatores de amarração e organização territorial. A construção de um compromisso entre os objetivos de competitividade e coesão regional está ancorada nestes centros da rede urbana.

O sistema é complementado pelos centros urbanos estruturantes (2º nível) e os centros urbanos complementares (3º nível). Os centros urbanos regionais são fundamentais nos processos de inovação e reforço da coesão e competitividade regional, dinamizando os processos de concertação com as centralidades urbanas das regiões adjacentes. Os centros urbanos estruturantes têm funções de articulação urbana e são fundamentais no reforço da conectividade urbana e, por isso, dinamizadores do policentrismo regional nomeadamente na estruturação dos subsistemas urbanos. Os centros urbanos complementares têm uma função dominantemente municipal, garantindo uma oferta urbana essencial para a coesão territorial. São as cidades de Aveiro, Coimbra, Leiria, Viseu, Guarda, Covilhã e Castelo Branco os centros urbanos regionais e os pilares do policentrismo regional.

O esquema de sistema urbano preconizado por este documento é ilustrado na imagem seguinte.

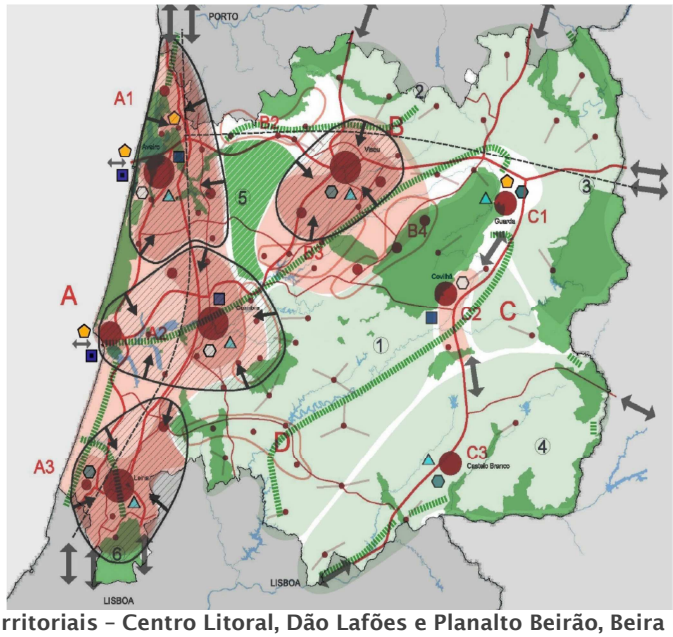


Figura 29. Unidades Territoriais – Centro Litoral, Dão Lafões e Planalto Beirão, Beira Interior e Pinhal Interior

Fonte: PROTC, 2011

No âmbito do Modelo Territorial e na perspetiva do PNPOT, a Região Centro é apresentada como um território de charneira entre o Norte e o Sul, e entre o Litoral e o Interior. Para esse estatuto muito contribui a posição relevante do corredor litoral entre as aglomerações metropolitanas de Lisboa e do Porto, onde a par de níveis elevados de densidade de povoamento e de infraestruturação se localizam importantes plataformas nacionais de relacionamento.

Sendo um PROT um plano de natureza estratégica, cabe-lhe a este a definição de uma "visão" prospetiva e de linhas gerais de estruturação de Modelo Tendencial /Unidades Territoriais.

Neste âmbito definem-se quatro unidades territoriais de que se destacam as unidades funcionalmente relevantes:

- Centro Litoral;
- Dão-Lafões e Planalto Beirão;
- Beira Interior;
- Pinhal Interior e Serra da Estrela.

Sendo que, a múltipla pertença de alguns territórios de fronteira, em termos das políticas públicas que mobilizam, como é o caso dos territórios polarizados pelo eixo urbano Oliveira do Hospital, Seia e Gouveia, a poente da Serra da Estrela, implica que estes sejam referenciados em várias unidades territoriais.

Neste âmbito, referem-se os Subsistemas urbanos de Viseu/Dão-Lafões e Planalto Beirão e Coimbra/Baixo Mondego, uma vez que são os subsistemas dos quais o concelho de Mangualde está mais próximo.

O subsistema urbano de Viseu/Dão-Lafões e Planalto Beirão é fortemente polarizado por Viseu (Centro Urbano Regional), embora à sua volta gravitem outras aglomerações urbanas, bem como pequenos centros de cariz rural, cujos habitantes estão diariamente ligados por diversos motivos (trabalho, consumo e uso de serviços coletivos). Viseu é uma cidade média com uma dimensão relevante no contexto nacional, com uma localização privilegiada e com um forte dinamismo comercial e industrial.

Neste subsistema gravitam núcleos como Mangualde, Tondela, Nelas e Sátão, com uma forte presença da atividade industrial e São Pedro do Sul onde sobressai o termalismo. A influência deste aglomerado urbano dilata-se para Norte, em direção a Lamego, e para Sul, em direção a Oliveira do Hospital-Seia-Gouveia.

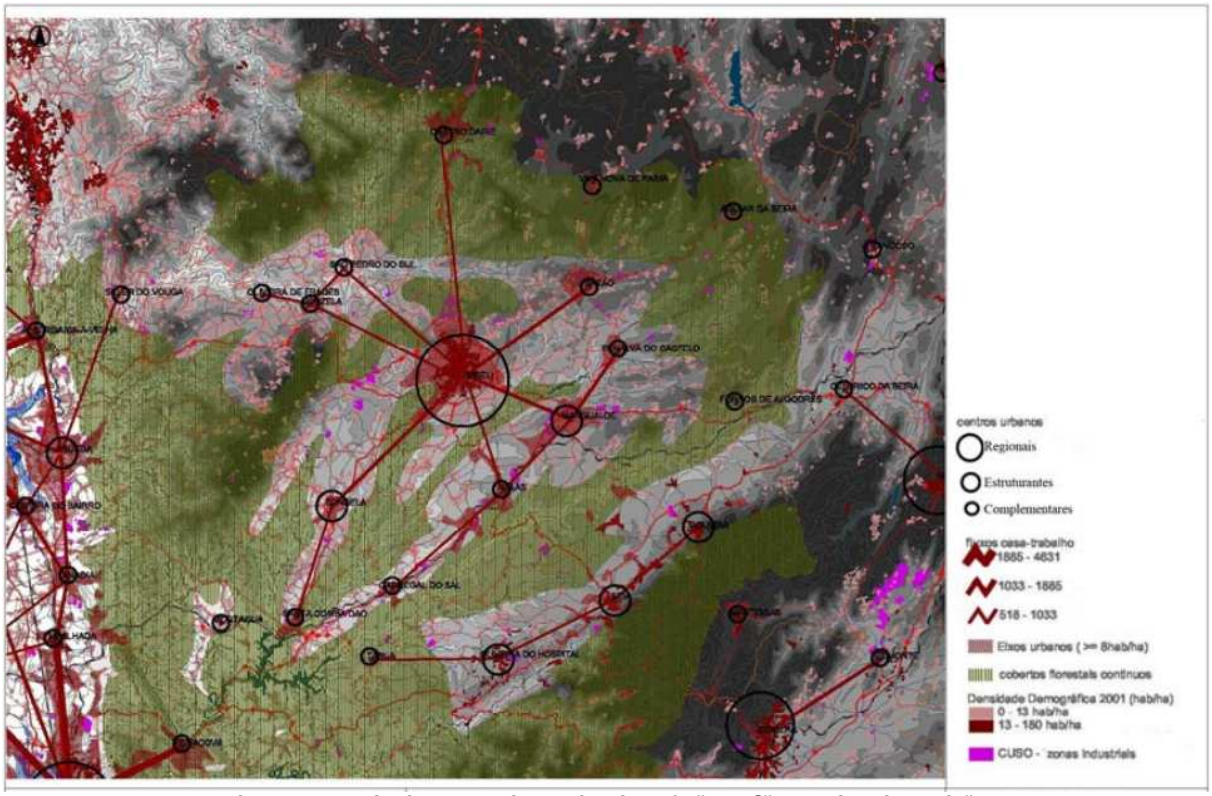


Figura 30. Sub-sistema urbano de Viseu/Dão-Lafões e Planalto Beirão

Fonte: PROT-C, 2011

Tendo em conta a pressão da rarefação e dos processos de esvaziamento demográfico e dificuldade em fixar investimentos e emprego, é importante o reforço funcional de Viseu e do seu sistema urbano de proximidade, incluindo os municípios da "Estrada da Beira", consolidando a polaridade intermédia que representa, vital para a coesão territorial da Região. As prioridades para organizar a consolidação qualificada do sistema são as seguintes:

- O reforço funcional de Viseu e da constelação urbana/funcional envolvente:

  A definição das prioridades para a conclusão do Plano Rodoviário Nacional (IC12, IC6/IC7 e IC37), com ligação a Coimbra, Viseu, Guarda e Covilhã, salienta-se que face à atual

situação financeira que o pais atravessa a concretização destes itinerários encontra-se comprometida no curto prazo;

- Uma maior articulação em matéria de investimentos em funções/equipamentos de natureza supralocal nas cidades de Oliveira do Hospital, Seia e Gouveia, que estão muito próximas e em níveis hierárquicos equivalentes;
- Uma clarificação maior no âmbito das associações intermunicipais, evitando a rigidez ("o mesmo mapa para todos os temas e estratégias") e favorecendo cartografias pertinentes para as diferentes políticas/projetos: o turismo, potenciando a relação com a unidade paisagística e geográfica da Serra da Estrela; a gestão da água e saneamento em alta será no âmbito do Plano de Bacia do Mondego, etc.;
- A necessidade de dar maior visibilidade e competitividade dos "produtos" específicos da região, do Vinho do Dão, ao Queijo da Serra, carnes, enchidos, fruta, etc., o que também exige uma boa articulação entre políticas sectoriais da agricultura, do desenvolvimento rural e turismo e conservação da natureza;
- A articulação entre valores biofísicos e paisagísticos e a promoção turística. Para além de temas óbvios como a Serra da Estrela, ou os produtos com denominação de origem, existem outros potenciais cuja comunicação ainda é confusa ou demasiado espartilhada ao nível local/concelhio. A Serra do Caramulo, o termalismo, ou as albufeiras e os rios, onde a barragem da Aguieira assume especial relevo.

4.3. PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DÃO LAFÕES

Os Planos Regionais de Ordenamento Florestal revestem a natureza de planos sectoriais que desenvolvem regionalmente as orientações preconizadas no sistema de planeamento florestal português. O município de Mangualde encontra-se abrangido pelo PROF Dão-Lafões (Decreto Regulamentar n.º 7/2006 de 18 de julho).

O Plano Regional de Ordenamento Florestal de Dão – Lafões está inserido no núcleo central norte da Região Centro de Portugal Continental, enquadrando-se na região NUTS do nível II Centro, do território NUTS III do Dão e Lafões. É constituído por 15 municípios pertencentes aos distritos da Guarda e Viseu.

O PROF Dão-Lafões caracteriza a sub-região como *uma região que apresenta um elevado potencial produtivo lenhoso, para o qual contribui um conjunto de espécies como o pinheiro-bravo, o eucalipto, o carvalho-alvarinho, o carvalho-negral, o carvalho-cerquinho, e o castanheiro. A silvopastorícia caça e pesca desempenham igualmente um papel importante na economia desta região. As características orográficas e edafo-climáticas que a caracterizam, fazem com que a proteção seja um fator importante a considerar, devendo articular-se com as demais funções que ocupam este espaço numa perspetiva multifuncional.*

O PROF Dão-Lafões estabelece os seguintes **objetivos estratégicos** para esta sub-região:

- Aproveitamento de matos e resíduos florestais para energia com consequente redução dos custos de exploração e manutenção.
- Promover uma silvicultura que não crie restrições para a pesca, caça e o recreio associado a estas atividades.
- Adequar a distribuição da floresta de produção às zonas com maior potencial produtivo.
- Executar planos de gestão para terrenos públicos tornando-os modelos a seguir pelos particulares (criação de matas modelo).
- Promover a certificação tanto da gestão florestal como dos produtos florestais lenhosos e não lenhosos.
- Promover o potencial da pesca e da caça na dinamização turística (gestão cinegética que vise compatibilizar a exploração da caça com as necessidades de recreio).
- Promover a criação de áreas com dimensão que permita a viabilidade da gestão florestal.
- Promover uma visão empresarial florestal através da certificação de gestão florestal sustentável e dos Fundos Imobiliários Florestais.

- Aumentar o conhecimento técnico na gestão florestal.
- Diversificar as espécies florestais e multifuncionalidade dos espaços florestais.
- Promover formas de exploração dos espaços florestais que sejam geradoras desemprego.
- Promover descontinuidades no coberto arbóreo.
- Apostar, no longo prazo, em espécies e modelos silvícolas mais adaptados às condicionantes criadas pelas alterações climáticas.
- Promover a criação de áreas de exploração florestal com dimensão que garantam a viabilidade do investimento.
- Melhorar a eficácia da deteção de fogos e da primeira intervenção.
- Elaborar uma rede local multidisciplinar de saber.

A Região Dão-Lafões compreende oito sub-regiões homogéneas. O município de Mangualde insere-se nas sub-regiões homogéneas denominadas por Floresta da Beira Alta e Terras do Dão, para as quais o PROF Dão-Lafões estabelece objetivos específicos os quais o PDM não poderá ignorar.

Figura 31. Sub-região Homogéneas

Fonte: PROF-DL, 2006

<u>Sub-região homogénea Terras do Dão</u>

Os espaços florestais da sub-região homogénea Floresta da Beira Alta apresentam um elevado potencial produtivo lenhoso revelando igualmente potencialidades para o desenvolvimento de

atividades de recreio, enquadramento e estética da paisagem, com uma crescente procura por parte das populações dos centros urbanos mais próximos.

O desenvolvimento destas potencialidades deve ser realizado de forma integrada tendo em conta questões como a proteção das margens, fixação de vertentes e cabeceiras de bacias.

A importância destas potencialidades e condicionantes reflete-se na hierarquização das funções desta sub-região, apresentando-se na seguinte sequência:

- 1ª função: Produção
- 2ª função: Recreio, enquadramento e estética da paisagem
- 3ª função: Proteção

Sub-região homogénea Terras do Dão

Segundo a proposta de plano do PROF-DL, os espaços florestais desta sub-região apresentam um elevado potencial produtivo lenhoso cuja exploração deve ser integrada com as atividades da silvopastoricia, caça e pesca. As atividades de recreio e lazer associados à paisagem como exemplo os vales do Dão e Mondego constitui outro potencial a explorar na região.

O desenvolvimento destas atividades deve ser feito de forma integrada tendo em conta questões importantes como a componente de proteção com mais relevância nos vales do Dão e Mondego, nomeadamente nas zonas de maior declive. Do mesmo modo, deve ter-se em conta o alto risco de incêndio, com a particularidade desta sub-região apresentar uma densidade de ocorrências muito elevada.

O desenvolvimento destas potencialidades tendo em conta as condicionantes reflete-se na hierarquização das funções desta sub-região, apresentando-se na seguinte sequência:

- 1.ª Função: Produção;
- 2.ª Função: Silvopastoricia, caça e pesca nas aguas interiores;
- 3.ª Função: Recreio e estética da paisagem.

4.4. PLANO NACIONAL DA ÁGUA

O Plano Nacional da Água (PNA) define a estratégia nacional para a gestão integrada da água. Estabelece as grandes opções da política nacional da água e os princípios e as regras de orientação

dessa política, a aplicar pelos planos de gestão de regiões hidrográficas e por outros instrumentos de planeamento das águas.

O primeiro PNA foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 112/2002, de 17 de Abril. Este plano, elaborado no quadro legal definido pelo Decreto-Lei n.º 45/94, de 22 de Fevereiro, visava a implementação de uma gestão equilibrada e racional dos recursos hídricos.

Nos termos da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de junho foi elaborada a versão provisória do PNA, onde são definidas as grandes opções estratégicas da política nacional da água, a aplicar pelos Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) para o período 2016-2021 e programas de medidas que lhes estão associados. Aponta também as grandes linhas prospetivas daquela política para o período 2022-2027 que corresponde ao 3.º ciclo de planeamento da Diretiva Quadro da Água (DQA).

O PNA é um instrumento de política sectorial de âmbito nacional, de acordo com a tipologia dos instrumentos de gestão do território definida na legislação. A Lei da Água por isso, no seu artigo 17.º, que o PNA seja coordenado e articulado com o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão do território, desenvolve as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo e define o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional e municipal do sistema de gestão territorial.

A gestão das águas prossegue três objetivos fundamentais:

1. *A proteção e requalificação do estado dos ecossistemas aquáticos e também dos ecossistemas terrestres e das zonas húmidas que deles dependem, no que respeita às suas necessidades de água;*
2. *A promoção do uso sustentável, equilibrado e equitativo de água de boa qualidade, com a sua afetação aos vários tipos de usos tendo em conta o seu valor económico, baseada numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis;*
3. *A mitigação dos efeitos das inundações e das secas.*

"As águas a que se refere o PNA são as águas superficiais naturais, fortemente modificadas e artificiais, designadamente as águas interiores, de transição e costeiras, e as águas subterrâneas, cujas definições mais precisas podem ver-se no artigo 4.º da LA.

Subsidiariamente o PNA visa ainda proteger as águas marinhas, incluindo as territoriais, e contribuir para o cumprimento dos objetivos dos acordos internacionais pertinentes, incluindo os que se destinam à prevenção e eliminação da poluição do ambiente marinho.

As principais causas de impactos negativos sobre o estado das massas de águas (MA) estão interligadas e incluem, a par das atividades económicas, como a produção de energia, a indústria, a agricultura e o turismo, as alterações climáticas e os usos dos solos, com destaque para o

desenvolvimento urbano em certas zonas do território. As pressões daí decorrentes assumem a forma de descargas de poluentes, de utilização excessiva da água, de alterações físicas das MA e do seu regime hidrológico e de alterações dos ecossistemas."

(Plano Nacional da Água, junho 2015)

Neste âmbito o PNA de 2015 considera cinco objetivos estratégicos:

1. *Garantir bom estado / bom potencial de todas as massas de água, superficiais, subterrâneas costeiras e de transição, evitando qualquer degradação adicional;*
2. *Assegurar disponibilidade de água numa base sustentável para as populações, as atividades económicas e os ecossistemas;*
3. *Aumentar a eficiência da utilização da água reduzindo a pegada hídrica das atividades de produção e consumo e aumentando a produtividade física e económica da água;*
4. *Proteger e restaurar os ecossistemas naturais, por forma a garantir a conservação do capital natural e assegurar a provisão dos serviços dos ecossistemas aquáticos e dos ecossistemas terrestres deles dependentes;*
5. *Promover a resiliência e adaptabilidade dos sistemas hídricos, naturais e humanizados, para minimizar as consequências de riscos associados a alterações climáticas, fenómenos meteorológicos extremos e outros eventos.*

4.5. PLANO DE GESTÃO DAS BACIA HIDROGRÁFICAS QUE INTEGRAM A REGIÃO HIDROGRÁFICA 4

O Plano de Gestão de Bacia Hidrográfica, enquanto instrumento de planeamento das águas, visa a gestão, a proteção e a valorização ambiental, social e económica das águas da bacia hidrográfica a que respeita, e assegura a aplicação da Diretiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2000 (Diretiva Quadro da Água).

O concelho de Mangualde é compreendido pelo Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis (RH4), doravante designado por PGRH do Vouga, Mondego e Lis. Este PGRH foi aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º52/2016, de 20 de setembro, entretanto retificado de acordo com a Declaração de Retificação n.º22-B/2016 de 18 de novembro.

O PGRH abrange sessenta e quatro concelhos (trinta e nove na sua totalidade e vinte cinco parcialmente) numa área total de 12 144 km^2 e compreende uma população residente estimada em cerca 1,5 milhões de pessoas.

Este plano pretende contribuir, de forma integrada e articulada com as demais figuras de planeamento, para orientar a proteção e a gestão das águas e a compatibilização das suas utilizações com as respetivas disponibilidades de forma a (n.º 1 do artigo 24.º da Lei da Água):

- Garantir a utilização sustentável da água, assegurando a satisfação das necessidades das gerações atuais sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades;
- Proporcionar critérios de afetação aos vários tipos de usos pretendidos, tendo em conta o valor económico de cada um deles, bem como assegurar a harmonização da gestão das águas com o desenvolvimento regional e as políticas sectoriais, os direitos individuais e os interesses locais;
- Fixar as normas de qualidade ambiental e os critérios relativos ao estado das águas.

<u>Objetivos estratégicos para a região hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis – RH4</u>

- Adequar a Administração Pública na gestão da água;
- Atingir e manter o Bom Estado/Potencial das massas de água;
- Assegurar as disponibilidades de água para as utilizações atuais e futuras;
- Assegurar o conhecimento atualizado dos recursos hídricos;
- Promover uma gestão eficaz e eficiente dos riscos associados à água;
- Promover a sustentabilidade económica da gestão da água;
- Sensibilizar a sociedade portuguesa para uma participação ativa na política da água;
- Assegurar a compatibilização da política da água com as políticas setoriais.

Neste sentido o PDM de Mangualde deverá evidenciar uma preocupação de antepor uma política de

desenvolvimento e crescimento do concelho que assente numa estrutura harmoniosa, capaz de garantir a concretização, a coerência e a consistência da aplicação dos objetivos indicados no PGRH – do Vouga, Mondego e Lis.

4.6. PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL 2000

Um dos elementos estruturantes de qualquer território é a sua rede de vias de comunicação que, se constitui como um fator indispensável a ter em consideração na definição das políticas e estratégias ao nível do ordenamento do território. Esta constatação justifica a relevância do Plano Rodoviário Nacional, bem como a importância de englobar as suas opções no presente estudo.

Em Portugal, e até 1985, as grandes diretrizes da política rodoviária estavam definidas no Plano Rodoviário Nacional de 1945. Entretanto, com uma melhoria das condições económicas deu-se um rápido desenvolvimento do tráfego automóvel, tanto a nível de características, como em volumes de tráfego que, apesar das inúmeras alterações avulsas àquele diploma legal, o tornou obsoleto, sobretudo a partir dos anos setenta.

Assim, em 1985, foi aprovado um novo Plano Rodoviário Nacional (PRN ' 85), definido através do Decreto-Lei n.º 380 / 85 de 26 de setembro, que se transformou num instrumento estruturante da rede viária, nas duas últimas décadas, quer a nível nacional quer a nível concelhio. A Rede Nacional definida então integrava apenas duas categorias de estradas, que constituíam a Rede Nacional Fundamental (os Itinerários Principais), e a Rede Nacional Complementar (os Itinerários Complementares e as Estradas Nacionais), e procedia a uma ' desclassificação ' de inúmeras vias cuja gestão se transpunha para as Autarquias Locais.

Mais recentemente, deu-se a atualização do PRN ' 85, consubstanciada no Plano Rodoviário Nacional 2000 (PRN ' 2000), publicado no Decreto-Lei n.º 222 / 98 de 17 de julho, e alterado pela Lei n.º 98 / 99 de 26 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 182 / 2003 de 16 de agosto. A novidade pauta-se pela consideração de uma Rede Nacional de autoestradas, transversal às restantes classificações, e das Estradas Regionais, um novo nível no âmbito das Outras Estradas da Rede Nacional Complementar.

O presente diploma tem como objetivos assumidos, potenciar o correto e articulado funcionamento do sistema de transportes rodoviários, o desenvolvimento de potencialidades regionais, a redução do custo global daqueles transportes, o aumento da segurança da circulação, a satisfação do tráfego internacional e a adequação da gestão da rede.

Com o intuito de corrigir muitas das assimetrias que ainda se verificam no desenvolvimento socioeconómico do País, situação que o concelho de Mangualde não está imune, o PRN2000 advoga ser necessário aumentar a densidade da rede viária nas zonas fronteiriças, promover o fecho de malhas viárias, assim como melhorar a acessibilidade de alguns Municípios. Preconiza também a melhoria qualitativa da rede rodoviária, com especial relevo para a defesa ambiental em meio urbano, para os dispositivos de combate à sinistralidade nos mais diversos planos e para os instrumentos de informação necessários à boa gestão e utilização das infraestruturas em causa.

Todas estas intenções devem ser ponderadas e articuladas com os instrumentos de ordenamento do território, nomeadamente com o PDM, que deve assumir uma visão estratégica da rede viária concelhia através da concertação com a sua envolvente supra municipal, de forma a se conseguir, localmente, melhorar as condições de circulação, comodidade e segurança do tráfego.

Na figura abaixo encontra-se representada a hierarquia viária, estabelecida pelo PRN2000, no concelho de Mangualde e envolvente, tornando-se percetíveis as principais ligações viárias e os eixos estruturantes previstos por este Instrumento de Gestão Territorial.

Figura 32. PRN 2000 – Rede rodoviária do concelho e envolvente a Mangualde

Fonte: www.infraestruturasdeportugal.pt, 2017

Deste modo, segundo a classificação adotada pelo PRN2000, os principais eixos viários que servem, de uma forma direta ou indireta, o concelho de Mangualde são os seguintes:

- **Rede Fundamental**

  IP5/A25

- **Rede Complementar**

  IC12 (Previsto)

  IC37 (Previsto)

  EN232

  EN329-1

  EN16 desclassificada

4.7. OUTRAS ESTRATÉGIAS NACIONAIS, REGIONAIS E SETORIAIS

Neste ponto pretende-se o enquadramento noutros planos e programas de desenvolvimento territorial, estabelecidas para o território nacional, constituído um quadro de referência para a elaboração de estratégias de desenvolvimento por parte dos municípios.

Portugal 2020 – Programa Operacional Regional do Centro (2014-2020)

O Programa Operacional Regional do Centro (2014-2020) é um instrumento financeiro de apoio ao desenvolvimento regional do Centro de Portugal, integrado no Acordo de Parceria PORTUGAL 2020 e no atual ciclo de fundos estruturais da União Europeia (UE).

"A Região Centro terá, assim, como prioridades, até 2020, sustentar e reforçar a criação de valor e a transferência de conhecimento, promover um tecido económico responsável, industrializado e exportador, captar e reter talento qualificado e inovador, reforçar a coesão territorial, estruturar uma rede policêntrica de cidades de média dimensão, dar vida e sustentabilidade a infraestruturas existentes e consolidar a capacitação institucional". (Centro 2020,2017)

O Centro 2020 organiza-se em nove Eixos Prioritários, a que se junta um eixo para a assistência técnica à implementação do programa:

Eixo 1: Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDEIAS)

Eixo 2: Competitividade e Internacionalização da Economia Regional (COMPETIR)

Eixo 3: Desenvolver o Potencial Humano (APRENDER)

Eixo 4: Promover e Dinamizar a Empregabilidade (EMPREGAR e CONVERGIR)

Eixo 5: Fortalecer a Coesão Social e Territorial (APROXIMAR e CONVERGIR)

Eixo 6: Afirmar a sustentabilidade dos recursos (SUSTENTAR)

Eixo 7: Afirmar a sustentabilidade dos territórios (CONSERVAR)

Eixo 8: Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (CAPACITAR)

Eixo 9: Reforçar a rede urbana (CIDADES)

Eixo 10: Assistência técnica

Importa referir que o Programa Centro 2020 tem aplicação na NUTTS II Centro, sendo que o concelho de Mangualde aparece integrado em Viseu Dão-Lafões. A estratégia deste programa

operacional pretende contribuir para a estratégia da UE para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e para a coesão económica, social e territorial.

Estratégia para o Turismo 2027

O PENT, consignado na RCM n.º 24/2013, de 16 de abril, terminou o seu horizonte temporal e deixou de vigorar em 2016 encontrando-se a nova estratégia para o setor do turismo vertida num novo documento estratégico com a designação "Estratégia para o Turismo 2027".

A Estratégia para o Turismo 2027 (ET 27), visa dar sentido estratégico às opções de investimento, promover a integração das políticas setoriais e assegurar uma estabilidade nas políticas públicas do turismo na próxima década.

Apesar do turismo estar a crescer no País, o rendimento médio anual das pessoas que trabalham neste setor é baixo, a atividade mantém-se centrada no litoral, e mantém-se uma forte sazonalidade.

Desta forma, os 10 Desafios Globais para a estratégia nesta área são:

1- **Pessoas:** Promover o emprego, a qualificação e valorização das pessoas e o aumento dos rendimentos do Turismo
2- **Coesão:** Mitigar as assimetrias regionais
3- **Crescimento em Valor:** Crescer mais do que a concorrência em receitas turísticas
4- **Sazonalidade:** Reduzir a sazonalidade
5- **Acessibilidade:** Reforçar a acessibilidade ao destino Portugal e promover a mobilidade dentro do território
6- **Procura:** Conhecer os mercados e adaptar as estratégias públicas e empresariais às tendências e alterações da procura
7- **Inovação:** Estimular a inovação e empreendedorismo
8- **Sustentabilidade:** Assegurar a preservação e a valorização económica sustentável do património cultural e natural
9- **Simplificação:** Simplificar a legislação e tornar mais ágil a administração
10- **Investimento:** Garantir recursos financeiros e assegurar a sua adequada aplicação fundos comunitários e outros financiamentos.

Relativamente aos Desafios de Natureza Especifica, temos:

Alojamento

1- Privilegiar projetos de alojamento que valorizem e regenerem os centros urbanos e que requalifiquem a oferta;
2- Incrementar o RevPar e a permanência média.

Alojamento Local

1- Assegurar a plena integração do alojamento local no contexto "do bairro" e da autenticidade dos destinos, potenciando o seu contributo para a regeneração urbana e vitalização dos centros históricos;
2- Melhorar o quadro legal;

Animação Turística

1- Incrementar a qualidade, diversidade e inovação das atividades de animação turística enquanto ativo chave na diferenciação dos destinos;
2- Estimular o desenvolvimento de redes de serviços de modo a ganhar escala para captação de mercados internacionais;

Recursos Turísticos

1- Projetar a " cultura" como um ativo de excecional valor da oferta turística;
2- Valorizar o património natural através de ações de turismo sustentado;
3- Potenciar o "Mar" como suporte de atividades turísticas;
4- Criar conteúdos que melhorem a experiencia turística e imagem do destino

.

A Estratégia para o Turismo 2027, apresenta-se focada em ativos estratégicos, que se encontram divididos em: Ativos diferenciadores; Ativos qualificadores e Ativos Emergentes.

Ativos Diferenciadores

Atributos âncora que constituem a base e a substância da oferta turística nacional, reunindo uma ou mais das seguintes características:

1- Endógenos: que refletem características intrínsecas e distintivas do destino/território, que possuem reconhecimento turístico internacional e/ou elevado potencial de desenvolvimento no futuro;

2- Não transacionáveis: que são parte de um destino/território concreto, não transferíveis para outro local e não imitáveis;

3- Geradores de fluxos: que estimulam a procura;

Ativos Qualificadores

Ativos que que enriquecem a experiência turística e/ou acrescentam valor à oferta dos territórios, alavancados pelos ativos diferenciadores do destino.

Ativos Emergentes

Ativos que começam a ser reconhecidos internacionalmente e que apresentam elevado potencial de crescimento, podendo no futuro gerar movimentos de elevado valor acrescentado e potenciar o efeito multiplicador do turismo na economia.

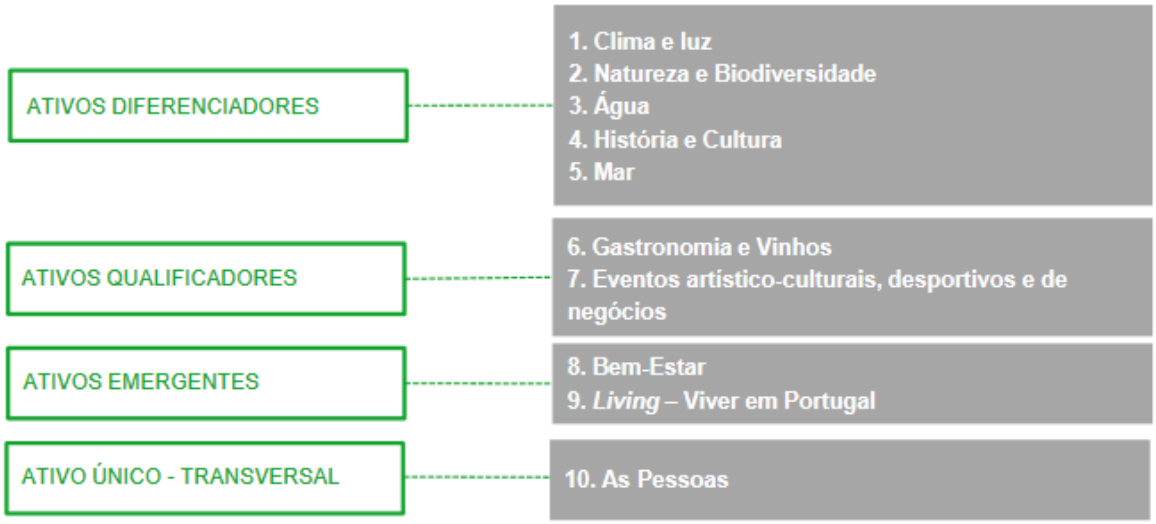


Figura 33. Ativos para uma Estratégia a 10 anos

Fonte: ET27 – Documento para Discussão Publica, maio 2016

A ET 27, define um conjunto de ativos estratégicos para o desenvolvimento do Turismo, verificando-se correspondência com os recursos turísticos potenciados nos produtos turísticos identificados para o concelho de Mangualde.

4.8. INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL DE ÂMBITO INTERMUNICIPAL

Os programas Intermunicipais, estão definidos pela lei de bases, Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, artigo 42.º, como estabelecendo *"as opções estratégicas de organização do território intermunicipal e de investimento público, suas prioridades e programação, em articulação com as estratégias definidas nos programas territoriais de âmbito nacional, sectorial e regional, definindo orientações para os planos territoriais de âmbito intermunicipal ou municipal*".

Com incidência no concelho destaca-se o Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes Viseu Dão Lafões (PIMT Viseu Dão Lafões), elaborado pela Comunidade Intermunicipal Viseu Dão- Lafões, encontra-se atualmente em Discussão Publica.

"O Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes de Viseu Dão Lafões (PIMT), é um instrumento de Planeamento e Gestão do Sistema de Transportes materializado num documento estratégico com fortes bases operacionais que servirá como ferramenta de ação, de sensibilização da população e dos stakeholders, de articulação entre os diferentes modos de transporte e a eficiência crescente dos modos de transporte alternativos numa lógica de descarbonização progressiva da mobilidade da região.

Este Plano visa a implementação, de uma forma racional e eficaz, de um sistema integrado de mobilidade, com o mínimo custo de investimento e de exploração possível, e que leve a uma diminuição do uso do transporte individual (TI), garantindo simultaneamente a adequada mobilidade das populações, a equidade social, a qualidade de vida urbana e a preservação do património histórico e cultural da região.

Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes de Viseu Dão Lafões está enquadrado nas orientações nacionais, nomeadamente no "Pacote da Mobilidade" e nas "Diretrizes Nacionais para a Mobilidade", e internacionais no domínio da mobilidade, transportes e eficiência energética. Este Plano servirá como documento de referência para as decisões a tomar pelos 14 municípios da CIM Viseu Dão Lafões, no âmbito das suas competências reguladoras e operacionais em relação aos transportes, mobilidade, sustentabilidade e acessibilidades. Considera-se também que este Plano poderá ser a base de trabalho para a CIM Viseu Dão Lafões se constituir com Autoridade de Transportes à escala de NUTSIII.

A abordagem adotada no PIMT é abrangente e multimodal à escala intermunicipal, tendo presente a interdependência entre o sistema territorial em estudo e os sistemas com que este está relacionado, do funcionamento dos vários modos de transporte e a sua interação com o ordenamento do território, as suas implicações na qualidade do meio ambiente e na vivência do espaço público por parte de todos os cidadãos".

O Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes de Viseu Dão Lafões, apresenta os seguintes objetivos gerais:

Objetivos Gerais	
Melhorar a integração do planeamento de transportes	com outros instrumentos de planeamento (ordenamento do território, ambientais, entre outros)
Promover a acessibilidade	de todos os cidadãos em particular em espaço publico e aos sistemas de transportes públicos
Fomentar os transportes públicos	através da melhoria da qualidade de serviço prestado, promovendo a intermodalidade (integração física, operacional, tarifária e institucional) servindo as populações urbanas e os habitantes de zonas de baixa densidade ou rurais
Reduzir o impacto dos transportes sobre a saúde pública e a qualidade de vida	priviligiando e promovendo modos de transporte mais saudáveis (modos suaves)
Melhorar o desempenho ambiental e económico do sistema de transportes	procurando um equilíbrio entre o transporte eficaz de pessoas e bens e os respetivos custos económicos e ambientais
Reduzir a sinistralidade	eliminando pontos negros com especial enfoque para os que envolvam modos suaves, melhoria das travessias, introduzindo medidas de acalmia de tráfego, redução de tráfego de atravessamento
Apoiar a CIM Viseu Dão Lafões e os Municípios na definição	da estrutura/órgão de planeamento e gestão dos transportes públicos
	de um modelo de Observatório do Sistema de Acessibilidades, Transportes e Mobilidade
Analisar a necessidade de investimentos em infraestruturas	a realizar a médio prazo como contributo à concretização dos objetivos propostos
Estruturar as "Bases programáticas" para a elaboração e implementação de Planos Operacionais	na área das acessibilidades, transportes e mobilidade, a desenvolver após a conclusão do PIMT

Figura 34. Objetivos gerais do PIMT

Fonte: PIMT da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, Relatório da Fase 3 - Propostas, novembro 2016

O documento apresenta um Plano/Programa de Ação, sintetizado em fichas individuais por ação, onde se apresenta as intervenções a realizar em cada território, contendo a identificação da proposta de intervenção, o objetivo operacional que se pretende atingir, a caracterização detalhada da ação e as respetivas sinergias e resultados expectáveis. Na mesma ficha estão ainda indicados os agentes promotores, a estimativa de custos e benefícios da implementação da medida, as fontes de financiamento possíveis, o faseamento e respetivo alcance (curto, médio ou longo prazo).

Assim para o concelho de Mangualde, identificam-se as seguintes ações e objetivos tendo em consideração os Planos Operacionais por área temática:

Plano Operacional de Transportes Públicos

1- Ação: Reorganização do carregamento SGGESC

- **Objetivos:**

  - Promover a integração física e tarifária do transporte coletivo

  - Disponibilizar informação percetível sobre a rede, serviços, e tarifários de transporte coletivo

2- Ação: Reorganização da rede e serviços

- **Objetivos:**

  - Garantir acesso generalizado aos serviços de transporte coletivo (regular e/ou a pedido)

  - Promover a integração física e tarifaria do transporte coletivo

  - Hierarquizar a rede de interfaces de transporte coletivo

3- Ação: Definição de níveis de serviço publico

- **Objetivos:**

  - Garantir acesso generalizado aos serviços de transporte coletivo (regular e/ou a pedido)

  - Disponibilizar informação percetível sobre a rede, serviços, e tarifários de transporte coletivo

4- Ação: Articulação do transporte escolar

- **Objetivos:**

  - Garantir acesso generalizado aos serviços de transporte coletivo (regular e/ou a pedido)

  - Disponibilizar informação percetível sobre a rede, serviços, e tarifários de transporte coletivo

5- Ação: Ofertas em zonas de baixa densidade

- **Objetivos:**

  - Garantir acesso generalizado aos serviços de transporte coletivo (regular e/ou a pedido)

  - Disponibilizar informação percetível sobre a rede, serviços, e tarifários de transporte coletivo

  - Hierarquizar a rede de interfaces de transporte coletivo

6- Ação: Implementação de circuitos urbanos

- **Objetivos:**

- Garantir acesso generalizado aos serviços de transporte coletivo (regular e/ou a pedido)
- Disponibilizar informação percetível sobre a rede, serviços, e tarifários de transporte coletivo
- Hierarquizar a rede de interfaces de transporte coletivo

7- Ação: Melhoria das condições de espera e transbordo (interfaces)

- **Objetivos:**
  - Garantir acesso generalizado aos serviços de transporte coletivo (regular e/ou a pedido)
  - Promover a integração física e tarifaria do transporte coletivo
  - Disponibilizar informação percetível sobre a rede, serviços, e tarifários de transporte coletivo
  - Hierarquizar a rede de interfaces de transporte coletivo

<u>Plano Operacional de Modos Suaves</u>

1- Ação: Eixos prioritários para os modos suaves

- **Objetivos:**
  - Estruturar redes cicláveis urbanas de ligação aos principais polos geradores de mobilidade
  - Utilizar com eficiência o espaço público incentivando a opção pelo modo pedonal

2- Ação: Beneficiação da rede pedonal em meio urbano

- **Objetivos:**
  - Utilizar com eficiência o espaço público incentivando a opção pelo modo pedonal

3- Ação: Beneficiação da rede pedonal em aglomerados rurais

- **Objetivos:**
  - Utilizar com eficiência o espaço público incentivando a opção pelo modo pedonal

4- Ação: Estruturação de redes cicláveis municipais

- **Objetivos:**
  - Estruturar redes cicláveis urbanas de ligação aos principais polos geradores de mobilidade

5- Ação: Mitigação de pontos de atravessamento para peões e ciclistas

- **Objetivos:**
  - Utilizar com eficiência o espaço público incentivando a opção pelo modo pedonal

6- Ação: Rede de estacionamento de bicicletas

- **Objetivos:**

  - Estruturar redes cicláveis urbanas de ligação aos principais polos geradores de mobilidade

Plano Operacional de Circulação e Estacionamento

1- Ação: Hierarquização e compatibilização da rede viária municipal

- **Objetivos:**

  - Sensibilizar para a necessidade de concretização célere da rede viária estruturante
  - Diminuir o impacto do trafego de veículos pesados em meio urbano
  - Reduzir a sinistralidade

2- Ação: Hierarquização e compatibilização da rede viária dentro do perímetro urbano

- **Objetivos:**

  - Sensibilizar para a necessidade de concretização célere da rede viária estruturante
  - Diminuir o impacto do trafego de veículos pesados em meio urbano
  - Reduzir a sinistralidade

3- Ação: Concretização da rede viária estruturante – IC12 entre Canas de Senhorim e o Nó da A25 em Mangualde

- **Objetivos:**

  - Sensibilizar para a necessidade de concretização célere da rede viária estruturante
  - Diminuir o impacto do trafego de veículos pesados em meio urbano
  - Reduzir a sinistralidade
  - Melhorar o desempenho ambiental e económico do sistema de transportes

4- Ação: Concretização da rede viária estruturante – IC12 entre Canas de Senhorim e o Nó da A25 em Mangualde

- **Objetivos:**

  - Sensibilizar para a necessidade de concretização célere da rede viária estruturante
  - Diminuir o impacto do trafego de veículos pesados em meio urbano
  - Reduzir a sinistralidade
  - Melhorar o desempenho ambiental e económico do sistema de transportes

5- Ação: Implementação de zonas de estacionamento limitada

- **Objetivos:**

  - Utilizar com eficiência o espaço público incentivando a opção pelo modo pedonal

6- Ação: Implementação de parques de estacionamento dissuasores / bolsas periféricas

- **Objetivos:**
  - Utilizar com eficiência o espaço público incentivando a opção pelo modo pedonal
  - Incentivar a mobilidade partilhada (Carpollig, bike sharing e Bike & Ride)

7- Ação: Fiscalização do estacionamento (complementada com informação sobre alternativas existentes)

- **Objetivos:**
  - Utilizar com eficiência o espaço público incentivando a opção pelo modo pedonal

8- Ação: Ordenamento da oferta de estacionamento e do espaço de circulação rodoviária

- **Objetivos:**
  - Utilizar com eficiência o espaço público incentivando a opção pelo modo pedonal
  - Melhorar o desempenho ambiental e económico do sistema de transportes

9- Ação: Inclusão de índices mínimos e máximos de estacionamento

- **Objetivos:**
  - Utilizar com eficiência o espaço público incentivando a opção pelo modo pedonal
  - Assegurar um planeamento urbanístico promotor da mobilidade sustentável

10- Ação: Implementação do regulamento de trânsito

- **Objetivos:**
  - Utilizar com eficiência o espaço público incentivando a opção pelo modo pedonal
  - Diminuir o impacto do trafego de veículos pesados em meio urbano
  - Melhorar o desempenho ambiental e económico do sistema de transportes

11- Ação: Levantamento, verificação e retificação da sinalização de encaminhamento e restrição do tráfego em meio urbano

- **Objetivos:**
  - Diminuir o impacto do trafego de veículos pesados em meio urbano
  - Melhorar o desempenho ambiental e económico do sistema de transportes

Plano Operacional de Eficiência Energética

1- Ação: Ajustar e aumentar as redes de bicicletas partilhadas - Bikesharing

- **Objetivos:**
  - Incentivar a mobilidade partilhada (Carpollig, bike sharing e Bike & Ride)
  - Melhorar o desempenho ambiental e económico do sistema de transportes

Ordenamento do Território

1- **Ação: Contenção e preenchimento dos centros urbanos**

- **Objetivos:**

  -Assegurar um planeamento urbanístico promotor da mobilidade sustentável

2- **Ação: Definição de critérios de localização de polos geradores de viagens**

- **Objetivos:**

  -Assegurar um planeamento urbanístico promotor da mobilidade sustentável

3- **Ação: Parâmetros de dimensionamento para a qualificação do espaço público nos centros urbanos**

- **Objetivos:**

  -Assegurar um planeamento urbanístico promotor da mobilidade sustentável

4- **Ação: Reserva de espaço canal para modos suaves (viagens recreativas)**

- **Objetivos:**

  -Assegurar um planeamento urbanístico promotor da mobilidade sustentável

5- **Ação: Definição de critérios para garantir condições de coexistência entre pessoas e veículos**

- **Objetivos:**

  -Assegurar um planeamento urbanístico promotor da mobilidade sustentável

4.9. INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL DE ÂMBITO MUNICIPAL

O concelho de Mangualde em termos de planos municipais de ordenamento do território (PMOT) em vigor, remete apenas para o Plano o Diretor Municipal.

- Plano Diretor Municipal de Mangualde
  - **Revisão**: Aviso 10007/2013; D.R, 2ª Serie – N. º150 de 6 de agosto de 2013
  - **1ª Correção Material**: Declaração N.º 118/2014; D.R, 2ª Serie – N. º123 de 30 de junho de 2014
  - **1ª Alteração por Adaptação**: Aviso 5420/2016; D.R, 2ª Serie – N.º 78 de 21 de abril de 2016
  - **1.ª Correção Material da Carta da Reserva Ecológica Nacional (REN)**: Despacho nº 6843, de 08 de agosto de 2017.

Após a publicação da revisão do PDM, ocorreu em 2014, a 1ª Correção Material do plano, que se deveu à correção efetuada ao perímetro urbano de Almeidinha, na União das Freguesias de Mangualde, Mesquitela e Cunha Baixa, visando corrigir algumas discrepâncias resultantes da falta de cadastro, tendo repercussões na Planta de Ordenamento.

Posteriormente, em 2016, o PDM verificou a 1.ª Alteração por adaptação, que se deveu:

1- Revisão do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), a qual foi aprovada por despacho, exarado em 04-12-2015, pelo Sr. Vice-Presidente do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, nos termos do Regulamento do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, publicado em anexo ao Despacho n.º 4345/2012, de 27 de março, procedendo -se assim à republicação das Plantas de Condicionantes — Planta de Risco de Incêndio e Planta das Áreas Florestais Percorridas por Incêndios.

2- Entrada em vigor do Decreto -Lei n.º 73/2015, de 11 de maio, que procede à primeira alteração ao Sistema da Industria Responsável (SIR), aprovado em anexo ao Decreto -Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, que no seu Capítulo III, na Secção I, na Subsecção I, no artigo 11.º, estabelece a Classificação dos Estabelecimentos Industriais por Tipologia, esta alteração fez com que vários estabelecimentos, que no anterior diploma, se classificavam como Tipo 3, em que a entidade coordenadora era a Câmara Municipal, passassem a Tipo 1, essencialmente os que se enquadram na alínea e), do n.º 2, do artigo 11.º, identificados na parte 2A e/ou B, do anexo I do SIR, deste modo, alterou -se no regulamento do PDM os seguintes artigos: n.º 3, do artigo 76.º; a alínea a) do n.º 3 do art.78.º; a alínea a) do n.º 4 do artigo 80.º e o n.º 4, do artigo 87.º, nos quais se substitui o tipo 3 pelo tipo 1, desde que em termos de localização sejam enquadráveis na parte 2 A e/ou B do anexo I, ao SIR e incluímos

o n.º 4 no artigo 89.º, admitindo as indústrias enquadradas no tipo 1, igualmente, desde que em termos de localização sejam enquadráveis na parte 2 A e/ou B do anexo I, ao SIR, os quais são publicados na sua redação atual.

Já em 2017, ocorreu uma Correção Material da Carta da Reserva Ecológica Nacional (REN), em virtude de verificarmos que na cartografia 1/10.000, utilizada de base na revisão do PDM, existia uma linha de água, na povoação de Pinheiro de Cima, na União das Freguesias de Mangualde, Mesquitela e Cunha Baixa, que não se encontrava devidamente cartografada, estando deslocalizada, na consequência desse erro cartográfico, na Carta da Reserva Ecológica Nacional, publicada pela Portaria 86/2014, do D.R. I.ª Série n.º 75, de 16 de abril, o curso de água teve que ser corrigido e consequentemente o sistema biofísico Leitos dos Cursos de Água.

4.10. INSTRUMENTOS DE REABILITAÇÃO URBANA

A reabilitação urbana assume-se atualmente como uma componente importante da política das cidades e da política da habitação, na medida em que nela convergem os objetivos de requalificação e revitalização das cidades, em particular do edificado e as áreas mais degradadas, procurando o funcionamento mais harmonioso, a revitalização das atividades económicas e a melhoria da qualidade de vida da população.

Neste sentido e no âmbito do Portugal 2020 foi solicitado aos municípios a apresentarem, Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU). O PEDU de Mangualde representa um investimento na ordem dos 6 milhões de euros durante o atual quadro comunitário e prevê ações/intervenções nas áreas da mobilidade, investimento social e regeneração urbana.

A Regeneração Urbana na cidade de Mangualde é uma realidade, o novo quadro comunitário de apoio definido no Portugal 2020, possibilitando o acesso a fundos financeiros para a concretização de ações de regeneração Urbana. Nesse sentido o município procedeu à elaboração de um Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU). "*O PEDU é o instrumento de programação que suportará a contratualização com as Autoridades Urbanas, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 126.º do Regulamento Específico"*.

De acordo com o aviso do Portugal 2020, "as autoridades urbanas, isto é, os Municípios dos centros urbanos de nível superior, previstos nos Programas Operacionais Norte, Centro, Lisboa e Alentejo, que pretendam mobilizar para efeitos de financiamento as prioridades de investimento (PI) previstas no Eixo Urbano desses PO - mobilidade urbana sustentável, regeneração urbana ou regeneração urbana associada a comunidades desfavorecidas -, devem elaborar um Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano.

No que diz respeito à mobilidade urbana sustentável, privilegiam-se intervenções relacionada a diminuição do carbono da atmosfera, aumentando a importância dos transportes públicos e dos modos suaves (bicicleta e pedonal).

Relativamente à regeneração urbana as ações incidem nos centros históricos, zonas ribeirinhas ou zonas industriais abandonadas, dentro de uma área de reabilitação urbana (ARU). Assim o município definiu uma ARU no centro histórico, conforme o Aviso n.º 12207/2016, publicado no Diário da Republica, 2ª serie – N.º192 – 6 de Outubro de 2016. *"A delimitação da ARU do Centro de Mangualde abrange uma área de cerca de 890 000 m2 e inclui na sua íntegra o designado centro histórico da cidade. Para além de se constituir como uma área onde o peso da função residencial não pode ser desprezado concentra ainda um conjunto significativo de equipamentos e espaços coletivos (públicos e privados) que conferem a esta área uma natureza polarizadora de fluxos de pessoas significativos". (Área de Reabilitação Urbana – Memoria Descritiva, 2016)*

Para a delimitação da área de reabilitação urbana foram estabelecidas opções estratégicas de reabilitação e de revitalização, articuladas com as grandes opções do município, nomeadamente:

1- Cidade atrativa e competitiva – Qualidade de vida e coesão social

- *Reabilitação e requalificação de equipamentos coletivos e serviços, estimulando a atratividade da área, para morar, visitar e trabalhar;*
- *Requalificação e valorização do espaço público como enquadramento e incentivo a ações de reabilitação do edificado, por iniciativa de proprietários e investidores;*
- *Revitalização de áreas urbanas especialmente vulneráveis, contribuindo para a integração e inclusão social, através do estímulo ao usufruto de infraestruturas comunitárias e espaço público requalificado, considerando a reabilitação de imóveis;*
- *Motivar o acolhimento e fixação de atividades inovadoras, proporcionando condições infraestruturais e imateriais de incentivo ao empreendedorismo e à inovação, nomeadamente através da ação municipal e da participação dos parceiros públicos e privados de referência, com protagonismo e desempenho urbano;*

2-Valorização do património cultural e natural

- *Preservação da identidade da cidade, através da proteção e valorização do seu património histórico, arquitetónico e arqueológico, bem como da proteção e valorização do seu património natural;*
- *Estímulo e incentivo aos eventos da tradição e identidade, sediados no centro urbano da cidade de Mangualde, enquanto formas de animação da área urbana, da promoção da sua atividade económica, beneficiando da valorização dos espaços urbanos e promovendo a mobilização da comunidade local.*

3-Reabilitação do edificado

- *Incentivar a reabilitação do edificado, do arrendamento e reforçar a consolidação e concentração urbana, contribuindo para aumentar a qualidade ambiental e a eficiência energética, através da conjugação dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património, outros incentivos a definir em regulamento municipal, bem como demais apoios e incentivos fiscais e financeiros à reabilitação urbana.*

4-Cidade acessível – mobilidade sustentável e acessibilidade

- *Melhorar a acessibilidade e mobilidade, promovendo os "modos suaves" de locomoção urbana: meios de transporte favoráveis ao ambiente, a circulação pedonal e ciclável, a qualificação do espaço público e a supressão de barreiras arquitetónicas;*
- *Reordenar o estacionamento, salvaguardando espaços para os modos suaves de mobilidade, garantindo mais segurança e qualidade de circulação, nomeadamente com a implementação do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Cidade de Mangualde.*

(Área de Reabilitação Urbana – Memoria Descritiva, 2016)

A ARU será executada através de uma operação de reabilitação urbana (ORU) que será aprovada no prazo máximo de 3 anos após a aprovação da ARU, sob pena de caducidade da mesma.

A ORU será aprovada em instrumento próprio (sem recurso a planos de pormenor), nos termos do artigo 17º do RJRU.

A ARU permite a possibilidade aos privados que possuem edifícios na área delimitada que os recuperem através da atribuição de benefícios fiscais, nomeadamente IMI, IMT, IRS, mais-valias e rendimentos prediais. Nesta matéria importa referir que já foram aprovados alguns projetos, com a obtenção de benefícios fiscais por parte dos particulares

Importa referir que a reabilitação urbana integra um conjunto de ações variadas, desde a qualificação de infraestruturas, de equipamentos, espaços verdes e edificado, contudo o investimento da vai para a requalificação do espaço público do Bairro do Modorno, de salientar que esta ação já se encontra praticamente em fase de conclusão.

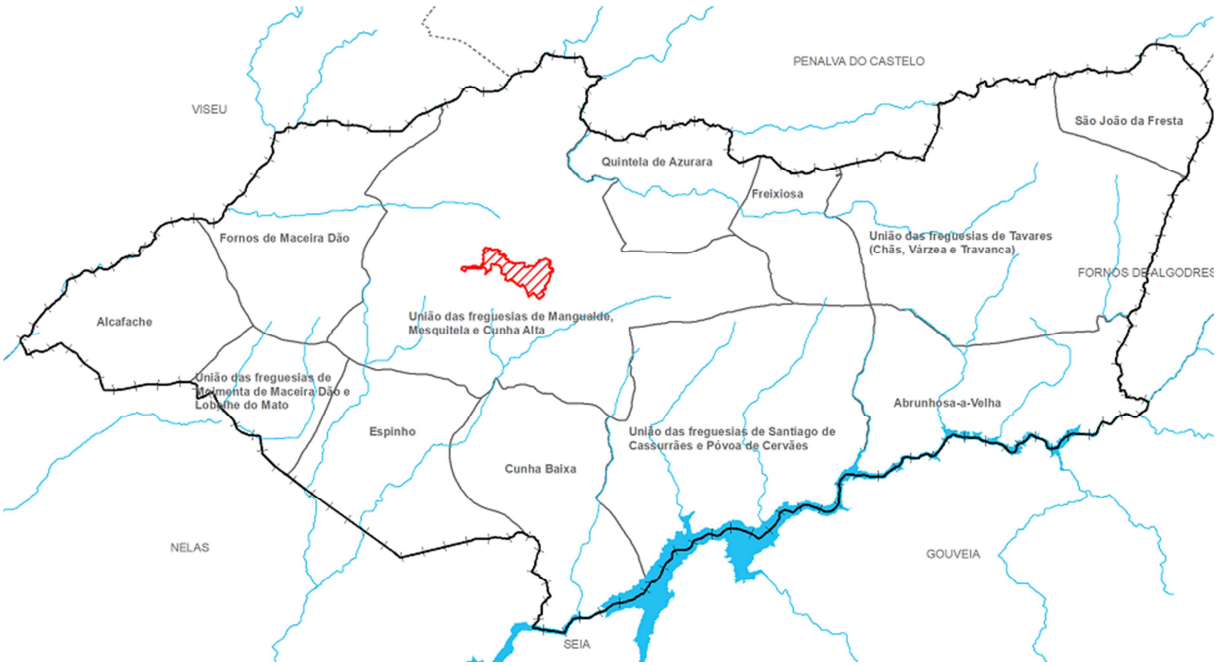


Figura 35. Limite da ARU

FONTE: CMM, 2017

No âmbito do Plano de Ação para a Regeneração (PARU), este concentra-se numa única área que abrange o centro histórico da cidade. Este Plano propõe-se realizar um conjunto de projetos que permitam consubstanciar as seguintes opções estratégicas que enquadram objetivos de intervenção (articuladas com as opções do Município para o desenvolvimento da ARU do centro de Mangualde e da respetiva Operação de Reabilitação Urbana):

- *"Cidade atrativa e competitiva – qualidade de vida e coesão social: a) reabilitação e requalificação de equipamentos coletivos e serviços; requalificação e valorização do espaço público, como incentivo a ações de reabilitação do edificado; revitalização das áreas urbanas especialmente vulneráveis; motivar o acolhimento e fixação de atividades inovadoras;*

- *Valorização do património cultura e natural: preservação da identidade da cidade; b) estímulo e incentivo aos eventos da tradição e identidade sedeados no centro urbano da cidade de Mangualde: Reabilitação do edificado: incentivar a reabilitação do edificado, do arrendamento e reforçar a consolidação e concentração urbanas;*
- *Cidade acessível – mobilidade sustentável e acessibilidade: a) melhorar a acessibilidade e mobilidade, promovendo os "modos suaves" de locomoção urbana; reordenar o estacionamento".*

(PEDU Mangualde - Relatório Intermedio, novembro 2015)

Estes objetivos revelam o esforço de coordenação e articulação das operações previstas com os outros dois domínios de intervenção do PEDU.

No que concerne ao Plano de integração de comunidades desfavorecidas este visa promover a regeneração e inclusão social, combatendo a pobreza e a discriminação. Estando previstas, ações de combate ao abandono escolar, formação profissional de jovens, ocupação de tempos livres ou integração de imigrantes e comunidades ciganas, entre outras.

Plano de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD) de Mangualde inclui projetos, de iniciativa pública, enquadrados dentro dos objetivos e das tipologias da Prioridade de Investimento 9.8 Regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais. O Plano abrange a Comunidade residente no Bairro Social Nossa Senhora do Castelo, localizada na União das Freguesias de Mangualde, Mesquitela e Cunha Alta, que concentra um conjunto de problemas de âmbito social, envolvendo um total de 79 famílias e 184 residentes, alojados num conjunto de 79 alojamentos. De acordo com o diagnóstico de problemas traçados e das necessidades sentidas, inclui projetos de requalificação e reordenamento dos espaços públicos e de qualificação e refuncionalização de equipamentos coletivos.

4.10.1.1. Plano de Desenvolvimento Estratégico Urbano (PEDU)

A estratégia do PEDU de Mangualde formulada tem em conta e garante a sua articulação com as orientações e os objetivos e estratégias definidas no âmbito do Plano Diretor Municipal.

"O PEDU pretende contribuir, com especial enfoque e contribuição direta, nos dois seguintes objetivos: Reforçar a centralidade de Mangualde e Melhorar a qualidade de vida da população e a qualidade ambiental. A estratégia e os planos de ações do PEDU contribuirão também, de forma global, para dois outros objetivos: Aumentar a competitividade económica do concelho, através do reforço dos espaços destinados às atividades económicas e Potenciar, a nível económico e turístico a individualidade do concelho, preservando a sua memória coletiva.

Por fim, o Município encetou o processo de delimitação e publicação de uma ARU para o centro da cidade de Mangualde, onde se encontra enquadrado um conjunto de opções estratégicas - cidade atrativa e competitiva – qualidade de vida e coesão social; valorização do património cultural e natural, Reabilitação do edificado e cidades acessível – mobilidade sustentável e acessibilidade, formuladas para o PARU".

(PEDU Mangualde - Relatório Intermedio, novembro 2015)

No que concerne aos objetivos estratégicos definidos no PEDU de Mangualde temos:

- *"Tornar a cidade e o concelho de Mangualde, espaços atrativos para viver, trabalhar e visitar, robustecendo as condições de atratividade territorial nas suas vertentes físicas e funcionais, em estreita articulação com os fatores de competitividade que o tecido económico e empresarial têm demonstrado e o potencial de diferenciação que os ativos culturais e patrimoniais permitem afirmar;*

- *Consolidar e prosseguir no processo de qualificação urbana e funcional da cidade de Mangualde, sentido de dotar o espaço urbano de uma melhoria das condições e da qualidade de vida, de uma afirmação dos seus elementos simbólicos, através, nomeadamente, da preservação do seu património cultural, de uma valorização das vivências urbanas e das dinâmicas e práticas sociais e culturais da população, e de um reforço das práticas de fruição dos espaços;*

- *Favorecer e potencializar um processo de regeneração e revitalização urbanas da cidade, conseguindo uma crescente convergência e cooperação entre o Município, outras entidades públicas, os agentes económicos, principalmente as empresas locais (designadamente, as empresas industriais de maior dimensão e as empresas comerciais), os proprietários de edifícios e outros investidores com capacidade de intervenção nos imóveis que necessitam de intervenção de reabilitação e particularmente, algumas unidades industriais desativadas;*

- *Criar condições para que a emergência e consolidação do cluster automóvel e logístico instalado no concelho possa vir a induzir contextos urbanos de atratividade que tornem este centro urbano, de Nível 2 no contexto do subsistema urbano de Dão-Lafões, num centro competitivo, a nível regional e nacional, capaz de atrair novos residentes, mais qualificados e jovens, que contribuam, por sua vez, para a qualificação dessas dinâmicas urbanas;*

- *Estimular e garantir a transição para novos modos de mobilidade sustentável a nível da cidade e do concelho, através de alterações dos sistemas de transporte, das condições de utilização de modos suaves de deslocação urbana, da valorização da intermodalidade, contribuindo simultaneamente para a redução do nível de emissões de CO2 e a qualidade do ambiente urbano na cidade;*

- *Melhorar as condições de coesão social na cidade, através de uma intervenção concertada entre ações materiais (PI 9.1) e imateriais (PI 9.8) junto da Comunidade do Bairro de Nossa Senhora do Castelo, capaz de reduzir os problemas sociais observados e de contribuir para a progressiva integração desta comunidade e a redução dos fatores de exclusão;*

- *Mobilizar todos os parceiros institucionais e a sociedade civil para este processo de requalificação do ambiente urbano e territorial e da qualidade de vida, garantindo efeitos de integração setorial e institucional capazes de robustecer as condições de atratividade e de competitividade de Mangualde no contexto das cidades da sub-região de Dão-Lafões, da região do Centro e a nível nacional."*

(PEDU Mangualde - Relatório Intermédio, novembro 2015)

O PEDU de Mangualde, no quadro dos objetivos e estratégia formulados, irá mobilizar as três prioridades de investimento do eixo 9 do POR do Centro:

- PI 4.5 – Promoção de Estratégias de Baixo Teor de Carbono;
- PI 6.5 – Adoção de Medidas Destinadas a Melhorar o Ambiente Urbano e a Revitalizar as Cidades;
- PI9.8 – Concessão de Apoio à Regeneração Física, Económica e Social das Comunidades Desfavorecidas)

De acordo com as orientações definidas em sede de Programa Operacional e do Portugal 2020. As mobilizações dessas Prioridades de Investimento permitem assegurar um recurso de financiamento para a execução dos Planos de Ação a implementar:

- Componente de Mobilidade Urbana Sustentável;
- Plano de Ação de Regeneração Urbana;

- Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas.

Os quadros seguintes apresentam as propostas elaboradas para os três componentes de Plano de Ação preparados e propostas pelo Município em sede de candidatura ao Programa Operacional Regional do Centro e de negociação no âmbito da CIM Dão-Lafões:

PROMOTOR	OT		Prioridade de investimento		Caracterização do investimento		
Nome ou designação social	Código		Código		Designação	Ano de início	Investimento total (euros)
Município de Mangualde	.04	Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores	4.5	Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a ...	Requalificação e Reperfilamento dos Principais Eixos de ligação ao Centro Urbano de Mangualde	2016	1.400.000,0
Município de Mangualde					Requalificação de Caminhos e Frentes dos Equipamentos Escolares, Desportivos e Culturais e Zonas Residenciais	2016	650.000,0
Município de Mangualde					Estruturação de uma verdadeira Rede de Interfaces na cidade	2017	350.000,0
Município de Mangualde /Operadores					Sistemas de Informação de Transportes Colectivos	2018	100.000,0
Município de Mangualde					Robustecer a Gestão e Informação dos Serviços Municipais de Transporte Público	2018	50.000,0
					SUB-TOTAL		**2.550.000,0**
Município de Mangualde	.06	Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos	6.5	Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão,), a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído	Requalificação do Largo do Rossio e áreas adjacentes	2016	500.000,0
Município de Mangualde					Requalificação do Largo das Carvalhas e áreas adjacentes	2016	2.000.000,0
Município de Mangualde					Requalificação do Largo Dr. Couto e áreas adjacentes	2016	1.000.000,0
Município de Mangualde					Qualificação do espaço público Bairro Modomo	2017	150.000,0
Município de Mangualde (Empresas, IPSS's, Instituições, Associações, Cooperativas e Particulares)					Reabilitação integral de edifícios privados para habitação, comércio e serviços	2016	1.750.000,0
Município de Mangualde					Edifício antigo Cine-Teatro de Mangualde	2016	1.000.000,0
Município de Mangualde					Reabilitação de fachadas e cobertura - Estaleiros municipais	2019	100.000,0
Município de Mangualde					Reabilitação de fachadas e cobertura - Paços do Concelho	2019	100.000,0
Município de Mangualde (Entidades da Adminsitração público central)					Reabilitação de fachadas e cobertura - antigo colégio S. José/Sta. Maria	2020	500.000,0
Município de Mangualde					Reabilitação de fachadas e cobertura - Pavilhão Municipal	2016	300.000,0
Município de Mangualde					Reabilitação de fachadas e cobertura - Biblioteca Municipal	2017	100.000,0
Município de Mangualde					Reabilitação de fachadas e cobertura - Piscina Municipal	2016	50.000,0
Junta de Freguesia					Reabilitação de fachadas e cobertura - Junta de Freguesia	2018	150.000,0
Município de Mangualde (Empresas, IPSS's, Instituições, Associações, Cooperativas e Particulares)					Reconversão de espaços e unidades industriais abandonadas, para serviços e comércio	2020	750.000,0
					SUB-TOTAL		**8.450.000,0**
Município de Mangualde	.09	Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação	9.8	Apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais	Infraestruturação e requalificação do eixo estruturante	2017	150.000,0
Município de Mangualde					Configuração de pequenas centralidades	2018	100.000,0
Município de Mangualde					Acessos transversais e de atravessamento	2020	100.000,0
Município de Mangualde					Configuração de Centralidade Sul	2018	50.000,0
Município de Mangualde					Configuração de Centralidade Norte	2018	50.000,0
Município de Mangualde					Reabilitação de Edificado – espaço ação comunitária	2018	100.000,0
					SUB-TOTAL		**550.000,0**
TOTAL							**11.550.000,0**

Tabela 11. Descrição da proposta de investimentos, segundo o promotor, o ano de inicio e a freguesia de localização

Fonte: PEDU – Mangualde, Relatório Intermedio, novembro 2015

Tabela 12. Descrição da proposta de investimentos, ações e metas

Objetivo Temático e Prioridade de investimento a			Fundo	Eixo/ Medida do Programa de ação do PEDU	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de dotação do Fundo a contratualizar
Código OT	Código PI	Descrição			Indicador	Metas 2018	Metas 2023	Indicador	Metas 2018	Metas 2023	
.04	4.5	4.5 - Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação	FEDER	1. Mobilidade urbana sustentável/ 1.1 Promoção dos Modos Suaves	Extensão da rede ciclável realizada (m)	1,9	11	Emissão estimada dos gases com efeitos de estufa (Ton/CO2)	43.487	36.375	**1.742.500,0**
				1. Mobilidade urbana sustentável/ 1.2Melhoria da Rede de Interfaces	Interfaces multimodais apoiados (N.º)	1	3	Emissão estimada dos gases com efeitos de estufa (Ton/CO2)	43.487	36.375	**297.500,0**
				1. Mobilidade urbana sustentável/ 1.3 Adoção de sistemas de informação aos utilizadores em tempo real	Projetos apoiados (N.º)	0	1		43.487	36.375	**85.000,0**
				1. Mobilidade urbana sustentável/ 1.4 Desenvolvimento de sistemas de gestão e informação para soluções de transporte flexíveis	Projetos apoiados (N.º)	0	1	Emissão estimada dos gases com efeitos de estufa (Ton/CO2)	43.487	36.375	**42.500,0**
.06	6.5	6.5 - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão,), a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído	FEDER	2. Regeneração e qualificação urbana de Mangualde/ 2.1 Requalificação do espaço público	Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (M2)	12.000	32.000	Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento	>=3	>=3	**3.102.500,0**
				2. Regeneração e qualificação urbana de Mangualde/ 2.2 Reabilitação de edifícios privados	Desenvolvimento urbano: Habitações reabilitadas em áreas urbanas (N.º)	8	25	Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento	>=3	>=3	**350.000,0**
				2. Regeneração e qualificação urbana de Mangualde/ 2.3 Reabilitação de edifícios públicos	Desenvolvimento urbano: Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas (M2)	2.100	2.100	Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento	>=3	>=3	**850.000,0**
				2. Regeneração e qualificação urbana de Mangualde/ 2.4 Reabilitação parcial de edifícios de serviço público	Desenvolvimento urbano: Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas (M2)	1.000	4.000	Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento	>=3	>=3	**1.105.000,0**
				2. Regeneração e qualificação urbana de Mangualde/ 2.5 Reconversão de espaços industriais abandonados	Desenvolvimento urbano: Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas (M2)	200	1.800	Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento	>=3	>=3	**150.000,0**
.09	9.8	9.8 - Concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais.	FEDER	3. Regeneração física da Comunidade Desfavorecida do Bairro de Nª Srª do Castelo/ 3.1 Estruturação e requalifação do espaço público	Desenvolvimento urbano: Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas	3.550	10.357	Aumento do grau de satisfação dos residentes nas áreas intervencionadas (1 a 10)	>=2	>=2	**382.500,0**
				3. Regeneração física da Comunidade Desfavorecida do Bairro de Nª Srª do Castelo/ 3.2 Qualificação e refuncionalização de equipamentos coletivos	Desenvolvimento urbano: Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas (M2)	120	238	Aumento do grau de satisfação dos residentes nas áreas intervencionadas (1 a 10)	>=2	>=2	**85.000,0**

Fonte: PEDU – Mangualde, Relatório Intermedio, novembro 2015

5. O PMOT EM VIGOR

Introdução

A revisão do PDM de Mangualde foi publicada através do Aviso 10007/2013 de 6 de agosto de 2013, e surge num contexto marcado por uma conjuntura económica internacional e nacional desfavorável.
O PDM mais do que um instrumento de gestão territorial, assume-se como um instrumento de vertente estratégica. Nesse sentido neste instrumento foram preconizados os seguintes objetivos estratégicos:

a) Aumentar a competitividade económica do Concelho, através do reforço dos espaços destinados às atividades económicas;

b) Reforçar a centralidade da Cidade de Mangualde;

c) Reforçar a rede de complementaridades dos aglomerados urbanos,

d) Promover a consolidação e ordenamento dos sistemas de aglomerados através do estabelecimento de complementaridades do solo urbano com o solo rural;

e) Potenciar, a nível económico e turístico a individualidade do Concelho, preservando a sua memória coletiva;

f) Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal, através da promoção da sustentabilidade do solo rural, contribuindo para a sua revitalização económica e social;

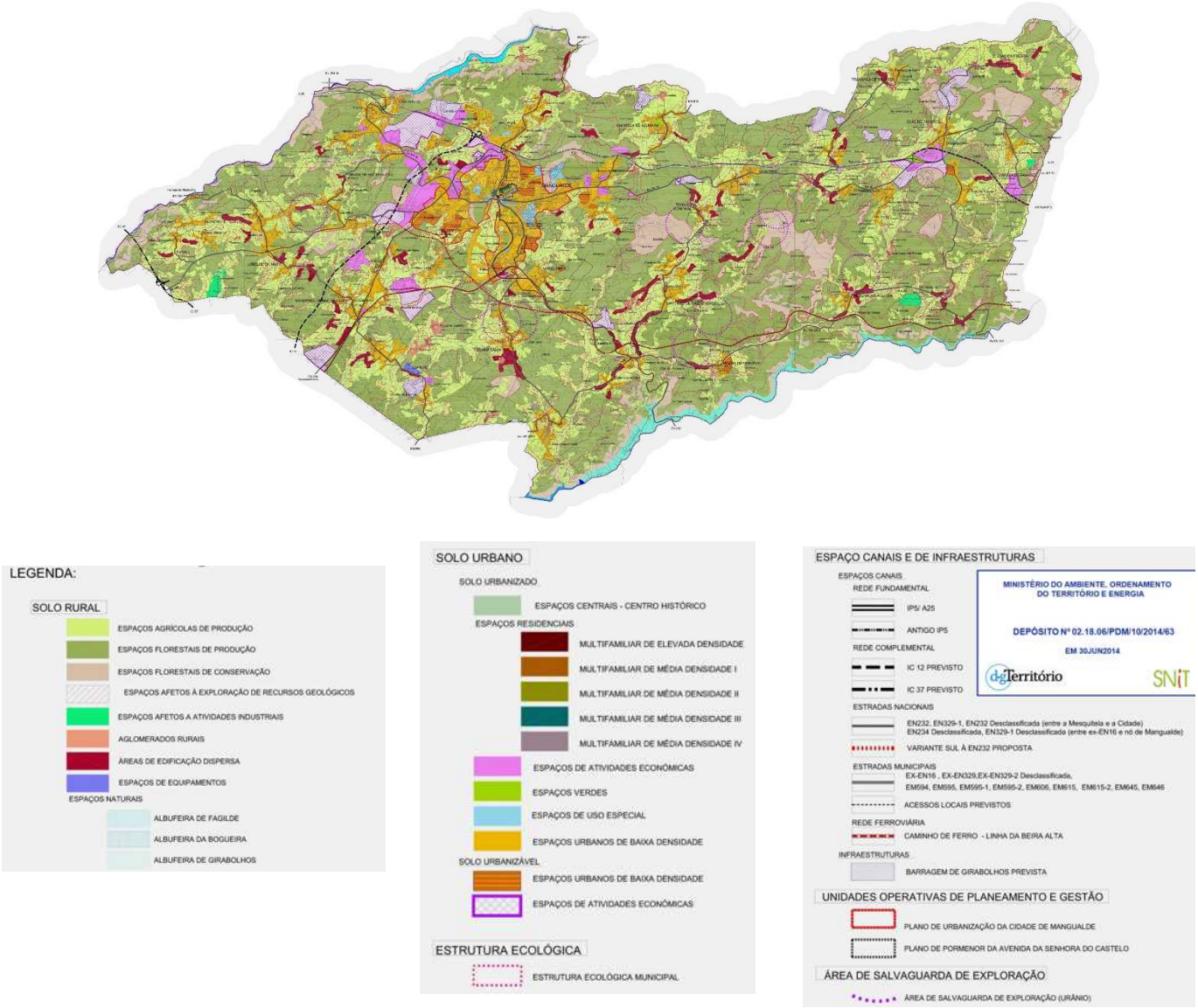
g) Reforço das acessibilidades internas e com os municípios vizinhos

O PDM assumiu-se como um instrumento urbanístico, definindo objetivos no domínio do desenvolvimento socioeconómico nunca descurando a componente natural e no estabelecimento de bases programáticas de investimentos municipais.

Este ponto pretende fazer uma abordagem à estrutura do ordenamento resultante da 1ª revisão do PDM de Mangualde, seguido da análise à dinâmica urbanística em termos de edifícios licenciados e concluídos, passando pela avaliação das pretensões relativas a operações urbanísticas (informações prévias, licenciamentos, obras isentas, informações e comunicações) e por fim uma análise do nível de execução das intervenções previstas no PDM em vigor.

5.1. ESTRUTURA DO ORDENAMENTO

O PDM de Mangualde foi revisto à luz, do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 19 de setembro, que, entretanto, foi revogado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio. A estrutura de ordenamento para o concelho de Mangualde teve por base o modelo definido na legislação em vigor à data, enquadrando a realidade municipal em cada uma das Classes e subclasses, determinadas de acordo com as especificidades territoriais encontradas ou definições estratégicas de futuro para as mesmas. Neste quadro o solo foi classificado em Rural e Urbano, tendo em consideração todas as condicionantes legais que incidem sobre este território e em



particular sobre cada classe e categoria de espaço, como a seguir se descreve.

Figura 36. Planta de Ordenamento

Fonte: DGT, 2017

Na estrutura de ordenamento de Mangualde, o **Solo Rural** contempla as seguintes categorias e subcategorias de espaços:

- Espaços Agrícolas de Produção;
- Espaços Florestais de Produção;
- Espaços Florestais de Conservação;
- Espaços Afetos à Exploração de Recursos Geológicos;
- Espaços Afetos a Atividades Industriais;
- Aglomerados Rurais;
- Áreas de Edificação Dispersa;
- Espaços de Equipamentos,

Relativamente ao Solo Urbano a estrutura contempla as seguintes categorias e subcategorias de espaços:

- **Solo Urbanizado**
  - Espaços Centrais – Centro Histórico
  - Espaços Residenciais

    Multifamiliar de Elevada Densidade

    Multifamiliar de Média Densidade I

    Multifamiliar de Média Densidade II

    Multifamiliar de Média Densidade III

    Multifamiliar de Média Densidade IV
  - Espaços de Atividades Económicas
  - Espaços Verdes
  - Espaços de Uso Especial
  - Espaços Urbanos de Baixa Densidade
- **Solo Urbanizável**
  - Espaços Urbanos de Baixa Densidade
  - Espaços de Atividades Económicas

De forma geral (ver Tabela seguinte), a Estrutura do Ordenamento qualifica cerca de 87% do seu território em categorias de solo rural, sendo a mais abrangente os Espaços Florestais de Produção, e

cerca de 12% do território é classificado em diferentes categorias de solo urbano em, sendo os mais abrangentes os Espaços Urbanos de Baixa Densidade e os Espaços de Atividades Económicas.

As Áreas de Edificação Dispersa e de Aglomerados Rurais, em conjunto representam 2,4% da área do município de Mangualde.

Tabela 13. Números do Ordenamento

Solo	*Categorias de espaço*		*Valores Concelhios*	
			Área (ha)	*(%)*
Rural		Espaços Agrícolas de Produção	6035,99	27,53%
		Espaços Florestais de Produção	10350,95	47,21%
		Espaços Florestais de Conservação	1678,62	7,66%
		Espaços Afetos à Exploração de Recursos Geológicos	203,03	0,93%
		Espaços Afetos a Atividades Industriais	45,07	0,21%
		Aglomerados Rurais	123,28	0,56%
		Áreas de Edificação Dispersa	401,08	1,83%
		Espaços de Equipamentos	8,26	0,04%
		Espaços Naturais	-	
		Albufeira de Fagilde	41,92	0,19%
		Albufeira da Bogueira	10,89	
		Albufeira de Girabolhos	210,53	
		TOTAL SOLO RURAL	**19109,63**	**87,16%**
Urbano	**Solo Urbanizado**	Espaços Centrais - Centro Histórico	11,85	0,05%
		Espaços residenciais	-	
		Multifamiliar de Elevada Densidade	0,88	0,004%
		Multifamiliar de Média Densidade I	1,27	0,01%
		Multifamiliar de Média Densidade II	5,57	0,03%
		Multifamiliar de Média Densidade III	3,17	0,01%
		Multifamiliar de Média Densidade IV	3,26	0,01%
		Espaços de Atividades Económicas	354,30	1,62%
		Espaços Verdes	11,11	0,05%
		Espaços de Uso Especial	51,90	0,24%
		Espaços Urbanos de Baixa Densidade	1770,89	8,08%
	Solo Urbanizável	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	116,12	0,53%
		Espaços de Atividades Económicas	309,87	1,41%
		TOTAL SOLO URBANO	**2640,19**	**12,04%**
Espaços Canais e de Infraestruturas	**Espaços Canais**	Itinerário Principal - Autoestrada - A25	397,17	**1,81%**
		Itinerário Principal - IP5		
		Itinerários Complementares Previstos – IC12 e IC37		
		Estradas Nacionais - EN232, EN329-1, EN16 Desclassificada, EN234 Desclassificada, EN329 Desclassificada e EN329-2 Desclassificada		
		Estradas Municipais - EM594, EM595, EM606, EM615, EM615-2, EM645, EM646		
		Acessos Locais Previstos		
		Rede Ferroviária		

Solo	Categorias de espaço		Valores Concelhios	
			Área (ha)	(%)
Unidades Operativas de Planeamento e Gestão	**Infraestruturas**	Aproveitamento Hidroelétrico de Girabolhos Previsto	210,53	
		Plano de Urbanização de Mangualde	761,16	
		Plano de Pormenor da Avenida do Castelo	13,36	
		TOTAL	**21925,56**	**100,00%**

A classificação e reclassificação do solo que o plano propôs deram cumprimento os critérios estabelecidos na legislação em vigor e os desenvolvidos na proposta do PROT Centro, procurando a contenção e coesão do solo urbano, evitando novas expansões desnecessárias.

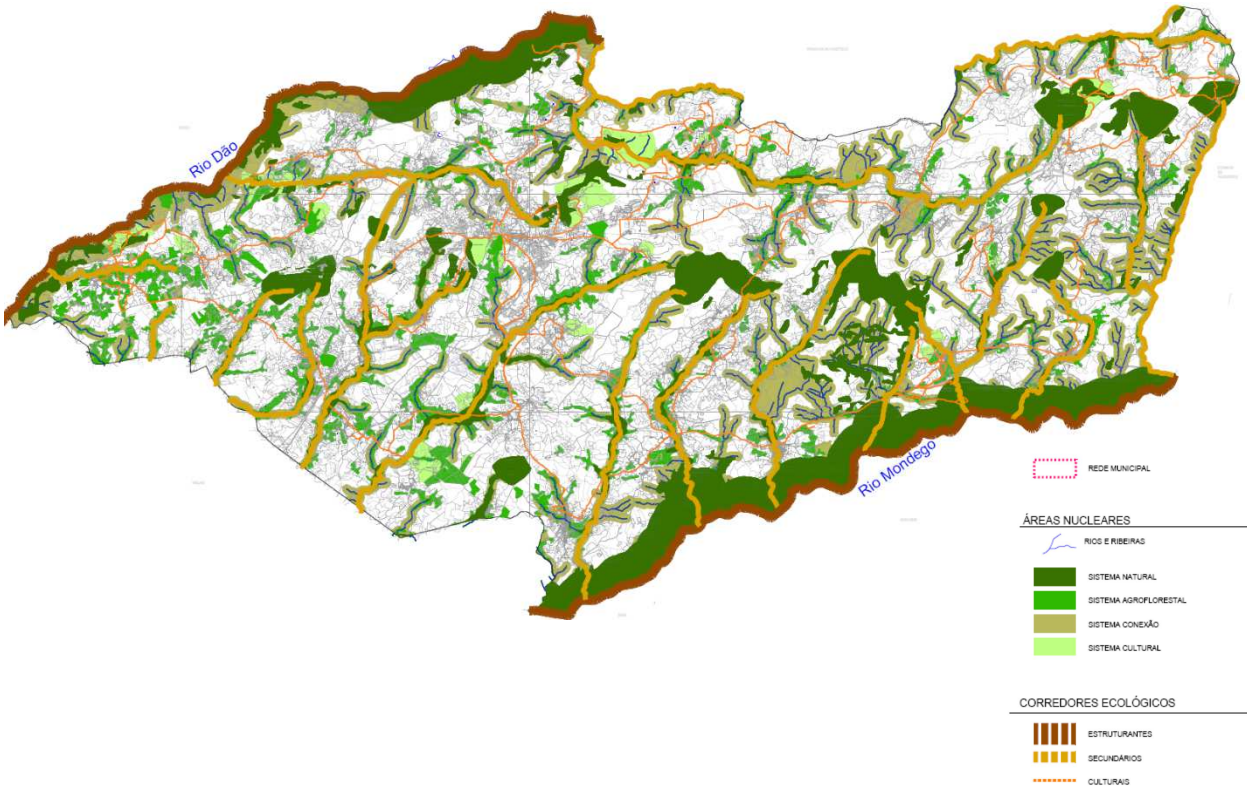


Figura 37. Estrutura Ecológica Municipal

FONTE: Revisão do PDM, 2013

A Estrutura Ecológica Municipal revela-se fundamental para a concretização dos pressupostos do desenvolvimento sustentável e para a melhoria da qualidade de vida das populações. Nesse sentido e tendo em conta esse conhecimento o município têm encetado ações de valorização da Estrutura Ecológica Municipal, como por exemplo a limpeza de galerias ripícolas em áreas correspondentes a cerca de 70 ha

No território compreendido, são observadas as disposições legais e regulamentares referentes a servidões administrativas e restrições de utilidade pública em vigor, demarcadas na Planta de Condicionantes. Importa referir que neste documento mais propriamente nos pontos 3.3.8.2; 3.3.8.3 e 3.3.8.4 já tinham sido abordada esta temática relativamente à REN, RAN e às Áreas Florestais Percorridas por Incêndios, contudo na figura seguinte estão identificadas as outras condicionantes.

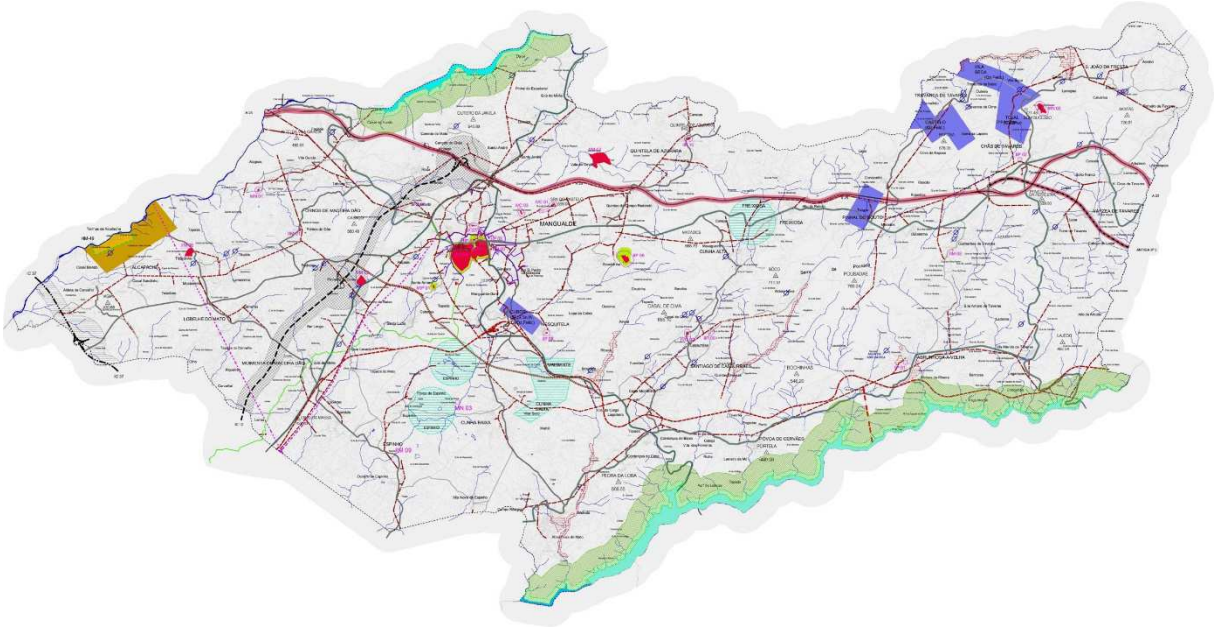


Figura 38. Outras Condicionantes

FONTE: DGT, 2017

No período de vigência do plano, a planta de condicionantes, foi alterada, devido à obrigatoriedade de integrar na mesma o traçado do gasoduto Mangualde – Celorico – Guarda, decorrente da condicionante que foi, entretanto, constituída.

Unidades de Planeamento e Gestão

A primeira revisão do PDM de Mangualde identifica duas Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG), as quais deverão ser concretizadas através de plano de urbanização ou planos de pormenor ou unidades de execução.

O **Plano de Urbanização da Cidade de Mangualde** limita a cidade de Mangualde propriamente dita, deriva da necessidade de abordar a uma escala maior a organização do espaço, a distribuição funcional e os sistemas de continuidade com a envolvente.

O Plano pretende:

- Reforçar e qualificar a imagem e a atratividade da centralidade de Mangualde;
- Tornar a cidade de Mangualde atrativa à função residencial, comercial e de lazer;
- Promover uma ocupação urbana ‘ legível ’ e orientadora de percursos, articulada com a envolvente;
- Reordenar a circulação viária compatibilizando-a com as funções urbanas que deve apoiar;
- Promover uma ocupação urbana multifuncional apoiada numa rede de espaços públicos de apoio à diversidade de mobilidades contemporâneas e articulados com a envolvente;
- Dar enquadramento urbano à diversidade de espaços de equipamentos que aqui se concentram;
- Promover uma imagem urbana equilibrada;
- Promover a ocupação efetiva de espaços devolutos, aumentando as dinâmicas e vivências da cidade bem como as condições de segurança da sua permanente utilização.

O **Plano de Pormenor da Avenida da Senhora do Castelo** surge da necessidade de concretização de regras de consolidação e colmatação urbana, indo de encontro ao reforço de uma centralidade apoiada num eixo urbano estruturante - Av. Senhora do Castelo.

Este plano tem como objetivos:

- Promover a qualificação dos espaços centrais pela sua colmatação urbana equilibrada e sustentável, contribuindo para a colmatação do défice de espaços públicos de uso coletivo na envolvente imediata, designadamente espaços de uso especial e espaços verdes;
- Promover a multifuncionalidade dos espaços centrais privilegiando o uso habitacional, comercial e de serviços;
- Garantir sistemas de continuidade com a envolvente em particular no desenho e definição dos espaços públicos.

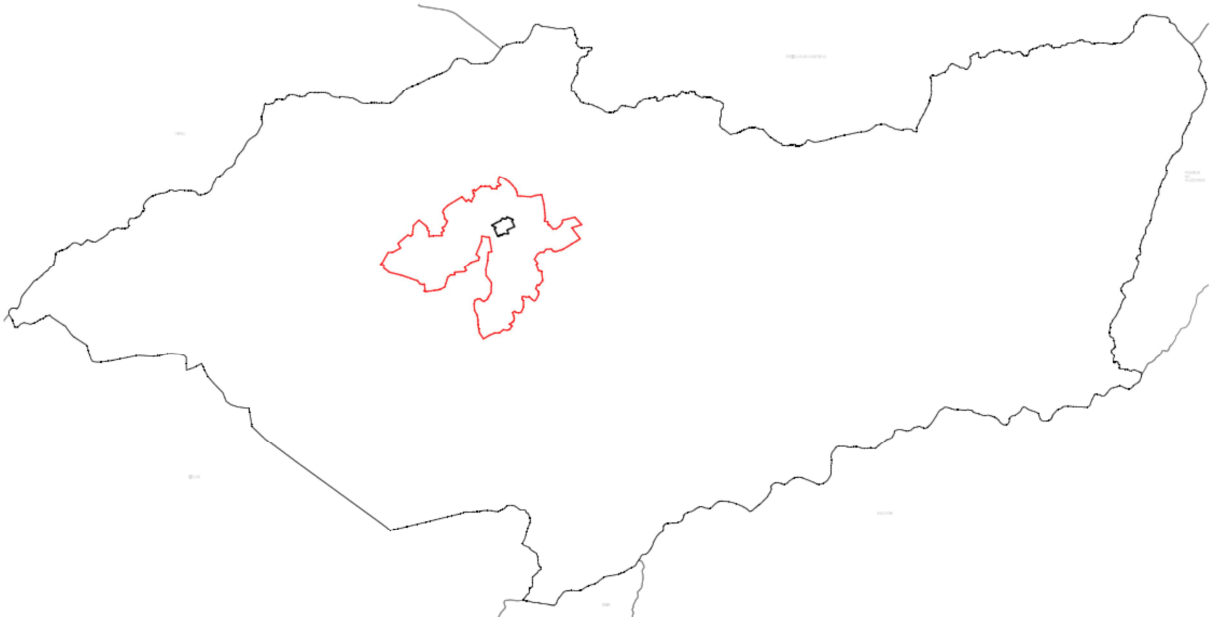


Figura 39. PU da Cidade de Mangualde (a vermelho) – PP Av. Senhora do Castelo (a preto)

Importa referir que apesar da importância estratégica das UOPG estabelecidas no PDM, as mesmas ainda não foram concretizadas.

5.2. DINÂMICA URBANÍSTICA

Introdução

Para aferir a dinâmica urbanística no concelho de Mangualde nos últimos anos, recorremos num primeiro momento à informação do Sistema de Indicadores de Operações Urbanísticas (SIOU) do Instituto Nacional de Estatística (INE), utilizando-se para o efeito, os indicadores referentes aos edifícios licenciados por tipo e destino de obra e edifícios concluídos no período 2011 a 2015.

No segundo momento recorremos à informação relativa às pretensões que deram entrada nos serviços municipais nomeadamente, Informações prévias, licenciamento, obras isentas, informações e comunicações, no período de 2013 a abril de 2017, aferindo ainda a sua expressão territorial.

Obras de Edificação

No período compreendido entre 2011 e 2015, segundo os dados do INE, foram alvo de licenciamento um total de 455 edifícios, o que corresponde a uma média de 91 edifícios licenciados/ano. Da análise do gráfico seguinte, é possível verificar uma redução do numero de edifícios licenciados no período entre 2011 e 2013. Entre 2013 e 2014 existiu um aumento do número de edifícios licenciados, contudo entre 2014 e 2015 verificou-se nova redução. Salienta-se que desde 2013, data da aprovação da 1ª revisão do PDM, foram licenciados cerca de 259 edifícios.

Em termos de distribuição geográfica, esses edifícios licenciados distribuem-se um pouco por todo o território concelhio, contudo com mais incidência na União de Freguesias de Mangualde, Mesquitela e Cunha Alta, sendo a sede do concelho, concentra um maior número de população e serviços tornando-se uma área mais atrativa.

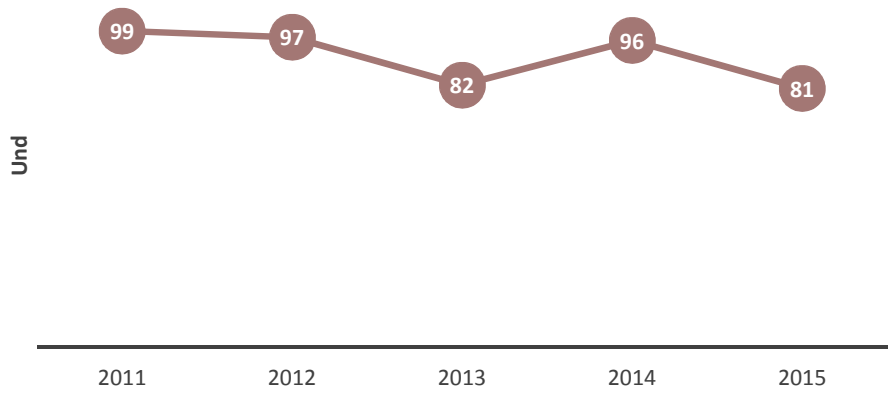


Gráfico 22. Evolução do n.º de edifícios licenciados, no concelho de Mangualde, 2011-2015

FONTE: INE, SIOU, Obras Licenciadas, 2011 - 2015

Na tabela seguinte é possível observar a evolução dos edifícios licenciados, por destino de obra no concelho de Mangualde entre 2011 e 2015. Constata-se que a maioria dos licenciamentos correspondem a obras de edificação (90%) e apenas uma pequena parte a obras de demolição (10%).

Tabela 14. Evolução do n.º de edifícios licenciados, por tipo de obra, no concelho de Mangualde, 2011-2015

Tipo de Obra		2011	2012	2013	2014	2015	Total
Obras edificação	Construção Nova	62	50	27	56	54	**249**
	Ampliação	17	16	20	25	17	**95**
	Alteração	8	5	5	2	5	**25**
	Reconstrução	5	13	15	5	1	**39**
Obras demolição		7	13	15	8	4	**47**
Total		**99**	**97**	**82**	**96**	**81**	**455**

FONTE: INE, SIOU, Obras Licenciadas, 2011 - 2015

Foi ainda possível apurar (ver gráfico seguinte) que, no período de análise, a maioria das obras de edificação se destina a construções novas (61%), sendo que as ampliações representam 23%, as alterações 6% e as reconstruções 10%.

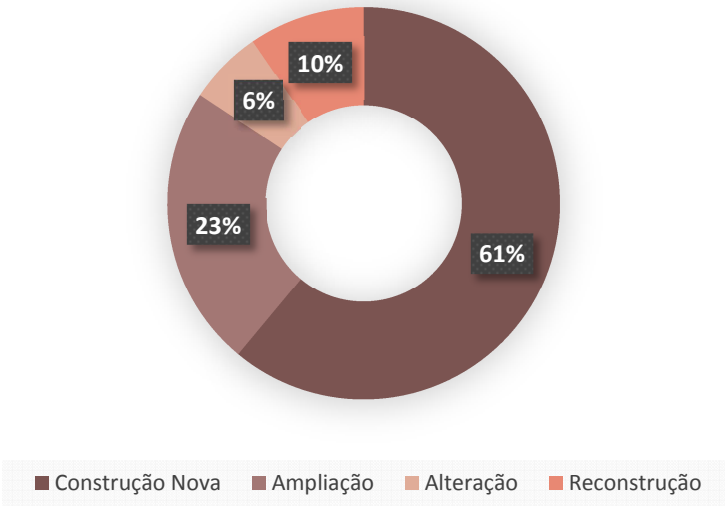


Gráfico 23. Distribuição dos edifícios licenciados por tipo de obra, no concelho de Mangualde, 2011-2015

FONTE: INE, SIOU, Obras Licenciadas, 2011 - 2015

Pela tabela seguinte é possível constatar que as construções novas se destinaram, maioritariamente (54%), a outros usos (ex. agricultura, comércio, equipamentos, turismo, indústria, serviços) e que a habitação familiar corresponde a cerca de 46 %.

Por outro lado, no que se refere às ampliações, alterações e reconstruções, verifica-se que a maioria ocorreu na habitação familiar (58%) e 42% em outros usos. Podemos salientar que depois da aprovação da 1ª revisão do PDM (2013) até 2015, foram licenciados 48 edifícios novos para habitação familiar e 89 edifícios para outros usos. No que concerne às ampliações, alterações e reconstruções no mesmo período, 55 licenciamentos corresponderam a obras em habitação familiar e 40 em outros usos.

Tabela 15. Evolução do n.º de edifícios licenciados, por tipo e destino de obra, no concelho de Mangualde, 2011-2015

Tipo de Obra	*Destino de Obra*	*2011*	*2012*	*2013*	*2014*	*2015*	*Total*
Construções Novas	Habitação Familiar	39	27	9	18	21	**114**
	Outros	23	23	18	38	33	**135**
Ampliações, alterações e reconstruções	Habitação Familiar	20	18	23	18	14	**93**
	Outros	10	16	17	14	9	**66**
Total		**92**	**84**	**67**	**88**	**77**	**408**

FONTE: INE, SIOU, Obras Licenciadas, 2011 - 2015

Relativamente ao número de edifícios concluídos, pela análise do gráfico seguinte é possível constatar uma redução sensivelmente para metade no período entre 2011 e 2015. Contudo, nesse período, foram concluídos 419 edifícios, o que dá uma média aproximada de 84 edifícios/ano. Importa referir que entre 2013 (aprovação da 1ª revisão do PDM) e 2015, foram concluídos 207 edifícios.

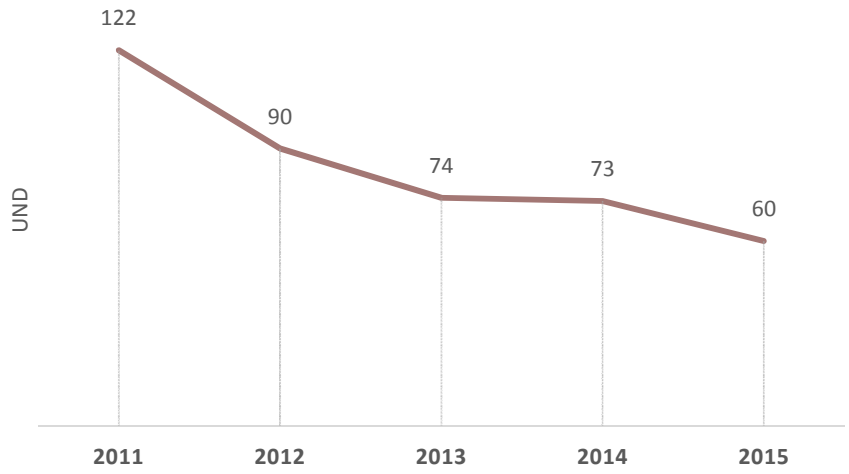


Gráfico 24. Evolução do n.º de edifícios concluídos, no concelho de Mangualde, 2011-2015

FONTE: INE, SIOU, Obras Licenciadas, 2011 - 2015

Na tabela seguinte é possível observar a evolução dos edifícios concluídos, por destino de obra no concelho de Mangualde entre 2011 e 2015. Desta forma, constata-se que a maioria dos edifícios concluídos, correspondem a obras de edificação (91%) e apenas 9% a obras de demolição.

Tabela 16. Evolução do n.º de edifícios concluídos, por tipo de obra, no concelho de Mangualde, 2011-2015

Tipo de Obra		2011	2012	2013	2014	2015	Total
Obras edificação	Construção Nova	75	56	42	34	31	238
	Ampliação	14	15	12	19	17	77
	Alteração	6	3	5	5	2	21
	Reconstrução	12	9	8	9	6	44
Obras demolição		15	7	7	6	4	39
Total		**122**	**90**	**74**	**73**	**60**	419

FONTE: INE, SIOU, Obras Licenciadas, 2011 - 2015

No que concerne à distribuição dos edifícios concluídos, pelo gráfico seguinte é possível observar, que no período de análise a maioria das obras de edificação, destina-se a construções novas (63%), as ampliações representam 20%, as alterações 6% e as reconstruções 12%.

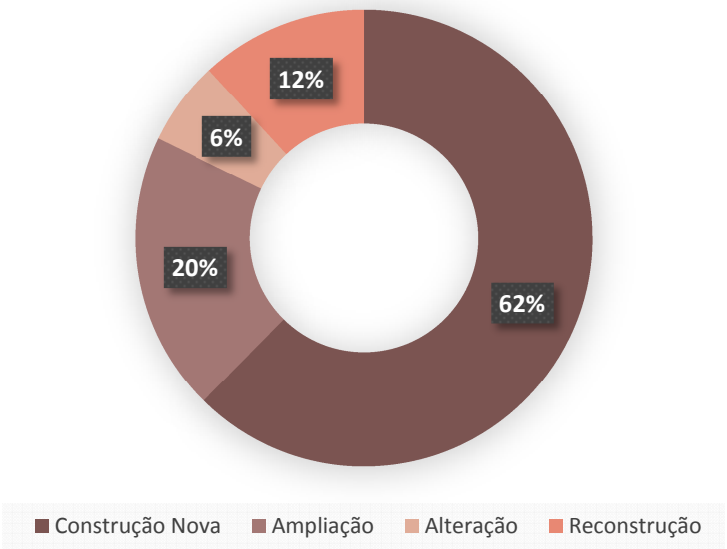


Gráfico 25. Distribuição dos edifícios concluídos por tipo de obra, 2011-2015

FONTE: INE, SIOU, Obras Licenciadas, 2011 - 2015

Pela análise da tabela seguinte é possível constatar que, as construções novas concluídas destinaram-se maioritariamente a habitação familiar (55%) ainda assim os outros usos (ex.

agricultura, comercio, equipamentos, turismo, industria, serviços) representaram cerca de 45%. Importa referir que desde 2013 (aprovação da1ª revisão do PDM) até 2015, foram concluídos 41 edifícios novos para habitação familiar e 66 edifícios para outros usos. Relativamente à conclusão de ampliações, alterações e reconstruções no mesmo período, 30 corresponderam a obras em habitação familiar e 28 em outros usos.

Esta dinâmica urbanística positiva registada no concelho, deve-se em parte às alterações e à nova visão que a revisão do PDM trouxe ao concelho de Mangualde. O antigo PDM apresentava-se muito penalizador, principalmente ao nível da REN, uma vez que mais de 60% do território concelhio estava inserido nessa restrição de utilidade pública, em grande parte de forma errada, pelo que a revisão do PDM e em simultâneo a nova proposta de delimitação da REN, permitiu concretizar muitas das pretensões da população.

Tabela 17. Evolução do n.º de edifícios concluídos, por tipo e destino de obra, no concelho de Mangualde, 2011-2015

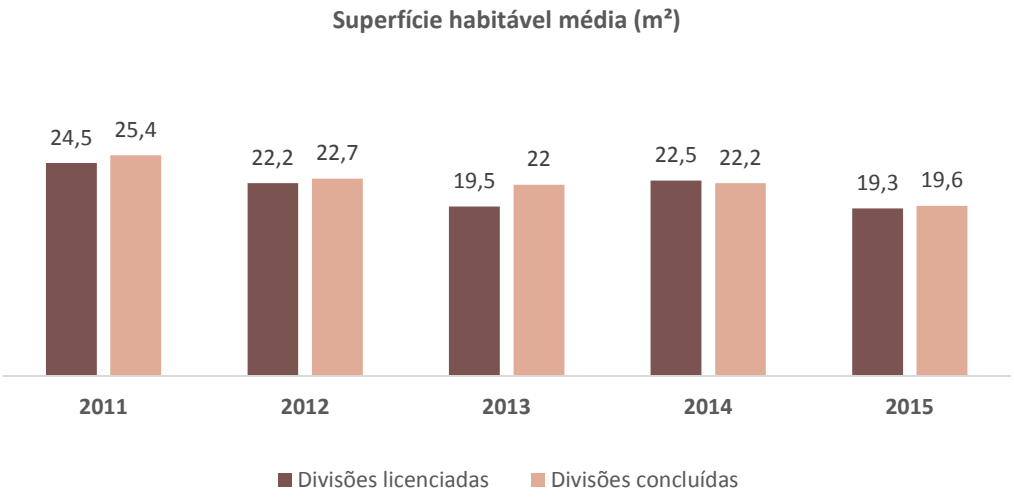
Tipo de Obra	*Destino de Obra*	*2011*	*2012*	*2013*	*2014*	*2015*	*Total*
Construções Novas	Habitação Familiar	51	39	23	11	7	**131**
	Outros	24	17	19	23	24	**107**
Ampliações, alterações e reconstruções	Habitação Familiar	17	17	15	20	10	**79**
	Outros	15	10	10	13	15	**63**
	Total	**107**	**83**	**67**	**67**	**56**	**380**

FONTE: INE, SIOU, Obras Licenciadas, 2011 - 2015

Importa ainda considerar uma transformação essencial na intervenção e apropriação do território que se verifica na evolução da melhoria das condições de habitabilidade, e das novas necessidades contemporâneas de qualidade de vida, traduzidas em intervenções que são tipologicamente mais variadas e apetrechadas quer em termos de divisões, quer em termos de áreas adstritas à superfície habitacional.

A partir do gráfico seguinte, é possível verificar por uma ligeira diminuição da superfície habitável média das divisões das construções novas de habitação familiar, tanto a nível das divisões em edifícios licenciados como em concluídos. Em 2011 a superfície habitável media rondava os 25 m^2, enquanto que em 2015 desceu para pouco mais que 19 m^2.

Gráfico 26. Evolução da superfície habitável media das divisões das construções novas de habitação familiar, 2011-2015



FONTE: INE, SIOU, Obras Licenciadas, 2011 - 2015

Estas transformações e formas de construção e apropriação do espaço não se revelam apenas ao nível da dimensão do edificado e da área habitável, mas também ao nível da área envolvente, constatando-se que se verifica um ligeiro aumento na área adjacente aos edifícios, referentes quer a espaço público, quer a espaço de logradouro privado.

Estes fatores alteram substancialmente as formas de apropriação dos aglomerados existentes, bem como alteram as formas de construção dos espaços urbanos, e as relações construído / não construído, espaço público / espaço privado, espaço edificado / espaço natural.

Revelam de igual modo ruturas com as formas tradicionais que muitos dos aglomerados evidenciam, acontecendo sobretudo nas suas franjas, com tipologias diferenciadas. Estas novas intervenções são assim mais extensivas em termos de ocupação física do território, ainda que em termos de impermeabilização sejam reduzidas em virtude dos seus baixos índices de impermeabilização. Necessitam assim de uma maior extensão territorial para acomodar o mesmo número de habitantes que outrora.

Avaliação das Pretensões Relativas a Operações Urbanísticas

Este ponto, têm como objetivo a análise às pretensões apresentadas ao município relativas a processos de operações urbanísticas entre 2013 e 2017, nomeadamente:

a) Informações prévias;

b) Licenciamento;

c) Obras Isentas;

d) Informações e;

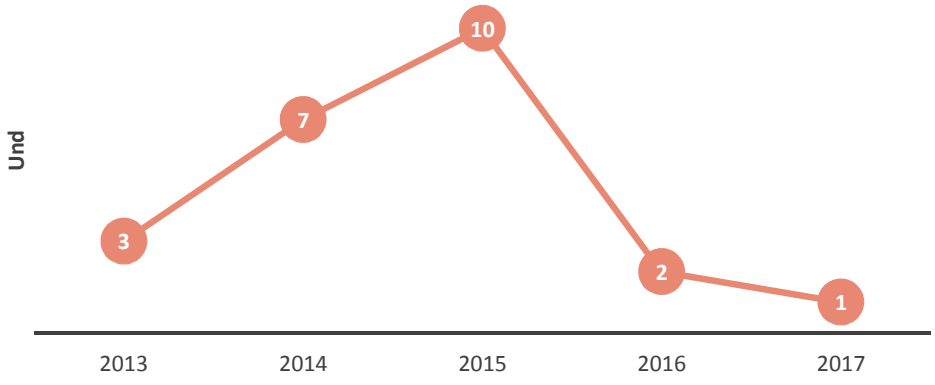
e) Comunicações.

O município tem organizado em base de dados de apoio à gestão urbanística materializada por intermédio de tabelas anuais onde se explicita a operação urbanística, os diferentes atos administrativos, a identificação do número do processo, a data, a identificação do requerente, a localização da pretensão e todo um conjunto de informações necessárias ao acompanhamento dos processos que dão entrada nos serviços camarários.

Esta aferição reveste-se de uma grande importância para a compreensão dos processos edificatórios no concelho de Mangualde, já que identifica os principais polos territoriais onde a dinâmica urbanística mais se expressou e estabelece ao mesmo tempo os blocos territoriais de dinâmica socioeconómica e de atratividade do concelho.

O gráfico seguinte reflete os Pedidos de Informação Prévia (PIP) que a Câmara Municipal de Mangualde recebeu no período de 2013 a 2017. Da sua análise, podemos constar um crescente número de pedidos desde 2013 atingindo o máximo (10 PIP´s) em 2015, a partir do qual se tem verificado uma redução. Importa referir que a maioria dos PIP´s têm como finalidade a construção.

Gráfico 27. Pedidos de informação prévia (PIP), no concelho de Mangualde, 2013-2017



FONTE: CMM, 2017

Da análise do gráfico seguinte, é possível verificar que a união de freguesias de Mangualde, Mesquitela e Cunha Alta concentra 52% dos PIP´s realizados no período de 2013-2017.

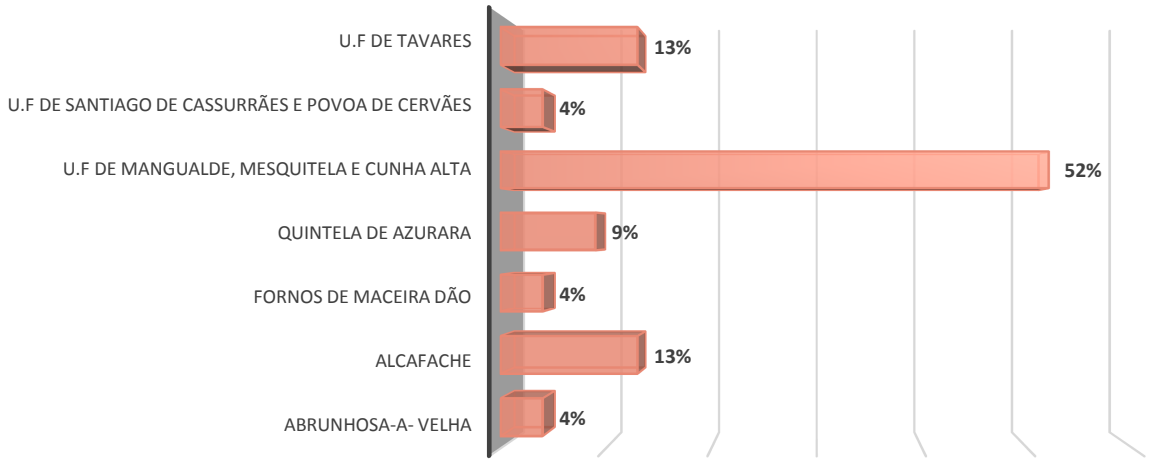


Gráfico 28. Distribuição dos pedidos de informação prévia (PIP), por freguesia, 2013-2017

FONTE: CMM, 2017

Em segundo lugar, aparece a freguesia de Alcafache e a união de freguesias de Tavares com 13% cada, seguindo da freguesia de Quintela de Azurara (9%), Abrunhosa-a-Velha, Fornos de Maceira Dão e união de freguesias de Santiago de Cassurrães e Povoa de Cervães com 4% respetivamente.

Da observação da figura seguinte, é possível verificar que os PIP´s, concentram-se em áreas mais centrais do território em particular na sede do concelho, não só por ser onde se concentra mais população mas também melhores acessibilidades, um maior número de equipamentos, serviços, empresas e logo mais oportunidades de emprego, tornando-as mais atrativas.

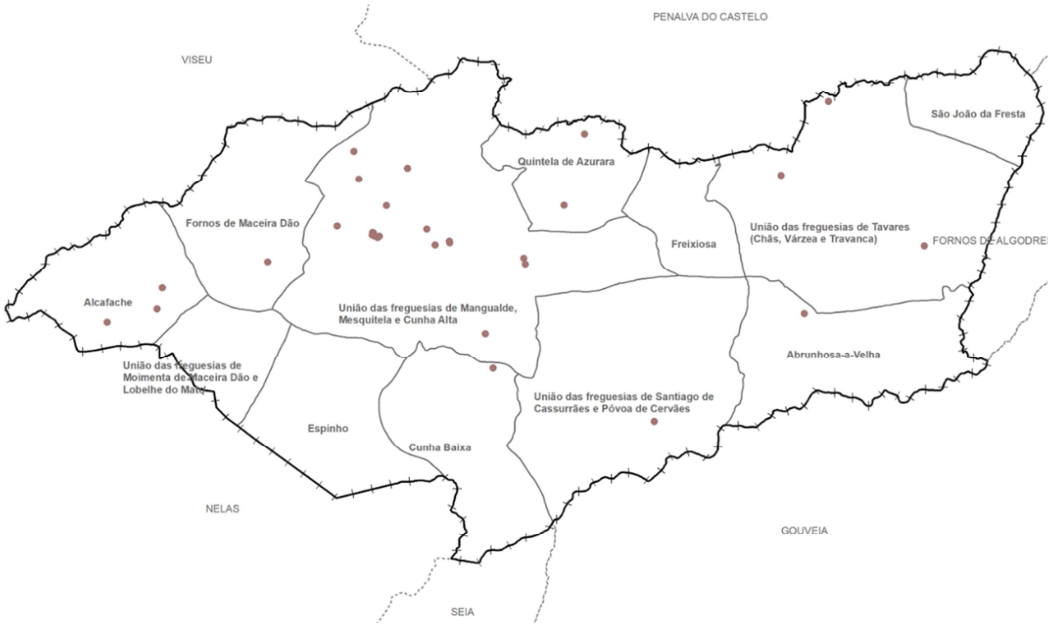
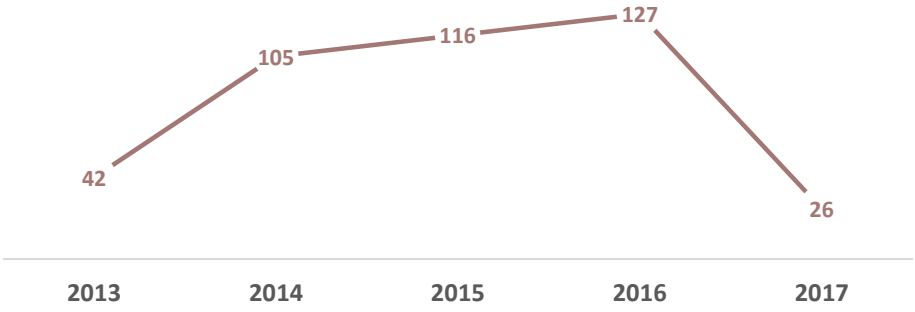


Figura 40. Distribuição territorial dos pedidos de informação prévia

Relativamente aos processos de licenciamento, verifica-se que desde a aprovação do PDM em 2013, existiu um aumento exponencial dos mesmos, conforme expresso no gráfico seguidamente apresentado. Salienta-se que a maioria da natureza dos licenciamentos são relativos a construções, ampliações, reconstruções e legalizações.

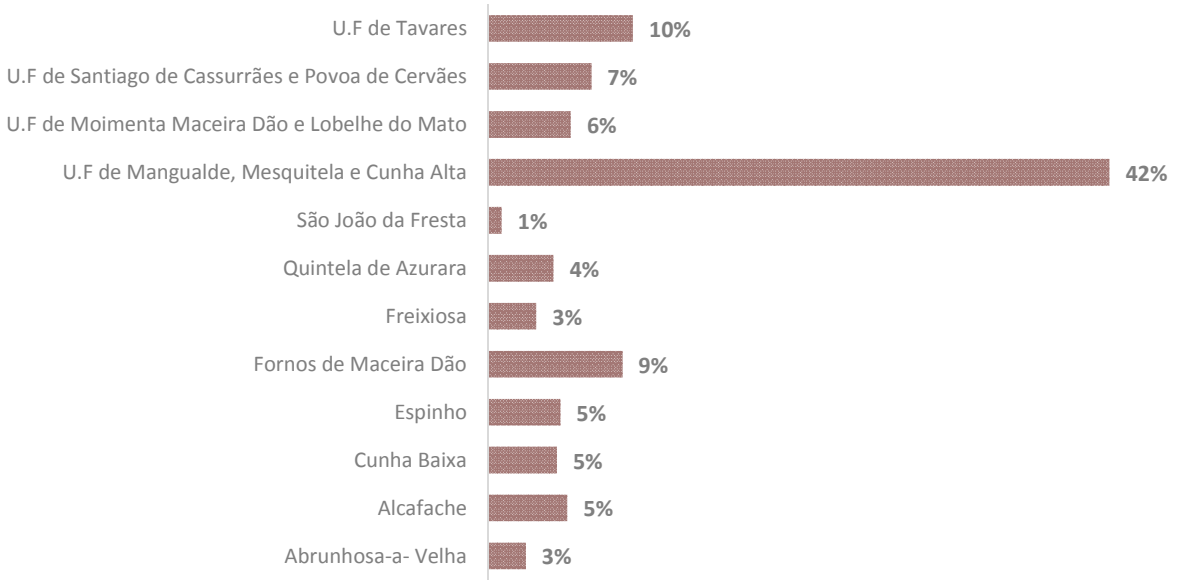
Gráfico 29. Processos de licenciamento, no concelho de Mangualde, 2013-2017



FONTE: CMM, 2017

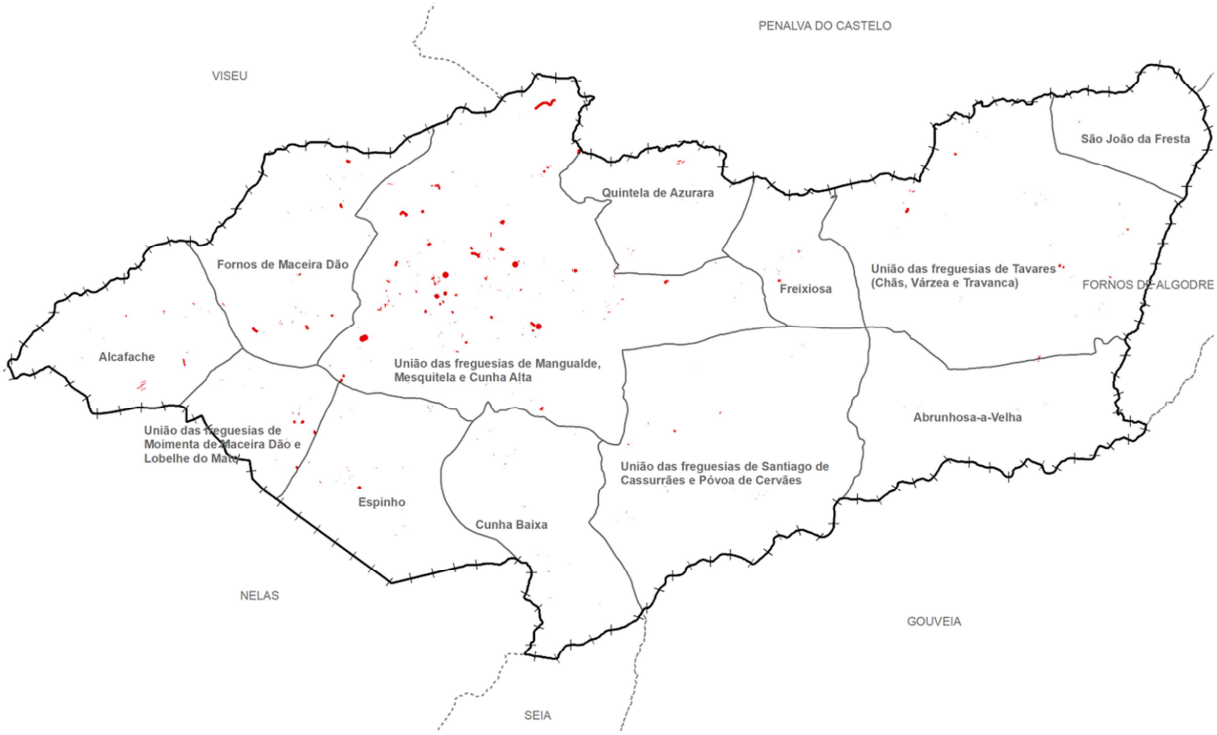
No que concerne aos processos de licenciamento por freguesia no período de 2013 a 2017, pelo gráfico seguinte é possível observar que a união de freguesias de Mangualde, Mesquitela e Cunha Alta concentra o maior número de processos (42%), com larga vantagem relativamente às outras freguesias. Em segundo aparece a freguesia de Tavares (10%), sendo que as restantes apresentam valores abaixo dos 10%, atingindo o mínimo na freguesia de São João da Fresta (1%).

Gráfico 30. Distribuição dos processos de licenciamento por freguesia, 2013-2017



FONTE: CMM, 2017

A figura seguinte, reforça o que anteriormente foi dito, a sede do concelho concentra o maior número de processos de informação, o que não será alheio o facto de ser a freguesia mais densamente



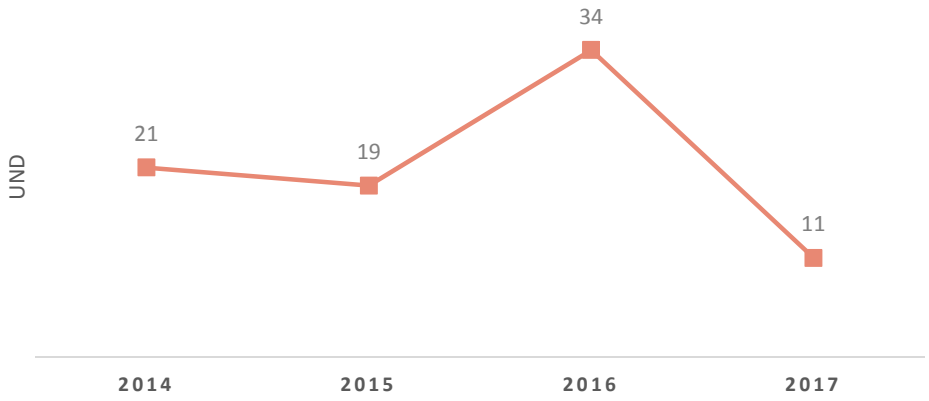
povoada.

Figura 41. Distribuição territorial dos processos de licenciamento

FONTE: CMM, 2017

O gráfico seguinte, traduz os processos de obras isentas de controlo prévio por parte da Camara Municipal, e dizem respeito a obras executadas no interior de frações desde que não alterem as infraestruturas nem a estrutura licenciada. Os dados disponíveis são referentes ao período de 2014 a 2017, sendo que entre 2014 e 2015 assistiu-se a decréscimo, no entanto em 2016 atingiu um máximo de 34 processos, em 2017 já foram contabilizados 11 processos.

Gráfico 31. Processos de obras isentas, no concelho de Mangualde, 2014-2017



FONTE: CMM, 2017

A união de freguesias de Mangualde, Mesquitela e Cunha Alta, concentra 19% dos processos de obras isentas. Em segundo lugar aparece a freguesia de Fornos de Maceira Dão e a união de freguesias de Tavares, representando 4% respetivamente. As restantes apresentam valores iguais ou inferiores a 2%, conforme sistematizado no gráfico seguinte.

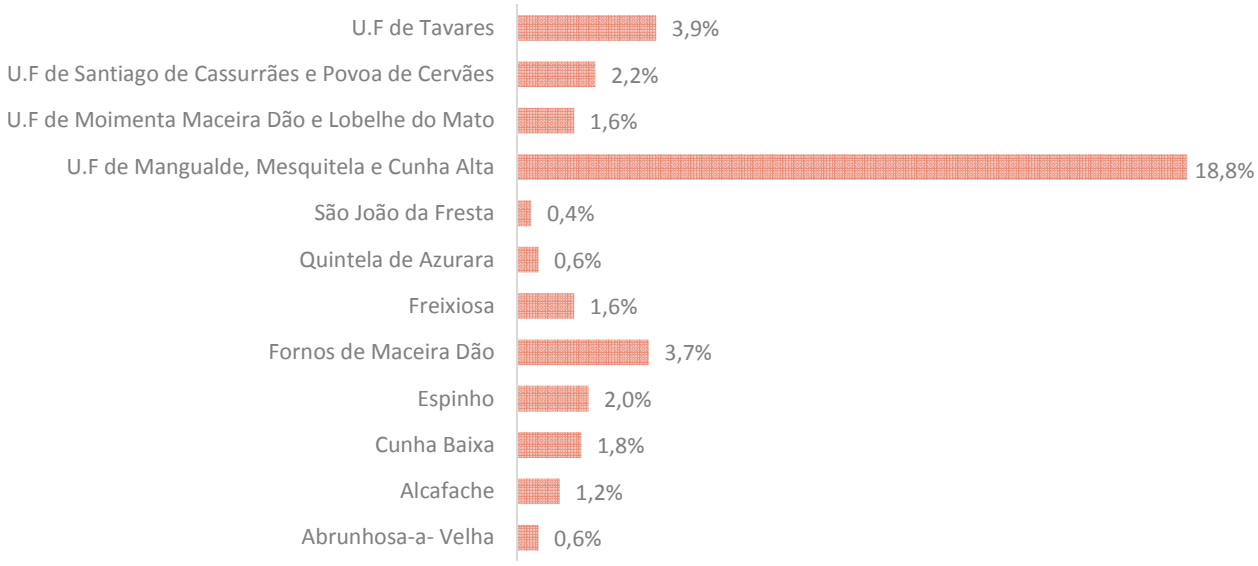


Gráfico 32. Distribuição dos processos de obras isentas, por freguesia, 2014-2017

FONTE: CMM, 2017

Na figura seguinte, podemos observar que o maior número de obras isentas realmente ocorre na sede do concelho de Mangualde, sendo que as restantes freguesias representam valores residuais.

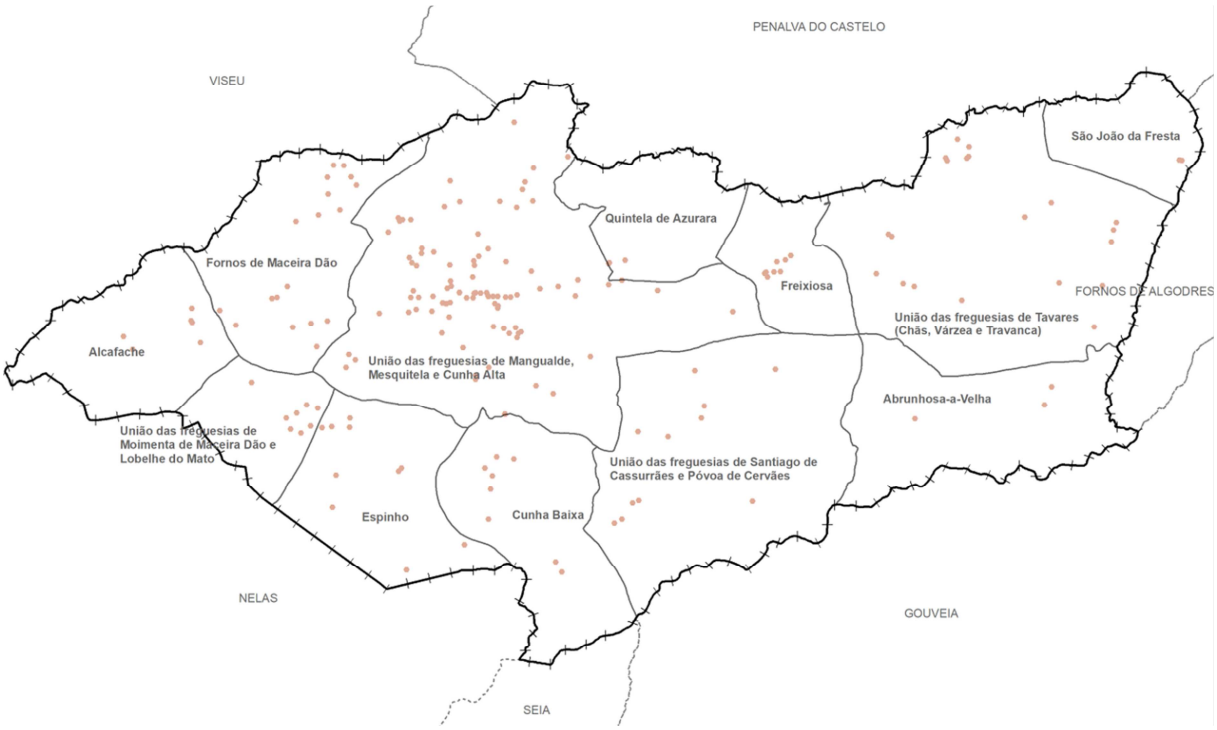
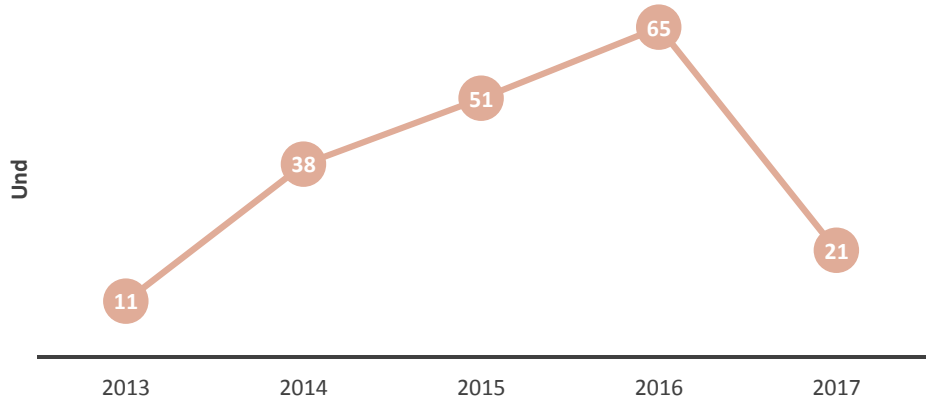


Figura 42. Distribuição territorial dos processos de obras isentas

No que diz respeito aos pedidos de informação, que um procedimento simplificado de informação relativa aos parâmetros urbanísticos aplicáveis e condicionantes existentes para um local ou propriedade especifica, pelo gráfico seguinte é possível observar o comportamento crescente que tem ocorrido desde 2013 atingindo um máximo de 65 processos em 2016, sendo que em 2017 já ocorreram 21 pedidos de informação.

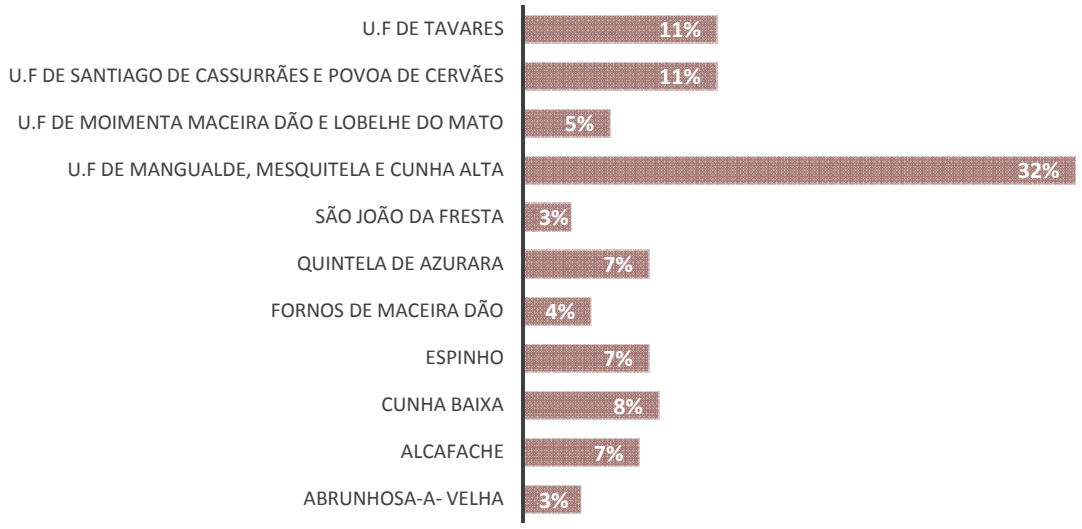
Gráfico 33. Pedidos de informação, no concelho de Mangualde, 2013-2017



FONTE: CMM, 2017

Nesta matéria, mais uma vez a união de freguesias de Mangualde, Mesquitela e Cunha Alta destaca-se de todas as outras freguesias concentrando cerca de 32% dos pedidos de informação. Em segundo com 11% aparece a união de freguesias de Santiago de Cassurrães e Povoa de Cervães. As restantes freguesias apresentam valores iguais ou inferiores a 7%, sendo que o mínimo foi atingindo nas freguesias de Abrunhosa-a-Velha e na de São João da Fresta, não ultrapassado os 3%.

Gráfico 34. Distribuição dos pedidos de informação, por freguesias, 2013-2017



FONTE: CMM, 2017

Na figura seguinte é possível observar que realmente é sobre o território da freguesia sede de concelho que recaem mais pedidos de informação.

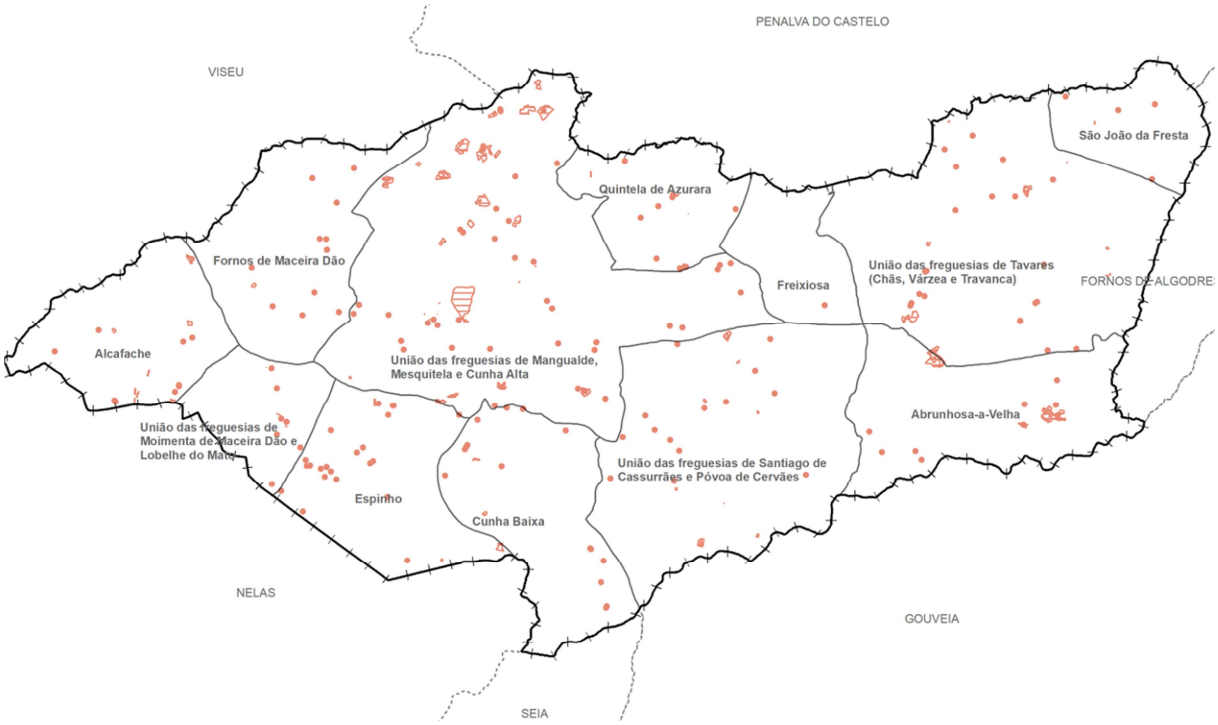
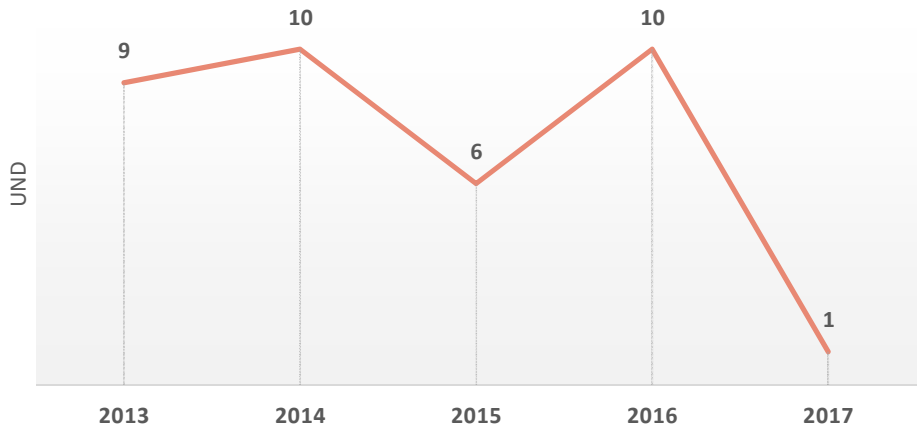


Figura 43. Distribuição territorial dos pedidos de informação

Relativamente às comunicações prévias, pelo gráfico seguinte, podemos observar que tem existido alguma oscilação no período entre 2013 e 2017, atingindo máximos em 2014 e 2016 com 10 comunicações respetivamente e o mínimo em 2015 com 6 comunicações. Salienta-se que em 2017 ainda só deu entrada nos serviços da Câmara uma comunicação.

Gráfico 35. Processos de comunicação prévia, no concelho de Mangualde, 2013-2017



FONTE: CMM, 2017

É na união de freguesia de Mangualde, Mesquitela e Cunha Alta, que ocorre a maior percentagem de comunicações (60%), em segundo aparece a união de freguesias de Santiago de Cassurrães e

Povoa de Cervães com 11%. As restantes freguesias apresentam valores iguais ou inferiores a 6%, conforme sistematizado no gráfico seguinte.

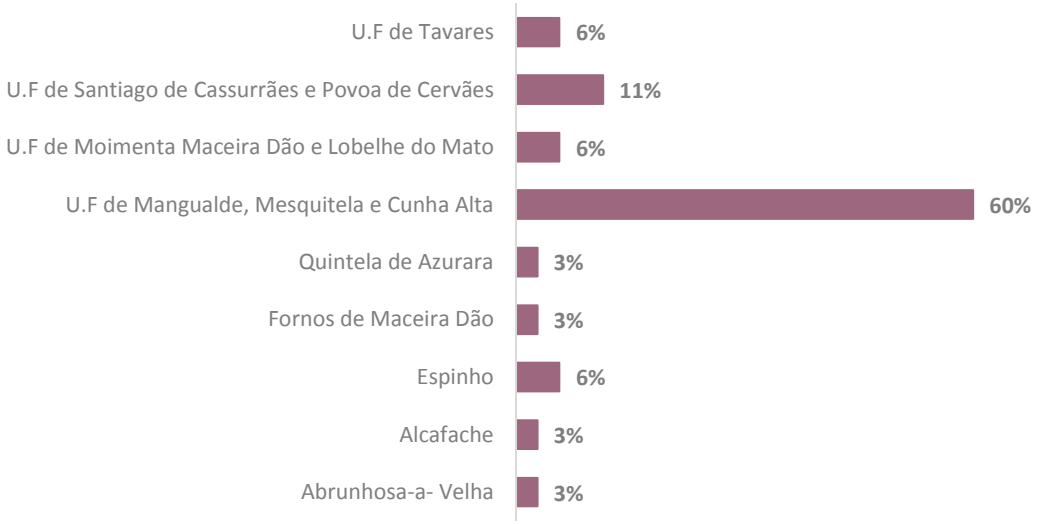


Gráfico 36. Distribuição dos processos de comunicação prévia, por freguesia, 2013-2017

FONTE: CMM, 2017

Na figura seguinte podemos verificar a expressão territorial dos processos de comunicação, com particular incidência na freguesia sede de concelho, apresentado as restantes freguesias valores residuais.

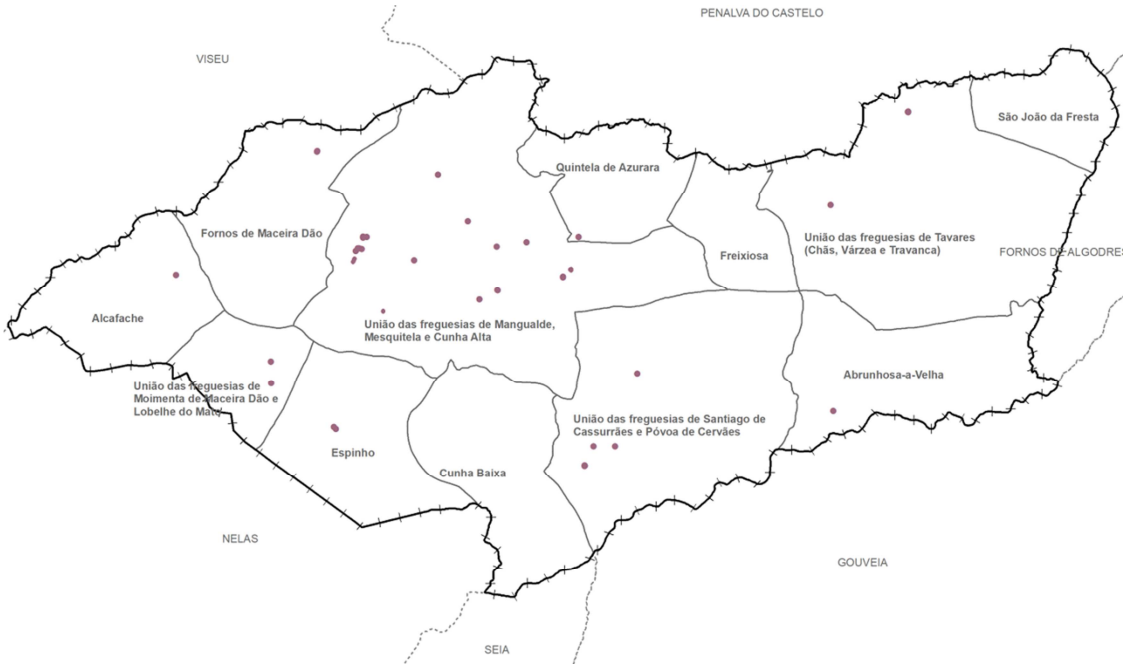


Figura 44. Distribuição territorial dos processos de comunicação prévia

Importa ainda referir que entre 2013 e 2015 existiram 6 processos relativos à instalação de infraestruturas relacionadas com a comercialização de combustíveis, 3 na união de freguesias de Mangualde, Mesquitela e Cunha Alta e os restantes distribuídos pela freguesia de Espinho, Fornos de Maceira Dão e união de freguesias de Moimenta de Maceira Dão e Lobelhe do Mato, conforme o gráfico seguidamente apresentado

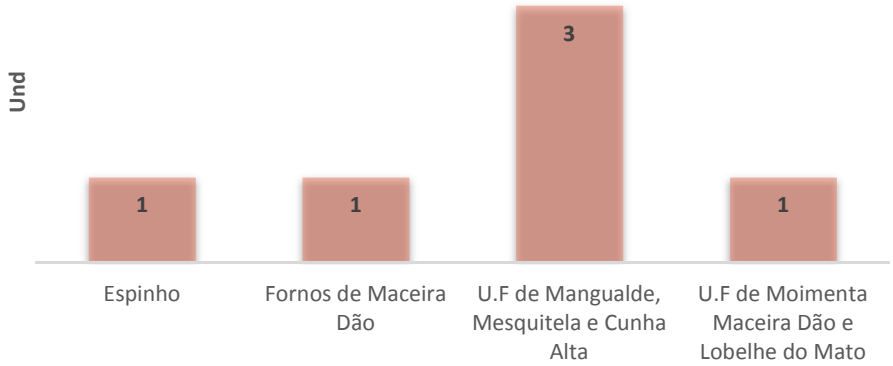


Gráfico 37. Distribuição processos de instalação de postos de combustível, por freguesia, 2013-2015

FONTE: CMM, 2017

5.3. NÍVEL DE EXECUÇÃO DAS INTERVENÇÕES PREVISTAS NO PDM

No processo de Revisão do Plano Diretor Municipal de Mangualde foram elencadas um conjunto de propostas e de medidas de intervenção, estruturadas segundo eixos de atuação de acordo com a análise prospetiva e tendo por base a estratégia preconizada pelo município para o seu desenvolvimento e que assenta na valorização, através da promoção da qualificação das pessoas, das organizações e dos espaços territoriais, da vertente rural, urbana e ribeirinha, estimular maior coesão e solidariedade social, aumentar a competitividade e a confiança dos agentes económicos, são algumas das linhas mestras de intervenção que se pretende para o desenvolvimento sustentável do concelho.

Assim os eixos de intervenção definidos no PDM de 2013 eram:

- Inovação e Competitividade;
- Atividades Agroflorestais e Desenvolvimento Rural;
- Turismo, Cultura e Lazer;
- Energia;
- Sistema Urbano;
- Cultura e Educação;
- Infraestruturas Rodoviárias;
- Sistema Ambiental.

No Relatório do Plano e no Programa de execução e Plano de Financiamento é referido um conjunto de iniciativas a desenvolver, quer em termos de construção e requalificação das infraestruturas (ex: rede viária, rede de aguas, saneamento e estruturas associadas, energia etc.) quer no que diz respeito à construção e beneficiação de equipamentos (ex: ensino, desportivos, culturais e sociais), bem como ações ligadas à valorização dos recursos naturais, produtos endógenos e promoção turística. As iniciativas passam ainda pela promoção de condições específicas o desenvolvimento das atividades económicas (ex: expansão e novas zonas industrias) assim como ações relacionadas com o sistema urbano, seja o desenvolvimento de novas áreas de expansão enquadradas em planos de pormenor, planos de urbanização ou operações de loteamento e por fim ainda ações de requalificação e reabilitação urbanística

Pretende-se assim, neste ponto proceder a uma avaliação do grau de implementação das ações prevista no plano.

Eixo 1 - Inovação e Competitividade

A Inovação e a Competitividade é fundamental para o desenvolvimento de um território, o município tem procurado promover ações especificas que tenham a capacidade de gerar a fixação de pessoas, atrair mais emprego, mais empresas e ao mesmo tempo criar condições para que os empresários e comerciantes locais possam desenvolver as suas atividades económicas em toda a sua plenitude.

O concelho de Mangualde apresenta-se como um dos Municípios mais industrializados da região onde se insere, beneficiando da boa acessibilidade dada pela A25 num território de transição entre o interior e o litoral.

Neste sentido, tem vindo a ser uma aposta do Município, o fortalecimento do parque industrial existente e a deslocalização de unidades que se encontram espalhadas pelo território e que não tem possibilidade de expansão, através da dotação de novos espaços e/ou expansão destinados à instalação de unidades industriais, de armazenagem, de serviços, sem embargo da possibilidade de instalação de outros usos nomeadamente comerciais e de equipamento.

Ao logo da vigência do PDM'13, têm sido vários os grupos empresariais de diversas áreas, desde o setor automóvel, metalomecânica e industria alimentar (ex. queijarias) que tem escolhido Mangualde para investir. Assim a autarquia tem efetuado diversas obras de requalificação dos Parques Industriais do Município, no sentido do apetrechamento do concelho com áreas empresariais dotadas das especificidades próprias, que as empresas dos mais variados setores entendem como elementos diferenciados e que acrescentam valor, fazendo pender a decisão de localização num local em detrimento doutros. Neste âmbito destaca-se:

- Requalificação da Zona Industrial da Lavandeira
- Requalificação da Zona Industrial do Salgueiro (1ª Fase)

A sua requalificação prendeu-se essencialmente pela dotação de melhores condições de acessibilidade e segurança ao nível da circulação pedonal e motorizada.

Tabela 18. Inovação e Competitividade

Eixos de Intervenção	Medidas e Intervenções Propostas no PDM	Nível de Execução	Justificação
Inovação e Competitividade	Expansão da Zona Industrial de Mangualde	✓	Concluídos os loteamentos do Salgueiro Norte e de São Cosmado
	Expansão da Zona Industrial de Tabosa	✓	Foi elaborada uma candidatura ao programa Portugal 2020
	Expansão da Zona Industrial de Chãs de Tavares	✗	
	Zona Industrial de M.M. Dão (Proposto)	✗	
	Zona Industrial de Sul da Casca (Proposto)	✓	A empresa Casca já mostrou interesse na sua ampliação para essa área

✗ Não executado; ✓ Executado; ✓ Em execução

Das intervenções previstas neste setor, no PDM, apenas a expansão da Zona Industrial de Mangualde foi executada, a expansão da Zona Industrial de Tabosa e a Zona Industrial proposta de Sul da Casca encontra-se em execução, enquanto que ainda não foi realizada a expansão da Zona Industrial de Chãs de Tavares nem constituída a Zona Industrial de Moimenta de Maceira Dão.

Eixo 2 – Atividades Agroflorestais e Desenvolvimento Rural

Inserido na plataforma do Mondego e definido como um vasto planalto rodeado por montanhas, Mangualde integra o planalto beirão, este território apresenta uma grande área florestal e uma diversidade de terrenos agrícolas associados a uma tradição na atividade pecuária

Para além do aumento da competitividade dos setores agrícolas e florestal, a promoção da sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos rurais e naturais, apresenta-se como um objetivo estratégico para este território com um carater rural ainda forte. Assim, o plano proponha intervenções nos seguintes níveis:

Tabela 19. Atividades Agroflorestais e Desenvolvimento Rural

Eixos de Intervenção	Medidas e Intervenções Propostas no PDM	Nível de Execução	Justificação
Atividades Agroflorestais e Desenvolvimento Rural	Valorização dos Territórios de Baixa Densidade	✓	
	Floresta dos Territórios de Baixa Densidade: Ambiente e Valorização Económica	✓	Nas áreas de Alto e de Muito Alto risco de incêndio e nas áreas florestais percorridas por incêndios nos últimos 10 anos, os pareceres do Município relativos a pedidos de (re) florestação com espécies novas (nomeadamente com a espécie de eucalipto) foram desfavoráveis, de forma a ir ao encontro do previsto no PROF
	Aumento da Resiliência do Território aos Incêndios e da Zonagem do Território	✓	O Município tem procurado impedir que a (re) florestação com eucalipto seja efetuada. Por outro lado, município tem vindo a promover iniciativas de reflorestação com espécies autóctones. Foi efetuada a revisão do PMFCI estando a implementar as medidas previstas nesse plano; Procede anualmente a uma série de ações de sensibilização para a proteção do ambiente e da floresta, promovidas junto da população do concelho, de forma isolada e em colaboração com outras entidades (Bombeiros, GNR etc).
	Aproveitamentos Hidroagrícolas (Manutenção)	✓	
	Espaços Afetos a Atividades de Agroindústria do Picoto (Proposto)	✔	Foram aprovados a construção de mais aviários, tendo alguns já sido executados.
	Espaços Afetos a Atividades de Agroindústria da Quinta da Tapada (Proposto)	✔	A foram aprovados a construção de mais aviários, tendo alguns já sido executados.

× Não executado; ✔ Executado; ✓ Em execução

Numa sociedade que cada vez mais as populações estão a retomar às atividades relacionadas com o ambiente rural, a autarquia tem procurado promover/incentivar a produção de produtos locais. A qualidade e valorização destes produtos abrem possibilidades de aceder a mercados externos à região, mais relevantes do ponto de vista económico. Nesse sentido tem vindo a desenvolver ações e medidas de apoio agricultores e do setor primário da atividade económica, através do Gabinete de Apoio ao Agricultor, das quais podemos destacar:

- Divulgação do processo de adesão/utilização da Bolsa de Terras

Sendo a floresta um ativo muito importante já bem identificado, nesta matéria para além das medidas previstas no PMDFCI que o município tem implementado, tem ainda procurado impedir as ações de reflorestação em áreas ardidas e de alto risco de incendio com eucalipto. Bem como tem promovido ações de reflorestação com espécies mais resistentes e menos suscetíveis ao flagelo dos incêndios florestais.

Assim podemos concluir que os objetivos de valorização do território rural e das atividades inerentes estão a ser seguidos, mas trata-se de um processo contínuo.

Eixo 3 – Turismo, Cultura e Lazer

O concelho de Mangualde apresenta-se como um território com elevado potencial turístico, que o município tem vindo a promover e que se revela estratégico na atração de visitantes e investimentos nesta área, seja pela sua história, património arquitetónico e arqueológico, quer pela beleza paisagística, pelas águas termais de Alcafache, bem como pela sua gastronomia e vinhos. A autarquia tem-se empenhado em divulgar as mais-valias do concelho, nas amostras turísticas e nos eventos mediáticos, por forma a alavancar a captação e promoção turística. Das ações destacam-se:

- Campanha "(De) Gostar Mangualde"
- " Mangualde Fashion"
- Festas da Senhora do Castelo
- Festas da Cidade
- Feira dos Produtos da Terra
- Fim de Semana Gastronómico do Cabrito
- Ação de Promoção na Bolsa de Turismo de Lisboa
- Encontros Gastronómicos
- Carnaval
- Marchas Populares
- Campanha "Sentir os Produtos da Terra. Viver o Mercado Municipal"
- Feira de Março
- Feira dos Santos

No PDM´13 definiu-se uma serie de ações neste âmbito, sendo que a sua execução se apresenta na tabela seguinte.

Tabela 20. Turismo, Cultura e Lazer

Eixos de Intervenção	Medidas e Intervenções Propostas no PDM	Nível de Execução	Justificação
Turismo Cultura e Lazer	Parque Termal de Alcafache	✗	
	Espaços de Recreio e Lazer (Manutenção e Dinamização	✓	O município tem efetuado obras de requalificação em vários espaços de recreio e lazer do concelho, assim como tem dotado o concelho de novos espaços (ex: Parque de Merendas do Senhor do Calvário)
	Praia Artificial de Mangualde	✓	Sendo um projeto particular, encontra-se em laboração e com perspetivas de novas valências.
	Rotas de Interesse Turístico - Existentes (manutenção e dinamização)	✓	Existem 5 percursos rodoviários e 5 percursos pedestres, 3 destes a necessitar de manutenção. O município tem promovido entre outras, a campanha "Percursos Pedestres - Mangualde em Movimento
	Rotas de Interesse Turístico - Novas Rotas	✓	1 novo percurso pedestre na cidade de Mangualde
	Gastronomia e Vinhos	✓	Promoção da gastronomia e vinhos nas Feiras organizadas pela CMM/Turismo, Fins de Semana Gastronómicos, BTL e outras
	Requalificação do Património Cultural (Arquitetónico, Arqueológico)	✓	Citânia da Raposeira - Classificada como Sitio de Interesse Público; Campanha "Mangualde, nosso Património"; Certificação da Marca "Bordados de Tibaldinho"; Requalificação da Igreja de S. Pedro na Abadia de Espinho; Requalificação do Relógio Velho; Projeto Arquitetónico de Reinterpretação do Monte da Senhora do Castelo

✗ Não executado; ✓ Executado; ✓ Em execução

Neste tema, destaque para o Parque Termal de Alcafache, o PDM previa, Promoção de uma intervenção ao Nível Intermunicipal na área do Termalismo entre Viseu e Mangualde, aproveitar as potencialidades deste espaço e potenciar o seu atrativo turístico e requalificar o património edificado que corresponde à zona envolvente ao complexo termal. Apesar da importância do Termalismo nesta região as ações previstas ainda não foram executadas

Tendo a concetualização da importância do Turismo, o município de uma forma geral tem vindo a dar cumprimento aos desígnios previsto no PDM nesta matéria, nomeadamente contribui para a promoção da coesão territorial enquanto recurso indutor de inúmeras atividades com ele relacionadas, contribuindo para o desenvolvimento sustentado do território em termos ambientais, económicos e sociais.

Eixo 4 – Energia

O Concelho de Mangualde possui condições naturais que lhe permitem produzir energias com base em recursos renováveis, podendo contribuir positivamente para a economia, ambiente e proteção da floresta contra incêndios, indo também de encontro aos objetivos energéticos de diminuição da energia proveniente de combustíveis fósseis.

No âmbito do PDM estavam previstas as seguintes ações:

Tabela 21. Energia

Eixos de Intervenção	Medidas e Intervenções Propostas no PDM	Nível de Execução	Justificação
Energia	Aproveitamento Hidroelétrico de Girabolhos (Previsto)	✗	Era um projeto do Governo, o qual foi cancelado depois de reavaliado o PNB.
	Energia Solar	✓	Já foram instalados parte do proposto.

✗ Não executado; ✓ Executado; ✓ Em execução

Como é possível verificar pela tabela anterior nesta matéria as ações previstas não foram concretizadas. A construção do Aproveitamento hidroelétrico de Girabolhos fazia parte do Plano Nacional de Barragens (PNB) com Elevado Potencial Hidroelétrico, contudo o projeto foi cancelado depois da reavaliação do PNB. Relativamente à energia solar o PDM, previa a instalação de painéis solares nos edifícios públicos, no entanto só foram colocados os painéis na cobertura das piscinas municipais, na Biblioteca e na ETA de Tabosa. Os painéis são propriedade de duas empresas que pagam renda ao município pelo uso das coberturas, até 2025. Depois dessa data revertem para o Município conjuntamente com as rendas de produção. Futuramente poderá haver a possibilidade de instalar no Pavilhão Municipal, no Estádio e no Estaleiro.
Contudo em matéria de Eficiência Energética e Ambiental, por um lado o município tem realizado ações de sensibilização para um conjunto de problemas crescentes e generalizados que vêm afetando o meio ambiente, nomeadamente na sensibilização sobre redução de gastos energéticos e, por outro lado, efetuado algumas medidas concretas, das quais podemos destacar:

- Aumento de espaços verdes;
- Alargamento do serviço na recolha seletiva de RSU;
- Combate ao desperdício de águas de rega nos espaços públicos;
- Regulação dos fluxos de iluminação de espaços e edifícios públicos;
- Ações de reflorestação.

Eixo 5 – Sistema Urbano

O território do concelho de Mangualde é distinguido em duas áreas diferenciadas quanto à existência de uma estrutura de suporte à ocupação do solo, nomeadamente:

- No Solo Urbanizado, a execução do Plano faz-se sobretudo através do recurso a operações urbanísticas previstas no Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE);
- No Solo de Urbanização Programada, a execução do Plano processa se no âmbito das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG).

O Solo Urbanizável caracteriza-se pela sua vocação para uma ocupação com fins urbanos, sendo áreas contíguas às zonas urbanas consolidadas. Assim face às dinâmicas e tendências de ocupação o PDM definia os seguintes espaços urbanizáveis, conforme o sistematizado na tabela seguinte.

Tabela 22. Sistema Urbano

Eixos de Intervenção	Medidas e Intervenções Propostas no PDM		Nível de Execução	Justificação
Sistema Urbano	Espaços Urbanizáveis	Mangualde	✗	
		Mesquitela	✗	
		Póvoa de Cervães	✗	
		Chãs de Tavares	✗	
	Espaços Urbanos	Requalificação da Zona Historica de Mangualde	✓	Portugal 2020 – Programa Operacional Centro 2020; PEDU
	UOPG	Plano de Urbanização da Cidade de Mangualde	✗	A CMM está neste momento a ponderar o desenvolvimento destas UOPG.
		Plano de Pormenor da Av. Da Senhora do Castelo	✗	

✗ Não executado; ✓ Executado; ✓ Em execução

Sendo que, conforme o artigo 76.º do Regulamento do PDM, a *" intervenção em espaços integrados no solo urbanizável só é possível no âmbito de ações previstas em Planos de Urbanização, Planos de Pormenor, Unidades de execução, loteamentos e operações urbanísticas avulsas, desde que nestes*

últimos casos, e com exceção do turismo, digam respeito a parcelas situadas em contiguidade com a zona urbanizada ou com áreas que tenham adquirido características semelhantes àquela através de ações de urbanização ou edificação, e desde que o município considere que as soluções propostas asseguram uma correta articulação formal e funcional com a zona urbanizada e não prejudicam o ordenamento urbanístico da área envolvente".

O Programa de Execução e Plano de Financiamento definia a efetivação de duas UOPG´s: Plano de Urbanização da Cidade de Mangualde e Plano de Pormenor da Avenida da Srª do Castelo, contudo durante a vigência do Plano nenhuma ainda foi executada.

Relativamente à Requalificação da Zona Histórica de Mangualde, como já referido neste documento o município elaborou um PEDU, no qual consta a delimitação de uma ARU.

Para além das ações previstas, durante a vigência do plano foram efetuadas importantes ações de construção, remodelação e requalificação/reabilitação, um pouco por todo o concelho, as quais podemos destacar:

- Requalificação da Avenida da Senhora do Castelo;
- Reabilitação da Gare de Autocarros;
- Beneficiação e Requalificação do Mercado Municipal Dr. Diamantino Furtado;
- Reabilitação e refuncionalização de escolas desativadas;
- Construção do Novo Quartel da GNR;
- Remodelação do antigo Quartel dos Bombeiros para USF;
- Remodelação da sede de freguesia de Chãs de Tavares, criando o Espaço de cidadão de Terras de Tavares;
- Aplicação de relvado sintético no campo Conde de Anadia;
- Requalificação do Bairro do Modorno;
- Reabilitação de Parques Infantis (Bairro do Modorno, Bairro S. João, Largo Pedro Alvares Cabral, Quinta da Sampaia, Largo do Rossio, Almeidinha e Cubos.

Eixo 6 – Cultura e Educação

Neste domínio apresenta-se seguidamente as ações previstas no PDM´13 e o nível de concretização das mesmas.

Tabela 23. Cultura e Educação

Eixos de Intervenção	Medidas e Intervenções Propostas no PDM	Nível de Execução	Justificação
Cultura e Educação	Museu do Território	✗	
	Restruturação da Rede Escolar	✓	Inauguração da EB1 da Cunha Baixa; Manutenção e Recuperação da Escola e Zona Envolvente das Carvalhas; Remodelação e adaptação de diversos edifícios escolares

✗ Não executado; ✓ Executado; ✓ Em execução

Destaque ainda para as seguintes ações, realizadas pelo município ao longo da vigência do plano:

- Construção do Centro Escolar n.º1
- Remodelação da Casa das Associações de Mangualde

O município reconhecendo a importância da leitura, tem desenvolvido em parceria com a biblioteca municipal e as escolas, diversas ações de promoção e projetos alguns com já com diversas edições, os quais destacamos:

- Promoção da “Semana da Leitura”;
- Projeto “Livro sobre rodas”;
- Projeto “Doce Leituras”;
- Projeto “Dormir com os Livros”.

Eixo 7 – Infraestruturas Rodoviárias

O concelho de Mangualde apresenta uma importante localização geoestratégica, potenciada por uma boa rede de acessibilidade que o ligam com facilidade aos grandes centros urbanos da região.

Relativamente à rede de infraestruturas rodoviárias o PDM proponha as seguintes intervenções na rede viária com o objetivo de reforçar a acessibilidade numa perspetiva de potenciação funcional do território concelhio.

Tabela 24. Infraestruturas rodoviárias

Eixos de Intervenção	Medidas e Intervenções Propostas no PDM	Nível de Execução	Justificação
Infraestruturas Rodoviárias	Corredor de Ligação Externa: IC 12 e IC 37 e Nós de Ligação (Previsto)	✗	Ainda não foi executado, é um projeto do Governo.
	Via de Ligação EN 232 e EN 234-Variante Sul de Mangualde (Previsto)	✗	Ainda não foi executado, é um projeto do Governo.
	Construção, Reparação e Conservação da Rede Viária	✓	Melhoria contínua da rede viária do concelho com intervenções em diversas vias nas freguesias concelhias.

✗ Não executado; ✓ Executado; ✓ Em execução

Nesta matéria as obras realizadas têm sido apenas na competência do município, e cinge-se apenas a ações de reparação e conservação da rede viária.

Importa referir que o município de desenvolveu um Plano de Mobilidade Sustentável (PMUS), que constitui uma abordagem integrada às diversas dimensões do planeamento urbano, de modo a conciliar o crescimento económico, a mobilidade e acessibilidade, a melhoria da qualidade de vida e a proteção do ambiente.

Eixo 8 – Sistema Ambiental

Este eixo contempla não só a questão da infraestruturação no que respeita ao abastecimento de água e à drenagem de resíduos, mas também abrange ainda a construção de espaços de fruição urbana aptificáveis às atividades humanas, sejam de trabalho como de recreio e lazer.

Tabela 25. Sistema Ambiental

Eixos de Intervenção	Medidas e Intervenções Propostas no PDM		Nível de Execução	Justificação
Sistema Ambiental	Infraestruturas Ambientais	Valorização da Albufeira de Fagilde	✗	
		Abastecimento de Água destinada ao consumo humano	✓	Abastecimento de água a São João da Fresta. Aprovação de financiamento de fundos comunitários no POSEUR
		Drenagem e Tratamento de Águas Residuais	✓	Construção de 3 ETARES (Almeidinha e Santa Lúzia e a grande ETAR Poente de Mangualde). Aprovação de financiamento de fundos comunitários no POSEUR
	Componentes Ambientais	Valorização Ambiental das Minas de Urânio	✓	Aprovação de financiamento de fundos comunitários no POSEUR
		Estrutura Ecológica Municipal	✓	Ações de Limpeza de galerias ripícolas em cerca de 70 ha
		Rede de Espaços Verdes	✓	

✗ Não executado; ✔ Executado; ✓ Em execução

O município viu aprovado o acesso ao financiamento no âmbito do POSEUR, permitindo assim resolver problemas relacionados com o tratamento de águas residuais, melhoria do abastecimento de água, modernização de infraestruturas, permitindo assim uma maior eficiência e sustentabilidade. A esta candidatura junta-se também a submetida pela Associação do Planalto Beirão e EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro SA que visam o Incremento da Qualidade e da Quantidade da Reciclagem dos 3 Fluxos (3F) Multimateriais e a Recuperação Ambiental das Antigas Áreas Mineiras de Castelejo, Formiga, Vale de Videira, Vales e Póvoa de Cervães, respetivamente.

Importantes melhorias têm sido realizadas pelo município a nível das redes de infraestruturas ambientais, nomeadamente:

- Ampliação da rede de águas da Quinta da Moita;

- Ampliação da rede de águas residuais e execução da rede de águas pluviais e execução da estação elevatória de águas residuais, na Soeima;
- Execução das redes de águas pluviais e residuais e execução da estação elevatória de águas residuais, na Rua de Stº António e Mestre de Avis;
- Execução da rede de água em S. João da Fresta;
- Construção de 3 ETAR's;
- Construção de reservatório de abastecimento de água de S. João da Fresta.

Distribuição Territorial das Intervenções

Na figura seguinte estão representadas algumas das intervenções urbanísticas realizadas pelo município desde a aprovação do PDM, sendo possível observar a distribuição espacial das mesmas pelo território concelhio.

Assim, pela da figura, é possível observar que as intervenções ocorreram essencialmente a nível da rede rodoviária e pedonal, rede de infraestruturas e equipamentos. A grande maioria das intervenções realizaram-se na sede do concelho, seguido da união das freguesias de Tavares e na freguesia de São João da Fresta.

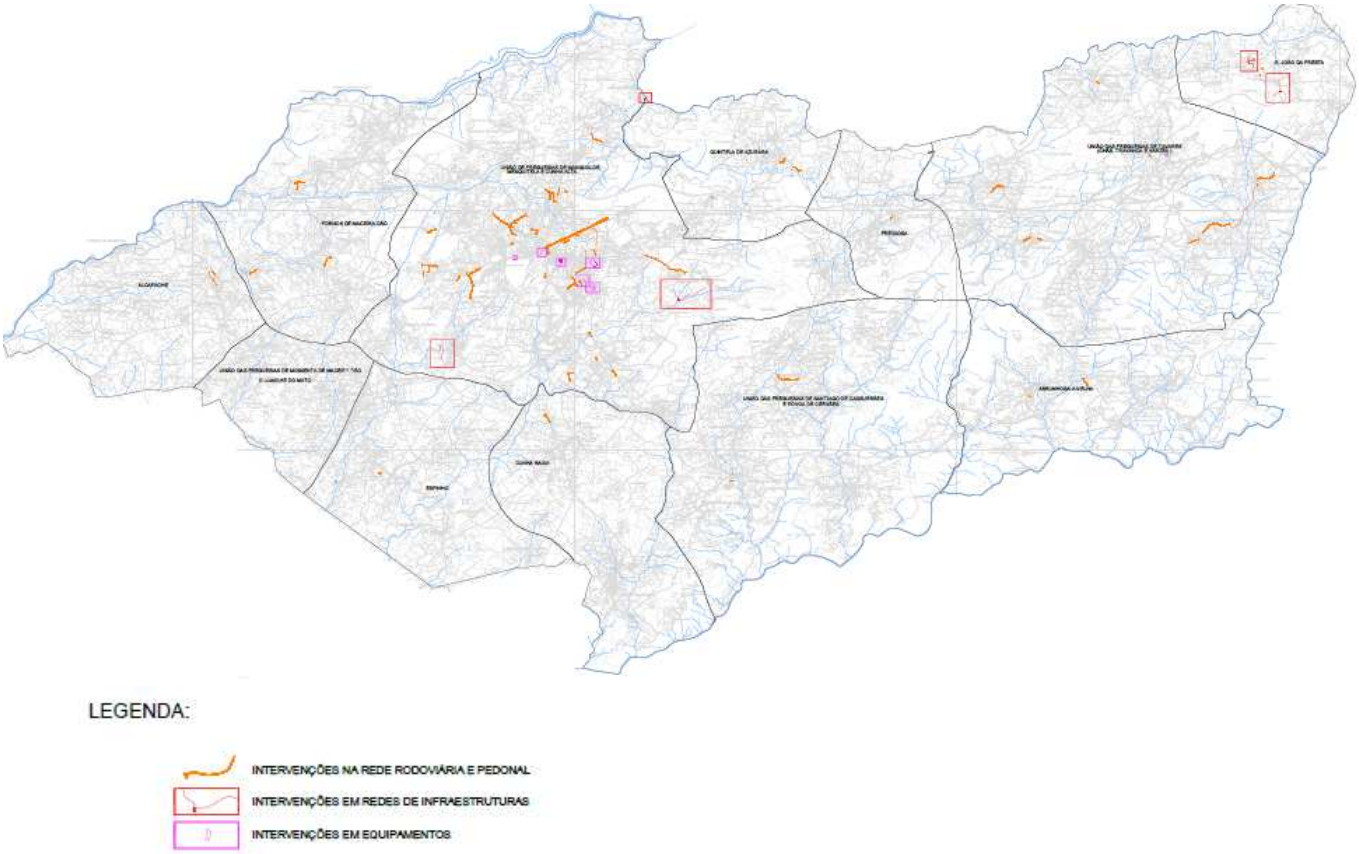


Figura 45. Distribuição Territorial das Intervenções

Síntese

Quanto à avaliação geral do nível de concretização das ações propostas no PDM, verifica-se que a maioria das intervenções se encontra em fase de execução, conforme se pode observar na tabela seguinte.

Tabela 26. Síntese Final

Eixos de Intervenção	Medidas e Intervenções Propostas no PDM	Nível de Execução
Inovação e Competitividade	Expansão de Zona Industrial de Mangualde	✅
	Expansão de Zona Industrial de Tabosa	✓
	Expansão de Zona Industrial de Chãs de Tavares	✗
	Zona Industrial de M.M. Dão (Proposto)	✗
	Zona Industrial do Sul da Casca (Proposto)	✓
Atividades Agroflorestais e Desenvolvimento Rural	Valorização dos Territórios de Baixa Densidade	✓
	Floresta dos Territórios de Baixa Densidade: Ambiente e Valorização Económica	✓
	Aumento da Resiliência do Território aos Incêndios e da Zonagem do Território	✓
	Aproveitamentos Hidroagrícolas (Manutenção)	✓
	Espaços Afetos a Atividades de Agroindústria do Picoto (Proposto)	✅
	Espaços Afetos a Atividades de Agroindústria da Quinta da Tapada (Proposto)	✅
Turismo Cultura e Lazer	Parque Termal de Alcafache	✗
	Espaços de Recreio e Lazer (Manutenção e Dinamização	✓
	Praia Artificial de Mangualde	✅
	Rotas de Interesse Turístico - Existentes (manutenção e dinamização)	✓
	Rotas de Interesse Turístico - Novas Rotas	✓
	Gastronomia e Vinhos	✅
	Requalificação do Património Cultural (Arquitetónico, Arqueológico)	✓
Energia	Aproveitamento Hidroelétrico de Girabolhos (Previsto)	✗
	Energia Solar	✓

Eixos de Intervenção	Medidas e Intervenções Propostas no PDM		Nível de Execução
Sistema Urbano	Espaços Urbanizáveis	Mangualde	✗
		Mesquitela	✗
		Póvoa de Cervães	✗
		Chãs de Tavares	✗
	Espaços Urbanos	Requalificação da Zona Histórica de Mangualde	✓
	UOPG	Plano de Urbanização da Cidade de Mangualde	✗
		Plano de Pormenor da Av. Da Senhora do Castelo	✗
Cultura e Educação	Museu do Território		✗
	Restruturação da Rede Escolar		✓
Infraestruturas Rodoviárias	Corredor de Ligação Externa: IC 12 e IC 37 e Nós de Ligação (Previsto)		✗
	Via de Ligação EN 232 e EN 234- Variante Sul de Mangualde (Previsto)		✗
	Construção, Reparação e Conservação da Rede Viária		✓
Sistema Ambiental	Infraestruturas Ambientais	Valorização da Albufeira de Fagilde	✗
		Abastecimento de Água destinada ao consumo humano	✓
		Drenagem e Tratamento de Águas Residuais	✓
	Componentes Ambientais	Valorização Ambiental das Minas de Urânio	✓
		Estrutura Ecológica Municipal	✓
		Rede de Espaços Verdes	✓

✗ Não executado; ✓ Executado; ✓ Em execução

Considerando que o Plano previa um total de 37 medidas e intervenções e que 5 foram executadas, 18 estão em fase de execução e 14 não foram ainda efetuadas, podemos considerar que o nível de execução do plano atual é superior a 55%. Assim considera-se importante continuar o desenvolvimento destas medidas e intervenções com vista a atingir os objetivos estratégicos do plano.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira revisão do PDM de Mangualde publicado em Diário da República, 2ª série – N.º 150 — 6 de agosto de 2013, sob o Aviso n.º 10007/2013, constituí um importante instrumento de gestão do territorial deste concelho, cuja elaboração teve como objetivo a definição das regras de uso, ocupação e transformação do solo, estabelecendo, simultaneamente, orientações para uma correta e eficaz gestão do território, bem como, para as ações de planeamento a desenvolver a nível concelhio.

Decorridos 4 anos sobre a entrada em vigor do PDM, verifica-se que este tem correspondido às expectativas de desenvolvimento e de ordenamento do território, particularmente pela oportunidade da revisão das delimitações da Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional por passarem a considerar situações existentes de incompatibilidade cujas consequências eram nefastas ao equilibrado desenvolvimento do território.

A possibilidade de legalização de construções introduzidas pelo regulamento resultou também num acréscimo de procedimentos para este fim, terminando assim situações de regularização que perduravam há anos, e que se imponha considerar num instrumento desta natureza.

Resultou também na oportunidade da maior sensibilização e aproximação do cidadão aos instrumentos de ordenamento do território, e de consciencialização de aspetos estruturantes de enquadramento legal que reconhecem ter de cumprir, quer no desenvolvimento das suas atividades económicas, quer a nível da sua residência e atividades complementares ao meio ambiente em que habitam e trabalham.

Porém, face às posteriores alterações legislativas, o PDM deve ser alterado para a sua devida adequação à nova Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 31/2014 de 30 de maio) e do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio), devendo também nessa altura, considerar a devida adequação aos atuais limites de freguesias.

De acordo com o artigo nº 199 do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio, os planos municipais terão de ser revistos até 13 de julho de 2020.

A futura revisão do PDM de Mangualde deverá atender à nova conjuntura económica, social e ambiental em que o município de encontra, a qual foi analisada no presente relatório e se encontra sistematizada de seguida, bem como, à forma de pensar e planear o território.

O concelho de Mangualde tem fortes relações de dependência e complementaridade com o concelho de Viseu, decorrentes, em grande medida, de uma vantagem oferecida pela posição geoestratégica de centralidade na região e de um enquadramento paisagístico e natural de relevo

Com uma superfície aproximada de 219 km2 detinha em 2011 uma população de 19 880 habitantes (Censos 2011) sendo que em 2015, segundo as estimativas da população do INE, a população dominuiu para 19 241 habitantes, cujo fenómeno se tem vindo a verificar pelo menos desde a década de 90. Apesar da diminuição registada da população tem-se verificado um aumento do número de famílias.

Apresenta um significativo envelhecimento da população, o qual se tem vindo a acentuar nos últimos anos.

Regista uma dinâmica positiva no campo habitacional, com o aumento do número de edifícios e alojamentos, particularmente ao nível do regime de ocupação secundária ou sazonal.

Verifica uma tendência para terciarização da estrutura económica, com os setores primário e secundário a perderem peso.

Predominam empresas de pequena e média dimensão, havendo contudo algumas empresas de grande dimensão, quer no volume de negócio, quer do número de emprego que geram, como é o caso da “PSA Peugeot Citroen” e a “Sonae Indústria – Produção e Comercialização de Derivados de Madeira, SA”, entre outras.

Revela um crescimento do número de índividuos empregues nas empresas sedeadas no concelho em 2014, na ordem dos 14% (face a 2011), sendo o setor das atividades de Comércio o mais representativo.

Salienta-se a diminuição do setor da Construção nos últimos anos, relacionado certamente com a crise nacional e internacional e a dificuldade de obtenção de créditos na banca.

Pese embora predominem as indústrias mais tradicionais, como a fabricação de produtos metálicos exceto máquinas e equipamento, a indústria do vestuário e as industrias alimentares, verifica-se uma diversificação das restantes atividades.

O turismo é um setor em pleno crescimento. Os diversos produtos endógenos de reconhecida qualidade do concelho, bem como, o seu património arquitetónico de valor, e ainda, o seu enquadramento natural de excelência, potenciam o desenvolvimento de vários produtos como os circuitos turísticos, o turismo de natureza, a gastronomia e vinhos e o termalismo. Nos últimos anos o concelho tem visto aumentar o número de hóspedes assim como o número de dormidas nas unidades de alojamento existentes.

Encontra-se bem servido de infraestruturas rodoviárias e ferroviárias com particular destaque para a A25 e a linha férrea da Beira Alta.

Pese embora o PDM e o Plano Rodoviário Nacional apontem para a importância da concretização do IC12 e do IC37 como dinamizadores do desenvolvimento económico e da região, estes ainda não foram concretizados.

No que diz respeito ao ambiente as diretrizes definidas no PDM têm sido eficazes na estabilização das áreas de solo afeto à Estrutura Ecológica Municipal.

As operações urbanística, nomeadamente as pretensões dos particulares apresentadas nos serviços camarários, evidenciam uma dinâmica interessante, verificando-se uma tendência de decréscimo das intenções dos particulares comparativamente às que se verificaram no passado recente.

Têm ocorrido essencialmente processos de licenciamento (construções, ampliações, reconstruções e legalizações), localizando-se na sua maioria na sede do concelho.

Tem candidatadas diversas ações enquadradas no PEDU, PMUS e no POSEUR, ao abrigo do Programa Portugal 2020, que engloba financiamentos previstos para o território nacional no âmbito do Quadro Estratégico Comunitário 2014-2020.

Pese embora, a evolução ocorrida ao longo de pouco mais de 4 anos de vigência do PDM revelar níveis de concretização satisfatórios do programa definido no Plano, a futura revisão do PDM deverá identificar as estratégias de desenvolvimento urbano sustentável, alicerçado no crescimento e diversificação das atividades económicas, na valorização dos produtos endógenos, na fixação e qualificação das pessoas, sem descurar o domínio da responsabilidade social e ambiental a longo prazo, como elementos distintivos de competitividade territorial.

Em sequência dos recentes incêndios e das reformas legislativas que se estão a preparar, particularmente em matéria de ordenamento florestal, impõe-se encarar os desafios associados às alterações climáticas como aspetos estruturantes a ter em consideração no futuro do ordenamento do território.

Cumpridos os objetivos da primeira revisão do Plano Diretor Municipal, importa agora estudar o ordenamento urbano e dos aglomerados a outra escala, incorporar medidas regulamentares consentâneas com os desafios contemporâneos da reabilitação, mas também da fixação e atração de pessoas para aqui habitarem e residirem.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APA – Agência Portuguesa do Ambiente 2017- Inventário Nacional de Emissões de Poluentes Atmosféricos (INERPA)

Câmara Municipal de Mangualde - Área de Reabilitação Urbana - ARU - proposta de delimitação memória descritiva, outubro 2016

Câmara Municipal de Mangualde - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Mangualde – novembro 2015

Câmara Municipal de Mangualde - Plano de Mobilidade Urbana Sustentável Da Cidade de Mangualde - Relatório de Estratégia e Programa de Ação, setembro de 2016

Câmara Municipal de Mangualde - Regulamento do Plano Diretor Municipal de Mangualde, publicado pelo Aviso nº.10007/2013, DR, 2ª série, nº 150, 6 de agosto de 2013

Câmara Municipal de Mangualde - Relatório do Plano do PDM de Mangualde, maio de 2013

Câmara Municipal de Mangualde - Relatórios Setoriais do PDM de Mangualde, maio de 2013

ERSAR, Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais, 2017

Estratégia Turismo 2027 – Relatório, março 2017

INE, Instituto Nacional de Estatística – "Anuário estatístico da Região Centro", 2012 e 2015, Instituto Nacional de Estatística. Lisboa

INE, Instituto Nacional de Estatística (2011) – "Censos 2011", Resultados Definitivos - 2012, Região Centro, Instituto Nacional de Estatística. Lisboa

INE, Instituto Nacional de Estatística – Indicadores Demográficos, www.ine.pt

INE, Instituto Nacional de Estatística – http://www.ine.pt, Estatísticas das Obras Concluídas

INE, Instituto Nacional de Estatística – http://www.ine.pt, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios

Pordata - https://www.pordata.pt

Portugal 2020 – www.portugal2020.pt

SNIRH, Serviço Nacional de Informação de Recursos Hídricos, 2017